

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH  
Programa de Pós-Graduação em História

VIVIANE DE SOUZA LIMA

**SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA  
MOVIMENTO BRASILEIRO EM APOIO ÀS INDEPENDÊNCIAS  
AFRICANAS, ENTRE PERCURSOS E CONEXÕES (1961-1975)**

Belo Horizonte  
2017

VIVIANE DE SOUZA LIMA

**SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA**  
**MOVIMENTO BRASILEIRO EM APOIO ÀS INDEPENDÊNCIAS**  
**AFRICANAS, ENTRE PERCURSOS E CONEXÕES (1961-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Social da Cultura  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanicléia Silva Santos (UFMG)

Belo Horizonte  
2017

960  
L732s  
2017

Lima, Viviane de Souza

Solidariedade atlântica [manuscrito] : movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975) / Viviane de Souza Lima. - 2017.

207 f.

Orientadora: Vanicléia Silva Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. África – História - Teses. 3. Imperialismo – Teses. I. Santos, Vanicléia Silva . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.




UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Solidariedade Atlântica: Movimento Brasileiro Em Apoio Às Independências Africanas, Entre Percursos e Conexões (1961-1975)"**

**Viviane de Souza Lima**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

  
Prof.ª. Dra. Vanicleia Silva Santos - Orientadora  
UFMG

  
Prof.ª. Dra. Lucna Nascimento Nunes Pereira  
UFRRJ

  
Prof. Dr. Marcelo Bitencourt  
UFF

(Por quem assina e Presidente da comissão Prof.ª. Dra. Vanicleia Silva Santos)

Belo Horizonte, 23 de junho de 2017.

**Dedico este trabalho a todos os africanos e africanas que lutaram pela independência de seus povos e àqueles que se mostraram solidários a esse ideal.**

## Agradecimentos

O caminho que percorri para o desenvolvimento deste trabalho tem semelhanças com o objeto desta pesquisa. Não poderia ter chegado até aqui sem o apoio de uma rede preciosa de amigos. Desde antes de iniciar o mestrado, quando ainda tentava me adaptar ao exílio voluntário em Belo Horizonte, foram surgindo apoios por todos os lados e agradeço a todas essas pessoas. Com imensa disponibilidade e solidariedade, elas me ajudaram nesta longa trajetória.

Queria primeiramente agradecer imensamente à professora Vanicléia Silva Santos, minha orientadora, por ter acreditado em mim, me incentivado em todas as etapas desta jornada e compartilhado comigo um pouco de seu amplo conhecimento sobre as relações entre Brasil e África. A ela devo todo o fascínio que esse tema suscitou em mim.

Agradeço ainda à Universidade Federal de Minas Gerais, ao Programa de Pós-Graduação em História, aos professores e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), esta última pela oportunidade e pelo financiamento da minha pesquisa. À banca de qualificação, composta pelos professor Dr. Marcelo Bittencourt e Dr. Luiz Arnaut, agradeço pelas valiosas contribuições, observações e apontamentos sobre o meu trabalho.

Também desejo agradecer aos meus colegas de mestrado pela convivência que, embora breve, foi tão importante para amenizar a saudade de casa. Aproveito ainda para agradecer aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História, Edilene, Maurício e Gustavo, sempre eficientes e gentis na orientação e no encaminhamento das questões relativas aos trâmites burocráticos desta pesquisa.

Nesta oportunidade, retribuo também o carinho aos amigos que no intercâmbio Ceará-BH também fizeram parte dessa caminhada: Ana Rita Araújo, Bianca Magela, Elisgardênia Chaves, Kellen Silva, Thiago Mota, Josué, Vivinha e Zoé. Sintam-se todos abraçados. Também aos queridos amigos Christiane, Gustavo, Vanessa, Clarissa e Thiago, que me acolheram em suas casas nas viagens de pesquisa a São Paulo e a Brasília.

No desenvolvimento desta pesquisa, também encontrei pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho e que não poderia deixar de fora desses agradecimentos. Gostaria de agradecer imensamente a ajuda do historiador José Francisco dos Santos que, desde o primeiro contato, mesmo sem me conhecer, foi um dos meus maiores incentivadores. Força sempre!

Também quero deixar registrado o meu agradecimento aos entrevistados para essa pesquisa que me receberam com muita generosidade em suas residências: aos professores Fernando Augusto Albuquerque Mourão, Sylvio Band e Jonuel Gonçalves, ao músico Orlando Dourado e ao Embaixador Alberto da Costa e Silva. Sem a participação deles e a disponibilidade em me ajudar com suas memórias, esse trabalho não teria sido possível. Mas importante mencionar que qualquer erro ou equívoco nas páginas seguintes, só terá a mim como responsável.

Aos meus pais, Mário e Alzira, exemplos de força e de coragem, gostaria de manifestar toda a minha admiração. Apesar da saudade apertada, compreenderam a distância como uma etapa importante para o meu engrandecimento pessoal e profissional. Ao meu irmão Beto, o meu carinho, respeito e agradecimento pela tão carinhosa acolhida em sua casa no Rio de Janeiro e ajuda em todos os momentos que precisei. E, por último, agradeço a Danilo, meu amigo e companheiro de vida e de sonhos.

Passava da meia-noite. Fomos recebidos cortesmente. Numa sala, o Paulo estava a ser interrogado por um agente. A cena que presenciamos merece o qualificativo de inesquecível. Sentado frente a uma máquina de escrever, o esbirro repetia, incansável, a mesma pergunta:

- Nacionalidade?

O Paulo, calmo, com a sua voz nasalada, respondia:

- Angolano.

O energúmeno empunhava então uma pesada régua e dava-lhe pancadas na cabeça enquanto comentava:

- Essa nacionalidade não existe. Diga português, seu negro filho da puta!

**Miguel Urbano Rodrigues**

## RESUMO

A presente dissertação se propõe a evidenciar como o movimento brasileiro em apoio às independências africanas, criado na década de 1960, conseguiu formatar uma rede de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos, principalmente, o MPLA, e dar maior visibilidade à luta de independência nas colônias portuguesas, principalmente em Angola. O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) reuniu brasileiros, africanos e portugueses antissalazaristas e atuou, principalmente, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O MABLA foi um movimento de configuração móvel que reuniu apoiadores de diversas tendências ideológicas em torno de um projeto comum: a defesa da independência dos povos africanos.

**Palavras-chave:** luta de independência, África, relações Brasil-África, Angola, Portugal, colonialismo.

## **ABSTRACT**

This study aims to show how the Brazilian movement in support of African independence, created in the 1960s, was able to shape a network of solidarity with the African nationalist movements, especially the MPLA, and give greater visibility to the struggle for independence in the Portuguese colonies, mainly in Angola. The Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) brought together Brazilians, Africans and Portuguese anti-Salazarists and worked mainly in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. MABLA was a movement of mobile configuration that brought together supporters of diverse ideological tendencies around a common project: the defense of the independence of the African peoples.

**Keywords:** Struggle for independence, Africa, Brazil-Africa relations, Angola, Portugal, colonialism.

## Siglas

Casa de Estudantes de Angola (CEA)  
Casa dos Estudantes do Império (CEI)  
Centro e de Informação da Marinha (CENIMAR)  
Centro de Estudos Africanos (CEA-USP)  
Centro de Estudos Afro-asiáticos (CEAA)  
Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)  
Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA)  
Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR)  
Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO)  
Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN)  
Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA)  
Ministério das Relações Exteriores (MRE)  
Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)  
Movimento Anticolonialista (MAC)  
Movimento das Forças Armadas (MFA)  
Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)  
Organização das Nações Unidas (ONU)  
Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)  
Partido Comunista Brasileiro (PCB)  
Partido Comunista Português (PCP)  
Partido Social Trabalhista (PST)  
Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)  
Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)  
Política Externa Independente (PEI)  
Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA)  
União Democrática Nacional (UDN)  
União dos Povos de Angola (UPA)  
União Estadual dos Estudantes (UEE)  
União Nacional dos Estudantes (UNE)  
União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN)  
Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM)  
Universidade de São Paulo (USP)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I - Período Pós-Segunda Guerra: a crise dos sistemas coloniais e o Brasil</b> .....	33
1.1 - A resistência africana contra o colonialismo .....	34
1.2 - A aliança com Portugal: um obstáculo à política externa brasileira voltada para a África (1946-1960) .....	38
1.3 - O Estado Novo português e o Luso-tropicalismo .....	47
1.4 - A PEI e um novo olhar para a África .....	52
<b>CAPÍTULO II - Solidariedade Brasil e África: o nascimento da rede de apoio às independências africanas</b> .....	71
2.1 Percursos atlânticos: as ideias nacionalistas chegam ao Brasil .....	75
2.2 Africanos no Brasil: em busca do apoio à luta de liberação.....	90
2.3 Os desafios, as estratégias e as alianças no contexto da militância a favor das independências africanas .....	106
2.4 Pressão sobre o governo brasileiro .....	125
<b>CAPÍTULO III</b> Reconfiguração do ativismo em defesa da África após o golpe civil-militar de 1964 .....	135
3.1 A PIDE no Brasil e o monitoramento das atividades do MABLA (1961-1964).....	138
3.2 <i>Portugal Democrático</i> : a luta contra o colonialismo português em tempos de ditadura no Brasil .....	159
3.3 Os centros de estudos africanos: iniciativas de aproximação com o continente africano .....	166
3.4 O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil .....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	190
<b>Documentos</b> .....	193
<b>Bibliografia</b> .....	198

## Introdução

Temos de reafirmar a todas as forças anti-imperialistas do mundo e em especial às que lutam na América Latina, na Ásia e na África, que não pararemos e que todos os dias havemos de fazer avançar vigorosamente a nossa luta. E exortamos as forças anti-imperialistas que têm a responsabilidade de lutar ao nosso lado a fazer um esforço para nos darem (*sic*) um apoio maior.<sup>1</sup>

A epígrafe desta introdução é um excerto de um artigo do líder nacionalista africano, Amílcar Cabral, publicado na revista cubana *Tricontinental*<sup>2</sup>, em 1969. Nele, o poeta, agrônomo, teórico e líder político do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) faz um apelo aos governos e aos povos de países da América Latina e da Ásia - muitos com um passado semelhante de exploração por nações imperialistas - para apoiarem a luta de independência<sup>3</sup> dos movimentos nacionalistas africanos contra o colonizador.

Amílcar Cabral<sup>4</sup> é figura importante no recorte temporal e no contexto deste trabalho. Por isso, ainda que seus textos não sejam objeto central desta dissertação, Cabral merece ser lembrado por ter sido um dos mais engenhosos teóricos e práticos da libertação africana. Ao mesmo tempo em que contribuiu para a construção do sentimento nacionalista entre os africanos, Cabral atuou ativamente na denúncia dos crimes cometidos por Portugal nos territórios africanos administrados pelo país.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> CABRAL, Amílcar. *Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974, p. 103.

<sup>2</sup> A revista *Tricontinental* (1967-1990; 1995-até hoje) veiculou e integrou a proposta de integração e solidariedade entre intelectuais, estudantes, governos e movimentos revolucionários da África, Ásia e América Latina. GENEROSO, Lúcia Maria de Abreu. *Representações da América Latina nas páginas do boletim Tricontinental*. Seminário América Latina - cultura, história e política. Uberlândia. 18 a 21 de maio de 2015, p.04.

<sup>3</sup> O termo “descolonização” vem suscitando, historicamente, opiniões distintas de autores sobre o seu uso. Frantz Fanon, militante da independência argelina, defende o uso do termo por considerar que ele denota o processo pelo qual o colonizado toma consciência de sua condição diante do colonizador e usa todos os meios, inclusive a violência, para vencer seu opositor. “A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. (...) a ‘coisa’ colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual se liberta”. Já para outros autores, como Alfredo Margarido, o termo “descolonização” carrega a ideia de continuidade com o passado colonial e não de rompimento. Para este autor, o uso do termo coloca sobre o “outro”, no caso, o colonizador, o poder de “conceder” a liberdade aos colonizados, esvaziando, assim, o sentido de protagonismo dos povos africanos na conquista de suas independências. Tendemos a concordar com Alfredo Margarido e, por isso, optamos nesta dissertação por usar as expressões “luta de independência” ou “luta de libertação nacional” em África. Por razões semelhantes, não vamos usar neste texto o termo “guerra colonial” por considerar o termo impregnado de uma visão ideológica do colonizador que menospreza o sentido da luta dos africanos. FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 53.. MARGARIDO, Alfredo. *Estudo sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

<sup>4</sup> Amílcar Cabral iniciou sua militância política na resistência antifascista quando estudante de agronomia em Portugal na década de 1940. Ao lado de outros estudantes provenientes das colônias portuguesas, particularmente os angolanos Mário de Andrade, Agostinho Neto e o moçambicano Marcelino dos Santos, Cabral entrou em contato com os vetores culturais da *reafricanização* dos espíritos do movimento da Negritude dirigido por Léopold Senghor. VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.126.

<sup>5</sup> No começo dos anos de 1960, Cabral começou a exercer seu papel de publicista internacional, iniciando, também no exterior, uma campanha anticolonial de denúncia dos crimes cometidos por Portugal nas colônias portuguesas em África,

Vozes como a de Amílcar Cabral e a de outros líderes de movimentos nacionalistas se espalharam pelo mundo, ajudando a dar visibilidade à luta dos africanos pela liberdade nos territórios administrados por Portugal. O início da luta de libertação nacional em 1961<sup>6</sup> e as dificuldades de unidade interna levaram os nacionalistas a buscar apoios internacionais para a sua luta. Além de suportes materiais - dinheiro, armas, medicamentos, etc. -, a ajuda era necessária para aumentar a pressão contra Portugal.

O Brasil foi um dos países em que a luta de independência das colônias portuguesas teve repercussão e conquistou apoiadores. Embora o tema ainda seja pouco conhecido pela historiografia, no ano de 1961, nasceu no Brasil um movimento em apoio às independências africanas. Esta pesquisa se debruça sobre o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) que atuou nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e reuniu, principalmente, brasileiros; portugueses antissalazaristas exilados; e africanos, em sua grande maioria, estudantes angolanos bolsistas.

O MABLA teve dois principais objetivos: sensibilizar a opinião pública brasileira a apoiar a luta de independência das colônias portuguesas em África, principalmente em Angola, e criar um movimento de solidariedade aos movimentos nacionalistas, sobretudo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Como parte de sua estratégia de ação, o movimento pretendia, a partir da pressão popular, levar o governo brasileiro a romper publicamente com Portugal e seu sistema colonial<sup>7</sup> e manifestar apoio às independências e à autodeterminação das colônias portuguesas em África.

Sob o *guarda-chuva* do MABLA, identificamos nesta pesquisa a atuação de três grupos: dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Havia em São Paulo o grupo de militantes pró-independência

---

em particular na Guiné e em Cabo Verde, com a finalidade de obter ajuda estrangeira para a luta de libertação nacional. VILLEN, 2013, p.128 e 129.

<sup>6</sup> Em Moçambique, o Massacre de Mueda, em 16 de junho de 1960, entrou para os registros históricos como sendo o estopim da luta armada. Centenas de camponeses moçambicanos foram mortos por militares portugueses após protesto contra o baixo preço pago pelos colonos portugueses por produtos agrícolas. Um ano depois, em Angola, ocorreram os dois primeiros conflitos, no dia 4 e 11 de fevereiro, do início da guerra de libertação nacional. Após uma onda de prisões de nacionalistas em Angola, opositoristas invadiram cadeias para libertar presos políticos. No dia 4 de fevereiro, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União dos Povos Angolanos (UPA) - que mais tarde se transformaria na Frente Nacional de Libertação de Angola - reivindicaram, posteriormente, a autoria dos atos. No dia 15 de março de 1961, ocorreram outros ataques a assentamentos portugueses e a postos administrativos na fronteira com o Zaire (hoje República Democrática do Congo), ao norte do país. Os colonos portugueses reagiram com investidas contra assentamentos angolanos e perseguindo supostos nacionalistas. Pouco tempo depois, os conflitos se espalham para as outras colônias. Em 1963, o PAIGC, sob a liderança de Amílcar Cabral, começou a sua rebelião armada em Guiné. Em Moçambique, a Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) começou o conflito armado em setembro de 1964.

<sup>7</sup> Até o governo de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), o Brasil manteve o apoio ao sistema colonial de Portugal, com algumas poucas tentativas de distanciamento. O *lobby* da comunidade portuguesa, os laços afetivos com a ex-metrópole e as pressões econômicas feitas por Portugal demoviam o País a assumir uma postura mais incisiva contrária ao colonialismo.

<sup>8</sup> Importante mencionar que nesta pesquisa não se teve a intenção de descobrir a qual grupo compete a autoria do nome MABLA, visto que não encontramos fontes suficientes (como por exemplo, atas ou termo de fundação) que permitissem chegar a essa conclusão. Metodologicamente, optamos identificar os grupos anticoloniais objetos desta dissertação como

africana composto, principalmente, por portugueses antissalazaristas ligados ao jornal *Portugal Democrático*<sup>9</sup> e estudantes associados à União Estadual dos Estudantes (UEE). O jornalista português Miguel Urbano Rodrigues e o brasileiro Sylvio Band foram articuladores desse coletivo.

O segundo grupo do MABLA radicado em São Paulo e o coletivo criado no Rio de Janeiro foram articulados por dois brasileiros, Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira, que foram associados à Casa dos Estudantes do Império (CEI)<sup>10</sup>, importante centro de fortalecimento do sentimento de independência entre os nacionalistas africanos.<sup>11</sup>

A atividade de um movimento voluntarista brasileiro favorável às independências africanas contou com a simpatia e o apoio dos movimentos nacionalistas africanos. O apoio do Brasil à luta de libertação nacional nas colônias portuguesas em África, além de um valor simbólico pelos laços históricos e culturais entre os dois lados do Atlântico, podia representar um peso político.

Os movimentos nacionalistas desejavam que o governo brasileiro usasse sua proximidade com Portugal para demovê-lo do seu projeto colonial em África. Ou, se não tanto, pudesse pressionar o Estado Novo português na ONU, orientando a delegação brasileira a votar a favor das resoluções que condenassem o colonialismo e infringiam punições à ex-metrópole.

Essa expectativa com relação ao Brasil deu importância ao movimento em apoio às independências criado no Brasil. Tanto que militantes ligados ao MPLA e ao PAIGC vieram ao país, no início da década de 1960, e participaram das ações dos grupos de militantes do MABLA. A maioria dos africanos chegou ao Brasil como estudantes beneficiados por bolsas concedidas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil ou por outras instituições, como a Igreja Metodista. O

---

MABLA levando em consideração o fato de que ex-militantes do movimento, cujos depoimentos foram consultados para essa pesquisa, se reconhecem, na atualidade, enquanto tal. Buscamos, contudo, ao longo deste trabalho, evidenciar as diferenças nos modos de agir de cada um dos grupos e ainda seus principais colaboradores.

<sup>9</sup> O jornal *Portugal Democrático* circulou de 1956 a 1975. O periódico reuniu portugueses exilados em São Paulo que se opunham ao regime fascista do Estado Novo Português. Em sua linha editorial, o impresso defendia a liberdade e a democracia para o povo português.

<sup>10</sup> O objetivo da CEI era contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da *portugalidade* entre os estudantes das colônias portuguesas em África. Mas cedo a CEI se revelou em um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial e de mobilização a favor da autonomia e da valorização das culturas dos povos colonizados. A primeira CEI foi criada em Lisboa em outubro de 1944. Em dezembro de 1944, foi inaugurada a delegação da CEI em Coimbra. A Delegação do Porto surgiu em 1959. Pela CEI, passaram os principais líderes das independências das colônias, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, entre outros. A CEI é extinta em 1965. CASTELO, Cláudia. *Prefácio*. In: FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. 2ª edição. São Paulo: É Realizações, 2010.

<sup>11</sup> Na pesquisa do historiador José Francisco dos Santos sobre o MABLA, ele considera os grupos de ativistas de Fernando Augusto Albuquerque Mourão e de José Maria Nunes Pereira como parte de um mesmo coletivo. Neste trabalho, no entanto, consideramos que embora Mourão e Pereira fossem muito próximos e tivessem contatos frequentes, a própria característica do MABLA imprimia uma certa autonomia às ações dos grupos dos dois brasileiros. Por isso, optamos por considerar nesta pesquisa como dois coletivos que faziam parte do movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

MABLA ajudava a divulgar no Brasil manifestos, panfletos e outros documentos recebidos dos movimentos nacionalistas africanos.

Em sua atividade, o movimento brasileiro em apoio às independências africanas recebeu a colaboração de indivíduos de diversas tendências ideológicas que compartilhavam a visão contra o colonialismo português. O MABLA contou com colaboradores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à União Democrática Nacional (UDN). Também conquistou o apoio de católicos, protestantes, maçons; positivistas; membros da comunidade judaica; militantes do movimento negro<sup>12</sup>; estudantes, sindicatos; empresários, integrantes do governo, etc.

A flexibilidade na busca de apoiadores ajudava a dar corpo a um movimento com quadros de militantes fixos escassos. Isso quer dizer que a configuração móvel do movimento permitia que suas ações fossem mais capilarizadas na sociedade, encontrando suporte em vários setores. Ciente das motivações distintas entre seus colaboradores, os grupos do MABLA buscavam unir a rede em torno de uma bandeira comum: o apoio às independências das colônias portuguesas em África.

Para compreender a atuação do MABLA com o objetivo de criar uma rede pró-independência africana no Brasil, a ideia de movimento, de acordo com Charles Tilly e Sidney Tarrow, pode ser útil. Para esses autores, um movimento político-intelectual é composto por pessoas identificadas por seu vínculo a um conjunto particular de crenças<sup>13</sup>, além de ser também uma conformação de redes de solidariedade ligando grupos diferenciados, mas interdependentes<sup>14</sup>.

O conceito remete a uma ideia de uma configuração móvel, por conta da diversidade de seus integrantes, e em marcha paralela às instituições legais que permeiam seu contexto. Essa forma de compreensão de movimento permite analisar o MABLA a partir de uma concepção mais ampla de suas ações, buscando evidenciar a dinâmica da atuação da atuação de seus grupos, bem como as conexões e interações mantidas por eles para criar a rede de apoio aos movimentos nacionalistas africanos, principalmente, ao MPLA.

A trajetória de brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses, unidos na militância contra o domínio colonial português, sob o *guarda-chuva* de um movimento diverso e múltiplo como o MABLA, ainda é um tema a ser aprofundado

---

<sup>12</sup> Neste trabalho, adoto a definição de Amílcar Araújo Pereira para “movimento negro”: movimento organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial, cuja formação complexa engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas e de iniciativas educacionais. PEREIRA, Amílcar Araújo. *"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. 26 – 27. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>>. Acesso em 03/11/2016.

<sup>13</sup> TILLY, Charles. *From mobilizations to revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978, p. 09.

<sup>14</sup> TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 23.

pela historiografia brasileira. A maioria dos trabalhos que analisam como o Brasil se posicionou frente ao colonialismo português, no período de 1961 a 1975, têm uma abordagem mais focada nas relações governamentais entre Brasil, África e Portugal. As pesquisas na área de relações internacionais são mais numerosas.

A proposta deste trabalho é evidenciar que a discussão sobre colonialismo português em África e a posição do Brasil diante deste tema também foi realizada fora dos gabinetes governamentais. Nessa dissertação, pretendemos compreender como esse debate foi ampliado para vários setores da sociedade civil, a partir do estudo da trajetória dos grupos que se reconhecem como MABLA, conhecendo suas estratégias de ação, conexões e contatos.

Ao usarmos a trajetória do MABLA como fio condutor dessa pesquisa, pretendemos revelar que, no período de 1961 a 1975, o debate sobre o colonialismo ganhou mais visibilidade em espaços diversos e uma dimensão mais pública no Brasil. A investigação pretende mostrar ainda que os grupos de ativistas do MABLA se esforçaram para construir “pontes” entre diferentes segmentos da sociedade e do Estado brasileiros em busca da formação de uma rede de solidariedade ao povo africano subjugado pelo colonialismo português e de apoio aos movimentos nacionalistas em África.

Com o aporte metodológico da História Atlântica, buscamos nesta investigação compreender os trânsitos de ideias e de pessoas entre o Brasil e a África que tiveram impacto no MABLA. A percepção de que o Oceano Atlântico exerceu grande influência sobre as diversas sociedades banhadas por suas águas surge em estudos do final do século XIX. Mas foi somente em fins da década de 1960 que teóricos se detiveram sobre a colonização britânica na América, especificamente nos EUA.

Pesquisadores como Bernard Bailyn, David Eltis, David Richardson, Stephen Behrendt, David Armitage, Philip Morgan, Jack Greene, Marcus Rediker, Peter Linabaugh, Alison Games, John Thornton, entre outros, buscaram uma representação multifacetada do chamado “Mundo Atlântico”, onde a história dos povos africanos envolvidos na construção dos EUA não fosse tratada como um apêndice da história dos povos europeus e de suas “conquistas atlânticas”.<sup>15</sup>

Os estudos sob a perspectiva da História Atlântica têm destacado a presença africana ao redor do Atlântico, principalmente, na abordagem das diásporas africanas, durante o século XIX. No livro *The Atlantic World (1450-2000)*, organizado por Toyin Falola and Kevin D. Roberts, pesquisadores fazem um exercício de pensar o uso do aporte teórico em temas com temporalidades mais recentes.

---

<sup>15</sup> THOMPSON, Estevam C. *O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)*. Revista Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFMG Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. P. 86. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/08p80.pdf>>. Acesso em: 07/08/2016.

Na introdução da publicação, Falola e Roberts defendem que os deslocamentos de africanos pelo Atlântico ao longo da história produziu efeitos que permanecem.

Com milhões de pessoas de centenas de culturas que atravessam o Atlântico desde então (meados do século XV), o mundo atlântico permanece, no século XXI, não apenas uma entidade acadêmica, mas um sistema social, político, econômico e intelectual. Naturalmente, as pessoas que vivem no litoral atlântico hoje são descendentes de pessoas que migraram para o Ocidente do Velho Mundo (África e Europa) ou vice-versa.<sup>16</sup>

Nesse sentido, esta dissertação se colocou o propósito de usar a História Atlântica para pensar o MABLA como agente que mobilizou, em benefício de sua atividade em defesa da independência e da autodeterminação das colônias, as ideias e as tradições de resistências em circulação no Atlântico Sul desde o evento das diásporas africanas. Também trata-se de estudar as formas de interação social nas conexões transatlânticas mantidas pelo MABLA.

As ações desenvolvidas pelo MABLA em nome da África se dão fora do referido continente. Mas estas ações são justificadas em discursos e práticas que carregam o nome do mesmo e são movidas por referências compartilhadas. Nesse sentido, temos a construção de um sentimento novo, a partir da memória da África, que diz respeito a um território, mas que dele também se desterritorializa, a partir do trânsito e da circulação de ideias pelas duas margens do Atlântico, na contemporaneidade.

O recorte temporal desta dissertação é de 1961 a 1975. O marco inicial justifica-se por ter sido o ano de surgimento do MABLA na cidade de São Paulo. A criação de uma rede em apoio às independências das colônias no Brasil foi motivada pela intensificação da luta dos movimentos nacionalistas africanos. Outros três fatores importantes, que aconteceram neste ano no âmbito internacional, foram decisivos para fomentar a criação e o fortalecimento do MABLA.

Primeiro, em 1961, teve início a luta de libertação em Angola (colônia mais importante de Portugal em termos econômicos e com o assentamento colonial branco mais significativo), que intensificou as críticas ao colonialismo português por parte da comunidade internacional. A pressão na ONU das nações africanas recém-independentes<sup>17</sup> a favor da autodeterminação das colônias também agravou a situação de Portugal. O bloco de países afro-asiáticos pressionava os demais países

---

<sup>16</sup> With millions of people from hundreds of cultures crossing the Atlantic since that time (mid-fifteenth century), the Atlantic World remains, in the twenty-first century, not only a scholarly entity but a social, political, economic, and intellectual system. Naturally, those people living in the Atlantic litoral today are descendants of people who migrated West from the Old World (Africa and Europe) or vice versa. (Tradução minha) FALOLA, Toyin; ROBERTS, Kevin D. *The Atlantic World (1940-2000)*. Bloomington: Indiana University Press, 2008, p. X.

<sup>17</sup> No final de 1960, a África era o continente com maior número de representantes na Assembleia Geral das Nações Unidas. Dos 119 países com assento na ONU, 35 eram africanos. MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Angola 61 - Guerra Colonial: causas e consequências*. Alfragide: Texto Editores, 2011, p. 19.

membros nas Nações Unidas, entre eles o Brasil<sup>18</sup>, a votar a favor de resoluções que condenavam Portugal por manter colônias em África e pela repressão contra os africanos que lutavam pela liberdade.

O segundo fator importante para a criação do movimento brasileiro em apoio às independências africanas ocorreu, mais precisamente, na madrugada do dia 21 de janeiro de 1961. O navio Santa Maria, propriedade da Companhia Colonial Portuguesa, foi sequestrado pelo capitão português Henrique Galvão, opositor do Estado Novo Português<sup>19</sup> e membro do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), nas águas das Caraíbas, Caribe. Esse fato trouxe para mais próximo da vida dos brasileiros o debate sobre o colonialismo português em África porque o então presidente brasileiro Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) resolveu oferecer asilo aos revolucionários, contrariando Portugal.<sup>20</sup>

O terceiro e último fator importante no contexto desta pesquisa ocorrido em 1961 refere-se à Política Externa Independente (PEI)<sup>21</sup>, implantada pelo governo de Jânio Quadros e continuada pelo seu sucessor, João Goulart (1961-1964). A PEI reconfigurou as relações internacionais mantidas pelo Brasil e um dos seus pontos centrais foi o estabelecimento de relações comerciais com países do Leste Europeu e com os novos Estados africanos. Neste período, em seus discursos, Jânio Quadros passou a se posicionar favorável às independências de Angola e de Moçambique e a criticar o *apartheid* sul-africano.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> De acordo com Jerry Dávila, das 20 resoluções votadas na ONU, de 1960 a 1973, que exigiam que Portugal libertasse suas colônias, o Brasil apoiou apenas quatro, entre elas a Resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960 (Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais). Foram 89 votos favoráveis, nenhum contrário e nove abstenções. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.120-121.

<sup>19</sup> O Estado Novo em Portugal foi o regime político ditatorial, autoritário, conservador, católico e colonialista que vigorou em Portugal de entre 1933 a e 1974. Surgiu na sequência do golpe militar de 28 de maio de 1926, que derrubou a I República. Além da supressão da liberdade política, instituiu a censura e a polícia política. Até 1968, a sua figura de destaque foi António Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, sucedido posteriormente por Marcelo Caetano.

<sup>20</sup> Segundo o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues, que se juntou ao grupo que sequestrou o Santa Maria, o plano inicial era levar a embarcação para Luanda, ação que os opositoristas acreditavam que desencadearia o conflito de insurreição contra Portugal. Mas a morte de um dos oficiais do navio e o desembarque de um médico ferido arruinara essa intenção. O desembarque no Brasil também foi provocado pela insuficiência de combustível para chegar a Angola e o início da escassez de água potável a bordo. RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi- I Tomo - Procurando um Caminho*. Porto: Campo das Letras, 2002, p. 209.

<sup>21</sup> O período da PEI cobre o período de janeiro de 1961 a março de 1964, durante o qual surgiram estilos diferentes na condução da política exterior. A PEI tentou implementar uma nova política de inserção internacional do Brasil, aproximando-o de nações não alinhadas e respaldando o estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente com a URSS. Nas questões multilaterais, o Brasil buscou também cooperação com países do Hemisfério Sul – da América, da África e da Ásia. SARAIVA, J.F.S. *África parceira do Brasil atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 35.

<sup>22</sup> VIZENTINI, P.G.F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 24.

O recorte temporal final desta pesquisa é 1975 por ter sido o ano da independência de Angola e por ter sido o Brasil o primeiro país ocidental a reconhecer oficialmente esse *status* de soberania. A escolha desse marco final se justifica pelo entendimento de que as independências simbolizaram o alcance do objetivo final da militância do MABLA. Embora o movimento já não existisse como tal, após a repressão instituída pelo golpe civil-militar no Brasil em 1964, muitos dos ex-colaboradores do MABLA encontraram outros meios de se manter ligados ao continente africano e de continuar apoiando a autodeterminação das colônias portuguesas em África. O jornal *Portugal Democrático* e os centros de estudos africanos da Universidade de São Paulo e da Universidade Cândido Mendes foram importantes espaços de continuidade da atuação desses militantes pró-independências africanas.<sup>23</sup>

Os espaços geográficos deste estudo são as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde os três grupos que pertenciam ao movimento em apoio às independências africanas concentraram suas atividades. As duas cidades também eram à época os principais centros de reverberação do debate sobre a posição do Brasil frente ao colonialismo português. Isso porque abrigavam os principais grupos de comunicação da época que tinham opiniões antagonistas sobre as independências africanas. As duas capitais possuíam ainda as maiores comunidades portuguesas radicadas no Brasil.

Também é importante destacar que o ambiente intelectual das universidades e de agitação política e social nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no recorte temporal desta pesquisa, são fatores que favoreceram o surgimento de simpatizantes ao projeto de independência das colônias portuguesas. Na década de 1960, o Rio de Janeiro era considerado o centro cultural do Brasil e, mesmo após a inauguração de Brasília continuou a ser, por muitos anos, o centro das decisões políticas. Um exemplo ilustrativo e relevante para essa pesquisa é o fato de que, até 1970, o MRE e diversas embaixadas continuavam funcionando na capital fluminense.

## REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

O estudo das relações entre o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa ainda é um fenômeno recente nas universidades brasileiras. Durante muitos anos, a grande maioria dos trabalhos de investigação nesse campo se concentraram no tema do tráfico de escravos. Na história

---

<sup>23</sup> Ex-militantes do MABLA participaram da criação do Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, em 1965, e do Centro Afro-Asiático (CEAA) da Universidade Cândido Mendes, em 1973. O CEAA deu continuidade ao Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) que foi criado em 1961, quando Cândido Mendes exercia a função de Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros. O Centro foi extinto em 1964, após o golpe civil-militar. Ativistas do MABLA ligados ao jornal *Portugal Democrático* também continuaram a militância até o fim do periódico, em 1975.

contemporânea, as pesquisas históricas sobre as conexões estabelecidas entre o continente africano e as Américas ainda têm um amplo leque de temas a serem aprofundados.

A maioria dos trabalhos sobre as relações contemporâneas entre Brasil e África adotam uma perspectiva de estudos no campo das relações internacionais, privilegiando as relações diplomáticas. Uma abordagem que não é feita por esses estudos é analisar como a sociedade brasileira, no período de 1961 a 1975, se posicionava com relação ao colonialismo português em África. A historiografia ainda carece de pesquisas que se dediquem a evidenciar qual era a opinião de instituições organizadas como imprensa, igrejas, universidade, movimentos estudantis, sindicatos, intelectuais, sobre a luta de independência das colônias portuguesas em África.

Obviamente que essa pesquisa não pretende - e nem seria possível - esgotar esse assunto. A nossa proposta é que, a partir do movimento brasileiro em apoio às independências africanas e de suas conexões, possamos apreender como os temas do colonialismo português e o posicionamento do Brasil diante da questão eram discutidos por alguns setores da sociedade brasileira. A nossa intenção é ainda contribuir para ampliar o debate sobre as conexões entre Brasil e África na história contemporânea.

Para percorrer esses objetivos, uma importante referência é o trabalho de mestrado do historiador Marcelo Bittencourt, *As linhas que formam o "EME" - um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*, publicado em 1996. Na pesquisa, Bittencourt analisa a trajetória política do MPLA e apresenta fatos importantes que permitem compreender como as ideias emancipacionistas africanas chegaram ao Brasil. Segundo o historiador, após as prisões, em 1959, de opositoristas angolanos e a instalação da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) em Luanda, o MPLA percebeu a necessidade de dar visibilidade internacional à luta.<sup>24</sup>

A presença de angolanos adeptos do MPLA no exterior ajudou a busca por apoios internacionais. Muitos deles estavam fora de Angola para completar os estudos superiores. Em Portugal, muitos se associaram à CEI, onde compartilhavam com outros africanos e estudantes estrangeiros as ideias de independência e de autodeterminação das colônias. "Ela (a CEI) seria realmente o berço de muitos dos futuros quadros que se empenhariam na luta pela independência das diversas colônias".<sup>25</sup> Brasileiros que se engajariam na criação do MABLA também frequentavam esse espaço privilegiado de fortalecimento do sentimento nacionalista africano.

---

<sup>24</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o "EME" - um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996, p. 137-155.

<sup>25</sup> BITTENCOURT, 1996, p. 141-142.

Em 2002, na tese "*Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*", Marcelo Bittencourt afirma que Portugal sempre temeu que o Brasil se aproximasse de movimentos nacionalistas africanos, principalmente, após o início da guerra de libertação nacional em Angola. Segundo Bittencourt, o MPLA buscou o apoio de políticos e intelectuais no Brasil com o objetivo que eles mobilizassem a opinião pública a pressionar o governo brasileiro a romper o apoio ao regime fascista português.

Dessa estratégia, de acordo com Bittencourt, teria resultado a criação do MABLA, “responsável pela organização de manifestações a favor da independência de Angola, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (...)”<sup>26</sup>. A pesquisa de Bittencourt é o primeiro trabalho em que encontramos uma referência direta ao MABLA. Embora a tese nos forneça importantes indícios sobre o movimento brasileiro pró-independência africana, o objeto de pesquisa do autor é o MPLA e não o MABLA.

Em 2011, no livro *Hotel Trópico: Brasil e o desafio da descolonização na África, 1950-1980*, o historiador Jerry Dávila descreveu a criação no Brasil de dois grupos comprometidos com a libertação da África portuguesa: um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. A pesquisa de Dávila apontou algumas conexões mantidas por esses grupos com a imprensa e contatos feitos com representantes de movimentos nacionalistas africanos, como o MPLA e o PAIGC, que se encontravam no Brasil no início da década de 1960.<sup>27</sup> O livro, no entanto, tem como foco a análise da relação externa do Brasil com a África de 1950 a 1980.

Nessa revisão historiográfica, foram identificados apenas dois trabalhos que abordaram, especificamente, a atuação de um movimento em apoio às independências africanas no Brasil. Em 2007, no trabalho de conclusão do curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Edmilson Pereira dos Santos, orientado por Marcelo Bittencourt, concluiu a pesquisa *O MPLA no Brasil - a campanha pela independência de Angola no contexto político brasileiro (1960-1964)*. O autor acompanhou a trajetória de um pequeno grupo de integrantes do MABLA, formado por angolanos e brasileiros, e tentou reconstruir suas redes de sociabilidade. No entanto, em razão da pequena quantidade de fontes, a pesquisa não conseguiu aprofundar o estudo das conexões feitas pelo movimento.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> BITTENCOURT, Marcelo. "*Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2002, p. 161-163.

<sup>27</sup> DÁVILA, 2011, p. 148-151.

<sup>28</sup> SANTOS, Edmilson. *O MPLA no Brasil: A Campanha pela Independência de Angola no contexto político brasileiro (1960-1964)*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

O trabalho de maior fôlego sobre o tema foi realizado, em 2010, pelo historiador José Francisco dos Santos. Na dissertação *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – ‘um amplo movimento’: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*, o autor identificou os grupos que integraram a rede de apoio às independências africanas criada no Brasil, descrevendo suas relações com a imprensa e com outros setores da sociedade. O trabalho, no entanto, também dá mais destaque às relações internacionais entre Brasil e Angola.<sup>29</sup>

Diante do que foi exposto, a dissertação apresentada tem como proposta de originalidade a busca por evidenciar como os grupos do movimento brasileiro em apoio às independências conseguiram criar uma rede de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos, principalmente, o MPLA, e dar maior visibilidade à luta de independência nas colônias portuguesas.

A partir do estudo do MABLA e de suas conexões, pretendemos apreender como setores da sociedade brasileira repercutiram o debate sobre as independências africanas de 1961 a 1975. O nosso interesse é contribuir com a nova historiografia especializada sobre as relações entre Brasil e países africanos no contexto de atuação dos movimentos nacionalistas africanos no início da década de 1960.

#### AS FONTES

A realização de uma pesquisa sobre o MABLA é um trabalho que demanda o uso de diversos tipos de fontes por conta do número reduzido de documentos produzidos pelo próprio movimento. Segundo relatos de ex-ativistas entrevistados para essa dissertação, muito material foi destruído para não cair nas mãos de agentes da repressão, após o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, ou se perdeu com o tempo.

A primeira pista seguida para a realização desta investigação foram as fontes identificadas nos poucos trabalhos acadêmicos que mencionavam o MABLA, principalmente, na dissertação de José Francisco dos Santos. A partir dessas primeiras fontes e à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, definimos que o *corpus* documental seria composto por 6 tipos de fontes:

- 1 - documentos da repressão produzidos pela polícia ditatorial do Brasil e pela PIDE
- 2 - imprensa
- 3 - documentos diplomáticos (correspondências, pareceres, requerimentos, e memorandos)
- 4 - fontes orais
- 5 - autobiografias
- 6 - livros de memórias

---

<sup>29</sup> SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. São Paulo: PUC, 2010.

Para a realização deste trabalho, foram realizadas investigações em arquivos no Brasil e em Portugal. No Brasil, foram visitados os Arquivos Públicos dos Estados do de São Paulo e do Rio de Janeiro em busca de documentos acerca dos ativistas pró-independência africana e suas ações no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) e no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RJ), respectivamente.

Ciente de que as atividades do MABLA haviam sido monitoradas por agentes policiais, localizamos nesses arquivos relatórios que integram processos de investigação e dados fornecidos por informantes infiltrados nos grupos de ativistas pró-independência africana. Encontramos ainda cópias de documentos apreendidos produzidos pelos próprios ativistas, tais como panfletos, manifestos, notas públicas, a maior parte deles publicados no jornal *Portugal Democrático*.

Em Campinas, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas (Unicamp), foram consultadas as edições do *Portugal Democrático*, no período de 1961 a 1975. Este periódico foi o principal veículo de comunicação da oposição portuguesa exilada no Brasil e também serviu ao grupo do MABLA na divulgação da campanha a favor das independências africanas e contra Portugal, principalmente, nos anos de 1961 e 1962.

Em Brasília, no Arquivo Histórico do Itamaraty, foram identificados documentos que registram oficialmente decisões e orientações do governo brasileiro sobre o tema colonialismo. Também foram selecionados documentos trocados entre o MRE e as Missões Brasileiras junto à ONU e encaminhados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Documentos da PEI, publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão, também são importantes fontes para o acompanhamento dos debates sobre o colonialismo português na esfera governamental.

Em Portugal, os arquivos da PIDE localizados na Torre do Tombo guardam fontes impressas relevantes para essa investigação. A polícia política portuguesa produziu documentos sobre as atividades dos grupos identificados como MABLA em São Paulo e no Rio de Janeiro. Também foram localizados relatórios redigidos por espões infiltrados nas reuniões do MABLA, principalmente, no grupo do Rio de Janeiro.

Também encontramos no acervo da PIDE processos individuais de ativistas de colaboradores do MABLA. Foram identificados arquivos em nome dos brasileiros Fernando Augusto Albuquerque Mourão, José Maria Nunes Pereira, e Sylvio Band; dos angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves; do moçambicano Orlando Dourado; e do português Miguel Urbano Rodrigues.

No Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em Lisboa, localizamos documentos oficiais produzidos pela diplomacia durante a crise de seu sistema colonial. Foram analisados, principalmente, ofícios enviados por autoridades portuguesas cobrando

do Brasil um posicionamento na ONU favorável a Portugal nas votações de resoluções que tentavam infringir a Lisboa punições por conta das ações de repressão contra os movimentos africanos que reivindicavam a independência.

Foram identificadas ainda correspondências trocadas entre a Embaixada de Portugal no Brasil e o MNE que relatam informações sobre o MABLA e sobre os grupos de oposição portuguesa. A imprensa brasileira antissalazarista, principalmente em São Paulo, também é assunto de ofícios.

Para a realização deste trabalho, foram produzidas fontes orais a partir de entrevistas com ex-integrantes do movimento brasileiro pró-independência das colônias portuguesas em África, principalmente Angola. Nessa etapa, foi importante a ajuda do historiador José Francisco dos Santos, que nos forneceu, gentilmente, uma lista de potenciais entrevistados. A partir dos contatos fornecidos por Santos, foram realizadas cinco entrevistas:

São Paulo - Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Sylvio Band (brasileiros); Rio de Janeiro - José Manuel Gonçalves (angolano); Orlando Dourado (moçambicano) e Alberto da Costa e Silva (diplomata brasileiro).

Também foram acessadas entrevistas concedidas por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira, gravadas em 2007, durante a realização do Ciclo de Encontros Estudos Africanos no Brasil, na Casa das Áfricas, em São Paulo. Foi consultado ainda o depoimento de Pereira ao Núcleo de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), realizado em 2006, como parte do projeto História do Movimento Negro no Brasil,

Nesta pesquisa, foram consultados ainda os acervos digitais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Última Hora*, *Correio da Manhã* e *O GLOBO*. Os jornais foram selecionados por entendermos que a partir da análise de seus conteúdos, foi possível ter uma visão mais ampla de como o debate sobre o posicionamento brasileiro frente ao colonialismo envolveu não somente o Estado, como também a sociedade civil brasileira, no período de 1961 a 1975.

*O Estado de S. Paulo* foi um dos periódicos que deu vazão às críticas ao colonialismo português, principalmente na década de 1960. O posicionamento pode ser imputado, em parte, a Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal, de perfil liberal e declaradamente antissalazarista. Filho empregou na Redação muitos opositores portugueses que chegaram ao Brasil fugindo da ditadura salazarista, inclusive nomes que colaboraram com o MABLA, como Miguel Urbano Rodrigues. O brasileiro Fernando Mourão também trabalhava na redação do jornal quando iniciou sua militância pelas independências africanas.

Os jornais *Última Hora* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicaram matérias criticando o colonialismo português e deram ampla cobertura às prisões de ativistas do MABLA,

principalmente angolanos, após o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Foi por meio de suas edições que foram denunciadas as torturas cometidas por agentes brasileiros da repressão contra os nacionalistas presos. Já o jornal *O GLOBO*, do Rio de Janeiro, foi usado como fonte por ter sido um dos veículos de comunicação de maior ligação com a colônia portuguesa no Rio de Janeiro e defender publicamente o regime de Oliveira Salazar.

No desenvolvimento desse estudo, também consultamos materiais autobiográficos produzidas por ex-integrantes e colaboradores da rede de militantes pró-independências africanas que atuou no Brasil. Os dois livros escritos pelo jornalista português Miguel Urbano Rodrigues, *O Tempo e o Espaço em que Vivi I: procurando um caminho* (2002) e *O Tempo e o Espaço que Vivi II: revolução e contra-revolução na América Latina* (2004), narram sua trajetória política, incluindo a vinda ao Brasil, em 1958, e os contatos estabelecidos com estudantes paulistas que resultaram na criação do grupo do movimento ligado ao *Portugal Democrático* em São Paulo. Na autobiografia *Adobes da Memória* (2004): *chegadas*, o angolano Fernando da Costa Andrade, que veio ao Brasil em 1961 e também se integrou ao MABLA, relatou a experiência no movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

Os livros de memórias escritos por diplomatas que participaram ativamente do debate sobre o posicionamento do Brasil frente ao colonialismo português na África também são fontes para essa pesquisa<sup>30</sup>. Livres das formalidades do ofício de diplomatas, os autores expressam em suas obras seus argumentos a favor do fim do colonialismo e emitem opiniões sobre os longos anos em que o Brasil se manteve ao lado da política colonial portuguesa.

Por meio das publicações, também é possível conhecer os bastidores de decisões tomadas pelo governo brasileiro de aproximação com a África, como por exemplo, o reconhecimento da independência de Angola, em 1975. No livro *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty*, o embaixador Ovídio de Andrade Melo relata, em detalhes, sobre a missão lhe confiada, em 1974, pelo então chefe do Departamento da África e da Ásia no Itamaraty, Ítalo Zappa, para negociar com os movimentos nacionalistas de Angola e Moçambique a instalação de representações brasileiras ainda no período de transição para as independências nos países citados.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Os livros *Missão em Portugal* (1960), de Álvaro Lins; *Na diplomacia, o traço todo da vida*, de Mário Gibson Barbosa (2007); e *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade* (2009), de Ovídio de Andrade Melo são exemplos. O livro *Diplomacia em alto-mar* (1994), do embaixador Vasco Leitão da Cunha, compila na íntegra depoimento que o embaixador deu a pesquisadores do CPDOC/FGV em 1983.

<sup>31</sup> MELO, Ovídio de A. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 97.

## **METODOLOGIA PARA USO DAS FONTES**

O uso de fontes diversificadas exige do historiador fundamentos metodológicos claros associados ao seu potencial de reconstituição e de interpretação crítica. Nessa dissertação, buscou-se o confronto e a articulação das diversas fontes identificadas de forma a apresentar uma análise mais matizada dos processos que levaram à criação de um movimento no Brasil em apoio às independências das colônias portuguesas em África e da complexa formação de uma rede de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos. Para esclarecer o arcabouço metodológico e as referências teóricas usados para a análise das fontes encontradas, acreditamos importante tecer algumas considerações:

### **1. Documentos da repressão**

Os arquivos dos órgãos de repressão são importantes fontes para as pesquisas históricas sobre movimentos que atuaram na clandestinidade por guardar, muitas vezes, documentos que são únicos. Mas como para qualquer outro documento, é necessário ter em mente as especificidades e limitações desses dados.

Um importante aspecto a se considerar é o fato de que os arquivos produzidos por órgãos de repressão estatais guardam documentos que foram feitos dentro de um processo de investigação policial e, na maioria das vezes, quem os produziu não pensava que eles seriam publicizados.

A historiadora Irene Flunser Pimentel, que trabalhou com arquivos da PIDE e é autora do livro *A história da PIDE*, reforça a necessidade de um rigor metodológico por parte do historiador para análise desses documentos.

Lembre-se que, por seu lado, os investigados/presos, de um modo geral, por razões óbvias, procuravam fugir à investigação e à revelação de dados. Por outro lado, a polícia omitia ou falsificava, nos seus relatórios, factos e objectos da sua investigação, escondia os métodos “ilegais” de pressão e tortura utilizados e mentia, para obter condenações nos tribunais, apesar da ausência de provas.<sup>32</sup>

A autora alerta que o pesquisador não pode se deixar enganar pensando que terá seu trabalho facilitado porque irá encontrar nesses arquivos fontes que já são objetos de uma “investigação” preliminar feita pela própria polícia. É importante ter em mente a carga ideológica que essas fontes carregam e a natureza do trabalho desempenhado pela PIDE como aparelho repressor do Estado Novo português, com o uso de práticas secretas e ilegais.

A ideologia está, assim, sempre presente de ambos os lados – “carrascos” e “vítimas” -, somando-se à própria ideologia do investigador. Por outro lado, a neutralidade para a qual deve tender o historiador, ciente de que nunca a atingirá absolutamente, não deve fazê-lo esquecer que analisar a PIDE/DGS é estudar um microcosmo em que funcionavam, numa

---

<sup>32</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates, 2007, p. 14.

situação-limite dramática e radicalmente desigual, os agentes da polícia e os que ela detinha e interrogava.<sup>33</sup>

Para o historiador Marcelo Bittencourt que também usou documentos da PIDE nas pesquisas de mestrado e de doutorado sobre o MPLA, o melhor caminho para a análise desses documentos pelo historiador é confrontá-los com outras fontes, associando essa tarefa a uma leitura consciente das limitações desses arquivos.<sup>34</sup>

Com o devido trabalho metodológico, esses documentos nos auxiliaram na busca de elementos explicativos da trajetória dos grupos que se integraram ao MABLA. Um dos caminhos da pesquisa traçados foi mapear, a partir da análise desses dados, algumas conexões feitas pelo MABLA.

## 2. Imprensa escrita

O uso de jornais impressos como fonte histórica já é um procedimento respaldado pelo campo da História, com amplo fundamento teórico e metodológico. A imprensa escrita é considerada como fonte documental na medida em que enuncia discursos e expressões e, como agente histórico, porque intervém nos processos e nos episódios sociais.

O historiador que trabalha com jornais impressos deve considerar aspectos como a materialidade (número de páginas, organização das matérias, iconografia, publicidade, hierarquia das matérias); e o posicionamento ideológico expresso pela linha editorial da publicação. Segundo Alexandre Stephanou, o pesquisador deve também entender os critérios técnicos - e tentar alcançar os subjetivos - implicados na atividade jornalística.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato, ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos.<sup>35</sup>

O autor enfatiza a importância de se ter em mente que, ao analisarmos jornais, somente se acessa o que se tornou notícia, aquilo que, por critérios técnicos, mas também subjetivos, foi selecionado para ser publicado. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, a análise de textos de imprensa requer que o pesquisador relacione texto e contexto em busca dos “nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”.<sup>36</sup>

<sup>33</sup> PIMENTEL, 2007, p. 14.

<sup>34</sup> BITTENCOURT, 2002, p. 19.

<sup>35</sup> STEPHANOU, A.A. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 45

<sup>36</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 378.

### 3. Documentos diplomáticos

A análise dos documentos produzidos pelo Estado para fins diplomáticos exige do pesquisador alguns conhecimentos específicos sobre tipologia e hierarquia entre esses dados e sobre as categorias no que se refere à natureza e ao grau de sigilo do assunto da documentação. Para fazer essa identificação, o artigo *A Pesquisa Histórica no Itamaraty*, do historiador Pio Penna Filho, foi de grande ajuda.<sup>37</sup>

O campo de pesquisa histórica que aponta para a relevância da documentação diplomática, que hoje se passou a se chamar História das Relações Internacionais, deve levar em consideração também outros aspectos. Para Norma Breda dos Santos, a investigação das fontes governamentais é parte essencial para a compreensão dos processos atinentes às relações internacionais, “que também têm a ver com processos sociais e econômicos, representações e percepções, o mundo das ideias e as fontes que as nutrem”.<sup>38</sup>

A metodologia usada neste estudo tentou avaliar o impacto do debate sobre o fim do colonialismo para a formulação da política externa brasileira voltada para a África. O esforço foi alcançar as principais ideias presentes no discurso oficial diplomático brasileiro sobre este tema.

### 4. Fontes orais

O uso de fontes orais para a pesquisa de um objeto sobre o qual existem poucos documentos e estudos historiográficos, como o movimento brasileiro em apoio às independências e autodeterminação dos povos africanos, é um recurso útil e fundamental. Como destaca Lucilia de Almeida Neves Delgado, no livro *História oral: memória, tempo, identidades*, a História Oral é um procedimento metodológico “que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais”.<sup>39</sup>

Ao mesmo tempo em que é um meio eficiente de se buscar preencher lacunas de eventos não muito distantes de nosso presente e/ou acessar fatos inéditos, a História Oral é um desafio para o historiador. Nesse sentido, o debate sobre a relação entre memória e história é muito pertinente. Como

---

<sup>37</sup> PENNA FILHO, Pio. *A pesquisa histórica no Itamaraty*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 42(2), 1999, p. 117-144.

<sup>38</sup> BREDASANTOS, Norma. *História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área*. (online). Franca, v. 24, n. 1, p. 32, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 10/06/2016.

<sup>39</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2010, p. 15.

assevera Paul Ricoeur, a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva.<sup>40</sup> Isso quer dizer que, no trabalho de configuração da narrativa, é necessário tomar consciência de inúmeros fatores que podem influenciar o que a fonte oral recorda de seu passado (presentificando-o), mas também o que ela esquece.

Na análise dessas fontes, reconhecemos o papel da memória como um instrumento de reconstrução continuamente atualizada do passado e não uma reconstituição fiel do mesmo. Segundo Michael Pollak, a noção de memória não é algo estável e congelado no passado, a ser “resgatado” pelo pesquisador.

A memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.<sup>41</sup>

Com diz Pierre Nora, “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”.<sup>42</sup> Assim, na análise das fontes orais consultadas, nosso desafio foi perceber o processo de (re)construção que os entrevistados fizeram de suas memórias (individuais e coletivas) como ex-militantes do MABLA.

Seguindo a metodologia da História Oral, concordamos que aquilo que o entrevistado lembra (e se esquece) é impactado pelo tempo, pelo lugar social que ele ocupou no passado e aquele que ocupa no presente. Nessa pesquisa, foram entrevistados, em quase sua totalidade, militantes dos três grupos do movimento brasileiro pró-independência africana. Os mais 50 anos de distância dos acontecimentos narrados é um fator a ser considerado. Muitos deles participaram do MABLA quando ainda eram estudantes universitários e não guardaram documentos nem escreveram memórias sobre essa participação.

Também não se pode ignorar que o recente interesse acadêmico pelo MABLA tem um peso simbólico e de reconhecimento que pode ter impactado os testemunhos. Por isso, tivemos a preocupação de tentar confrontar os relatos dos ex-militantes com outras fontes encontradas na imprensa e em outros arquivos. Infelizmente, nem sempre isso foi possível.

É importante mencionar ainda que o uso de roteiros não foi uma ferramenta engessada na realização das entrevistas usadas nesta pesquisa. As perguntas aos entrevistados não objetivavam *essencialmente* a checagem de informações. As *distorções* da memória reveladas em cada uma das

---

<sup>40</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 455.

<sup>41</sup> POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10., 1992, p. 204. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>> Acesso em 01/07/2016.

<sup>42</sup> NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire, Les lieux de mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984, p. 08.

entrevistas foram interpretadas mais como um recurso do que como um problema. A partir das subjetividades e das *deformações* dos depoimentos levantados sobre a atuação dos ex-integrantes da rede pró-independências africanas, buscou-se realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado realizados por esses sujeitos históricos.

## 5. Autobiografias

A metodologia adotada para análise de autobiografias está amparada nos apontamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, sobre o uso da biografia em pesquisas históricas. Em sua crítica à “ilusão biográfica”, Bourdieu destaca que o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado que já se manifestava desde os momentos mais remotos da infância do personagem.<sup>43</sup> Segundo o autor, ao se analisar as biografias, deve-se buscar compreender a trajetória do sujeito relacionada a seu espaço social e as variáveis posições ocupadas por esse mesmo ator social nesse espaço, também este em mudança constante.<sup>44</sup>

No caso das autobiografias, não existe a influência de uma terceira pessoa nessa narração. Quem seleciona os fatos a serem narrados e a organização hierárquica do conteúdo é o próprio biografado. Para Michel Pollak, a reconstrução de uma história de vida “ordena acontecimentos que balizam uma existência onde se define o lugar social do indivíduo e sua relação com os outros”.<sup>45</sup>

## 6. Livros de memórias

Os livros de memórias de diplomatas merecem análise crítica da mesma maneira que os outros tipos de documentos usados nesse estudo. Assim como as autobiografias, não se pode perder de vista que as narrativas dos livros de memória devem ser relacionadas ao espaço social em que seus autores viveram e qual o discurso que estes pretendem construir sobre si mesmos e sobre o trabalho realizado. Nesse sentido, é importante levar em consideração os debates sobre a memória como produtora de significados e de representação.

## ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O I capítulo dessa pesquisa trata do “Período Pós-Segunda Guerra: a crise dos sistemas coloniais e o Brasil”. A partir de um recuo do recorte temporal deste trabalho, procuramos compreender como a crise do colonialismo repercutiu

---

<sup>43</sup> BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 184.

<sup>44</sup> BOURDIEU, 2006, p. 190-191.

<sup>45</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 13.

nas definições das bases de uma política externa brasileira voltada para a África e abriu um amplo debate sobre a aliança com Portugal.

O referido capítulo está dividido em quatro partes: 1) A resistência africana contra o colonialismo; 2) A aliança com Portugal: um obstáculo à política externa brasileira voltada para a África (1946-1960); 3) O Estado Novo português e o Luso-tropicalismo; 4) A PEI e um novo olhar para a África.

No II capítulo, “Solidariedade Brasil e África: o nascimento da rede de apoio às independências africanas”, a proposta é compreender o processo de criação de um movimento em apoio às independências das colônias portuguesas em África, principalmente de Angola, a partir da análise da trajetória de alguns de seus ex-ativistas. Buscaremos, ainda evidenciar como os militantes do MABLA se conectaram às ideias do nacionalismo africano e à campanha antissalazarista, as conexões mantidas e as estratégias usadas pelos grupos para ampliar as colaborações ao movimento.

O capítulo está estruturado em quatro partes: 1) Percursos atlânticos: as ideias nacionalistas chegam ao Brasil; 2) Africanos no Brasil: em busca do apoio à luta de liberação; 3) Os desafios, as estratégias e as alianças no contexto da militância a favor das independências africanas; 4) Pressão sobre o governo brasileiro

No III Capítulo, “Reconfiguração do ativismo em defesa da África após o golpe civil-militar de 1964”, tentaremos evidenciar as estratégias usadas por ex-ativistas dos grupos do MABLA, após a ditadura militar brasileira, para continuar lutando pela causa africana. Abordaremos a atuação deles no jornal *Portugal Democrático* e nos centros de estudos africanos.

O capítulo tem quatro divisões: 1) A PIDE no Brasil e o monitoramento das atividades do MABLA (1961-1964); 2) *Portugal Democrático*: a luta contra o colonialismo português em tempos de ditadura no Brasil; 3) Os centros de estudos africanos: iniciativas de aproximação com o continente africano; 4) O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil.

Neste último capítulo, convido os leitores a pensarem em que medida a militância de um movimento brasileiro em apoio às independências africanas, ainda que pequeno e com curta duração, contribuiu para criar novos laços de solidariedade entre o Brasil e a África.

## CAPÍTULO I

### **Período Pós-Segunda Guerra: a crise dos sistemas coloniais e o Brasil**

O surgimento de um movimento brasileiro em apoio às independências africanas não pode ser entendido deslocado do contexto internacional em que o debate sobre o fim do colonialismo estava em ascensão. Até mesmo para melhor compreender e problematizar as ações desses ativistas e a recepção por parte deles das ideias de resistências africanas ao colonialismo, convém traçar um retrospecto, ainda que breve, de quando teve início a crise de legitimidade dos sistemas coloniais.

Por isso, é necessário um recuo no tempo até o período do Segundo Pós-Guerra. A ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como as novas potências mundiais; a manifestada preocupação da comunidade internacional em garantir a paz após a divulgação dos crimes de guerra nazistas; e a intensificação da atuação dos movimentos nacionalistas africanos são alguns dos fatos que transformaram a atmosfera mundial cada vez mais hostil ao colonialismo.

O início da guerra de libertação nacional em Angola, em 1961, provocou intensas críticas a Portugal, último país a manter territórios coloniais. A proposta deste capítulo é compreender como o debate sobre o fim do colonialismo repercutiu no Brasil. Diante do contexto de crise dos sistemas coloniais ainda mantidos pelas potências europeias em África, pretendemos evidenciar como os governos brasileiros pós-Segunda Guerra se posicionaram sobre o tema, principalmente, com relação a seu aliado, Portugal.

A compreensão da complexidade desse momento histórico, em que o colonialismo é discutido dentro e fora do Brasil, é importante para esta pesquisa. Isso porque o movimento brasileiro em apoio às independências africanas, que será criado em 1961, tem como principais objetivos pressionar o governo e a sociedade brasileira a apoiarem as independências das colônias portuguesas em África, principalmente Angola e criar ações de suporte aos movimentos nacionalistas africanos, especialmente ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

A década de 1960 é um momento de importante viragem no Brasil com os governos de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964) que tentaram implementar na política externa brasileira ações voltadas para o continente africano. De olho em conquistar novos parceiros comerciais e ocupar lugar de destaque na geopolítica mundial, o Estado brasileiro também sinalizou, pela primeira vez na história, a possibilidade de rever o apoio histórico a Portugal e a seu sistema colonial.

Mas essa nova postura estaria fadada a se chocar com a hábil diplomacia portuguesa e com o grande número de simpatizantes da aliança luso-brasileira dentro do Brasil. O forte *lobby* português nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo atuou fortemente na imprensa e pressionando políticos e autoridades para inviabilizar os planos de uma política africana. Retoricamente, Portugal e seus apoiadores se apropriaram da teoria do luso-tropicalismo, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, para defender seu projeto de fazer de seus territórios em África “futuros Brasis”<sup>46</sup>, ou seja, nações pluricontinentais e multirraciais.

Para tentar contemplar a análise de todas as questões, este capítulo está estruturado em quatro partes: (1) A resistência africana contra o colonialismo; (2) A aliança com Portugal: um obstáculo à política externa brasileira voltada para a África (1946-1960); (3) O Estado Novo português e o Luso-tropicalismo; e (4) A PEI e um novo olhar para a África.

### 1.1 A resistência africana contra o colonialismo

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mudou radicalmente a configuração de forças políticas e econômicas no cenário mundial. A Europa Ocidental perdeu definitivamente o controle e a influência no plano internacional para as novas potências mundiais, EUA e URSS, que, embora ideologicamente em lados opostos, não tinham interesses coloniais diretos.<sup>47</sup> A Guerra Fria, que cedo se declarou entre as duas potências, fazia da hegemonia econômica e ideológica sobre as áreas de influências um dos elementos cruciais da confrontação entre os blocos.

Os movimentos nacionalistas africanos também intensificaram a luta contra o colonialismo após o enfraquecimento das antigas potências europeias durante a Segunda Guerra Mundial. O surgimento de bandeiras independentistas e anticolonialistas tomaram o lugar da antiga convivência com o colonizador. A radicalização e o embate tornaram-se elementos centrais no projeto de luta pela emancipação.

No pós-guerra, as principais potências coloniais, França e Grã-Bretanha, ainda tentaram adotar políticas reformistas que promoviam a “integração” das colônias à metrópole. Mas reconhecendo a inevitabilidade das independências, paulatinamente, esses dois países foram abrindo

---

<sup>46</sup> CASTELO, Cláudia. “*Novos Brasis*” em *África desenvolvimento e colonialismo português tardio*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago 2014, p. 530.

<sup>47</sup> Os EUA, que saíram da guerra como líderes do mundo capitalista, sem tradição nem vínculos coloniais, concebiam uma hegemonia internacional que prescindia da dominação direta das áreas de influência. A União Soviética defendia o direito dos povos africanos à independência, mas também via o anticolonialismo como opção estratégica para debilitar as economias capitalistas europeias. CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 215.

o diálogo com as elites nacionalistas dos territórios coloniais, adequando-se aos paradigmas da Guerra Fria.

A primeira leva de independências africanas se realizou por vias de negociação, mas isso não significa que não tenha havido conflitos e pressões dos colonizados na luta pelas independências de seus países. Os exemplos de Marrocos e da Tunísia<sup>48</sup>, primeiros países africanos a se tornarem independentes, em 1956, comprovam que, somente após manifestações, greves e muita pressão de seus movimentos nacionalistas, o governo francês cedeu, ainda que tardiamente, e iniciou a negociação sobre o processo de emancipação.

No novo contexto da Guerra Fria, os países afro-asiáticos procuraram se fortalecer e buscar autonomia para encontrar saídas para problemas comuns. A Conferência de Bandung<sup>49</sup> (18 a 24 de abril de 1955, Indonésia) é um marco simbólico da nova feição da África após o Segundo Pós-Guerra. Pela primeira vez, países recém-independentes se uniam para atuar como bloco político e econômico.

Apropriando-se de mecanismos do direito internacional e das práticas diplomáticas, as novas nações visavam defender nas Nações Unidas o direito à liberdade e à autodeterminação dos povos africanos, ainda sob domínio colonial. Em Bandung, as nações reunidas confirmaram ainda o propósito do não-alinhamento às potências da Guerra Fria, EUA e URSS. A decisão se inseriu em uma tendência terceiro-mundista, que envolvia países da Ásia, África e da América, considerados neutros.

Ainda que as decisões de cooperação mútua resultantes da Conferência de Bandung tenham cedo mostrado suas limitações, as nações buscavam estabelecer caminhos conjuntos para a cooperação política, cultural e econômica em busca do desenvolvimento. A luta dos povos africanos pela independência também se inseria dentro um movimento maior de denúncia das mazelas do imperialismo, que dilapidou as riquezas naturais do continente, explorou a sua população e emperrou o seu crescimento.

Segundo afirma José Honório Rodrigues, os países africanos e asiáticos sabiam da dificuldade de isolar-se das tensões mundiais, mas acreditavam que a política de não-alinhamento daria a eles maior controle sobre seus próprios destinos. “O não comprometimento significa não só evitar as

---

<sup>48</sup> A independência do Marrocos foi proclamada no dia 2 de março de 1956 e a da Tunísia no dia 20 de março de 1956. Cf. HRBEK, Ivan. *A África setentrional e o chifre da África*. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, Christophe (Org.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.151-190.

<sup>49</sup> Participaram da Conferência de Bandung 29 países: 15 da Ásia (Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul, e Tailândia); oito do Oriente Médio (Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia). Do continente africano, participaram apenas cinco Estados soberanos (Egito, Etiópia, Libéria, Líbia e Sudão) e duas delegações (representantes da Frente de Libertação Nacional da Argélia – FLN e do Partido Popular da Convenção - CPP) no poder na Gold Coast britânica (Gana).

alianças ou blocos militares, como manter uma posição diplomática que os habilite a decidir as questões sem compromissos anteriores”.<sup>50</sup>

Após Bandung, as nações africanas recém-independentes realizaram, no final da década de 1950 e início da década de 1960, outras conferências que merecem ser lembradas por conta do projeto de tentar construir a integração política da África inspirada pelo movimento do Pan-africanismo.<sup>51</sup> O presidente de Gana, Kwame Nkrumah, foi um dos grandes mentores das ideias pan-africanistas e defendia também a criação de um mercado comum entre os países africanos.

Em dezembro de 1958, foi realizada a 1ª Conferência dos Povos Africanos, em Accra. O evento reuniu duzentos e cinquenta delegados e muitos observadores. Ela abordou os temas do anticolonialismo, anti-imperialismo, antirracismo, a unidade africana e o não alinhamento. Na conferência, lideranças políticas e sindicalistas africanos vindos de Estados ou de colônias de língua francesa, inglesa, árabe ou portuguesa fortaleceram suas relações ideológicas e pessoais. A 2ª Conferência dos Povos Africanos foi realizada em Tunes, de 25 a 31 de janeiro de 1960.

As organizações africanas de luta anticolonialista das colônias portuguesas foram representadas nas duas Conferências dos Povos Africanos: um delegado e um observador em Accra e cinco delegados em Tunis. No evento em Tunis, cinco delegados conseguiram incluir nas resoluções finais um capítulo específico sobre o colonialismo português. O texto denunciava a ação colonial portuguesa e os seus preparativos de guerra contra os africanos e exigia a independência imediata dos povos africanos dominados por Portugal.<sup>52</sup>

A articulação e o fortalecimento dos movimentos de libertação nacional puderam ser sentidos efetivamente nas discussões sobre o direito às independências e à autodeterminação dos territórios

<sup>50</sup> RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte (volume 02)*. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S.A., 1964, p. 294.

<sup>51</sup> O Pan-africanismo é um complexo movimento de ideias, teorias, arranjos e visões de mundo surgido na primeira metade do século XIX, a partir dos contatos entre negros da Grã-Bretanha, Antilhas, EUA e lideranças do continente africano. O arcabouço teórico do pan-africanismo é uma resposta às teorias raciais desenvolvidas ao longo do século XIX, a exemplo da poligenia e do darwinismo social. O pan-africanismo tem como uma de suas principais questões a ideia de que a África deveria ser transformada nos Estados Unidos da África. Os teóricos do pan-africanismo acreditavam na ideia de uma África unida e homogênea e indistinta. Esta África, nessa perspectiva, é tida como a origem de todas as práticas, costumes, culturas e religiões dos negros e negras da diáspora. Cf. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. DECRAENE, Philippe. *O Pan-africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962.

<sup>52</sup> Resolução da II Conferência dos Povos Africanos (Túnis) sobre as colônias portuguesas. Representação de 5 delegados dos movimentos nacionais das colônias portuguesas: Abel Djassi (Amílcar Cabral), Hugo Menezes, Lúcio Lara e Viriato da Cruz (Movimento Anticolonialista e organizações a ele ligadas) e José Gilmore (União dos Povos de Angola - UPA). Resolução da II Conferência dos Povos Africanos sobre as colônias portuguesas. Segunda, 25 de Janeiro de 1960 - Sábado, 30 de Janeiro de 1960. Pasta: 07058.017.005. Fundação Mário Soares. DAC - Documentos Amílcar Cabral. Acervo digital [www.casacomum.org.br](http://www.casacomum.org.br).

africanos e asiáticos realizadas na Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>53</sup> Criada em 1945, a entidade tinha como proposta central dirimir conflitos entre as nações associadas e evitar a repetição de horrores humanitários como o Nazismo.

Sobre o tema colonialismo, o principal documento que disciplinava a atividade da ONU, a Carta das Nações estabelecia em seu artigo 73º que “os países membros das ONU que administrassem territórios, cujos povos não tivessem atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos”, seriam obrigados a desenvolver a capacidade desses últimos ao governo próprio”.<sup>54</sup>

O aumento do número de nações africanas e asiáticas recém independentes a partir da segunda metade da década de 1950<sup>55</sup> intensificou a pressão sobre a ONU pela condenação dos países que insistiam em manter suas colônias. Seus representantes apresentavam resoluções exigindo a punição dos países coloniais amparados pela Carta das Nações e denunciando a opressão contra o povo subjugado dos territórios administrados pelas metrópoles.

Após as vitórias sobre os principais impérios coloniais, França e Inglaterra, no início da década de 1960, Portugal se tornou o último obstáculo a ser transposto pelos movimentos nacionalistas africanos. Mesmo confrontado com a pressão internacional favorável à autodeterminação dos territórios coloniais no período pós-guerra, Portugal lançou mão de inúmeras estratégias para tentar manter suas colônias em África.

Uma das artimanhas usadas pelo Estado Novo português (1933-1974) foi realizar, em 1951, uma revisão da constituição portuguesa. Os termos “colônias” e “império colonial” foram substituídos por “províncias ultramarinas” ou “ultramar”. No jogo retórico, Portugal sustentava não possuir territórios subjugados, mas terras portuguesas além-mar.

Em sua defesa, o Estado Novo português também assumiu o discurso de estar investido de uma missão “civilizadora” com o objetivo de fazer de seus “territórios ultramarinos” nações multirraciais e pluricontinentais a exemplo do Brasil. A ideia se amparava em uma leitura

---

<sup>53</sup> A criação da ONU, em 1945, e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, são reflexos dos novos valores humanitários do pós-guerra.

<sup>54</sup> Artigo 73º da Carta das Nações, 22 de outubro de 1945.

<sup>55</sup> No final de 1960, a África era o continente com maior número de representantes na Assembleia Geral das Nações Unidas. Dos 119 países com assento na ONU, 35 eram africanos. O bloco de países afro-asiáticos contabilizava 62 países. MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Angola 61 - Guerra Colonial: causas e consequências*. Alfragide: Texto Editores, 2011, p. 19.

instrumental do luso-tropicalismo”<sup>56</sup> de Gilberto Freyre, no sentido da “afirmação da unidade nacional e do desenvolvimento harmonioso” de todos os africanos.<sup>57</sup>

A hábil diplomacia portuguesa também investiu em encontrar aliados, incluindo o Brasil, para enfrentar a longa batalha jurídica na ONU. Mas o início da luta de libertação nacional em Angola, em 1961, e nas outras colônias portuguesas<sup>58</sup> provou que os movimentos nacionalistas africanos não estavam dispostos a esperar pacificamente pela resolução da questão na esfera diplomática.

O impasse entre Portugal e suas colônias se transformou em um dos principais conflitos bélicos da década de 1960. De um lado, Portugal estava irredutível em deixar os territórios em África e disposto a conseguir aliados para legitimar sua posição. De outro, os movimentos nacionalistas africanos, além de iniciarem a guerra de libertação nacional, intensificavam a pressão sobre a comunidade internacional, principalmente na ONU.

## **1.2 A aliança com Portugal: um obstáculo à política externa brasileira voltada para a África (1946-1960)**

Após a Segunda Guerra Mundial, a definição da política externa brasileira foi a primeira instância que repercutiu a crise enfrentada pelos sistemas coloniais. O Brasil estava disposto a se expandir industrialmente e a construir certa influência entre os países subdesenvolvidos, inclusive os africanos.<sup>59</sup> No entanto, a ligação histórica do país com Portugal impôs obstáculos às tentativas brasileiras de se aproximar da África.

Novamente, um recuo no tempo é necessário nesta pesquisa para a compreensão de como o posicionamento do Brasil frente ao colonialismo português interferiu na política externa brasileira voltada para a África, no período de 1946 a 1960. Nesse recorte temporal, o Brasil adotou

---

<sup>56</sup> O luso-tropicalismo exaltou a importância do elo luso na formação do povo brasileiro a partir da mistura entre as três raças (indígena, africana e europeia). De acordo com Gilberto Freyre, ao contrário de outros povos europeus, o português possuía uma maneira “especial” de viver nos trópicos, caracterizada pela mistura racial e pela afinidade com os negros. Assim, o cerne da concepção luso-tropicalista se amparava na ideia de um novo tipo de processo civilizatório, que tem no português o “herói colonizador” e construtor da nação, aquele que concedeu ao negro e ao índio a possibilidade de integração. O sociólogo afirmava que, ao lado do novo tipo de civilização, vinha se desenvolvendo um novo tipo de saber nos trópicos. FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos Trópicos*. In: FREYRE, G. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, p. 69.

<sup>57</sup> CASTELO, 2014, p. 530.

<sup>58</sup> Sob a liderança de Amílcar Cabral, o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC) começou sua rebelião armada em 1963. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) se insurgiu, oficialmente, em 1964.

<sup>59</sup> SARAIVA, J.F.S. *África parceira do Brasil atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 26.

constantemente uma postura ambígua com relação ao apoio às independências africanas, sempre mais inclinado, no entanto, para o lado português.<sup>60</sup>

Essa contextualização é importante para que possamos entender as mudanças que vão correr a partir de 1961 na política externa brasileira que vão representar, pela primeira vez, uma disposição do Brasil em estabelecer relações especiais com a África. Essa mudança de orientação vai motivar um debate que vai extrapolar a esfera governamental, principalmente porque ameaçará os interesses de Portugal de continuar contando com o apoio brasileiro para a manutenção de seus territórios em África. É nesse contexto que o movimento brasileiro em apoio às independências africanas vai se mobilizar para pressionar o Estado e a sociedade brasileiros os movimentos nacionalistas africanos, principalmente o MPLA.

No período de 1946 a 1960, os governos brasileiros que se sucederam viam as relações com a África, essencialmente, sob o prisma da economia. A concorrência entre os produtos africanos e brasileiros; a disputa por investimentos públicos dos EUA; e a conquista da África como mercado aliado para o projeto desenvolvimentista do Brasil são alguns exemplos de fatores que, no período, influenciaram as ambiguidades da política externa brasileira em relação ao continente africano.

Para Letícia Pinheiro, professora do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), os formuladores da política externa brasileira não enxergavam à época que a aproximação entre o Brasil e países africanos podia servir aos planos brasileiros de desenvolvimento e de maior influência internacional.

Isto (a ambiguidade) ocorreu devido a um erro de estratégia de seus formuladores (da política externa brasileira com relação à África) ao orientá-la por interesses que na época eram inconciliáveis entre si. Assim a relação com as potências coloniais, notadamente com Portugal, e os compromissos com o bloco ocidental foram responsáveis por segurar num patamar de imobilidade a relação do Brasil com o continente africano, enquanto os interesses econômicos brasileiros impulsionaram a política externa do país para um posicionamento mais pragmático.<sup>61</sup>

Mais claramente, a África apareceu como ponto de alguma relevância na agenda da política externa brasileira durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). A prioridade brasileira nas relações internacionais continuou sendo obter vantagens econômicas dos EUA<sup>62</sup> e de países aliados,

---

<sup>60</sup> PINHEIRO, L. *Brasil, Portugal e Descolonização Africana*. Contexto Internacional, vol. 9, Ano 5, 1989, p. 98. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/1989/09/23/contexto-internacional-vol-9-ano-5-1989>>. Acesso em 19/05/2016.

<sup>61</sup> PINHEIRO, 1989, p. 92.

<sup>62</sup> O Brasil ambicionava se tornar “aliado privilegiado” dos EUA, mas tal pretensão já começava a se frustrar. Segundo Letícia Pinheiro, as alterações no cenário mundial no pós-guerra que mais diretamente afetaram os interesses brasileiros diziam respeito aos efeitos da nova lista de prioridades político-estratégicas norte-americanas para a assistência econômica à América Latina. Ao considerá-la uma região “a salvo” da ameaça soviética, os EUA adotaram para a América Latina uma política de incentivos a investimentos privados, principalmente, na área de matérias-primas, em detrimento de investimentos públicos. PINHEIRO, 1989, p. 92.

embora isso não significasse que o Brasil não tivesse interesse em expandir sua influência na América do Sul e em direção a outros países, incluindo africanos.

Com relação ao colonialismo, durante o governo de Gaspar Dutra, as posições brasileiras foram de apoio às metrópoles. Na recém criada ONU, palco de debates sobre o tema, a delegação brasileira era orientada pelo então governo a acompanhar as delegações norte-americana e britânica<sup>63</sup>, assim como se opor às iniciativas de regimes políticos identificados com o campo de influência da antiga URSS. Nesse período, o Brasil aceitou a tese de que as colônias eram assunto interno dos países administradores.

Segundo José Flávio Sombra Saraiva, a não rejeição imediata do colonialismo refletia a crença dos formuladores da política exterior do Brasil de que as potências coloniais poderiam financiar o desenvolvimento econômico do país.<sup>64</sup> A intenção, portanto, era não contrariar os países coloniais que, naquela ocasião, davam apoio às reivindicações brasileiras nas Nações Unidas. Mas logo, já na década de 1950, setores do Itamaraty começariam a se posicionar contra essa estratégia ao contabilizarem os prejuízos econômicos e políticos do Brasil por conta do apoio ao colonialismo.

O governo de Getúlio Vargas (1951-1954) produziu uma política externa mais elaborada que a do seu antecessor, buscando maior autonomia do Brasil no cenário internacional. O desenvolvimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sociopolítico da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior. Nesse período, o país passava por um processo de urbanização e de industrialização, acompanhado do surgimento de segmentos urbanos médios, como uma jovem classe operária e a consolidação de uma burguesia industrial.<sup>65</sup>

Diferentemente do que ocorreu no governo Dutra, Getúlio Vargas adotou alguma crítica às desigualdades estruturais da economia internacional e à situação de vulnerabilidade da África. Em sua gestão, o presidente Vargas tentou usar sua habilidade política para tentar firmar uma posição anticolonialista em favor de interesses específicos brasileiros, sem que, com isto, colocasse o Brasil em conflito com as metrópoles coloniais.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> Os EUA e a Inglaterra também tinham interesse em manter a aliança com Portugal por causa da base militar instalada no arquipélago de Açores. A estrutura aeroportuária montada após o início da Segunda Guerra Mundial, por volta de 1940, serviu como ponto de apoio para as Forças Aliadas. Durante muitos anos, essa foi uma das razões para que os EUA votassem na ONU contra resoluções que tentassem aplicar sanções econômicas a Portugal. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.120.

<sup>64</sup> SARAIVA, 2012, p. 27.

<sup>65</sup> VIZENTINI, P.G.F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 17.

<sup>66</sup> PINHEIRO, 1989, p. 97.

Mesmo sem fazer uma defesa explícita contra o colonialismo, o governo brasileiro começava a sinalizar que o fim do sistema colonial na África serviria aos planos de desenvolvimento<sup>67</sup> do Brasil. “Vargas continuou a subordinar a política exterior aos alinhamentos ocidentais, mas incluiu na agenda a crítica às desigualdades estruturais da economia internacional”.<sup>68</sup>

O sucessor de Getúlio Vargas, Café Filho (1954-1955), recuou na política de aproximação com a África. Em seu governo, as tentativas de traçar um caminho próprio rumo ao desenvolvimento foram abandonadas em prol de um alinhamento automático à diplomacia americana. A abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional privilegiou claramente as relações Norte-Sul.<sup>69</sup>

O governo seguinte, do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), manteve o alinhamento do Brasil aos EUA, mas retomou a abertura da economia ao capital internacional. JK lançou iniciativas que exemplificavam um esforço por uma maior autonomia no sistema internacional. Aliado a seu Plano de Metas<sup>70</sup>, o presidente lançou a Operação Pan-Americana (OPA), em 1958, que tinha como objetivo atrair mais crédito e atenção dos EUA para a América Latina.<sup>71</sup>

Com relação ao colonialismo africano, a política externa do governo JK se encontrava atrelada aos compromissos históricos com Portugal. Kubitschek, inclusive, se declarava um grande admirador e amigo dos portugueses. Durante sua gestão, em 1960, o Brasil votou contra a Resolução 1.541 (XV) que recomendava ao governo de Portugal apresentar às Nações Unidas informações sobre suas colônias.<sup>72</sup>

Mesmo mantendo a fidelidade a Portugal, segundo Letícia Pinheiro, o presidente Juscelino Kubitschek não ignorava os prejuízos políticos ao Brasil por conta desse posicionamento. Além do desgaste internacional, principalmente, diante das novas nações africanas, o apoio ao regime colonial português prejudicava os planos brasileiros de desenvolvimento.

(...) a opção do governo pelo desenvolvimento econômico que, apoiado no tripé nacional, capital estrangeiro e assistência do Estado, sem se descuidar do setor primário, inevitavelmente levava Juscelino a enfrentar que a manutenção do colonialismo era um obstáculo a seus planos.<sup>73</sup>

---

<sup>67</sup> Para citar alguns motivos: o fim da concorrência no comércio internacional entre os produtos agrícolas brasileiros e os produzidos em África, estes com preços menores por conta do baixo custo da mão de obra dos trabalhadores; e o projeto brasileiro de ocupar lugar de destaque entre os países não desenvolvidos. PINHEIRO, 1989, p. 97.

<sup>68</sup> SARAIVA, 2012, p. 30.

<sup>69</sup> Relações que podem ser definidas entre os países mais desenvolvidos do Hemisfério Norte e os países subdesenvolvidos do Hemisfério Sul.

<sup>70</sup> A gestão JK realizou um governo de cunho desenvolvimentista, através de uma industrialização acelerada, sendo a entrada de capital estrangeiro no país condição necessária para este fim. PINHEIRO, 1989, p. 102.

<sup>71</sup> A OPA pretendia unir os países do continente americano em torno de um projeto de desenvolvimento social e econômico. Em um período em que a Guerra Fria estava no seu ponto mais crítico, a OPA era propagandeada como um meio de se evitar a dependência dos EUA. SARAIVA, 2012, p. 33.

<sup>72</sup> Mesmo com a oposição brasileira, a resolução foi aprovada.

<sup>73</sup> PINHEIRO, 1989, p. 103.

O Brasil lamentava, além da concorrência internacional dos produtos coloniais (vendidos a preços menores), a baixa prioridade concedida à América Latina na distribuição de recursos financeiros internacionais de caráter público. Segundo José Flávio Sombra Saraiva, os formuladores da política externa do Brasil temiam que os financiamentos internacionais para o desenvolvimento de países como o Brasil pudessem ser realocados para a África.<sup>74</sup>

Desagradou ainda mais o Brasil a criação do Mercado Comum Europeu, em 1957, que previa a associação de países africanos, coloniais ou autônomos aos mercados europeus, em condições de proteção aos produtos vindos da África. O governo brasileiro acreditava que a entrada de produtos africanos no Mercado Comum Europeu significaria uma restrição aos produtos brasileiros.

Esse temor levou a delegação brasileira, chefiada por Osvaldo Aranha, a votar a favor da criação do Comitê Econômico para a África, na XII Assembleia Geral da ONU, em 1957. O Brasil acreditava que o Comitê, ao estimular o desenvolvimento econômico da África, reduziria as condições privilegiadas dos produtos africanos no Mercado Comum Europeu.

Na abertura da XIII Assembleia Geral da ONU, em 1958, o chanceler Francisco Negrão de Lima justificou oficialmente a decisão.

Eis por que a delegação do Brasil se associou, vigorosa e entusiasticamente, aos Estados que propuseram, durante a décima segunda sessão da Assembléia Geral, a criação de uma Comissão Econômica para a África. Afigurou-se-nos que deveríamos propiciar aos povos africanos a oportunidade e os meios para uma análise conveniente dos problemas e das soluções que os mesmos estavam a reclamar. Um melhor conhecimento das necessidades daquele continente contribuirá, por certo, para atenuar as repercussões políticas – cuja gravidade na hora atual não é mister encarecer – de fatores eminentemente econômicos e sociais.<sup>75</sup>

Apesar do discurso, o Brasil também estava militando em causa própria. A atitude também deixava claro que os setores do Itamaraty que eram favoráveis a uma aproximação entre o Brasil e a África já se movimentavam e cobravam uma política exterior mais consistente voltada para o continente. A tese central do grupo era a de que a aceleração das independências africanas e as demandas brasileiras por novos mercados requeriam novos arranjos na política externa do Brasil voltada para a África.<sup>76</sup>

Nesse período, além de diplomatas, lideranças políticas e intelectuais também começaram a demonstrar interesse pela África. Segundo Saraiva, nomes como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde e

---

<sup>74</sup> SARAIVA, 2012, p. 32.

<sup>75</sup> Discurso do chanceler Francisco Negrão de Lima, na abertura dos debates gerais da XIII sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano VI, n. 10. Brasília, DF: A Fundação, 2007, p.243.

<sup>76</sup> SARAIVA, 2012, p.31.

Eduardo Portella, entre outros, defenderam claramente uma reabertura das comunicações com o continente africano.<sup>77</sup>

Advindos de diferentes esferas de poder, alguns até com posições de relevância na hierarquia das suas instituições, esses homens não chegaram a formar um *lobby* organizado nem construíram uma política africana para o Brasil. No entanto, suas vozes difusas e suas percepções ecoaram no interior do processo decisório e junto à opinião pública.<sup>78</sup>

Mas as opiniões dentro do governo e fora dele favoráveis a uma aproximação entre Brasil e países africanos enfrentaram forte oposição. O apelo à ligação sentimental entre o Brasil e Portugal, que invocava os laços históricos e culturais entre os dois países, foi uma tônica dos discursos de políticos e de diplomatas portugueses empenhados em manter a aliança luso-brasileira. Eles acreditavam e propagandeavam que, repetindo o pensamento de João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores durante o governo Gaspar Dutra (1946-1951), a política do Brasil com relação a Portugal não era uma ação destinada a qualquer outro país já que era, de fato, um “ato de família”.<sup>79</sup>

Segundo Alberto da Costa e Silva, a relação entre Brasil e Portugal deve ser analisada para além de seus aspectos econômicos e políticos. O peso do simbólico influenciou fortemente as tomadas de decisões dos dois lados em temas diversos, principalmente nas relações internacionais. “(...) a história das relações entre brasileiros e portugueses” é marcada pelo fato de “sentir-se cada qual a metade do outro”.<sup>80</sup>

Dário Moreira de Castro Alves afirma que, “o relacionamento de Portugal com o Brasil foi, em sua essência, mais íntimo e entrelaçado do que qualquer outra metrópole europeia e seus respectivos territórios coloniais”, baseando-se em “quatro elementos de valor perpétuo: (...) sangue, língua, cultura e passado comum”.<sup>81</sup>

Essa ligação sentimental foi uma das razões para a aprovação do Tratado de Amizade e Consulta, em 1953, que instituiu o instrumento de consulta prévia entre as chancelarias dos dois países para assuntos de interesse comum. O Tratado, regulamentado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), oficializou a ideia de criação da Comunidade Luso-Brasileira que, no caso do Brasil, se estendia por todo o seu território, mas em relação a Portugal, excluía as “províncias ultramarinas”, contrariando o interesse brasileiro.

---

<sup>77</sup> SARAIVA, 2012, p.34.

<sup>78</sup> SARAIVA, 2012, p.34.

<sup>79</sup> FONTOURA, João Neves da. *Por uma política luso-brasileira*. O GLOBO, 10 de junho de 1957 apud RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 357.

<sup>80</sup> COSTA E SILVA, Alberto da. *Brasil, Portugal e África*. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p. 51.

<sup>81</sup> CASTRO, Dário Moreira de. *Introdução*, p. 23. In: CERVO, Amado Luiz; CALVET DE MAGALHÃES, José. *Depois das Caravelas - As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: EdUnb, 2000.

A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta se mostrou muito útil a Portugal em um momento em que a pressão contra o país crescia na ONU e quando os movimentos nacionalistas africanos intensificavam a luta pela independência e a busca por novos aliados. O comprometimento do Brasil com o acordo servia aos interesses portugueses porque era uma estratégia de assegurar que o governo brasileiro ficaria distante dos movimentos nacionalistas africanos.

Oficialmente, no entanto, a justificativa oficial da diplomacia portuguesa para a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta era que a manutenção dos “territórios ultramarinos” sob o domínio de Portugal asseguraria inúmeras vantagens ao Brasil. Em conferência de imprensa, no dia 5 de agosto de 1965, em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira, defendeu o argumento:

Logo se compreenderá todo o interesse que a política portuguesa representa para o Brasil. (...) Pela identidade de língua, pela comunhão do espírito, pela herança do mesmo sangue, pela cultura e pela religião, pelo seu multirracismo, Portugal oferece ao Brasil uma fraternidade incomparável. Neste sentido, as posições portuguesas são posições brasileiras espalhadas pelo mundo; e no plano económico, no plano de defesa, no plano humano e cultural, a sua manutenção como portuguesas não pode ser indiferente ao Brasil, porque sendo portuguesas serão sempre brasileiras e deixando de ser portuguesas nunca passariam, mesmo indirecta ou remotamente, a ser brasileiras porque logo seriam presa de outros que justamente só terão interesse em entrar o Brasil.<sup>82</sup>

Em seu discurso, Franco Nogueira difundia o argumento de que o Brasil só teria chances de competir com países mais ricos que tinham interesse na África se mantivesse a aliança com Portugal. Certo é que as reais intenções do Tratado de Amizade e Consulta não passaram despercebidas pelos críticos da aliança luso-brasileira. O historiador José Honório Rodrigues alardeava já na época que o Brasil acumulava prejuízos – nos campos político, econômico e social – ao se manter ao lado de Portugal na questão colonial.<sup>83</sup> Segundo o autor, a ideia da Comunidade Luso-Brasileira somente beneficiaria Portugal. “O Tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para a sua órbita (...), visando a dispor de nosso apoio nas dificuldades internacionais”.<sup>84</sup>

Honório Rodrigues aconselhava que o governo brasileiro cumprisse a sua obrigação de colocar os interesses nacionais acima de qualquer ligação sentimental com Portugal.

Não creio necessário afirmar a brasileiros que nosso maior dever moral é com o nosso país, sobretudo, ou melhor ainda, somente com o nosso país. Esta lição nos vem dos dias da Independência. Não há sentimento maior que se sobreponha aos interesses da Pátria, no plano secular.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> Política Externa Portuguesa - Seleção dos textos das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira - Ministério dos Negócios Estrangeiros (1965-1967), p. 24.

<sup>83</sup> RODRIGUES, 1964, p. 356.

<sup>84</sup> RODRIGUES, 1964, p. 359

<sup>85</sup> RODRIGUES, 1964, p. 369

Rodrigues tentava aguçar entre os políticos brasileiros o sentimento de defesa da pátria. A visão nacionalista, no entanto, se esbarrava na relação fraterna mantida com Portugal, propagada como uma nação irmã.

O diplomata Álvaro Lins<sup>86</sup> também foi um crítico contumaz do Tratado de Amizade e Consulta. No livro *Missão em Portugal*, Lins relatou diversas situações em que, no cargo de embaixador brasileiro em Portugal (1956 a 1959), o governo português invocou o acordo para cobrar do governo brasileiro um alinhamento à política colonial de Portugal.

Segundo Lins, em um dos episódios, ocorrido no dia 13 de outubro de 1957, em audiência dele com o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, o português externou toda sua “mágoa” com a posição brasileira de subscrever a criação do Comitê Econômico para a África, durante a XII Assembleia Geral da ONU.

Declarou-me o Ministro dos Negócios Exteriores que, tratando-se de um assunto que interessa tão de perto a Portugal, estranhava a atitude do Brasil ao subscrever uma tal moção, que fôra aliás de iniciativa – acrescentou – da delegação brasileira. (...) Pediu-me ainda que transmitisse ao governo brasileiro este parecer do seu Governo: que a criação do referido Comitê é lesiva aos interesses portugueses na África, visto que as intervenções da ONU, em matéria colonial, nada mais têm feito do que incentivar a independência de nações politicamente imaturas e despreparadas para uma vida nacional autônoma.<sup>87</sup>

A passagem contada por Álvaro Lins é esclarecedora sobre como o Estado Novo português usou o Tratado de Amizade e Consulta para tentar afastar o Brasil de suas colônias. Nesse jogo político, Portugal teve o apoio expresso de muitos presidentes e políticos brasileiros. Um relato feito pelo diplomata Alberto da Costa e Silva<sup>88</sup> sobre um episódio envolvendo o presidente Juscelino Kubitschek, em viagem a Portugal em 1960, é muito esclarecedor.

Em 1960, o presidente Juscelino Kubitschek foi a Portugal. Em reuniões na Embaixada, nós (diplomatas) dizíamos pra ele: “Presidente, precisa tomar atenção à posição do Brasil porque Portugal não vai ceder em nada (nas votações na ONU)”. Aí ele disse: “Tá muito bem. Vocês são ótimos, tem toda razão deste mundo, mas no dia que eu der um voto contra Portugal nas Nações Unidas, eu perco qualquer eleição no Brasil”. Argumentamos que “íamos enfrentar uma situação difícil porque o movimento (nacionalista africano) tenderia a crescer, sobretudo, a luta armada iria crescer e iriam cobrar isso do Brasil”. Mas o Juscelino disse: “É impossível dar um voto contra Portugal (na ONU). A população brasileira não vai entender”. (Retrucamos) “Mas a população brasileira também tem laços grandes com a África”. Ele disse assim: “A população brasileira não sabe onde fica a África. Se você perguntar onde pôr no mapa, eles não vão acertar”.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> No cargo de embaixador do Brasil em Portugal, Álvaro Lins causou em 1959 uma crise diplomática entre Brasil e Portugal após conceder asilo na embaixada ao general Humberto Delgado. O general, candidato derrotado à Presidência da República em 1958, temendo ser preso pela Polícia Política Portuguesa (PIDE), se refugiou na embaixada brasileira no dia 12 de janeiro de 1959. Após conceder asilo a Delgado, Álvaro Lins enfrentou uma verdadeira batalha diplomática com o governo português na tentativa de conseguir permissão para a viagem de Delgado ao Brasil. Com o impasse nas negociações, Delgado viveu na embaixada brasileira por 98 dias até que o primeiro ministro português, Oliveira Salazar, permitisse sua viagem. O episódio gerou a renúncia de Lins ao cargo e o seu rompimento político com o então presidente Juscelino Kubitschek, de quem era amigo pessoal. Lins foi substituído pelo chanceler Negrão de Lima.

<sup>87</sup> LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960, p. 08.

<sup>88</sup> Na época, Alberto da Costa e Silva era Terceiro-Secretário na Embaixada do Brasil em Portugal.

<sup>89</sup> Entrevista com Alberto da Costa e Silva. 06/05/2016. Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

A partir do pensamento expresso por JK aos diplomatas, relatado por Alberto da Costa e Silva, podemos inferir duas ideias que ajudam a compreender o posicionamento de políticos brasileiros que apoiavam Portugal. Uma delas é que estes temiam a influência política e econômica do *lobby* português realizado, principalmente, por comerciantes ricos de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas eleições locais. As chamadas colônias portuguesas tinham grande influência na imprensa dessas cidades e também doavam recursos a seus candidatos para os gastos com a campanha eleitoral.

A segunda ideia presente na declaração do presidente brasileiro é que os políticos locais acreditavam que o discurso sobre as relações entre Brasil e Portugal tinham mais apelo popular do que as ligações entre Brasil e África. Uma das razões para esse fato é que havia um grande desconhecimento por parte da população brasileira da realidade vivida no continente africano, mesmo nas colônias portuguesas em cujos territórios estava sendo travada a guerra de libertação nacional. Assim, o episódio relatado por Alberto Costa e Silva dimensiona a complexidade do que estava em jogo no debate interno sobre a posição do Brasil frente ao colonialismo português.

Além dos acordos com o Brasil e do apelo às ligações históricas entre os dois países, Portugal também usava outros artifícios para manter seu antigo aliado. Os convites a autoridades brasileiras para participarem de festas comemorativas portuguesas eram explorados com o objetivo de simbolizar a amizade entre os dois povos. A partir da vinculação indissociável entre memória e identidade, as comemorações tinham um grande apelo com o intuito de se criar, com a ideia de um patrimônio cultural compartilhado com o povo português, uma filiação identitária entre os portugueses e os brasileiros.<sup>90</sup>

No momento em que Portugal era alvo de críticas intensas na esfera internacional, o governo de Oliveira Salazar aproveitava as comemorações cívicas para exaltar sua história de descobrimentos e de projetos “civilizatórios”. A presença de políticos brasileiros nessas solenidades ajudava o discurso de Oliveira Salazar de que o Brasil era a “prova” da capacidade portuguesa de dar novos rumos ao mundo e de demonstrar para o mundo que o “filho”, apesar de emancipado, apoiava o “pai”.<sup>91</sup>

Cabe destacar que a maior participação brasileira no comemoracionismo português ocorreu exatamente na gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Um exemplo foi a festa do 5º centenário

---

<sup>90</sup> CATROGA, Fernando. *Portugal: as comemorações como nostalgia do Império*. In: CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005, p. 26.

<sup>91</sup> CATROGA, 2005, p. 140.

da morte do Infante D. Henrique<sup>92</sup>, realizada no dia 4 de março de 1960 em Portugal, da qual JK foi convidado pelo próprio Salazar para ser coanfitrião. Durante os sete dias de visita a Portugal, o presidente brasileiro recebeu uma verdadeira aclamação popular por onde passou, particularmente, em Lisboa e no Porto.<sup>93</sup>

O convite recebido por JK provocou críticas no Brasil, antes mesmo de sua viagem. Álvaro Lins, já rompido com o presidente após o episódio do asilo do general Humberto Delgado na Embaixada do Brasil em Portugal, ocorrido em janeiro de 1959, foi um dos que mais condenaram a participação do Brasil na solenidade portuguesa. Para ele, a visita de JK a Portugal seria vista internacionalmente como um “aval” da democracia brasileira à ditadura portuguesa. A opinião foi expressa em artigos no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e em palestras em São Paulo.

Com a viagem do presidente do Brasil, (...) o governo português passará a extrair o máximo desse rendimento político, simultaneamente em duas frentes. Uma delas diz respeito ao prestígio mesmo do regime ditatorial dentro dos quadros da situação interna portuguesa, que ficará assim mais fortalecido perante o povo, por efeito da aparência de sua confraternização e identificação com a democracia brasileira (...). A outra diz respeito ao poderoso suporte que isso representará, a serviço indiscriminado do atual sistema colonialista português na África e na Ásia, deste modo mais valorizado e consagrado nos jogos diplomáticos das Chancelarias, pela força e pelo peso da presença do Presidente do Brasil como Chefe de Estado, simbolicamente, nos quadros da ditadura portuguesa.<sup>94</sup>

As críticas não impediram que Portugal continuasse fazendo convites a políticos brasileiros e que estes aceitassem. O Estado português também tentava cooptar outras personalidades brasileiras de projeção nacional, como intelectuais e jornalistas, com a oferta de outras benesses e honrarias, como comendas, medalhas e títulos. O governo de Lisboa demonstrava que não estava disposto a perder o apoio da antiga colônia e intensificava esforços neste sentido na esfera diplomática e nas tentativas de agradar as autoridades brasileiras.

---

<sup>92</sup> Após Luís de Camões, o Infante D. Afonso Henrique, cavaleiro da Ordem de Cristo, que combateu os romanos na tomada de Ceuta, 1415, foi o herói mais realçado nas comemorações cívicas de Portugal. Sobre sua trajetória, foi construído o mito do milagre de Ourives, segundo o qual Cristo teria aparecido ao infante quando ele lutava contra os mouros. Segundo o historiador Fernando Catroga, a evocação do mito do Infante ganhou destaque no Estado Novo português com o intuito de recatolicizar a heróicidade cívica do país e de retomar a gênese dos “descobrimientos” por causas religiosas. CATROGA, 2005, p. 149. De acordo com Catroga, houve um esforço do Estado Novo em associar a imagem de D. Henrique a do ditador Oliveira Salazar. “O perfil e o exemplo de abnegação (...) sugeriam que o católico e celibatário António de Oliveira era a sua encarnação reatualizada, ilação que não é um produto da imaginação historiográfica, pois alguma iconografia e retórica da época já insinuava essa analogia”. CATROGA, 2005, p. 149-150.

<sup>93</sup> No sudoeste do Algarve, onde fica a Fortaleza de Sagres, construída pelo Infante D. Henrique e que se tornou núcleo de expansão marítima portuguesa na primeira metade do século XIV, Salazar realizou uma cerimônia repleta de simbolismo. “O investimento feito nas comemorações henriquianas de 1960 reavivou o propósito – conquanto num contexto cada vez mais difícil – de mostrar ao estrangeiro a existência de uma unidade interna em relação à política colonial”. CATROGA, 2005, p. 140.

<sup>94</sup> Trecho do discurso proferido por Álvaro Lins no Palácio Mauá em São Paulo durante banquete oferecido a ele por brasileiros e portugueses. O discurso foi feito de improviso e, posteriormente, reproduzido e publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro). LINS, 1960, p. 329-338.

### 1. 3 O Estado Novo português e o Luso-tropicalismo

Gilberto Freyre (1900-1987), um dos mais importantes pesquisadores brasileiros na década de 1930, foi autor de uma interpretação histórica do Brasil que destacou a mestiçagem como elemento fundamental na formação do povo brasileiro. Nas obras clássicas *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, e *Sobrados e Mocambos*, de 1936, Freyre foi reconhecido por ter, pela primeira vez, valorizado a presença do elemento africano e indígena na formação cultural do povo brasileiro.

O esforço de Gilberto Freyre em desarticular o discurso racista e racialista e imprimir à mestiçagem, antes vista como elemento de atraso, um valor representou uma reviravolta nas Ciências Humanas e transformou seu autor em um dos principais intérpretes à época da história social brasileira. No pensamento freyriano, estava incutida a ideia de que no Brasil brancos e negros mantêm relações pacíficas e harmoniosas. Em sua teoria, ele cunhou o conceito de “democracia étnica”, em 1944, que ia de encontro às teorias do “racismo científico”.<sup>95</sup>

Na formulação teórica do luso-tropicalismo, Gilberto Freyre exaltou a importância do elo luso na formação do povo brasileiro a partir da mistura entre as três raças (indígena, africana e europeia). De acordo com o pensamento freyriano, o português possuía uma maneira especial de viver nos trópicos, caracterizada pela mistura racial e pela afinidade com os negros.<sup>96</sup> A ideia de ampliar o sentido histórico estrutural do Brasil como líder de um complexo de espaços inter-regionais da colonização lusa foi de grande inspiração para Portugal que necessitava de uma teoria argumentativa que justificasse a tradição do colonialismo lusitano ao longo do tempo, como uma estrutura histórica diferenciada daquela ocorrida em outros países colonialistas.<sup>97</sup>

Confrontado após o fim da Segunda Guerra Mundial pela crescente pressão internacional contrária ao colonialismo, o Estado Novo português encontrou na teoria do luso-tropicalismo de Freyre a base teórica da sua máquina de propaganda político-ideológica.<sup>98</sup> Portugal adotou uma

---

<sup>95</sup> De acordo com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Gilberto Freyre nunca usou o termo “democracia racial” explicitamente, mas apenas seu sinônimo “democracia étnica”. Guimarães afirma que o uso do termo “democracia racial” aparece com as pesquisas empreendidas por Roger Bastide no nordeste brasileiro, influenciado pela leitura de Gilberto Freyre. Segundo Guimarães, Bastide usa pela primeira vez o termo democracia racial ao refletir sobre a ordem social que era própria à ideia de democracia brasileira, ideologia que se baseia na ausência de distinções rígidas entre brancos e negros, divulgada como uma forma original de cultura miscigenada, livre e festiva. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

<sup>96</sup> MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo*. Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 51.

<sup>97</sup> PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951-1974)*. Revista UFG. Goiás, Ano XI, nº 6, Junho 2009, p. 147.

<sup>98</sup> MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo*. Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 51.

leitura instrumental do luso-tropicalismo no sentido da afirmação da unidade nacional e do discurso do desenvolvimento harmonioso de todas as parcelas da “nação pluricontinental e multirracial”.<sup>99</sup>

Segundo Cláudia Castelo, a partir dos anos de 1950, Portugal tentou implementar nos “territórios ultramarinos” um modelo de desenvolvimento fortemente marcado pelo discurso luso-tropicalista. Enquanto outros regimes coloniais na África do pós-guerra planejaram e instituíram esquemas de reassentamento e desenvolvimento agrícola destinados aos africanos, o Estado Novo português investiu na ida de famílias de trabalhadores rurais da metrópole para Angola e Moçambique. A estratégia de criar “sociedades multirraciais” como motor do desenvolvimento nos seus territórios só agravou o mal-estar social entre colonizadores e colonizados.<sup>100</sup>

Em 1951, Gilberto Freyre foi convidado pelo governo português para visitar os “territórios ultramarinos”. A viagem, realizada entre 1951 e 1952, ajudou Freyre a transportar para a África a teoria luso-tropicalista construindo uma imagem e um discurso de um imenso Portugal transcontinental e multirracial. Os livros escritos pelo sociólogo após o périplo africano, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* e *Aventura e Rotina*, reforçam essa ideia. “Outros estudos seriam mais tarde editados pelo próprio governo luso, homenageando assim o papa do luso-tropicalismo, tornado filosofia oficial do colonialismo português”.<sup>101</sup>

A estratégia de Portugal de se apropriar da teoria do luso-tropicalismo para tentar legitimar seu projeto colonial foi intensamente criticada pelos movimentos nacionalistas africanos. Segundo João Medina, a reação de dirigentes africanos foi imediata. Em sua campanha contra o colonialismo, os nacionalistas usavam seus discursos para combater as falsas ideias disseminadas pelo Estado Novo português a partir do luso-tropicalismo.

O anti-lusotropicalismo destes dirigentes dos movimentos de libertação africana comprova assim que as ideias pró-ditatoriais e colonialistas (portuguesas), ou o seu álibi legitimador, colhidas em G. Freyre, repugnaram aos povos que lutavam por se libertarem do “imperialismo” luso, ainda que este cosmeticamente se maquilhasse de coloridas fantasias extrapoladas das teorias freyrianas acerca da formação do mundo brasileiro, teorias que talvez nem mesmo para explicar a gênese da comunidade miscigenada do Brasil colonial fossem inteiramente acertadas.<sup>102</sup>

De acordo com João Medina, a primeira crítica explícita ao luso-tropicalismo foi feita pelo angolano Mário Pinto de Andrade, dirigente do MPLA. Sob o pseudônimo de Buanga Fele, em artigo

---

<sup>99</sup> CASTELO, 2014, p. 522.

<sup>100</sup> CASTELO, 2014, p. 522.

<sup>101</sup> MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 53.

<sup>102</sup> MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo*. Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 51.

na revista *Présence Africaine*<sup>103</sup>, em 1955, Andrade desconstruiu a ideia de que o português tinha uma maneira especial de viver nos trópicos, caracterizada pela mistura racial e pela afinidade com os negros.

A partir de números oficiais, o angolano afirmou claramente que a tão aclamada assimilação nas colônias portuguesas era praticada a uma escala mínima.<sup>104</sup> Segundo ele, a parcela expressiva da população, composta pelos negros “não civilizados” ou “indígenas”, era explorada economicamente e se mantinha “paralisada por um estatuto particular”.<sup>105</sup>

Para Andrade, a utilização político-propagandística da teoria do luso-tropicalismo por Portugal tentava encobrir o funcionamento do aparelho colonial que era, antes de mais nada, "uma empresa de exploração económica dirigida por um poder político."<sup>106</sup> A ideia de existir na África um “complexo cultural” luso-tropical, representado pelo casamento pacífico de duas culturas – a europeia e a africana - foi duramente atacada por Andrade.

(Houve) apenas uma relação entre uma cultura dominadora e uma cultura dominada, donde resultava que o apregoado lusotropicalismo de Freyre seria uma “mistificação”, uma teorização viciada na base, uma “falsa interpretação da gênese da expansão marítima portuguesa”.<sup>107</sup>

O líder do PAIGC, Amílcar Cabral, também foi um crítico ferrenho da apropriação da teoria luso-tropical por Portugal. No prefácio do livro de *Basil Davidson, Révolution en Afrique - La Libération de la Guinée Portugaise*, redigido em 1968, Cabral criticou diretamente o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, acusando-o de ter se colocado a serviço da poderosa máquina de propaganda de Portugal.

---

<sup>103</sup> A *Présence Africaine* foi fundada em 1947 como revista por Alioune Diop e endossada por uma ampla lista de patronos e editores formada por nomes como Michel Leiris (1901-1990), Paul Rivet, Jean-Paul Sartre, Albert Camus (1913-1960), Paul Hazoumé, Aimé Césaire e Léopold Senghor. Em 1949, a *Présence Africaine* foi transformada em editora e teve um papel central na informação de uma imagem do intelectual negro. “Mais do que isso, põe em prática a ideia da construção de um novo humanismo, aberto também ao contributo dos povos negros”. REIS, Raissa Brescia dos. *Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2014, p.128.

<sup>104</sup> De acordo com o censo populacional de 1955 em Moçambique, da população total de 5.732.317 habitantes, 18.213 seriam europeus (portugueses: 15.599); 1.613 chineses; 12.630 indianos; 12.630 mestiços; e 5.640.363 nativos “não civilizados” ou “indígenas”; restando apenas 4.349 nativos ditos “civilizados” ou “assimilados”. MEDINA, 2000, p. 51.

<sup>105</sup> FELE, Buanga (i.e., ANDRADE, Mário Pinto), “*Qu'est-ce que le 'lusotropicalismo'?*” Revista *Présence Africaine*, Paris, nº 4, outubro - novembro de 1955, p. 24-35 *apud* MEDINA, 2000, p. 52. O estatuto de assimilado era previsto no Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique, instituído pelo Decreto-lei nº 39.6666. A legislação codificava o trato com as populações autóctones nestas províncias e criava três categorias: civilizado, assimilado e indígena. Assimilado era a designação dada ao africano que conseguia alcançar a categoria de "civilizado". Essa condição era acessível por meio de um exame realizado por funcionários coloniais que analisava o grau de civilidade dos candidatos mestiços e negros, já que os brancos não precisavam passar por tal processo. Alguns fatores que eram levados em consideração para a concessão do status de assimilado: o domínio da língua portuguesa, a condição econômica, as condições de moradia e os hábitos cotidianos. *Coletânea de Textos do Direito Ultramarino*. Coimbra: Livraria Almedina, 1966, p. 58.

<sup>106</sup> FELE, 1955, p. 25 *apud* MEDINA, 2000, p. 53.

<sup>107</sup> FELE, 1955, p. 25 *apud* MEDINA, 2000, p. 53.

Introduzindo à pressa alterações na Constituição portuguesa com o fim de escapar à obrigação das Nações Unidas, o colonialismo fascista de Portugal conseguiu, além disso, cortar todas as possibilidades de informação não oficial acerca das suas ‘províncias ultramarinas’. Uma importante máquina de propaganda foi posta a funcionar com o fim de convencer a opinião internacional de que os nossos povos viviam no melhor dos mundos, que éramos portugueses felicíssimos e cujo único sofrimento seria a nostalgia da branca mãe-pátria separada pela fatalidade geográfica. Todo um mito foi construído.<sup>108</sup>

Os textos de Mário Pinto de Andrade e de Amílcar Cabral deixam claro que os movimentos nacionalistas africanos das colônias portuguesas, em seu projeto de resistência, estavam empenhados em romper o “muro de silêncio” que os colonialistas lusos tinham conseguido erguer em relação à luta de libertação nacional se apropriando para isso do pensamento luso-tropicalista de Gilberto Freyre. A desconstrução do discurso luso-tropicalista foi uma estratégia constante dos dirigentes africanos ao denunciarem a realidade de exploração vivida nas colônias.

Mas a obra de Gilberto Freyre causou recepções diversas, mesmo após a sua morte, em 1987. Para essa pesquisa, é importante explicitar que o conceito de identidade nacional formulado pelo sociólogo brasileiro - pautado no Brasil como síntese dialética de elementos portugueses e africanos - foi tão poderoso e influente, em meados do século XX, que criou um arcabouço teórico usado não só por aqueles que defendiam a aliança entre Brasil e Portugal, mas também por quem era partidário de uma relação mais próxima entre Brasil e os países africanos.<sup>109</sup>

Os apoiadores de Portugal concordavam com a ideia de que a matriz portuguesa era responsável por uma “harmoniosa” presença na África, sem preconceitos e voltada para o desenvolvimento de seus povos. Já os críticos ao sistema de exploração das colônias argumentavam que só o Brasil, por sua ligação histórica e cultura com a África, poderia servir de exemplo e guia para as colônias portuguesas que buscavam as independências.

Os livros *O Brasil e o mundo ágio-africano*, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes (1956); *África: colonos e cúmplices*, de Eduardo Portella (1961); e *Brasil e África: outro horizonte – volumes 01 e 02*, de José Honório Rodrigues, deram suporte teórico, nas décadas de 1960 e de 1970, para o esforço daqueles que defendiam que o Brasil se aproximasse efetivamente do continente africano, principalmente da África de língua oficial portuguesa.

A África necessita de uma colaboração sincera, eficaz, verdadeira. E não acreditamos que nenhum outro país que não o Brasil possa realizá-la, sem oprimir, sem deformar, sem alienar. Somos o único país capaz de levar-lhes uma cooperação autêntica. (...) Não será, a nossa, colaboração de estranhos ou desconhecidos, mas de alguém portador de uma cultura que não oprime, porque não descaracteriza, não aliena, porque lhe diz respeito. Vamos levar-lhes uma cultura que eles ajudaram a levantar, que é deles também, que se confunde com eles. Uma cultura com a sua africanidade”.<sup>110</sup>

<sup>108</sup> CABRAL, Amílcar, In: DAVIDSON, Basil. *Révolution en Afrique. La Libération de la Guinée Portugaise*. Paris, Seuil, 1969, p.11 *apud* MEDINA, 2000, p. 54.

<sup>109</sup> DÁVILA, 2011, p. 24.

<sup>110</sup> PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961, p. 88.

Enquanto o português contribui apenas com seu plasma, com a matéria- prima biológica, o brasileiro pode ostentar ao mundo um tipo já formado. Enquanto o português leva à África e à Ásia o exemplo do homem branco, do europeu sem preconceitos, nós já poderemos levar e exhibir um indivíduo que, por sua formação étnico-moral, nunca poderá visualizar a existência de tais sentimentos. Enquanto Portugal, mercê de seu reduzido potencial humano e de seus encargos ultramarinos, não pode expandir-se pela África ou pela Ásia com a intensidade que era de desejar, o Brasil o pode cada vez mais, tendo em vista a progressão rápida de sua população.<sup>111</sup>

O discurso de que o Brasil tinha um lugar “natural” na África foi difundido também pelo movimento brasileiro em apoio às independências das colônias portuguesas em África. A necessidade de o Brasil se descolar de Portugal e de seu sistema colonial para poder ocupar esse lugar referido foi um dos principais argumentos usados durante a campanha de sensibilização realizada pelos grupos de ativistas do MABLA na sociedade brasileira.

#### **1.4 - A PEI e um novo olhar para a África**

O ano de 1961 foi um marco nas relações do Brasil com o continente africano. A Política Externa Independente (PEI), implantada pelo presidente Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e continuada pelo seu sucessor, João Goulart (1961 a 1964), redirecionou as relações internacionais brasileiras. Pela primeira vez na história, o Brasil buscou implementar uma política efetiva voltada para a África e, embora ainda titubeante, rever o apoio histórico a Portugal e a seu sistema colonial.

Em plena Guerra Fria, a busca por mais autonomia e projeção internacional respaldou o estabelecimento de relações comerciais do Brasil com os países socialistas da Europa e da Ásia, principalmente com a URSS. Nas questões multilaterais, o Brasil buscava também refletir a sua identidade através de uma cooperação com países do Hemisfério Sul – da América, da África e da Ásia. O governo janista pretendia universalizar a política externa para além dos limites impostos por uma visão bipolar e ideológica do mundo.

Para Henrique Altemani Oliveira e Fernando Mourão, as ações da nova política externa brasileira tinham como objetivo conferir ao Brasil papel de liderança e de maior influência entre os demais países do chamado Terceiro Mundo. “(...) A Política Externa Independente aproximou o Brasil das teses terceiro-mundistas, sem que o Brasil tivesse uma postura terceiro-mundista, mas sim de um país englobado no Terceiro Mundo (...)”.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o mundo ázio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960, p. 286.

<sup>112</sup> OLIVEIRA, H.A. e MOURÃO, F.A.A. *O processo de definição da Política Africana do Brasil*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *A Política externa brasileira na visão dos seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Editoria Lumen Juris, 2005, p. 53.

O Brasil começou a se apresentar como uma potência média no cenário internacional, reflexo do seu desenvolvimento e do desejo de ter uma posição internacional mais nítida.<sup>113</sup> Entre os princípios dessa nova política externa brasileira estavam a defesa da autodeterminação dos povos, da ampliação do mercado externo dos produtos primários e da formulação autônoma dos planos de desenvolvimento.

Nesse contexto de projeção internacional, Jânio Quadros conferiu destaque especial ao continente africano, enfatizando a possibilidade de instauração de uma maior aproximação não só política mas também econômica. Nas tentativas de cortejar os parceiros africanos, o presidente brasileiro destacava, de forma inédita, a “africanidade” brasileira em discursos amparados nos laços históricos, culturais e afetivos entre Brasil e África.

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1961, Jânio Quadros exaltou o compromisso do Brasil com o desenvolvimento da África e defendeu uma unidade em busca de objetivos comuns.

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual.<sup>114</sup>

O discurso de Jânio Quadros da dívida histórica com o continente africano se associava a um outro mais contemporâneo de fortalecer político e economicamente o bloco de países do Hemisfério Sul, privilegiando as relações entre Brasil e países africanos.

Em artigo publicado poucos dias antes de sua renúncia à Presidência, Jânio Quadros explicou que o governo brasileiro buscava uma complementaridade dos interesses políticos e econômicos que reforçasse os esforços conjuntos do Brasil e países africanos para a superação do subdesenvolvimento. “O Brasil tem aumentado sua produção internamente em busca não apenas do mercado doméstico, mas, especificamente, na tentativa de atrair novos mercados: o interno, os da América Latina, África, Ásia e Oceania”.<sup>115</sup>

Mas a estratégia do governo brasileiro de conquistar alianças com os novos países africanos tinha um obstáculo difícil a ser superado: o apoio histórico dado pelo Brasil a Portugal e a seu modelo

---

<sup>113</sup> SELCHER, Weyne A. *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy (1956-1972)*. Florida: A University of Florida Book, 1974, p. 47.

<sup>114</sup> Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961. *Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros*. MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar Muniz (Org.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, p.24.

<sup>115</sup> QUADROS, Jânio. *A nova política externa brasileira*. Brasília, volume I, 73-77, 1978, p. 76. (Versão portuguesa do artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*).

colonial. No artigo escrito por Jânio Quadros já citado, o presidente afirmava reconhecer a importância para a política externa de seu governo o reconhecimento da legitimidade da luta pela liberdade política e econômica, sendo “o desenvolvimento uma meta comum ao Brasil e às demais nações, com as quais lutamos para ter relações mais estreitas”.<sup>116</sup>

Consciente da crescente pressão internacional contra o colonialismo português e do desgaste político que a manutenção do apoio a Portugal na ONU acarretaria ao Brasil, Jânio Quadros reafirmou, em várias oportunidades, a solidariedade aos povos africanos. Em pronunciamento do programa de rádio “Voz do Brasil”, de 31 de janeiro de 1961, o presidente afirmou que a realidade mundial não suportava mais exemplos de colonialismo. “Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de salvar os dramas e as contradições que engendrou”.<sup>117</sup>

Na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, já referida, Jânio Quadros sinalizava que tinha planos de rever a posição do Brasil em apoio a Portugal na questão africana.

Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais – repetimos, todos, sem exceção – atinjam sua independência, no mais breve prazo possível e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso.<sup>118</sup>

A mudança da postura brasileira com relação ao colonialismo português presente nos discursos do presidente também havia sido sinalizada por Afonso Arinos durante a posse no cargo de ministro das Relações Exteriores, no dia 1º de fevereiro de 1961. Grande responsável por formatar a nova política externa brasileira, o chanceler avaliava que a liberdade e a autodeterminação dos povos africanos eram um direito inalienável.

O reconhecimento da autonomia e autenticidade das nações – como as da América Latina, ou as novas do mundo afro-asiático – é um enriquecimento para o mundo livre, ao passo que a tentativa de enquadramento desses povos tão cheios de problemas e características peculiares em um sistema, que lhes é artificial, de normas e responsabilidades, é o meio certo de criar, dentro deles, naturais reservas e resistências.<sup>119</sup>

Em outra parte do discurso, Arinos lançou uma proposta que seria repetida (e sugerida a Portugal) inúmeras vezes pela diplomacia brasileira: o Brasil poderia cumprir a função de ser um mediador entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais.

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão,

---

<sup>116</sup> QUADROS, Jânio. *A nova política externa brasileira*. Brasília, volume I, 73-77, 1978, p.75. (Versão portuguesa do artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*).

<sup>117</sup> Jânio Quadros, *Voz do Brasil*, 31/01/1961 *apud* RODRIGUES, 1964, p. 374.

<sup>118</sup> Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p. 55

<sup>119</sup> Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p. 34.

cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos; nem preconceitos contra os brancos, como acontece com os povos predominantemente de cor.<sup>120</sup>

Em seu discurso, o chanceler projetava o Brasil como a síntese dialética de elementos africanos e portugueses, mas não deixava de reconhecer a importância de Portugal na formação de um povo miscigenado e racialmente democrático.

Afora os discursos, disposto a provar que a África passava a ter outro *status* dentro da política externa brasileira, o presidente Jânio Quadros criou, em 1961, a Divisão de África na estrutura interna do Itamaraty. Também foi incluído no Relatório do Itamaraty um capítulo específico para tratar de assuntos africanos para a descrição das posições brasileiras relativas ao continente, também visando o sumário de atividades desenvolvidas anualmente. Entre 1961 e 1962, foram ainda abertas embaixadas em Gana, Nigéria, Quênia e Senegal.

A dinâmica empreendida por Jânio Quadros nos primeiros meses de 1961 foi acompanhada por sinais de aprovação de vários países africanos. O contato direto entre gestores brasileiros e dirigentes africanos também fez parte da agenda positiva governamental. Atendendo ao convite de Léopold Senghor, presidente do Senegal, Afonso Arinos participou, em abril de 1961, das cerimônias comemorativas da independência daquele país.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) também atendeu ao pleito de Léopold Senghor para a concessão de bolsas de estudo a estudantes africanos.<sup>121</sup> Em memorando emitido por Jânio Quadros ao ministro Afonso Arinos, datado de 10/03/1961, foram aprovadas 300 bolsas ao longo dos quatro anos de governo (20 bolsas em 1961; 40 em 1962; 60 em 1963; 80 em 1964; e 100 em 1965).<sup>122</sup> Jânio Quadros financiou a oferta de bolsas cortando o salário do próprio corpo diplomático brasileiro.<sup>123</sup>

O presidente brasileiro também planejou outras ações para a África. Em memorando ao MRE no dia 23/02/1961, foi orientada a constituição de um grupo de trabalho para realizar o planejamento da representação diplomática brasileira nos novos Estados africanos. No mesmo documento, Jânio

---

<sup>120</sup> Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p. 34-35.

<sup>121</sup> DÁVILA, 2011, p. 146.

<sup>122</sup> A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, interrompeu temporariamente o programa. Cf. Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.331.

<sup>123</sup> DÁVILA, 2011, p. 71.

Quadros determinou como deveria ser a política brasileira no continente africano. “Deve ser reexaminada em todos os seus aspectos, sobretudo no político, no econômico e no cultural”.<sup>124</sup>

O Brasil e os países africanos, mesmo mantendo laços históricos e culturais, praticamente desconheciam as realidades contemporâneas de cada lado. O governo Jânio Quadros não ignorou esse problema e o quanto isso poderia ser um obstáculo para a sua iniciante política externa direcionada à África e à Ásia. A criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), em abril de 1961, teve como meta suprir o governo de informações sobre o continente africano e, principalmente, formular ações culturais que *reavivassem* os laços afetivos entre Brasil e África.

No texto do decreto de criação do IBEAA<sup>125</sup>, foram definidos os seus principais objetivos: estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais, políticos econômicos relativos ao mundo afro-asiático; facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia; promover o estudo comparado do processo de desenvolvimento do Brasil e dos países africanos e asiáticos; e promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos. Foi também o IBEAA que ficou responsável por coordenar o programa brasileiro de bolsas de estudos para africanos.

A partir do Instituto, o governo procurou engajar as universidades brasileiras no projeto. O conselho curador do IBEAA era composto por representantes do governo (Presidência da República; do Ministério das Relações Exteriores; do Ministério da Educação e Cultura) e de universidades (Universidade do Brasil<sup>126</sup>, Universidade de São Paulo, Universidade de Minas Gerais, do Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO<sup>127</sup> da Universidade Federal da Bahia e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais).<sup>128</sup>

Com o intuito de fazer circular informações de um lado do outro do Atlântico, Jânio Quadros transformou as novas embaixadas brasileiras instaladas em países africanos em órgãos de propaganda

<sup>124</sup> Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.324.

<sup>125</sup> Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961 - Cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D50465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm)>. Acesso em 02/03/2017.

<sup>126</sup> A Universidade do Brasil foi criada por lei Poder Legislativo em 5 de julho de 1937. Dava continuidade à antiga Universidade do Rio de Janeiro, criada na década de 1920 como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade.

<sup>127</sup> O CEAO foi o primeiro instituto voltado para os estudos do continente africano e afro-brasileiro criado no Brasil. O Centro surgiu ainda em 1959 a partir de proposta inicial do professor e intelectual português Agostinho da Silva, que havia se exilado no Brasil no início da década de 1940.

<sup>128</sup> O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi criado em 1949 por sugestão de Gilberto Freyre, que na época exercia o mandato de deputado, e começou a funcionar em 1951 em Recife. Vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, Instituto Joaquim Nabuco foi, segundo historiador João Alberto da Costa Pinto, a instituição-chave da trajetória intelectual de Gilberto Freyre. O órgão tinha como missão realizar estudos sociológicos sobre as condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do Nordeste, de forma a sugerir formas de melhorias de vida. Mas na prática, Freyre transformou o Instituto em um dos principais instrumentos para a sua influência política, principalmente, após o golpe civil-militar de 1964. PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951–1974)*. Revista UFG. Goiás, Ano XI, nº 6, Junho 2009.

do Brasil. Em memorando do dia 26/06/61 ao ministro Afonso Arinos, o presidente determinou a constituição de uma comissão para elaborar material de divulgação impresso ou gravado para utilização na África. No documento, o presidente Jânio Quadros orientou que fossem confeccionados folhetos com dados sobre o território brasileiro, população, recursos naturais, produção agropecuária e indústria, comércio. Também pediu que constassem no material informações no campo da política, da economia, da cultura, e sobre as conquistas e aplicações técnico-científicas.<sup>129</sup>

Importante mencionar que neste material, por ordem do presidente, deveria ser dado amplo destaque à “posição histórica desta nação na defesa da autodeterminação dos povos e na luta contra o colonialismo e o racismo e ainda o respeito integral à liberdade de culto”.<sup>130</sup> O objetivo de Jânio Quadros era, claramente, tentar desfazer a imagem negativa do Brasil diante da comunidade internacional, por conta do apoio sistemático à política colonial do governo português.

Mas Jânio Quadros sabia que a propaganda sozinha não seria suficiente para aproximar o Brasil das novas nações africanas se não fosse acompanhada de ações concretas, principalmente, na revisão do apoio histórico dado a Portugal e a seu regime colonial nas Nações Unidas. Segundo Wayne A. Selcher, Jânio Quadros adotou conscientemente em seu governo uma postura anticolonial como um instrumento ideológico para aumentar a prestígio brasileiro entre as nações africanas a fim de propiciar o desenvolvimento de ações de cooperação.<sup>131</sup>

Uma das primeiras tentativas do governo brasileiro de rever o posicionamento nas votações da ONU ocorreu em abril de 1961. Com a intensificação do conflito em Angola, Jânio Quadros e Afonso Arinos decidiram comunicar ao governo português que o Brasil não ficaria mais ao lado de Portugal nas votações nas Nações Unidas das resoluções sobre a situação de Angola apresentadas pelo bloco afro-asiático. Sob a justificativa de cumprir o Tratado de Amizade e Consulta, o chanceler brasileiro foi a Lisboa, onde se reuniu com primeiro-ministro António Oliveira Salazar e com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Mathias.

De acordo com correspondência trocada entre Afonso Arinos e o presidente Jânio Quadros, divulgada no livro *Diplomacia Independente: um legado de Afonso Arinos*, fica evidenciado que o chanceler brasileiro trabalhava com dois possíveis resultados para a viagem. O primeiro, e o mais desejado pelo governo brasileiro, embora fosse o mais improvável, era que Afonso Arinos

---

<sup>129</sup> Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos. 26/06/1961. Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.429.

<sup>130</sup> Memorando do presidente Jânio Quadros ao chanceler Afonso Arinos. 26/06/1961. Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.429.

<sup>131</sup> SELCHER, 1974, p. 157.

conseguisse convencer as autoridades portuguesas de que as independências das colônias eram situações incontornáveis e iminentes e que, portanto, Portugal só teria como saída iniciar o processo, caso não quisesse correr o risco de uma “congolização”<sup>132</sup> de Angola.

O segundo resultado, mais provável, era que Portugal se manteria irredutível em continuar administrando suas colônias em África. Nesse caso, o governo brasileiro contava que teria uma justificativa para declarar cumprido o Tratado de Amizade e Consulta e informar ao governo português os motivos da incapacidade do Brasil de manter o seu apoio a Portugal na ONU.<sup>133</sup>

É difícil saber, com certeza, se Jânio Quadros e Afonso Arinos acreditavam mesmo que o Brasil teria influência sobre Portugal para fazê-lo desistir de seu projeto colonial. O que parece mais certo é que o governo brasileiro procurava uma saída diplomática para convencer a opinião pública brasileira, principalmente, a imprensa simpática a Portugal, de que o Brasil tinha mobilizado todos os esforços para encontrar uma solução para o problema e que, diante da intransigência de Portugal, não poderia continuar sendo omissa nas votações na ONU sobre Angola, sob pena de graves prejuízos à reputação internacional do país.

Conforme a hipótese mais provável, o ministro português Oliveira Salazar se mostrou firme em sua posição de manter seus territórios além-mar na reunião que teve com o chanceler brasileiro. No retorno da viagem a Lisboa, Afonso Arinos redigiu uma nota oficial, aprovada pelo presidente Jânio Quadros, em que divulgava que o governo brasileiro, depois de cumprir o Tratado de Amizade e Consulta, se sentia livre do compromisso com Portugal para adotar uma nova postura nas votações na ONU com relação às colônias portuguesas em África. O documento foi divulgado pelo Itamaraty no dia 15 de abril de 1961.

Agora, depois de realizada a viagem do ministro do Exterior a Lisboa, e de apresentadas por ele, extensiva e francamente, ao governo de Portugal, em obediência aos termos do Tratado de Consulta, as razões que condicionam e determinam a posição brasileira, encontra-se o presidente da república (...) em condições de declarar que (...) se reserva o direito de acompanhar o desenvolvimento da situação africana com a liberdade de ação que corresponde a sua firme política de anticolonialismo, antidiscriminação e francamente favorável à autodeterminação de todos os povos capazes de aspirar a independência (...).<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> Em 1960, o Congo belga (atual República Democrática do Congo), território vizinho a Angola, enfrentava um forte conflito armado após a revolta de militares congolezes insatisfeitos com a continuidade da situação de subordinação aos belgas, mesmo após a independência do Congo. Vários europeus tiveram suas casas e comércios pilhados e foram assassinados. A luta assumia aspectos particularmente violentos na cidade de Matadi, junto à fronteira norte de Angola, bombardeada por navios de guerra e aviões belgas. Os historiadores Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus localizaram no Arquivo da PIDE um relatório redigido pelo primeiro ministro português, Oliveira Salazar, em que ele afirmava estar preocupado com o fato de que muitos fugitivos da região pudessem chegar à fronteira do Congo com Angola. IAN/TT, Arquivo de Salazar, AOS/CO/UL, caixa 32 A, pasta 1, fls.1/2 *apud* MATEUS; MATEUS, 2011, p. 25.

<sup>133</sup> Correspondência de Afonso Arinos ao presidente Jânio Quadros. 15/03/1961. ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 201.

<sup>134</sup> Nota redigida por Afonso Arinos, aprovada pelo presidente Jânio Quadros e divulgada pelo Itamaraty. 13/04/1961. ARINOS FILHO, 2001, p. 211.

Essa mudança de atitude por parte do Brasil seria muito prejudicial para Portugal, pois acentuaria o seu dramático isolamento na ONU. O temor de que o Brasil poderia se aproximar dos movimentos nacionalistas africanos, principalmente, de Angola, também alarmou o governo português.<sup>135</sup> Para pressionar o Estado brasileiro a desistir da ideia de retirar o apoio a Portugal nas Nações Unidas, a hábil e competente diplomacia lusa entrou em ação. A imprensa salazarista em Portugal e no Brasil também atuou para pressionar o Brasil a voltar atrás em sua decisão.

Poucos dias depois da divulgação da nota do Itamaraty, no dia 17 de abril, a diplomacia portuguesa lançou a primeira estratégia para tentar dissuadir o governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Portugal, Negrão de Lima, figura simpatizante a Portugal, foi porta-voz de um “desesperado apelo” do ministro dos Negócios Exteriores, Marcelo Mathias. Este pedia ao Brasil que se abstinhasse na votação da Resolução 1603 (XV), que estava na pauta de debates das Nações Unidas. A moção exigia o fim da repressão portuguesa contra os angolanos, solicitando que Portugal desse início aos esforços imediatos para a transferência de poderes em Angola.<sup>136</sup>

Nos debates na ONU, seguindo orientação anterior do chanceler Afonso Arinos, a delegação brasileira já havia se posicionado favoravelmente à resolução. Por isso, Marcelo Mathias tinha urgência em reverter a posição brasileira antes de a moção ser votada pelo plenário da assembleia. O ministro português argumentava que o projeto não previa a autodeterminação para todo o povo angolano, “mas a um movimento que implica na expulsão dos angolanos portugueses lá estabelecidos, através de gerações, ao longo de quatro séculos”.<sup>137</sup>

O antigo projeto da Comunidade Luso-Brasileira também foi usado por políticos portugueses para tentar convencer o Brasil das vantagens de se manter ao lado de Portugal. Nesse jogo retórico, pela primeira vez, o governo português incluía na comunidade formada pelos dois países os “territórios ultramarinos” - o que há tempos era desejo do governo brasileiro -, prometendo ao Brasil acesso privilegiado a eles.

Em discurso na Assembleia Nacional de Portugal, no dia 19 de abril de 1961, o conselheiro Armando Cândido assegurou que a permanência de Portugal na África garantiria ao Brasil segurança jurídica em negócios na região. “A Comunidade Luso-Brasileira só se constituirá numa força à altura

---

<sup>135</sup> Portugal sempre temeu uma simpatia brasileira com o desejo de autonomia em Angola. Essa preocupação respaldou, inclusive, o acordo de reconhecimento da independência do Brasil, assinado com Portugal em 1826, que determinava que o novo país não poderia aceitar qualquer proposição de colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil. BITTENCOURT, 1999, p. 51-52.

<sup>136</sup> Telegrama de Francisco Negrão de Lima, embaixador do Brasil em Lisboa, ao chanceler Afonso Arinos. 17/04/1961. ARINOS FILHO, 2001, p. 212.

<sup>137</sup> Telegrama de Francisco Negrão de Lima, embaixador do Brasil em Lisboa, ao chanceler Afonso Arinos. 17/04/1961. ARINOS FILHO, 2001, p. 212.

dos graves acontecimentos atuais se continuar com as suas posições na Europa, na América do Sul, em África, no meio do Atlântico, na Ásia e na Oceania”.<sup>138</sup>

Numa clara sinalização de assédio ao Brasil, o governador-geral de Angola, o português Silva Tavares, em entrevista especial ao jornal carioca *O GLOBO*, publicada no dia 1º de abril de 1961, afirmava que Brasil e Angola precisavam “se conhecer melhor”. “E ao se conhecerem não poderá deixar efetivamente de sentir-se cada vez mais fortemente inclinados um para o outro, unidos, pela origem comum e pelo destino que liga e ligará sempre o Brasil a Portugal”.<sup>139</sup> O político português sabia explorar em seu discurso o interesse brasileiro em acessar à colônia mais importante de Portugal na África.

A divulgação do novo posicionamento do governo brasileiro com relação a Portugal provocou críticas contundentes na imprensa portuguesa. Em correspondência à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, datada do dia 18 de abril de 1961, o embaixador do Brasil em Portugal, Negrão de Lima, anexou dois editoriais do jornal *A Voz*, “órgão que representa a extrema direita das forças políticas que apoiam o governo e uma parte da opinião católica do país”<sup>140</sup>, com duros ataques ao Brasil.

Segundo relatório do diplomata, em contraste com o que ocorreu com o caso do sequestro do navio Santa Maria, em janeiro de 1961, em que as críticas na imprensa portuguesa ao Brasil eram, em sua maioria veladas ou pouco ofensivas, a imprensa mudou o tom na repercussão da nova postura brasileira no Caso Angola. No documento, o embaixador Negrão de Lima especulava que a nova linha editorial deveria estar sendo apoiada diretamente pelo governo português.

É lícito supor-se que o governo, através da censura, vinha evitando a publicação de ataques diretos ao governo brasileiro, enquanto não fosse oficialmente definida a posição do Brasil. Com a publicação na imprensa local do comunicado divulgado em Brasília, no dia 15, pelo qual se estabelece a liberdade de ação, no futuro do Governo brasileiro, com referência à questão de Angola, parece haverem cessado as restrições de censura.<sup>141</sup>

No Brasil, os primeiros sinais dados pelo governo de Jânio Quadros que passaria a votar contra Portugal na ONU dividiu opiniões. Do lado dos que defendiam Portugal, as acusações eram que a política externa janista estava se abrindo a influências comunistas e sendo um “filho ingrato” de Portugal, a quem o Brasil devia sua “democracia racial”. Já os críticos a Portugal denunciavam o regime fascista de Salazar e defendiam o direito dos povos africanos à liberdade e à autodeterminação.

<sup>138</sup> *Jornal Diário de Notícias*, 20/04/1961, p. 10.

<sup>139</sup> “Brasil e Angola precisam conhecer-se melhor para melhor se estimarem”. *O GLOBO*, 01/04/ 1961, p. 02.

<sup>140</sup> Remessa de recortes. Críticas à posição do Brasil na questão de Angola. Embaixada do Brasil em Lisboa para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 18/04.1961. Fl. 01. Arquivo Histórico do Itamaraty.

<sup>141</sup> Remessa de recortes. Críticas à posição do Brasil na questão de Angola. Embaixada do Brasil em Lisboa para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 18/04.1961. Fl. 02. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Em São Paulo, o debate entre os dois lados era intenso. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, uma tropa de choque, comandada pela deputada Conceição da Costa (PSD), que se tornou uma das maiores defensoras no Brasil do regime de António Oliveira Salazar, defendia, em repetidos discursos, que a presença de Portugal na África era uma garantia contra a influência comunista.<sup>142</sup>

Angola é portuguesa e será portuguesa mesmo contra aquela expressão de Lenin de que Portugal representava um entrave à disseminação desta praga que é o comunismo. Portugal representa realmente um entrave para os comunistas, porque colonialismo é uma coisa e colonizar é outra coisa muito diferente. Colonialismo é o que é feito pelo governo da Rússia sobre os países dominados por ela".<sup>143</sup>

A falaciosa tentativa da deputada de negar que Portugal tivesse colônias na África explicitava o esforço dispendido pelos políticos brasileiros para defender o governo português que, por sua vez, sabia prontamente retribuir o apoio com viagens e honrarias. Os parlamentares paulistas que se opunham ao rompimento do Brasil com Portugal também invocaram o Tratado de Amizade e Consulta para tentar dissuadir o Itamaraty de romper a aliança luso-brasileira. O deputado Francisco Franco (PR) afirmou que o Brasil estava “moral e juridicamente” obrigado a reconhecer os direitos da soberania portuguesa sobre os territórios do ultramar.

Foi com Portugal no seu todo, no conjunto dos seus poderes de fato e de direito que firmamos o compromisso de aliança mútua. Discutir o caso de Angola, sob qualquer prisma, seria o mesmo que aceitar a autonomia da província do Douro, ou de qualquer outra, se o problema, sem dúvida inexistente, nos fosse apresentado.<sup>144</sup>

A defesa do parlamentar se apoiava na propaganda ideológica realizada pelo Estado Novo de que Portugal não era um país pequeno, ou seja, os territórios africanos faziam parte da nação portuguesa além-mar e, por consequência, não eram colônias.

Já a bancada paulista antissalazarista apelava ao governo brasileiro que não cedesse à pressão portuguesa e rompesse definitivamente com o projeto colonial. Em sessão legislativa do dia 28 de janeiro de 1961, três dias antes da posse de Jânio Quadros, parlamentares já haviam divulgado um abaixo-assinado em que se solidarizavam com os opositoristas responsáveis pelo sequestro do navio Santa Maria e pedia aos governos democráticos que não apoiassem o governo de Oliveira Salazar.

---

<sup>142</sup> A crise de Cuba e o projeto de rompimento com Portugal geraram desgastes incontornáveis na política externa formulada pelo presidente Jânio Quadros e pelo chanceler Afonso Arinos. A Revolução Cubana (1959) havia despertado a ameaça de multiplicação de “focos” comunistas na América Latina. A diplomacia brasileira, reafirmando a linha de independência na política externa, adotou o discurso da não intervenção e do respeito à autodeterminação dos povos (formulação repetida no Caso de Angola). A estratégia era manter as relações diplomáticas com Cuba sem levantar a ira dos EUA e países capitalistas e da opinião pública brasileira, totalmente refratária ao comunismo. Em sua retórica diplomática, Afonso Arinos construiu a seguinte argumentação: “Nós não oporíamos à intervenção em Cuba, feita a pretexto de prevenir a América contra a intervenção do comunismo internacional. Mas, ao mesmo tempo, nós concordaríamos com todas as medidas preventivas que visassem evitar os riscos que o comunismo traria a certos países mais expostos da América Central e do Sul (...)”. Memorando de Afonso Arinos ao presidente Jânio Quadros. 02/05/1961. ARINOS FILHO, 2001, p. 187.

<sup>143</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo. 09/11/1961, p. 16

<sup>144</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo. 10/05/1961, p. 11.

Ditador que há 35 anos vem impondo a Portugal um regime de exploração e terror, em que o proletário urbano e rural trabalha para sustentar uma pequena minoria de potentados civis e militares. Este apelo, é evidente, inclui o governo do Brasil que não deve transformar-se em protetor de uma anacrônica ditadura<sup>145</sup>.

Assinaram a nota os deputados Cid Franco<sup>146</sup>, Antônio Mastrocola, Eduardo Barnabé, André Nunes Júnior, Henrique Peres e Jéthegro de Faria Cardoso. Os parlamentares também denunciaram em plenário a violência do exército português contra opositores em Lisboa e a censura à imprensa portuguesa crítica ao governo.

No Rio de Janeiro, cidade com maior colônia portuguesa, as críticas a Jânio Quadros e a sua política externa eram mais fortes. O jornal *O GLOBO*, com uma clara linha editorial de "devoção à unidade luso-brasileira"<sup>147</sup>, foi o principal defensor de Portugal e propagador das opiniões contrárias à nova política do Itamaraty.<sup>148</sup> Em editorial da edição do dia 28 de março de 1961, intitulado "O Brasil e Portugal", o jornal cobrou do governo brasileiro "o respeito e o zelo com que consideramos os profundos vínculos espirituais que ligam o Brasil a Portugal".<sup>149</sup>

Não vamos discutir o problema das antigas colônias portuguesas em África, mas causou-nos mágoa saber que no "fórum" mundial, o Brasil votara contrariamente a Portugal. Julgamos que qualquer país poderia proceder assim, mas nós deveríamos sentir-nos impedidos de acompanhar os demais.<sup>150</sup>

O jornal reagiu com indignação à intenção do Brasil de votar na ONU contra Portugal no Caso Angola e também apoiou a posição defendida pelo governo português de que seus territórios em África eram extensões além-mar e, portanto, assunto interno luso, não cabendo a qualquer país se intrometer nessa questão.

---

<sup>145</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo, 28/01/1961, p. 01.

<sup>146</sup> O deputado Cid Franco, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), inclusive, foi um dos parlamentares que defendeu explicitamente o fim do colonialismo e que manteve contatos com militantes do MABLA ligados à oposição portuguesa. Essa conexão será melhor analisada no Capítulo II desta dissertação.

<sup>147</sup> "O Brasil e Portugal". *O GLOBO*, 28/03/1961, p. 01.

<sup>148</sup> O jornal *O GLOBO* foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho. Em seus primeiros números, o periódico adotou a linha editorial de defesa de questões populares. Mas desde o início, o jornal se mostrou favorável ao ingresso de capital estrangeiro - sobretudo norte-americano - no Brasil. Na década de 1960, na sucessão de Juscelino Kubitschek, *O GLOBO*, que era próximo à União Democrática Nacional (UDN), apoiou a candidatura de Jânio Quadros contra o marechal Henrique Lott. No entanto, as primeiras ações da política externa do presidente eleito provocaram críticas contundentes do jornal. A condecoração dada pelo governo brasileiro ao cubano Ernesto "Che" Guevara e o projeto de reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas foram violentamente combatidos. Após a renúncia de Quadros, *O GLOBO* foi contra a posse de João Goulart, mas apoiou a opção parlamentarista, adotada pelo Congresso como forma conciliatória para propiciar o mandato do vice-presidente. Durante o governo João Goulart, o jornal permaneceu na oposição, defendendo os interesses do capital estrangeiro e atacando as reformas de base propostas pelo presidente. Verbete. CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em 01/11/2016.

<sup>149</sup> "O Brasil e Portugal". *O GLOBO*, 28/03/1961, p. 01.

<sup>150</sup> "O Brasil e Portugal". *O GLOBO*, 28/03/1961, p. 01.

O jornal *Última Hora*<sup>151</sup> fazia o contraponto ao *O GLOBO* no Rio de Janeiro e denunciava as arbitrariedades cometidas por Portugal, principalmente, nas colônias de Angola e de Moçambique. Na bombástica manchete de capa da edição do dia 01/04/1961, o “*Última Hora* revela relatório secreto da África para Jânio Quadros: Salazar vende escravos para minas de ouro”, o jornal divulgou relatório confidencial feito pelo delegado-observador do Brasil para a I Conferência Regional da África, Luís Augusto do Rêgo Monteiro, que foi enviado a Jânio Quadros.

O documento continha denúncias feitas por africanos das colônias portuguesas dos métodos opressores empregados pela ditadura salazarista. "O mais clamoroso é o verdadeiro tráfico de escravos feito pelo governo colonial de mão de obra nativa exportada para as minas da União Sul-Africana, de onde raramente os infelizes negros voltam com vida".<sup>152</sup> Na conclusão do relatório, Monteiro aconselhava o governo brasileiro a retirar imediatamente seu apoio a Portugal, sob pena de perder a posição privilegiada que ainda exercia sobre os africanos.

Nada mais seria necessário acrescentar, para concluir, sem vacilação que se o Brasil pretende efetivamente exercer uma ação inspiradora no Continente Africano, a que está conduzido pelo prestígio de sua vitoriosa experiência no plano da mais fraternal e cristã convivência racial no domínio da implantação e sua civilização subequatorial e tropical, a primeira condição "sine qua non", será a de se afirmar o governo brasileiro isento de qualquer compromisso com qualquer ignóbil política colonial de retardamento da independência dos países africanos, desembaraçando-se, ainda em tempo, o nosso País de qualquer solidariedade internacional com Portugal, que conta apenas com o Brasil para perpetuar a sua política escravizadora na África.<sup>153</sup>

Rêgo Monteiro alertava que o Brasil, ao se manter ao lado de Salazar, seria atingido pela onda crescente de isolamento que atingia Portugal no contexto mundial, principalmente na ONU. A mesma orientação foi dada às autoridades brasileiras pelo historiador José Honório Rodrigues. Ele aconselhou o presidente Jânio Quadros a resistir ao *lobby* da comunidade portuguesa em benefício do desenvolvimento do país.

Para os portugueses, nós estamos independentes, mas temos o dever moral de assisti-los, de identificar-nos com as suas causas, sem questionar, sem indagar de nossos problemas, porque, acima dos nossos, está o sentimento, o dever moral para com a Mãe Pátria. E assim a colônia, como grupo étnico de pressão, age em suas manifestações políticas, suas passeatas, protestos e manifestações, com apoio de alguns jornais e de personalidades públicas que nem

<sup>151</sup> O jornal *Última Hora* foi fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer. Também teve uma edição em São Paulo. Em 1961, surgiu uma edição nacional, impressa no Rio e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru e na Região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). O *Última Hora* surgiu para servir de respaldo ao governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954) junto à opinião pública. Na sucessão de JK, o jornal apoiou a candidatura do marechal Henrique Teixeira Lott. Embora tivesse feito oposição a Jânio Quadros, o *Última Hora* mostrou-se favorável a alguns aspectos de seu governo, como a política externa de aproximação de países socialistas. Após a renúncia de Quadros, o jornal empenhou-se na defesa da posse de João Goulart. Verbete. CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>>. Acesso em 01/11/2016.

<sup>152</sup> “*Última Hora* revela relatório secreto da África para Jânio Quadros: Salazar vende escravos para minas de ouro”. *Última Hora*. 01/04/1961, p. 04. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>153</sup> “*Última Hora* revela relatório secreto da África para Jânio Quadros: Salazar vende escravos para minas de ouro”. *Última Hora*. 01/04/1961, p. 04. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

sequer examinam se há ou não conflito entre os nossos e os interesses deles, que obrigue a cumprir antes o nosso dever patriótico. Ora, é isso que devem ver antes de tudo os políticos e intelectuais que se solidarizam com o Governo português, sem os maiores cuidados.<sup>154</sup>

Apesar de Jânio Quadros ter se mostrado inicialmente consciente do prejuízo político para o Brasil com a manutenção do apoio a Portugal, do qual alertou Luís Augusto do Rêgo Monteiro e José Honório Rodrigues, o governo não conseguiu resistir à pressão do governo português e de seus aliados e recuou em sua postura anticolonialista. No dia 19 de abril, dois dias depois de ter orientado a delegação brasileira na ONU a votar favoravelmente a propostas do bloco afro-asiático sobre Angola, Afonso Arinos recomendou a abstenção na votação da Resolução 1603.<sup>155</sup>

Para justificar sua mudança de posição, o Brasil alegou que a segunda parte da resolução, que criava um comitê especial responsável por conduzir as investigações sobre a situação angolana, era “inoperante, excessivo e propiciava complicações inúteis.”<sup>156</sup>

Ainda que a abstenção tenha demonstrado que o Brasil permanecia tentando evitar conflitos com Portugal, ela não deixava de ser um avanço, se comparada ao posicionamento do passado. Mas a renúncia de Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, interrompeu momentaneamente os rumos de uma política externa que começava a adotar ações mais voltadas para a África.

João Goulart (1961-1964) deu continuidade à PEI iniciada por Jânio Quadros. O novo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, deu à PEI um corpo teórico mais consistente.<sup>157</sup> O Brasil continuou tentando adotar nas relações externas uma posição de independência com relação aos blocos político-militares e buscar novos parceiros econômicos. Nesse período, o Estado brasileiro manteve relações diplomáticas com a URSS e adotou uma firme defesa do princípio de não-intervenção em relação à Cuba.

Com relação ao continente africano, assim como na gestão de Jânio Quadros, o novo governo investia na propaganda do Brasil para ampliar os contatos com os países africanos recém-independentes. San Tiago Dantas defendia o investimento em ações culturais para ampliar o conhecimento recíproco entre Brasil e países africanos.

Pensamos que o setor africano deve gozar de uma alta prioridade, principalmente nos programas do Departamento Cultural. Na África, acima de tudo, o que Brasil tem é de realizar

---

<sup>154</sup> RODRIGUES, 1964. p. 369.

<sup>155</sup> A Resolução foi aprovada por 73 votos. Foram registrados dois votos contrários, Portugal e África do Sul e nove abstenções, entre as quais, do Brasil, da França e do Reino Unido.

<sup>156</sup> “. *Inoperative, excessive, and conducive to useless complications*”. (Tradução minha) SELCHER, 1974, p.158.

<sup>157</sup> San Tiago Dantas foi ministro das Relações Exteriores por menos de um ano (de setembro de 1961 a julho de 1962). Até o fim do governo de João Goulart, quatro outros nomes ocuparam o cargo, entre eles, novamente Afonso Arinos, mas durante um período breve. Os ministros das Relações Exteriores, durante o período em que a PEI foi a diretriz geral das relações externas brasileiras, foram: Afonso Arinos (janeiro-setembro/1961), San Tiago Dantas (setembro/1961-julho/1962), Afonso Arinos (julho-setembro/1962), Hermes Lima (setembro/ 1962 – junho/1963), Evandro Lins e Silva (junho-agosto/1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto/1963- abril/1964).

missões de estabelecimento e difusão das nossas ideias, da nossa cultura e da nossa atitude política, para nos entendermos melhor (...).<sup>158</sup>

A partir da circulação de informações, o Itamaraty pretendia reduzir o desconhecimento e a rejeição de muitos dirigentes de países africanos com relação ao Brasil (principalmente por conta da aliança com Portugal). A concessão de bolsas para estudantes africanos virem ao Brasil foi uma ação mantida pelo novo governo para estreitar os laços com os países africanos. “Podemos abrir mais algumas oportunidades, para que a juventude desses países realize, nas nossas universidades, estudos superiores completos”.<sup>159</sup>

Assim como seu antecessor, San Tiago Dantas se esforçou, inicialmente, em conciliar a postura anticolonialista do novo governo com a manutenção de relações amigáveis com Portugal. A diplomacia brasileira insistia no discurso de tentar mediar uma solução negociada entre Portugal e os movimentos oposicionistas africanos. Mas logo a intransigência de Portugal com relação ao tema resultou em discursos mais claros por parte do governo brasileiro contrários ao colonialismo.

O presidente João Goulart, na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, no dia 22 de outubro de 1962, afirmou aos novos diplomatas que o país tinha como um dos princípios da sua política externa a defesa do direito à autodeterminação dos povos e que “o Brasil não aceita recurso à violência como forma de solução dos conflitos internacionais”.<sup>160</sup>

A primeira entrevista no cargo de ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, defendeu claramente que o governo brasileiro não tinha intenção de permanecer ao lado de Portugal nas votações sobre o caso Angola na ONU.

O Brasil tem todo o empenho em adotar uma atitude que não represente um antagonismo profundo em relação a Portugal e que não choque a opinião pública portuguesa. Mas não poderemos nos afastar da linha de coerência que assumimos no tocante às questões coloniais e, nesse sentido, o Brasil apoiará, sob todos os seus aspectos, as teses favoráveis à preparação dos povos que vivem em territórios não autônomos para sua emancipação política e para que possam exercer, no momento próprio, o direito de autodeterminação.<sup>161</sup>

Antes de chegar a data de realização da XVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a qual a questão de Angola seria novamente colocada em pauta, San Tiago Dantas ainda

---

<sup>158</sup> Primeira entrevista do ministro San Tiago Dantas. 11/10/1961. Documentos da Política Externa Independente - Volume 1. Álvaro da Costa Franco (org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 183.

<sup>159</sup> Primeira entrevista do ministro San Tiago Dantas. 11/10/1961. Documentos da Política Externa Independente - Volume 1. Álvaro da Costa Franco (org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 183.

<sup>160</sup> Discurso do presidente João Goulart na cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, em 22 de outubro de 1962. Circular nº 4.461, de 29 de outubro de 1962. Documentos da Política Externa Independente - Volume 2. Álvaro da Costa Franco (org.) Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008, p. 38 e 40.

<sup>161</sup> Primeira entrevista do ministro San Tiago Dantas. 11/10/1961. Documentos da Política Externa Independente - Volume 1. Álvaro da Costa Franco (org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 183

tentou, a exemplo de Afonso Arinos, encontrar uma solução negociada com Portugal. Dantas procurou o então embaixador português no Brasil, João de Deus Ramos, para expor que “a atitude do Brasil na questão de Angola não poderia continuar a ser de abstenção (...) O Brasil era a favor do grande movimento pela independência dos povos da África”.<sup>162</sup>

João de Deus Ramos, no entanto, insistiu no argumento, claramente baseado no ideal lusotropicalista, de que as populações dos “territórios ultramarinos” viviam felizes em um convívio tipicamente português, multirracial como no Brasil. San Tiago Dantas respondeu à negativa de Portugal afirmando que o Brasil tinha de satisfazer às expectativas dos novos países e “abster-se no caso português decepcionaria esses países”.<sup>163</sup>

A percepção da diplomacia brasileira, representada por San Tiago Dantas, de que o apoio a Portugal já havia custado muito ao Brasil e podia comprometer os planos do país de conquistar maior influência na geopolítica internacional fundamentava a nova postura do governo na ONU. José Honório Rodrigues resume o pensamento dos diplomatas favoráveis à retirada do apoio ao regime de Salazar.

Não podemos chegar à África de braço dado com Salazar. Isso nos comprometeria irremediavelmente não somente com a África Portuguesa mas com todas as novas nações africanas e nosso interesse legítimo consiste em vê-las livres e prósperas, pois se continuar o domínio europeu, agora econômico, continuará a concorrência maior aos nossos produtos, sem a troca industrial que podemos iniciar livres das acusações colonialistas, imperialistas e racistas.<sup>164</sup>

A intenção de reparar o desgaste à imagem internacional do Brasil ficou evidente do discurso do novo chefe da Delegação do Brasil, Afonso Arinos<sup>165</sup>, na abertura<sup>166</sup> dos debates da XVI Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1961, em Nova York. Apesar de reafirmar os laços luso-brasileiros, Arinos enfatizou que o governo brasileiro não tinha intenção de continuar apoiando a política colonial de Salazar.

O Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração para transformar Angola

---

<sup>162</sup> Embaixador João de Deus Ramos para o Ministério das Relações Exteriores. 21/09/1961, PROC 922 PAA 283: Diversos, MNE *apud* DÁVILA, 2011, p. 133.

<sup>163</sup> Embaixador João de Deus Ramos para o Ministério das Relações Exteriores. 21/09/1961, PROC 922 PAA 283: Diversos, MNE *apud* DÁVILA, 2011, p. 133.

<sup>164</sup> RODRIGUES, 1964. p. 367.

<sup>165</sup> Afonso Arinos foi nomeado para o cargo em setembro de 1961.

<sup>166</sup> Desde a IV Assembleia Geral, em 1949, o Brasil aceitou abrir as discussões da Assembleia Geral da ONU. O momento se transformou em um patrimônio da tradição diplomática brasileira. Trata-se de uma prática de fundamental importância, pois a voz do Brasil e sua visão dos problemas internacionais ressoam e chegam aos representantes dos países que compõem as Nações Unidas. SOUZA, I. I. *Autonomia e desenvolvimento: os discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU durante a Política Externa Independente (1961-1963)*. Mnemonise Revista, v. 6, 2015, p. 236.

em núcleo criador de ideias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quando o é o Brasil.<sup>167</sup>

A pretensão brasileira de retirar o apoio a Portugal nas votações da ONU sobre o Caso Angola provocou novamente reações contrárias da diplomacia portuguesa. Novamente o embaixador do Brasil em Portugal, Negrão de Lima, foi convocado pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira, para tratar do tema. Em telegrama confidencial emitido pelo MNE à Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, são relatados os pormenores do encontro.

Segundo o documento, o discurso de Arinos na ONU foi chamado de “deplorável” por Nogueira que alegou que a situação criou uma atmosfera na organização totalmente desfavorável a Portugal. “O Brasil não se limitou a seguir apenas uma orientação, mas tomou uma iniciativa de ataque, o que não podia nos causar maior mágoa e desapontamento sendo, por outro lado, lícito classificar como inamistosa posição assim assumida por Arinos.”<sup>168</sup>

De acordo com o relato feito ao embaixador português João Bataglia Ramos, Franco Nogueira queixou-se ao embaixador brasileiro Negrão de Lima que o Brasil tinha baseado suas acusações contra Portugal em relatório pelo Subcomitê da ONU, criado pela Resolução 1.603, quando o próprio Lima havia visitado Angola a convite de Portugal, em maio de 1961.<sup>169</sup> “Nos parece que ao Governo brasileiro deveria oferecer maior fé no relatório da visita que o seu próprio embaixador fez a Angola”.<sup>170</sup>

De acordo com o relato, o ministro português Franco Nogueira teria aproveitado o encontro para insinuar que o novo posicionamento do Brasil diante de Portugal seria resultado dos contatos de Afonso Arinos com “terroristas angolanos”. O político português relatou a Negrão de Lima que Arinos e seu assessor, Geraldo de Silos, foram vistos tomando café com o líder angolano Mário Pinto de Andrade e um assistente no salão de delegados da ONU.<sup>171</sup>

<sup>167</sup> Documentos da Política Externa Independente - Volume 1. Álvaro da Costa Franco (org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, 266-271.

<sup>168</sup> Telegrama confidencial nº 18. Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 18/01/1962. fl. 2. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos.

<sup>169</sup> O convite feito pelo ministro António Oliveira Salazar a Negrão de Lima para visitar Angola teve como estratégia demonstrar a confiança de Portugal no Brasil e no diplomata brasileiro, visto que o governo português vinha se recusando insistentemente a aceitar pedidos com o mesmo teor feitos pela ONU. Durante o roteiro da visita em Luanda e adjacências, minuciosamente planejado pelas autoridades portuguesas, Negrão de Lima ouviu muitos discursos que saudavam a amizade luso-brasileira. Na visita, os acompanhantes de Negrão de Lima, o diplomata Alberto da Costa e Silva e o professor brasileiro da Universidade de Coimbra, Thiers Martins, se descolaram da comitiva para poder ver mais do que as autoridades portuguesas queriam mostrar. Durante a viagem, os visitantes se encontraram com opositoristas portugueses, mas sob os olhos atentos da PIDE. Cf. Entrevista de Alberto da Costa e Silva a Jerry Dávila. 17/07/2004. DÁVILA, 2011, p. 127.

<sup>170</sup> Telegrama confidencial nº 18. Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 18/01/1962. fl. 2. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos.

<sup>171</sup> Telegrama confidencial nº 18. Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 18/01/1962. fl. 3. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos.

Temos que considerar uma tal atitude como ofensiva para a delegação portuguesa e para o próprio Governo português e certamente Arinos não reflectiu na violenta reacção contra o Brasil que facto quando sabido não deixará de provocar entre a população de Angola, especialmente, entre os milhares daqueles (brancos ou negros) cuja família foi trucidada e esquartejada pelas atrocidades dos homens comandados por quem Arinos agora publicamente convida a sentar à sua mesa.<sup>172</sup>

Claramente, o ministro português tentava intimidar o governo brasileiro usando como arma a reacção da opinião pública portuguesa, já sensibilizada pelas mortes nos episódios de 4 de fevereiro e de 15 de março em Luanda, caso o suposto encontro viesse a público por meio da imprensa portuguesa. O telegrama confidencial a João Bataglia Ramos se encerrou com a orientação de Franco Nogueira de que o embaixador português procurasse com urgência San Tiago Dantas para “sem prejuízo do tom cordial reproduza de forma viva e firme as mesmas observações”.<sup>173</sup>

Apesar das críticas de Portugal, desta vez o Brasil votou favoravelmente à resolução 1.742, de 30 de janeiro de 1962, que foi aprovada por 99 votos a favor e dois contra (África do Sul e Espanha). A medida reprovou a repressão portuguesa, em ação armada desencadeada contra o povo angolano, com a violação dos seus direitos e das liberdades fundamentais, reafirmando o direito à autodeterminação de Angola. A resolução criou ainda uma comissão para coletar informações sobre a situação dos territórios sob a administração portuguesa.

A atitude do Brasil levou o governo português a agir diretamente na cúpula do poder brasileiro para tentar impedir outras manifestações contrárias a Portugal. No dia 1º de fevereiro, o embaixador português João Bataglia Ramos pediu audiência com o presidente João Goulart e com o primeiro-ministro Tancredo Neves para transmitir os protestos de seu país contra o voto brasileiro. Na conversa, o diplomata português argumentou que o Brasil, em vez de votar a favor da resolução, poderia, pelo menos, ter se abster na votação em respeito à amizade com Portugal.

Nos custava muito ver que o Brasil se encontrava do lado dos que nos atacavam com tanta falsidade e insidia. O voto do Brasil tinha para nós, portugueses, um significado especial, como era óbvio. Por isso, nós ressentimos tanto. Eu dizia francamente ao presidente que, pelas razões expostas da não existência do colonialismo em territórios portugueses e em virtude dos laços de amizade luso-brasileira, esperávamos que o Brasil pudesse estar ao nosso lado na hora difícil que estávamos passando (...). Mas se o Brasil não julgava assim, afigurava-se-me o Brasil poder-se-ia então abster na votação.<sup>174</sup>

---

<sup>172</sup> Telegrama confidencial nº 18. Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 18/01/1962. fl. 3. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos.

<sup>173</sup> Telegrama confidencial nº 18. Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 18/01/1962. fl. 3. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>174</sup> Aerograma confidencial. Embaixada de Portugal Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. 01/02/1962. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A imprensa portuguesa salazarista e setores da sociedade brasileira defensores de Portugal repetiram com João Goulart a mesma campanha difamatória que haviam arquitetado contra Jânio Quadros. O semanário português *Agora*, do dia 10 de fevereiro de 1962, em matéria intitulada "A atitude brasileira na ONU entristece-nos", reproduziu trechos do artigo do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos principais opositores à época da política externa brasileira, publicado no jornal *Tribunal da Imprensa*.

No texto, intitulado "Filho ingrato", Carlos Lacerda (UDN) acusou o governo brasileiro de ter se deixado usar por comunistas ao votar contra Portugal na ONU, decisão que, segundo ele, comprovaria que o Brasil estava se afastando do bloco de potências ocidentais empenhadas na defesa dos postulados democráticos.

"(...) o caso de Angola vem documentar mais uma etapa não só da ingratidão como da falta de lucidez do Brasil, ao interpretar os fenômenos políticos internacionais. Angola é uma província ultramarina de Portugal, de há muito na mira dos agitadores comunistas (...). A independência, pura e simples, é, até aqui, um "slogan" de terroristas treinados pelos comunistas. (...) O episódio mostra a que extremos de cegueira chegou ao Brasil na sua política externa. Resta saber, porém, até quando perdurará esta política, que não aproveita a democracia nem a liberdade, e só serve para beneficiar os totalitários. Resta saber até quando, a pretexto de independência e neutralismo, o Brasil continuará caudatário do bloco anti-ocidental na ONU.<sup>175</sup>

Lacerda apoiava o discurso que o domínio luso na África impediria o "perigo comunista" da URSS que rondava as colônias.<sup>176</sup> Também os críticos ao governo brasileiro temiam que, após o rompimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, este último país se alinhasse ao bloco socialista e houvesse uma radicalização social no Brasil, considerado pelo governo norte-americano como estratégico no continente.

Críticas como as citadas anteriormente acompanharam todo o governo João Goulart. Apesar da pressão, em julho de 1963, como membro não permanente do Conselho de Segurança<sup>177</sup> da ONU, o Brasil rejeitou, finalmente, a fórmula portuguesa de considerar suas colônias "províncias ultramarinas", votando a favor da Resolução nº S/5.380.

A moção ainda julgava a política de Portugal na África uma ameaça à paz e à segurança, assim como requeria que todos os estados evitassem conceder ao país qualquer assistência, armas ou equipamento militar que pudessem ser utilizados nas guerras coloniais. A decisão não significou o

---

<sup>175</sup> Ofício nº 121. Posição brasileira na ONU no caso de Angola. Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 13/02/1962. Arquivo Histórico do Itamaraty.

<sup>176</sup> Muitos nacionalistas africanos foram para a URSS receber treinamento militar e russos foram para as colônias administradas por Portugal para ajudar nas estratégias de enfrentamento. Após a independência, os governos dos novos países instituíram regimes influenciados pelo socialismo, mas com uma leitura diferenciada.

<sup>177</sup> O Conselho de Segurança da ONU é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido – os "P-5") e por dez membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos. O Brasil é, ao lado do Japão, o país que por mais vezes integrou o CSNU como membro não permanente. Na década de 1960, o Brasil foi membro nos biênios: 1963-64, 1967-68.

rompimento definitivo do apoio do Brasil a Portugal, mas era, pela primeira vez, um posicionamento concreto neste sentido.

Diante do que foi exposto, podemos concluir que, no contexto do Pós-Segunda Guerra, as gestões de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964) viram na aproximação do continente africano um caminho para o fortalecimento do papel geopolítico e econômico do Brasil.

Os governos referidos avançaram para uma política mais efetiva com relação ao continente africano e tentaram adotar uma postura anticolonialista nas votações nas Nações Unidas. Esse esforço, embora cedo tenha mostrado suas limitações, abriu um debate na sociedade sobre o apoio brasileiro ao colonialismo português. Foi esse espaço de atuação que o movimento brasileiro em apoio às independências africanas identificou e em que seus grupos militaram em busca de apoios para a criação de uma rede de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos.

## CAPÍTULO II

### **Solidariedade Brasil e África: o nascimento da rede de apoio às independências africanas**

Enquanto a política externa brasileira nas gestões de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964) enxergava o continente africano como espaço de expansão da influência econômica e política do Brasil, a África também olhava para o outro lado do Atlântico com expectativas. A posição do Brasil diante do colonialismo não era de interesse apenas de Portugal. Como parte da estratégia de conquistar alianças internacionais, os movimentos de independência das colônias portuguesas em África, especialmente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), tentaram conquistar o apoio do governo e da sociedade brasileira.

Assim como Portugal, os movimentos africanos invocaram seus laços afetivos, históricos e culturais com o Brasil para reivindicar do país solidariedade à luta de libertação nacional. A contribuição do povo africano para a formação do Brasil, mediante o trânsito involuntário durante o período do tráfico transatlântico de escravos ao longo dos séculos XVI e XIX, foi um dos argumentos comumente usados para *atualizar* a ligação sentimental entre os dois lados do Atlântico. Foram estrategicamente mobilizadas as influências na culinária, na dança, na língua e na religião, que supostamente aproximavam sentimentalmente o Brasil da África.

Os laços históricos que ligam Brasil e Angola são ainda mais recentes. Segundo o historiador Marcelo Bittencourt, nas duas últimas décadas do século XIX, indivíduos pertencentes à chamada “sociedade crioula”<sup>178</sup>, insatisfeitos com o tratamento de Portugal e sentindo-se desprestigiados com relação aos colonos portugueses, elegeram o Brasil como referência de contestação ao projeto colonial. Alguns intelectuais crioulos esboçaram ideias separatistas, mas paralelamente admitiam a necessidade do protecionismo por parte da Metrópole.<sup>179</sup>

No jogo de influências, enquanto Portugal intensificava a pressão sobre o governo brasileiro para manter o apoio do Brasil a sua política colonial, os movimentos nacionalistas africanos buscaram ajuda fora dos gabinetes governamentais. A estratégia era conseguir o apoio da sociedade brasileira

---

<sup>178</sup> No caso de Angola, a “sociedade crioula” consistia em um segmento diferenciado cultural e socialmente, resultado de séculos de interação e negociação entre europeus e africanos. “Era formada por indivíduos próximos da matriz europeia – expressa pelas letras, pela maneira de se vestir e na forma de administrar o comércio e o espaço urbano -, e da matriz cultural africana, muitas vezes, chamada de tradicional, implicando diferenciadas estruturas de parentesco, aquisição de bens, delegação de poderes e cerimônias religiosas e afetivas”. BITTENCOURT, Marcelo. *As relações Angola-Brasil: referências e contatos*. In: CHAVES, Rita; SECCO, Carmen; MACÊDO, Tânia (Orgs.). *Brasil-África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora UNESP. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2006, p.81.

<sup>179</sup> BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja Editora, 1999, p. 50.

despertando nela ações de solidariedade e de suporte aos movimentos nacionalistas (recursos, medicamentos e outras doações para os combatentes africanos e para a população); e causar uma comoção popular capaz de pressionar o governo brasileiro a apoiar as independências africanas.

Esse plano resultou na criação, em 1961, de um movimento brasileiro de apoio às independências africanas que reuniu brasileiros, africanos e portugueses antissalazaristas e atuou, principalmente, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) foi um movimento de configuração móvel que reuniu apoiadores de diversas tendências ideológicas em torno de um projeto comum: a defesa da independência dos povos africanos.

Segundo aponta o historiador José Francisco dos Santos, o MABLA, apesar de sua notória ligação com o MPLA e pessoas ligadas à esquerda como os membros do Partido Comunista Português (PCP), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), entre outros, foi um “Amplio Movimento” não muito distante também do próprio MPLA, visto na historiografia como um movimento ligado a Cuba e a União Soviética, tendo em seus quadros grupos de tendências variados, pessoas ligadas à Igreja Metodista, por exemplo.<sup>180</sup>

Ao longo desta pesquisa, identificamos dentro do movimento brasileiro em apoio às independências africanas a presença de três grupos de ativistas: dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro. Os integrantes dos grupos mantinham contatos e diálogos uns com os outros, embora possuíssem diferenças, principalmente, na forma de atuação e nas alianças firmadas. Essas diferenças podiam causar tensões, mas não eram tão fortes a ponto de causar rupturas. A nosso ver, os ativistas privilegiavam a formação e o fortalecimento de uma rede de solidariedade a favor dos movimentos nacionalistas. Também havia colaboradores do MABLA que participavam das ações de mais de um grupo de ativistas.

Importante destacar que essa pesquisa se debruça sobre a trajetória de militantes do movimento brasileiro em apoio às independências das colônias portuguesas em África, sobre os quais encontramos mais documentos. Nessa análise, nosso exercício de pesquisa foi tentar, a partir destes, evidenciar a rede de contatos mantida pelo MABLA.

Seguindo a perspectiva da História Atlântica, buscamos compreender neste capítulo como as ideias de liberdade e de resistência africana ao colonialismo português chegaram ao Brasil. Pretendemos evidenciar que o trânsito de sujeitos históricos entre Brasil, Portugal e África foi fundamental para a formação do movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

---

<sup>180</sup> SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”*: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. São Paulo: PUC, 2010, p. 48 e 182.

Para traçar a atuação dos grupos do MABLA nesta pesquisa, tivemos que acessar vários tipos de fontes, diante da dificuldade de encontrar documentos produzidos pelos próprios coletivos à época. Neste capítulo, as fontes orais e as autobiografias foram fundamentais para tentar preencher lacunas deixadas pelos poucos documentos escritos encontrados sobre o movimento e também para revelar novas informações.

Um exercício constante na análise dessas fontes foi perceber quais as intenções inseridas nos discursos dos testemunhos dados pelos ex-militantes dos grupos pró-independências africanas que atuaram sob o *guarda-chuva* do MABLA. Nesse trabalho de configuração das narrativas, tentamos ficar alertas para as armadilhas criadas não só pelo tempo, como também das intenções e manipulações dos depoimentos. Para tentar tornar esse trabalho mais preciso, tentamos, na maior parte das vezes, confrontar as informações surgidas nos depoimentos orais e nas autobiografias com outras fontes, mas nem sempre isso foi possível.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, no que tange à análise das conexões mantidas pelos ativistas do movimento brasileiro de apoio às independências, compreendemos que precisávamos adotar uma abordagem que se pautasse nas relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas. Nessa perspectiva, o trabalho do sociólogo Pierre Ansart foi muito útil. Embasado em uma visão interdisciplinar, principalmente, conectada à psicanálise, Ansart defende que os historiadores devam se defrontar em seus objetos de estudo sobre o papel das paixões e dos sentimentos na política.

Para o autor, os fatos históricos não podem ser analisados somente sob o ponto de vista objetivo, racional. O subjetivo, o sensível, as emoções, as paixões, os afetos e os sentimentos contribuem fundamentalmente para a explicação desses eventos. Em texto inicial da coletânea *Memória e (res)sentimento*<sup>181</sup>, Pierre Ansart alerta sobre a dificuldade de restituir e explicar o devir dos sentimentos individuais e coletivos. Embora não se possa atingir a clareza que proporciona o estudo dos fatos objetivos, a tentativa de analisar e compreender o lugar dos sentimentos nos mecanismos políticos fornece ao historiador possibilidades mais amplas de compreensão da ação dos sujeitos históricos.<sup>182</sup>

No estudo do MABLA, refletimos como os afetos e as relações de amizade foram importantes para a criação da rede de solidariedade aos movimentos africanos. Nessa perspectiva, a ideia de alinhar história, memória e ressentimento, proposta por Pierre Ansart, é um caminho para explicar como brasileiros e portugueses se filiaram ao desejo dos africanos pela liberdade e ainda propagaram

---

<sup>181</sup> BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, 2001.

<sup>182</sup> ANSART, Pierre. *História e memória dos ressentimentos*. In: BRESCIANI; NAXARA (Orgs.), 2001, p. 15.

esse sentimento por meio de suas relações interpessoais. Para Ansart, “os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo (...)”.<sup>183</sup>

Como veremos ao longo deste capítulo, os grupos do movimento brasileiro em apoio às independências e à autodeterminação africana surgiram a partir de contatos entre brasileiros, africanos (principalmente dos territórios administrados por Portugal) e portugueses (a maioria exilados no Brasil), que se insurgiram contra o regime fascista de Salazar. Foi fundamental para a criação do MABLA o compartilhamento da experiência daqueles que sofriam a perseguição do regime salazarista por lutar pela liberdade da África e pelo fim do regime ditatorial de Salazar.

Segundo Ansart, o apelo aos ressentimentos e sua gestão contra um inimigo comum se transformam em motivo de solidariedade entre os grupos que compartilham esse sentimento. “A referência aos ressentimentos e insatisfações constitui, assim, um fundo, um capital indefinido de argumentos no interior do campo político, nas lutas que lhe são inerentes”.<sup>184</sup> O compartilhamento das experiências de humilhação, ódios, do medo (contra Portugal) equaciona as divergências internas de um grupo e o leva a agir.

Em sua trajetória, o MABLA contou com uma extensa relação de colaboradores que seria impossível enumerar nesta pesquisa. Para ajudar futuros trabalhos que possam ampliar o estudo desses vínculos de solidariedade, resolvemos reproduzir aqui uma lista de apoiadores do MABLA. Esta listagem foi pioneiramente elaborada pelo historiador José Francisco dos Santos em sua pesquisa sobre o movimento.<sup>185</sup> Alguns nomes foram acrescentados após a investigação para este trabalho. A relação abaixo permite a compreensão da diversidade étnica, ideológica, cultural, religiosa que envolveu esses atores históricos que também será evidenciada no presente trabalho.

O grupo ligado ao jornal *Portugal – Democrático* era composto pelo jornalista Miguel Urbano Rodrigues, Alexandre Pereira, Augusto Aragão, João Ziccard, Maria Herminia Tavares, Virginia Maestri, Dona Miari, Delio Eduardo Vichi, Américo Orlando da Costa, José Alves da Costa, Victor Cunha Rego, Manuel Myre Dores, Fernando Lemos, Sylvio Band, entre outros.

No grupo de africanos que se ligaram ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas, no período de 1962 a 1964, estão os angolanos Paulo Matoso, Jacinto Fortunato, Francisco

---

<sup>183</sup> ANSART, 2001, p.22.

<sup>184</sup> ANSART, 2001, p.27.

<sup>185</sup> Segundo José Francisco dos Santos, a relação foi redigida a partir das entrevistas com Fernando Mourão, José Maria Nunes Pereira e Sylvio Band e dos nomes mencionados no periódico *Portugal – Democrático* e no livro de memória do jornalista Miguel Urbano Rodrigues. SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. São Paulo: PUC, 2010, p. 48.

Raimundo Sousa de Santos (os três bolsistas na Faculdade Metodista de São Paulo), José Manoel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Fernando da Costa Andrade, Constância Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira, Alberto de Almeida, David Costa Lopes, Igor Costa Lopes, Rui Costa Lopes, Brasão Farinha, José Maria Valadares e Mateus da Silva. Os moçambicanos Orlando Dourado e Soares Guedes, o camaronês Paul Etame Ewane, o cabo-verdiano Cristóvão Nascimento Morais (ou Christophe) e o guineense Fidelis Cabral (PAIGC) também tiveram contatos com o movimento.

Professores também apoiaram o MABLA. São eles: Ruy Galvão de Andrada Coelho, Dirceu Lino Matos, Lourival Gomes Machado, Eurípides Simões de Paulo, Florestan Fernandes, Fabio D`Mattia, Sergio Buarque de Hollanda, Oliveiros Ferreira, Antonio Candido, Mario Shemberg, Rocha Barros. Como veremos nessa dissertação, os professores Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira tiveram papel de destaque na formação do movimento em apoio às independências africanas.

Os jornalistas que apoiaram as atividades do MABLA: Vladimir Hezorg, Ydeo ONaga (ambos da revista *Visão*). Samuel Weiner (*Última Hora*); Júlio de Mesquita Filho (*O Estado de S. Paulo*), Paulo Duarte (diretor da revista *Anhembí*), Sergio Milliet (escritor e também colaborador da *Anhembí*), Cláudio Abramo, Perseu Abramo, Fernando Pacheco Jordão (*O Estado de S. Paulo*).

O médico Nóemio Weniger, ligado ao Clube Positivista e à Igreja Positivista do Rio de Janeiro, articulou apoios de outros médicos de renome e de militares ao grupo pró-independências africanas de São Paulo ligado a Fernando Mourão. Entre os médicos citam-se ainda Isaias Melshon, professor Aníbal da Silveira, Arno Eng, entre outros.

Os militares também participaram da rede de apoio ao movimento anticolonial brasileiro. Foram colaboradores o almirante Alfredo de Moraes, o almirante Boiateau e o general Euclides Zerbini. Entre os positivistas, Hildebrando Barboza foi um apoiador constante. Através de Noémio Weniger, vários integrantes da colônia judaica também colaboraram com o movimento.

No grupo dos políticos, os apoiadores identificados do MABLA foram como Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Miguel Arrais, Cid Franco, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Abreu Sodré.

Os estudantes na época ligados à POLOP que aderiram ao MABLA foram Emir Sader, Eder Sader, Renato Pompeu, Eliana Salvia Trindade e Luis Roberto Salinas Fortes. Estudantes ligados a outros grupos ideológicos: Boris Fausto, Carlos Guilherme Mota, Yara de Oliveira entre e outros.

Para analisar esses aspectos, este capítulo está estruturado em quatro partes: (1) Percursos atlânticos: as ideias nacionalistas chegam ao Brasil; (2) Africanos no Brasil: em busca do apoio à luta de liberação; (3) Os desafios, as estratégias e as alianças no contexto da militância a favor das independências africanas; (4) Pressão sobre o governo brasileiro.

## 2.1 Percursos atlânticos: as ideias nacionalistas chegam ao Brasil

As ligações entre o Brasil e o continente africano remontam a um passado de intensa circularidade de pessoas e ideias. Os deslocamentos forçados durante o período do tráfico transatlântico de escravos proporcionaram trocas e deixaram marcas na cultura brasileira. O fim do tráfico e, posteriormente, o colonialismo europeu na África reduziram<sup>186</sup> os contatos diretos entre as duas margens do Atlântico. A África assumiu um *lugar imaginário* que se refletia na história e cultura brasileiras, mas, de fato, pouco se sabia sobre a história do continente e muito menos sobre a sua atualidade nos idos de 1960.<sup>187</sup>

O início da luta de libertação nacional em Angola, em 1961, e a estratégia dos movimentos nacionalistas africanos de buscar apoios internacionais que fortalecessem a luta contra o colonizador resultaram em um novo momento de contatos entre Brasil e África. Enquanto a diplomacia brasileira discutia a posição do país frente às independências africanas calculando os efeitos na economia e na sua política externa, o movimento brasileiro em apoio às independências africanas buscava difundir na sociedade brasileira as ideias de resistência e de liberdade do povo africano, principalmente de Angola.

A criação de um movimento brasileiro de apoio às independências e à autodeterminação das colônias foi gestada a partir da identificação de seus militantes com o ideal de liberdade dos africanos. Ao se colocarem ao lado dos africanos na luta contra Portugal, os ativistas *atualizavam* a ligação sentimental (memória) com a África e, instintivamente, colocavam-na a agir (ação). Segundo Bergson, a memória tem um destino prático, realiza a síntese do passado e do presente visando ao futuro, contrai os momentos passados para dele se “servir” e para que isso se manifeste em ações interessadas.<sup>188</sup>

É importante nesta pesquisa mencionar, como revela Jerry Dávila, no seu livro *Hotel Trópico*, que o movimento brasileiro em apoio às independências africanas atuou em um contexto em que o conceito de identidade nacional de “democracia racial” criou um arcabouço teórico tão forte e presente que embasou no Brasil, na década de 1960, discursos daqueles que defendiam a aliança luso-

<sup>186</sup> Intelectuais e líderes religiosos africanos defendiam, no início da década de 1950, a existência contínua de laços contemporâneos fortes entre a Bahia e a África Ocidental. Muitos deles, por exemplo, mantiveram conexões com agudás até a Segunda Guerra Mundial e renovaram esses laços na década de 1950. Eles reivindicavam a Bahia como a capital de uma celebrada *africanidade* brasileira. ALBERTO, Paulina L. *Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial (1961-1963)*. Revista Afro-Ásia, nº 22, 2011, p. 97-150, p. 145. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA\\_44\\_PLAlbero.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_PLAlbero.pdf)>. Acesso em: 01/12/2016.

<sup>187</sup> DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 - 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 15.

<sup>188</sup> BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: Gallimard, Pléiade, 1971, p. 248 *apud* SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*, p. 53. In: BRESCIAN; NAXARA, 2001, p. 53.

brasileira e dos que eram favoráveis a uma aproximação entre o país e nações do continente africano.<sup>189</sup>

O ativismo daqueles favoráveis a um posicionamento do Brasil a favor das independências das colônias assimilou a ideia de que o país era diferente das outras nações – e melhor – em razão da mistura racial brasileira e dos níveis de penetração das influências africanas em sua cultura. Desta forma, os militantes do MABLA defendiam que o Brasil tinha obrigação em apoiar a luta dos movimentos nacionalistas pela liberdade.

Embora seja lógico afirmar que o movimento criado no Brasil em apoio às independências africanas privilegiou os laços afetivos com a África para embasar sua atividade, os três grupos do MABLA se (re)conectaram com o continente africano a partir de Portugal. Tal afirmação se baseia no fato de que dois grupos foram articulados por ex-associados da Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada pelo Estado Novo; e o terceiro coletivo surgiu a partir da articulação entre portugueses antissalazaristas e estudantes brasileiros. Portanto, para analisar o objeto desta pesquisa é importante se ter em mente que o trânsito das ideias de resistência e de luta contra o colonialismo que chegaram por aqui circularam necessariamente pela tríade: África, Portugal e pelo Brasil.

- **Da Casa dos Estudantes do Império à militância no Brasil**

A CEI foi criada pelo Estado Novo português em 1944 como um projeto para aglutinar os estudantes africanos que estavam em Portugal cursando o ensino superior. Ao criar uma estrutura de assistência a esses jovens, o governo português tentava esvaziar a Casa de Estudantes de Angola (CEA) e outras entidades semelhantes criadas nos mesmos moldes por estudantes de outras colônias. Ao Salazarismo, não agradava que esses jovens se associassem em função de sua colônia de origem por temer o surgimento do sentimento nacionalista entre eles.<sup>190</sup>

Desta forma, ao criar a CEI, o Estado Novo tentava propagar a imagem da unidade de todo o seu território, inclusive as colônias portuguesas em África; e apostava fazer surgir entre os estudantes africanos um sentimento de pertença e de identificação com a nação portuguesa. Mas o que aconteceu foi exatamente o contrário. De acordo com Cláudia Castelo, a CEI serviu a seus associados como um espaço de compartilhamento de ideias da luta contra a ditadura salazarista, de (re)descoberta das

---

<sup>189</sup> DÁVILA, 2011, p. 13.

<sup>190</sup> CASTELO, Cláudia. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas, Lisboa: CEA, 2010, p. 06.

culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si) e de emergência de uma consciência anticolonial.<sup>191</sup>

Como associados à CEI, os brasileiros Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira tiveram o primeiro contato com as ideias nacionalistas que defendiam o direito à independência e à autodeterminação do povo africano. Fernando Mourão se associou à CEI de Coimbra, em 1955, aos 21 anos, quando era estudante de Direito. Posteriormente, transferiu-se para a sede de Lisboa. Pereira era estudante de Medicina no Porto e se ligou à CEI da cidade em 1956, quando tinha 19 anos.

A *reafricanização* dos espíritos que romperia com a assimilação, da qual falava Mário de Andrade<sup>192</sup>, contagiou Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira. Embora de ascendências portuguesas<sup>193</sup>, como brasileiros, ambos se sentiram mais identificados com a luta dos africanos que tentavam se livrar do domínio de Portugal, assim como ocorreu no Brasil em 1822. Em entrevista ao programa Trajetória, da TV USP, Mourão tentou explicar o porquê dessa conexão imediata com os colegas africanos com os quais conviveu na CEI:

O interesse dos estudantes portugueses era só com a sua vida nas aldeias e aquilo não me dizia absolutamente nada. E encontrei casualmente da parte desses africanos uma maneira de ser, uma maneira de viver muito próxima daquilo que me encantava como proposta de vida.<sup>194</sup>

No discurso de Mourão está claro que ele confere um valor simbólico superior às relações históricas, culturais e afetivas entre brasileiros e africanos do que as ligações entre brasileiros e portugueses. Provavelmente, a declaração de Mourão também reflita o pensamento muito enfatizado à época pelos nacionalistas africanos de que o Brasil tinha muito mais em comum com o povo africano por ter sido também colônia de Portugal.

Desde a sua criação em 1944, até a sua extinção em 1965, passaram pela CEI várias gerações de estudantes. Mourão e Pereira integravam a chamada geração “Nova Vaga”, que reunia associados nos anos de 1954 a 1961. Foi um período e que chegava à CEI um número cada vez maior de jovens mestiços e negros oriundos das colônias. Segundo Fernando Mourão, esses jovens africanos recém-chegados refletiam a princípio o quadro cultural que o sistema de ensino colonial permitia, com suas

---

<sup>191</sup> CASTELO, 2010, p. 09.

<sup>192</sup> ANDRADE, Mário de. *A Geração de Cabral*. s/l, Instituto Amizade/PAIGC, 1973, p. 17-18 *apud* BITTENCOURT, 1999, p. 155.

<sup>193</sup> Fernando Mourão é filho de pai brasileiro e sua mãe é natural da ilha de São Tomé, capital de São Tomé e Príncipe. O avô materno era português. José Maria Nunes Pereira é filho de imigrante português e sua mãe é brasileira.

<sup>194</sup>Entrevista Fernando Mourão. TV USP. Acesso em: 01/05/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JEt6RFB5jYY>>. Acesso em 02/04/2017.

contradições, com um sentimento de ambiguidade com relação ao poder da metrópole e totalmente carentes de conhecimentos de sua própria história.<sup>195</sup>

Mourão afirma que naquela época os estudantes oriundos que chegavam à CEI das colônias estavam “à cata de princípios identificadores” que forjariam as ideias nacionalistas. Na busca da produção de sentido do *ser africano*, diferente do ser português, e diferente entre si, a CEI se transformou em um espaço de busca de conhecimentos e da própria identidade.

A questão da identidade era central para os jovens estudantes africanos e, para o atingir, tornava-se necessário aprofundar o quadro dos estudos em torno do continente africano, quer no plano da redescoberta das culturas tradicionais, quer no plano das sociedades africanas modernas, entre estas algumas já independentes.<sup>196</sup>

Na construção desse conhecimento, Fernando Mourão teve um papel importante. Na CEI de Coimbra, Mourão se dedicou a prover a biblioteca da Casa de livros sobre o continente africano realizando para isso inúmeros contatos com universidades e outras entidades espalhadas pelo mundo que pudessem colaborar com a doação de material.

Em Lisboa, para onde se transferiria em 1957, Mourão fez parte da seção editorial da CEI. Em 1960, como diretor da Seção de Estudos Ultramarinos, foi um dos principais articuladores da *Coleção Autores Ultramarinos*, que publicou importantes escritores africanos como José Craveirinha, Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto, Luandino Vieira, entre outros.<sup>197</sup>

A convivência com os estudantes africanos na CEI também impactou a trajetória de José Maria Nunes Pereira. Assim como Mourão, além de se tornar um militante da causa das independências africanas, Pereira ampliou seus estudos sobre o continente africano. Em depoimento, ele afirma que começou a se “africanizar” ao compartilhar com os alunos vindos das colônias a busca por conhecimentos sobre a África.

O presidente da Casa dos Estudantes do Império, que era caboverdiano, dizia: ‘Põe aquele branquinho brasileiro para ensinar aos miúdos história da África. Porque ele lê muito.’ (...) Então ali eu comecei a sistematizar o estudo de África, comecei a me kafrializar. Kaffir é uma palavra árabe que significa “negro”. Nas colônias, kafrializado (...) é o branco que tem vida de negro, mora no interior, tem filhos mulatos, e nunca chega a ter dinheiro para voltar à metrópole, casar com uma branca.<sup>198</sup>

<sup>195</sup> MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *O contexto histórico-cultural de criação literária em Agostinho Neto: memória dos anos cinquenta*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo: USP, p. 55-68, 1991-1992, nota 10, p. 60.

<sup>196</sup> MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *O contexto histórico-cultural de criação literária em Agostinho Neto: memória dos anos cinquenta*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo: USP, p. 55-68, 1991-1992, nota 10, p. 60.

<sup>197</sup> CASTELO, Cláudia. *Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica*, p. 25-31. In: *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*. Número Especial, Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015.

<sup>198</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006 ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Estudos Históricos*, nº 39, janeiro-junho de 2007 a, Rio de Janeiro. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), p. 125. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2563>. Acesso em 02/04/2015.

A intensa atividade recreativa, cultural e intelectual promovida nas sedes da CEI (encontros desportivos, bailes, matinês dançantes, farras de sábado, almoços, jantares, colóquios, conferências, exposições, sessões de cinema e de música, concursos literários) criou um ambiente de fortalecimento dos vínculos de amizade entre africanos e demais alunos solidários à luta independentista. Mourão e Pereira relatam, respectivamente, como essa experiência os marcou:

O enfoque da *africanidade* e no conhecimento social do homem, em termos universais, surgiam em conjunto. Angolanos, moçambicanos, são-tomenses, guineenses e cabo-verdianos, juntamente com alguns portugueses, indianos e brasileiros, participaram desse sonho: o reconhecimento da cultura africana, dos caminhos para uma autonomia literária (...), da busca da *africanidade*.<sup>199</sup>

(...) a Casa foi muito importante, na medida em que criou um caldo de cultura, de convivência, de engajamento ideológico de pretos, mestiços e brancos no geral (...). De certa forma agregou, facilitou uma certa homogeneidade na consciência nacional, não digo independente de ser branco, mestiço ou preto, mas apesar de se ser e com o fato de se ser preto, mestiço e branco, ela homogeneizou, (...) antes da formação, a socialização (...).<sup>200</sup>

As relações pessoais mantidas por Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira nos tempos da CEI também foram fundamentais para que eles decidissem se tornar no Brasil agentes de divulgação da luta de libertação nacional em África e ajudassem a criar os grupos de ativismo pró-independências africanas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente.

Fernando Mourão afirma que os contatos com os angolanos Agostinho Neto e Mário de Andrade influenciaram na sua opção de se tornar no Brasil em ativista anticolonial. Segundo Mourão, foi durante uma conversa sua em Lisboa com Andrade que surgiu o projeto de criar uma representação não oficial do MPLA no Brasil. A ideia era formar uma célula secreta que pudesse coordenar o trabalho de divulgação da luta de independência dos angolanos e as ações para angariar apoios financeiro e político ao MPLA.<sup>201</sup>

De volta ao Brasil em 1961, Mourão relata que criou a célula ultrassecreta com a participação de “dois argelinos, um camaronês, dois angolanos e tinha um outro aí...”.<sup>202</sup> Mourão afirma não se recordar mais dos nomes desses militantes. Questionado sobre o porquê de manter o grupo secreto para os demais ativistas pertencentes ao movimento, Mourão enumera três motivos: não suscitar a rivalidade entre os militantes; ampliar a rede de colaboradores; e não atrair a atenção das autoridades policiais para a atividade dos grupos.

Chegamos à conclusão que tinha muita gente aqui que era favorável (às independências africanas), mas díspares e que nós não queríamos encontrar uma proposta política ou

<sup>199</sup> MOURÃO, 1991-1992, p. 60.

<sup>200</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro. 23/08/1996. BITTENCOURT, 1999, p. 157.

<sup>201</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>202</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP

ideológica que congregasse gente tão diferente. E como a ideia não era ter uma coisa rígida, tipo pirâmide, chefia, representantes... deixamos o movimento de uma forma mais autoespontânea que tomou feições segundo a cabeça dos vários grupos que passaram a atuar. (...) É que nesse ambiente, nós não podíamos falar por causa das autoridades policiais. Por outro lado, se os outros (ativistas) soubessem que existia (a célula), sem que a gente falasse, eles iam falar: “Ah, é o cara das células que estão no comando”. Então, nós resolvemos que pra podermos agir em todos os meios, agíamos como pessoas, nunca em nome da célula. A célula foi mais um lugar em que nós trocávamos ideias pra chegar a coisas ponderadas e, quando precisávamos, convidávamos um ou outro, também meio ponderado, para participar de nossas reuniões sem saber que aquilo era a célula.<sup>203</sup>

A partir da fala de Mourão, podemos analisar algumas informações que merecem ser destacadas. Em seu discurso, Mourão deixa transparecer que o seu grupo tinha o propósito de tentar controlar as ações de ativistas considerados mais radicais em sua atuação. Também podemos inferir que a estratégia de despersonalizar o movimento era um recurso para evitar cisões e atrair um número maior de apoiadores. Mourão acrescenta que a dificuldade de comunicação com os dirigentes do MPLA, à época, exigiu dos grupos do movimento brasileiro pró-independência africana mais autonomia no planejamento e execução de suas ações.

Muitas coisas que a gente fez aqui em nome do movimento (MPLA), o movimento nem sabia. Nós íamos nos comunicar como? A correspondência era vigiada, se mandasse telegrama, era tudo visto. Só quando um ou outro ia para aqueles lados é que se podia mandar um documento, uma coisa qualquer.<sup>204</sup>

A declaração de Mourão evidencia que os ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas receavam estar sendo vigiados pela polícia brasileira e pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Para evitar a interceptação de cartas ou de outros documentos, os militantes não guardavam papéis referentes às atividades realizadas em torno da militância. Fernando Mourão também destaca o caráter informal das reuniões dos grupos do movimento, sem que qualquer documento fosse redigido.<sup>205</sup>

A existência de uma célula secreta do MPLA representada pelo grupo de Mourão é uma informação que não conseguimos confirmar com outros entrevistados para essa pesquisa. Mas em uma palestra proferida por José Maria Nunes Pereira, em 2007, no Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas, ele destacou o papel de Fernando Mourão como agente de ligação, no início da década de 1960, entre os ativistas defensores das independências das colônias portuguesas em África e a cúpula do MPLA. “Mourão era um dirigente do MPLA, era uma espécie de comissário. Aquele que trazia as orientações”.<sup>206</sup>

<sup>203</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>204</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>205</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>206</sup> Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.

Segundo depoimento de José Maria Nunes Pereira, Fernando Mourão, que ao chegar no Brasil vindo de Portugal conseguiu emprego de jornalista do *O Estado de S.Paulo*, também fornecia suporte ao grupo de ativistas do Rio de Janeiro. “Então, a gente queria qualquer coisa, um telefonema pra Lisboa, uma comunicação rápida, vinha a São Paulo, ia ao Mourão e o Mourão intermediava isso”.<sup>207</sup> Na entrevista já referenciada, Pereira afirma que o MPLA tinha no Brasil dois *bureaus*: um no Rio e outro em São Paulo.

A partir dos discursos de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira, podemos inferir que ambos estabeleciam uma diferença entre seus coletivos, que tinham uma participação maior de brasileiros e de africanos; e o grupo de ativistas ligado ao jornal *Portugal Democrático*, formado pela oposição portuguesa antifascista residente no Brasil e estudantes brasileiros. A falta de unanimidade entre o núcleo de oposição portuguesa exilado no Brasil em torno da defesa do fim do colonialismo português podia ser um motivo para ressalvas de Mourão e de Pereira. Alguns opositoristas, embora fossem antissalazaristas, não eram anticolonialistas.

Na sua trajetória como militante, José Maria Nunes Pereira também teve uma relação próxima com nacionalistas africanos. Em retrospectiva, ele afirma que, em Portugal, era agente de ligação entre o Partido Comunista Português (PCP), a esquerda social democrática e os movimentos de libertação. “Eu era um branquinho, passava direitinho (nas viagens de missão), ia em Lisboa, ia em Porto...”<sup>208</sup> Segundo Pereira, foi por conta dessa atividade política que ele esteve ameaçado de ser detido pela PIDE. Para escapar da prisão, ele deixou a cidade do Porto em novembro de 1961 em direção ao Brasil.

(...) eu estava envolvido no processo de organizar de fugas para brancos que quisessem desertar da guerra de Angola. Eu já na semiclandestinidade, e meu padrinho, Serafim Tavares, um português comerciante amigo de papai, junto com nosso cônsul no Porto, me botaram num cargueiro inglês para o Brasil.<sup>209</sup>

A declaração evidencia que Pereira atuava na rede de contatos que ligava Lisboa e Angola. Infelizmente, em sua entrevista, ele não dá mais detalhes de como funcionavam essas rotas de deserção de portugueses da guerra em Angola. Quando retornou ao Brasil, José Maria Nunes Pereira estava noivo da benguelense Constância Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira, que também era estudante em Portugal e com quem compartilhava a luta pelas independências africanas. Filomena

---

<sup>207</sup> Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.

<sup>208</sup> Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.

<sup>209</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006 ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 126.

era parente de Mário Pinto de Andrade. Segundo relato de Pereira, foi no apartamento do casal que foi criado em 1962 o *bureau* não oficial do MPLA no Rio de Janeiro. No local, eram realizadas reuniões de planejamento das ações do grupo de ativistas anticoloniais.<sup>210</sup>

O imóvel também serviu de abrigo provisório para nacionalistas africanos que chegavam ao Brasil com bolsistas, como o angolano José Lima de Azevedo, do MPLA, e o guineense Fidelis Cabral, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A residência também possuía uma inédita e rica biblioteca com livros sobre África. No Brasil, José Maria Nunes Pereira se tornou um ativista em tempo integral da independência africana.

- **Oposição portuguesa se une a estudantes paulistas**

Assim como ocorreu com os grupos formados por Fernando Mourão e por José Maria Nunes Pereira, a criação do terceiro grupo de militantes pró-independência das colônias se deve a uma intensa circularidade das ideias nacionalistas africanas entre Brasil, Portugal e África. O grupo foi criado em São Paulo a partir da articulação entre portugueses antifascistas e anticolonialistas; e estudantes universitários paulistas. O coletivo se beneficiou, principalmente, de uma rede de contatos em torno do jornal *Portugal Democrático* para divulgar suas ideias.

O *Portugal Democrático* foi criado em 1956 por imigrantes que se organizavam politicamente em torno do Centro Republicano Português, única associação da colônia portuguesa que fazia oposição à ditadura de Salazar. Os opositoristas portugueses eram, em sua grande maioria, intelectuais, jornalistas e professores que deixaram Portugal e vieram ao Brasil fugindo da repressão do Estado Novo português.<sup>211</sup>

Segundo Douglas Mansur da Silva, o *Portugal Democrático* foi mais que um jornal, sendo também parte integrante e um dos principais dinamizadores de um movimento - que se tornará internacional – de resistência ao Salazarismo.<sup>212</sup> Mas foi somente a partir de 1961, quando teve início a guerra de libertação nacional em Angola, que o jornal defendeu, de forma mais contundente, o fim do colonialismo.<sup>213</sup>

---

<sup>210</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006 ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 128.

<sup>211</sup> SILVA, D. M. *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)*. Dissertação apresentada Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: 2000, p. 09.

<sup>212</sup> SILVA, 2000, p. 09.

<sup>213</sup> A posição anticolonialista não era unânime dentro do núcleo de opositores portugueses exilados no Brasil. Figuras proeminentes como o capitão Henrique Galvão, autor do sequestro do navio Santa Maria, defendiam que o povo africano não tinha maturidade política para se autogovernar.

Um dos principais articuladores do grupo do movimento brasileiro em apoio às independências africanas ligado ao *Portugal Democrático* foi o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues. Ele chegou ao Brasil em 1957, aos 32 anos, após pedir demissão, juntamente com outros jornalistas portugueses<sup>214</sup>, do periódico *Diário Ilustrado* por discordar da linha editorial favorável ao governo de Oliveira Salazar.

No Brasil, Urbano Rodrigues foi admitido como jornalista do *O Estado de S.Paulo* por indicação do escritor português Jaime Cortesão, também exilado. A atividade no *Estadão* se transformou em vitrine para as críticas de Urbano Rodrigues ao governo de Oliveira Salazar e chamou a atenção da oposição portuguesa radicada no Brasil e ligada ao jornal *Portugal Democrático*. Urbano Rodrigues foi convidado a escrever para o periódico. Ele passou pelo jornal em dois momentos: entre 1958 e 1959 e de 1963 até 1975, quando o periódico encerrou suas atividades.<sup>215</sup>

Em sua militância antifascista no Brasil, Urbano Rodrigues esteve envolvido em um dos episódios mais importantes na luta contra o regime fascista de António Oliveira Salazar: o sequestro do navio português Santa Maria, em janeiro de 1961. Em sua autobiografia, Urbano Rodrigues relata os detalhes de sua participação. Segundo ele, ainda em 1960, o capitão português Henrique Galvão<sup>216</sup>, a quem conheceu em São Paulo, o convidou, por carta, para integrar uma organização revolucionária, a ser criada, com o objetivo de realizar uma operação contra o fascismo português, ainda sem data para ser executada.<sup>217</sup>

Pouco tempo depois, em outra correspondência do capitão português, Urbano Rodrigues soube a criação do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) e do planejamento da Operação Dulcinéia, cujos detalhes ainda eram desconhecidos para ele. Segundo o relato do jornalista português, em carta do dia 27 de setembro de 1960, um bilhete de Galvão o orientava a se apresentar em Curaçao, nas Antilhas Holandesas, no dia 14 de outubro de 1960. Rodrigues afirma que imprevistos impediram a sua viagem e, dois dias antes do prazo para a operação, foi informado do seu adiamento.<sup>218</sup>

Segundo Rodrigues, o cancelamento da operação em cima da hora despertou nele ceticismo com relação à fraternidade de armas luso-espanhola do DRIL contra os regimes fascistas de Oliveira

---

<sup>214</sup> Além de Miguel Urbano Rodrigues, vieram como exilados ao Brasil Victor da Cunha Rêgo (ligado ao Partido Socialista Português) e João Alves das Neves. Eles se juntaram a Carlos Maria de Araújo, João Santana Mota e Paulo de Castro (pseudônimo de Francisco de Barros Cachapuz) que já estavam no país. SILVA, 2000, p. 27-28.

<sup>215</sup> RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi- I Tomo - Procurando um Caminho*. Porto: Campo das Letras, 2002.

<sup>216</sup> Miguel Urbano Rodrigues teve o primeiro contato com o capitão português Henrique Galvão no aeroporto de São Paulo, quando este seguia para a Argentina, seu primeiro país de exílio.

<sup>217</sup> RODRIGUES, 2002, p. 200.

<sup>218</sup> RODRIGUES, 2002, p. 200.

Salazar e de Francisco Franco. Ele afirma que escreveu uma carta a Henrique Galvão dizendo temer que o plano em preparação fosse uma “aventura irresponsável”. Em alternativa, o jornalista português diz ter esboçado outro projeto para pôr fim à ditadura em Portugal: a aliança com os movimentos nacionalistas africanos.

A independência em série de números estados africanos oferece-nos uma oportunidade de dar uma feição prática à nossa luta. Aliados ao MPLA e a outros movimentos lavaríamos os crimes da ditadura e poderíamos obter os milhões de dólares necessários à constituição de um exército luso-africano de libertação.<sup>219</sup>

A proposta formulada por Urbano Rodrigues de aproximar a oposição portuguesa dos movimentos nacionalistas africanos evidencia o quanto o português desconhecia a natureza da luta dos movimentos nacionalistas africanos à época. O Pan-africanismo e o movimento da Negritude, importantes referências teóricas da libertação nacional até o final da década de 1970, pregavam o protagonismo e autonomia dos africanos na luta contra o colonizador.

A sugestão de Rodrigues não mereceu qualquer resposta de Henrique Galvão. Talvez porque o capitão não tivesse em seus planos revolucionários a defesa das independências das colônias portuguesas em África. Após um último contato sem importância com uma pessoa enviada por Galvão<sup>220</sup>, Rodrigues afirma ter sido surpreendido pelo sequestro, no dia 22 de janeiro de 1961, do navio português Santa Maria em águas caribenhas pelo comando do DRIL. Henrique Galvão e os ativistas galegos conhecidos pelo nome de guerra Junqueira de Ambia<sup>221</sup> e Sottomayor<sup>222</sup> comandaram a ação.<sup>223</sup>

Em suas memórias, o jornalista revela que o compromisso firmado anteriormente com a operação Dulcineia pesou sobre sua decisão de tentar interceptar o Santa Maria e embarcar no navio. Após um acerto com a direção do *O Estado de S.Paulo*, Urbano Rodrigues viajou para Recife, na companhia do fotógrafo Antônio Lúcio, e, após contato com Henrique Galvão por radiograma, conseguiu se juntar ao grupo de revolucionários, no dia 30 de janeiro de 1961.<sup>224</sup>

---

<sup>219</sup> RODRIGUES, 2002, p. 201.

<sup>220</sup> Uma mulher vinda de Caracas que se identificou como “revolucionária de raiz” e amante de Henrique Galvão, em jantar na casa de Miguel Urbano Rodrigues e de sua esposa, resumiu-se a dizer que “grandes coisas estavam prestes a acontecer”. RODRIGUES, 2002, p. 202

<sup>221</sup> José Velo Mosquera era um antigo guerrilheiro nas Astúrias e ex-professor de Matemática. Foi o fundador de organizações como *Mocedades Galeguistas e Unión de Combatientes Españoles Antifranquistas Nacionalistas Gallegos* (esta última na Venezuela). BELO, José António Dias Mota. *Santa Maria – o pacote rebelde - Operação Dulcineia – “O acontecimento que viveu para ser esquecido”*. Dissertação submetida ao Programa de História, Defesa e Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Lisboa: 2009, p. 43.

<sup>222</sup> José Fernández Vázquez era ex-suboficial da Marinha de Guerra espanhola republicana e combatente da Guerra Civil de Espanha. BELO, 2009, p. 43.

<sup>223</sup> RODRIGUES, 2002, p. 202-203.

<sup>224</sup> RODRIGUES, 2002, p. 204-207.

No navio, Urbano Rodrigues se dividiu entre a função de jornalista<sup>225</sup> e a de colaborador do DRIL. Em retrospectiva, ele revela que foi ele quem redigiu a proclamação ao povo português transmitida por Henrique Galvão para Portugal e também para o Brasil. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Portugal Democrático* publicaram a declaração na íntegra.

Estamos longe de Lisboa e do ditador. Mas a todos nos anima a certeza inabalável de que lá entraremos como vencedores para implantar a revolução portuguesa do século XX, a revolução que abrirá também para o Ultramar as portas da liberdade do progresso e da independência. Estas são as palavras que tinha a dizer-vos no momento em que se encerra vitoriosamente a primeira acção militar das forças sob o meu comando, núcleo do futuro exército de libertação de Portugal e Espanha.<sup>226</sup>

Curioso notar no trecho da declaração, escrita por Rodrigues e assinada por Henrique Galvão, a inserção de um trecho sobre as independências das colônias portuguesas em África. Urbano Rodrigues afirma que sabia da posição colonialista de Galvão, mas contava com a ambição do capitão de alçar a glória com a operação do sequestro do Santa Maria para que ele fizesse vista grossa sobre o trecho. “(...) se apossara dele a consciência de que necessitava a nível mundial do apoio das forças de esquerda foi mais forte do que os seus sentimentos de político conservador e colonialista”.<sup>227</sup>

Urbano Rodrigues também não escondeu de seus leitores no *Estadão* a sua participação no sequestro do Santa Maria. No artigo “Desfazendo dúvidas acerca do DRIL”, publicado na edição de 16 de fevereiro de 1961, o jornalista aproveitou para reafirmar o caráter político da ação contra o governo fascista de Salazar, rebatendo as críticas do governo português de que a Operação Dulcinéia era um ato de terrorismo internacional.

Uma ideia a desfazer antes do mais: a de que a captura do "Santa Maria" fôra um ato isolado, uma quixotada, uma bela e romântica aventura de um grupo de desesperados. Essa imagem (...) não corresponde absolutamente à realidade. O assalto ao "Santa Maria" foi a decorrência de um plano minuciosamente concebido pelo Comando-Geral do DRIL e que apenas por imponderáveis - o desembarque de um ferido em Santa Lucia, por motivos de caráter humanitário - não alcançou todos os objetivos previstos<sup>228</sup>. De nenhum modo, porém, se pode encerrar o desfecho do episódio como o fim de uma Esperança.<sup>229</sup>

A partir do discurso de Urbano Rodrigues, podemos inferir sua intenção de divulgar a ideia que o sequestro do Santa Maria foi uma ação detalhadamente planejada pelo DRIL. A ação trouxe notoriedade para os ativistas do Diretório. Após o fim da ação e o desembarque em Recife, o capitão português Henrique Galvão e os integrantes da ação receberam asilo político do Brasil. Galvão foi festejado como herói pela esquerda e pela juventude paulista.

<sup>225</sup> Como único jornalista a bordo, as matérias de Miguel Urbano Rodrigues sobre o sequestro do navio Santa Maria e as fotos de Antônio Lúcio no *Estadão* foram reproduzidas por veículos de comunicação de todo o mundo.

<sup>226</sup> Trecho da proclamação ao povo português transmitida por Henrique Galvão. RODRIGUES, 2002, p. 212

<sup>227</sup> RODRIGUES, 2002, p. 212.

<sup>228</sup> O plano inicial, a que Miguel Urbano Rodrigues se refere, era levar a embarcação a Luanda, onde esse episódio seria um estopim para o início da insurreição contra Portugal. RODRIGUES, 2002, p. 209.

<sup>229</sup> Desfazendo dúvidas acerca do DRIL. *O Estado de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1961, pag. 10.

Mas o entusiasmo dos estudantes paulistas com o capitão português Henrique Galvão, um dos mais conhecidos opositoristas de Salazar, durou pouco tempo. Urbano Rodrigues recorda que ao participar de uma palestra na União Estadual dos Estudantes (UEE) em São Paulo sobre o conflito em Angola, Galvão rejeitou a ideia de independência das colônias e defendeu, no lugar, o projeto de uma futura comunidade de Estados Luso-Africanos.<sup>230</sup>

Após o fim do episódio do Santa Maria, Urbano Rodrigues manteve seu ativismo político no DRIL. Ciente da inviabilidade de continuar trabalhando com Henrique Galvão, diante da posição colonialista deste, o jornalista retomou o projeto de defender uma aliança entre o DRIL e os movimentos nacionalistas africanos. Em fevereiro de 1961, após conversa com os outros ativistas do DRIL, o jornalista relata que decidiu viajar para Conakry para fazer contatos com a cúpula do MPLA e do PAIGC. À época, Angola era o epicentro da crise do colonialismo português após os acontecimentos de 4 de fevereiro.

A África oferecia como campo potencial de acção uma oportunidade para (o DRIL) superar o imobilismo de um asilo político tão desmobilizador como o que lhe fora imposto pelo desfecho da operação Dulcinea.<sup>231</sup>

Urbano Rodrigues considerava que permanecer no Brasil, longe de uma luta mais efetiva contra Portugal, desmobilizaria a ação do DRIL. Mais uma vez, ele defendia que os ativistas do Diretório se unissem ao movimento nacionalista de Angola. Em suas memórias, o jornalista português afirma que o plano imediato da viagem era conseguir a permissão dos dirigentes do MPLA para que os ativistas do DRIL se mudassem para Conakry e propor também uma “cooperação fraterna” entre os grupos, em moldes ainda não pensados por ele. Em novo acordo com a direção do *Estadão*<sup>232</sup>, Urbano Rodrigues também acertou a redação de reportagens ao longo da viagem pela África Ocidental.<sup>233</sup>

Em sua autobiografia, Rodrigues lembra detalhes dos encontros com Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Hugo de Menezes, do MPLA; e com Amílcar Cabral, do PAIGC. Em retrospectiva, ele afirma que nas conversas com os líderes africanos tomou consciência da dimensão da ingenuidade da proposta de cooperação entre o DRIL e os movimentos nacionalistas africanos.<sup>234</sup> A ideia de formar um exército formado por portugueses antissalazaristas e africanos contra Portugal era totalmente absurda dentro de um contexto em que os africanos lutavam exatamente para tomar as rédeas de seus destinos.

---

<sup>230</sup> RODRIGUES, 2002, p. 220.

<sup>231</sup> RODRIGUES, 2002, p. 221.

<sup>232</sup> O acordo previa a manutenção do pagamento do salário do jornalista a sua família por tempo indeterminado. Os custos com a viagem e as demais despesas seriam arcados por Urbano Rodrigues.

<sup>233</sup> RODRIGUES, 2002, p. 222.

<sup>234</sup> RODRIGUES, 2002, p. 241-250

Na narrativa construída por Urbano Rodrigues em sua biografia, ele enfatiza que foi o contato com os dirigentes nacionalistas africanos que lhe deu a ideia de criar no Brasil um movimento em apoio às independências africanas. Ao regressar a São Paulo, em abril de 1961, ele escreveu um artigo no jornal *O Estado de S.Paulo* e lançou uma campanha de solidariedade com a luta do povo de Angola.<sup>235</sup> Na mesma época, o jornalista português também se aproximou do Partido Comunista Português (PCP) e voltou a colaborar, pela segunda vez, com o jornal *Portugal Democrático*.

Em seu artigo no *Estadão*, Urbano Rodrigues denunciou o colonialismo português e apelou à sociedade brasileira para apoiar os movimentos nacionalistas africanos.

Chamei em primeiro lugar a atenção para uma realidade quase desconhecida: no continente africano estava em desenvolvimento uma nova guerra colonial. Esboçado o quadro, sublinhei que o povo brasileiro não podia permanecer indiferente perante esse conflito. Os massacres em curso em Angola eram o prólogo de uma guerra prolongada que envolveria o conjunto das colônias portuguesas em África. A solidariedade do Brasil para com esses povos respondia a uma exigência da história por laços culturais existentes. Durante três séculos, e consequência do tráfico de escravos, as relações de Angola com o Brasil haviam sido mais íntimas do que as mantidas com Portugal.<sup>236</sup>

A estratégia usada por Urbano Rodrigues em seu texto era embasada no discurso das ligações históricas e culturais e tinha como objetivo trazer a África contemporânea para mais perto dos brasileiros. A campanha do jornalista português recebeu apoio imediato de estudantes universitários, organizações sindicais e intelectuais de esquerda paulistas. Como resultado, foram sendo redigidos coletivamente comunicados, cartas dirigidas às Nações Unidas, ao governo de Salazar e à embaixada de Portugal no Brasil condenado a guerra colonial em Angola.<sup>237</sup>

Segundo Rodrigues, o MABLA surgiu com o objetivo de criar uma estrutura que imprimisse a esse sentimento inicial de solidariedade despertado entre os brasileiros um caráter permanente. Foi a partir de conversas mantidas, principalmente, com estudantes paulistas que surgiu a ideia do movimento. “Recordo entre outros, o Sylvio Band, a Virgínia Maestri, a Maria Hermínia, a Dora Miari, o Penteadó, o Zicardi e o Luís Roberto Salinas, meu colega no *Estado* e mais tarde professor da Universidade de São Paulo”.<sup>238</sup>

Urbano Rodrigues afirma que a maioria dos ativistas do MABLA eram estudantes universitários. “Uns militavam em partidos de esquerda, outros trabalhavam como repórteres no *O Estado de S.Paulo* e concluíam os seus cursos na Universidade de São Paulo. Todos então se assumiam como marxistas”.<sup>239</sup> De acordo com o jornalista português, algumas reuniões de

<sup>235</sup> RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - II - Revolução e Contra-revolução na América Latina*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 19.

<sup>236</sup> RODRIGUES, 2004, p. 21.

<sup>237</sup> RODRIGUES, 2004, p. 21.

<sup>238</sup> RODRIGUES, 2004, p. 22.

<sup>239</sup> RODRIGUES, 2004, p. 73.

planejamento das ações do grupo anticolonial eram realizadas em sua própria casa e entravam pela madrugada.

O engenheiro Sylvio Band, à época estudante de engenharia e diretor de cultura do Grêmio da Politécnica da USP e responsável pela área internacional da UEE, afirma que conheceu Miguel Urbano Rodrigues em uma palestra no anfiteatro da Escola Politécnica da USP. O jornalista português havia sido convidado para tratar sobre a atividade da oposição portuguesa exilada no Brasil e a situação de Angola. O encontro proporcionou ao jovem brasileiro, que seria um dos fundadores do MABLA, o primeiro contato com o tema da luta de independência em África.<sup>240</sup>

Sylvio Band confirma que o MABLA surgiu a partir da identificação de jovens estudantes paulistas com a luta da oposição portuguesa radicada em São Paulo contra a ditadura salazarista. A defesa das independências das colônias africanas foi uma bandeira assumida, principalmente, a partir do contato dos estudantes com Urbano Rodrigues e outros anticolonialistas. “A minha adesão e a minha integração ao movimento revolucionário português antifascista e anticolonialista começou por essa amizade com o Miguel”.<sup>241</sup> A partir do discurso de Band, é importante reforçar mais uma vez nesta pesquisa a importância das relações interpessoais para a ampliação da rede de colaboradores do movimento brasileiro em defesa das independências africanas.

Do ponto de vista ideológico, compreendemos que o discurso antifascista e anticolonialista dos democratas portugueses encontrou eco no movimento estudantil porque se inseria no debate em voga à época que era a luta contra o imperialismo, principalmente, representado pelos Estados Unidos e por outras nações capitalistas. Segundo Urbano Rodrigues, “declarar-se de esquerda, marxista e revolucionário era quase uma exigência para aqueles jovens brasileiros”.<sup>242</sup> Dentro desse contexto, muitos se identificavam com o movimento comunista internacional. Os governos socialistas em Cuba, na China e na União Soviética recebiam apoios e eram, constantemente, temas de debates, principalmente, nas universidades.

Segundo Sylvio Band, no desempenho de sua atividade, o MABLA se beneficiou diretamente da rede de contatos do *Portugal Democrático* com elementos da oposição portuguesa de outros estados e de outros países.<sup>243</sup> Assim como os outros grupos de ativistas ligados a Fernando Mourão e

---

<sup>240</sup> Entrevista com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.

<sup>241</sup> Entrevista com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.

<sup>242</sup> RODRIGUES, 2004, p. 73.

<sup>243</sup> Segundo Douglas Mansur da Silva, no Rio de Janeiro, o núcleo antissalazarista, que já se encontrava formado, estreitou seu relacionamento com o *Portugal Democrático*. Outros núcleos são formados em Niterói, Porto Alegre, Fortaleza. O primeiro núcleo internacional a se constituir e a compor essa rede foi o da Venezuela. Seguiram-se os da Argentina e da França. No início de 1960, integram-se núcleos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, no Brasil e, internacionalmente, os do Canadá (Toronto e Montreal), Inglaterra e Tchecoslováquia. Até o fim desse ano, os de Salvador (Brasil) e do Uruguai. Em 1961, os de Pelotas (Brasil) e da União Sul-Africana. Em 1962, os de Duque de Caxias e Recife (Brasil). Em 1963, Curitiba e Londrina (Brasil). Em 1964, o da Holanda. E em 1965, o da Bélgica. A partir de então, a rede se estabilizou e,

a José Maria Nunes Pereira, Sylvio Band afirma que o grupo anticolonial ligado ao jornal atuava, principalmente, para pressionar o Estado brasileiro a apoiar a independência das colônias e criar uma rede de contatos que pudesse fornecer ajuda financeira e outros suportes aos militantes do MPLA e ao povo angolano. “Então, fundamentalmente, agimos para arregimentar apoios políticos para a causa anticolonialista”.<sup>244</sup>

## **2.2 Africanos no Brasil: em busca do apoio à luta de liberação**

O projeto dos grupos anticoloniais de criar no Brasil uma rede de apoios às independências africanas ganhou a simpatia de movimentos nacionalistas africanos, principalmente do MPLA. No período em que o governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) adotava ações de aproximação com a África, nacionalistas africanos intencionavam conquistar a adesão da comunidade internacional à luta de independência das colônias portuguesas em África. No Brasil, a estratégia usada foi tentar sensibilizar a sociedade a favor da causa das independências africanas com o intuito de gerar ações de apoio aos movimentos nacionalistas e pressionar o governo a romper definitivamente com Portugal e com seu sistema colonial.

No início da década de 1960, militantes do MPLA e do PAIGC vieram ao Brasil e se integraram ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas atuante nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os nacionalistas africanos, em sua maioria angolanos, circularam entre os grupos do MABLA que, aproveitando-se de contatos locais, ajudavam a organizar e dar suporte às atividades de mobilização e de divulgação realizadas pelos estrangeiros. Os nacionalistas ligados ao MPLA foram os que permaneceram por mais tempo no Brasil, até 1964, quando a ditadura instaurada reprimiu as ações do MABLA e efetuou inúmeras prisões de ativistas angolanos.

Por que o apoio do Brasil era importante para os movimentos nacionalistas africanos das colônias portuguesas? A resposta a essa pergunta é complexa e plural. Um dos motivos, e que já foi dito anteriormente nesta pesquisa, é que a conquista de alianças internacionais foi uma estratégia dos movimentos nacionalistas para fazer frente ao poderio militar de Portugal. No caso de Angola, o MPLA também via nos parceiros externos um reforço na disputa interna de poder travada com a União dos Povos de Angola (UPA) de Holden Roberto.

No Brasil, além do apelo à ligação histórica e cultural do país com a África, principalmente com a África Atlântica, a posição geopolítica do Brasil na América Latina, na década de 1960,

---

aos poucos, tornou-se mais intensificada internacionalmente, estendendo-se à Alemanha e à Austrália, além das colônias portuguesas em África, perdendo-se, aos poucos, muitos dos contatos com núcleos internos ao Brasil. SILVA, 2000, p. 73-74.

<sup>244</sup> Entrevista com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.

também tinha um peso significativo para os movimentos nacionalistas africanos. O Brasil ocupava ainda um lugar com certo destaque na ONU, com assentos em quase todas as instâncias. O apoio brasileiro à luta de libertação nacional das colônias africanas, principalmente nas votações sobre o caso Angola, seria um reforço à campanha internacional de contestação do colonialismo português.

Outro aspecto que também deve ser considerado nesse debate é que uma manifestação brasileira a favor da independência das colônias portuguesas seria um trunfo africano contra o forte aparato de propaganda de Portugal amparado na teoria do luso-tropicalismo. Isso seria eficiente para se contrapor ao discurso do governo português de estar imbuído da missão de construir em África nações pluricontinentais e multirraciais.

Uma última possível razão do interesse dos movimentos nacionalistas africanos pelo apoio do Brasil nos foi sugerida a partir da leitura de um relatório secreto, datado de 14 de abril de 1964, redigido pelo diplomata Pedro Feytor Pinto<sup>245</sup>, do gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, e enviado para a PIDE. Segundo Pinto, estudantes africanos escolhiam o Brasil como destino porque encontravam lá apoios de uma parcela da colônia portuguesa no Brasil “talvez mais desgostosa, por menos feliz”.

A esta tracção não poderiam furtar-se os movimentos ‘nacionalistas’ das Províncias Ultramarinas portuguesas especialmente os que têm uma característica mais marcadamente ideológica que rática: o MPLA e o PAIGC. Assim encontraram-se no Brasil diversos elementos estudantis que têm vindo a desenvolver intensa campanha de propaganda anti-portuguesa, apoiando-se nas organizações brasileiras que mais se evidenciaram nos últimos anos, desde a subida ao poder do Ser. Jânio Quadros, hostilizando Portugal e designadamente a nossa política ultramarina.<sup>246</sup>

Em seu discurso, Feytor Pinto responsabiliza contundente os governos brasileiros anteriores ao golpe civil-militar, Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e João Goulart (1961-1964), pela linha adotada com relação a Portugal. A concessão de bolsas a estudantes africanos foi uma ação estrategicamente usada, principalmente por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, para estabelecer relações com as jovens nações, para que, por meio de uma política *soft power*, facilitar as relações diplomáticas e econômicas com as mesmas.

A presença dos estudantes africanos no Rio de Janeiro de São Paulo no início da década de 1960 propiciou que estes se articularassem com os ativistas do movimento brasileiro em apoio às

---

<sup>245</sup> Pedro Feytor Pinto desenvolveu uma carreira longa ao serviço do Estado Português. Depois de passar seis anos no Instituto de Altos Estudos Internacionais na Suíça, foi colaborador próximo de Marcelo Caetano. No dia 25 de abril de 1974, data da Revolução dos Cravos, Feytor Pinto, que ocupava o cargo de Secretário de Estado da Informação e Turismo, teve um papel fundamental em mediar a negociação entre Marcelo Caetano e o general Spínola, representante do Movimento das Forças Armadas (MFA).

<sup>246</sup> Informação secreta. Assunto: Acção dos estudantes portugueses que vivem no Brasil. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios políticos para Director da Polícia Internacional e Defesa do Estado. 14/04/1964, p. 2. PT/MNE/IDI/DAB/MU – GNP, UI 1502.

independências das colônias. No Brasil, eles contaram com o apoio e o suporte de militantes anticoloniais do MABLA que já vinham se articulando e/ou estavam em vias de organizar sua ação. Nesta parte da dissertação, analisaremos a trajetória de alguns estudantes sobre os quais encontramos maior número de fontes.

Para fins didáticos, dividimos os estudantes em três grupos: aqueles que vieram ao Brasil beneficiados por bolsas da Igreja Metodista; os estudantes bolsistas do Itamaraty; e aqueles que escolheram o Brasil como refúgio a partir de uma identificação imediata com a cultura brasileira e que aqui se articularam com o movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

- **Apoio da Igreja Metodista**

As missões protestantes foram importantes aliadas dos movimentos nacionalistas que lutavam contra Portugal. Em Angola, muitos militantes do MPLA, como Agostinho Neto e Deolinda Rodrigues, pertenciam a famílias metodistas. Segundo Margarida Paredes, as igrejas protestantes, além de serem uma resposta às grandes inquietações dos angolanos diante do sistema colonial, possuíam recursos financeiros, tinham poder e representavam a única possibilidade de ascensão social da comunidade negra.<sup>247</sup>

A concessão de bolsas de estudos da missão metodista trouxe ao Brasil militantes que se engajaram no movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Embora não faça parte do recorte temporal desta pesquisa, a passagem da angolana Deolinda Rodrigues pelo país merece ser destacada neste trabalho. Deolinda Rodrigues de Almeida nasceu em Catete no dia 10 de Fevereiro de 1939 e era filha de um casal de professores primários e a terceira de cinco irmãos. O pai partilhava as tarefas do ensino com as de pastor evangélico. Quando criança, viveu com a família do primo, Agostinho Neto.

Deolinda Rodrigues chegou ao Brasil, em 1959, para estudar Sociologia no Instituto Metodista Chácara Flora em Santo Amaro, São Paulo. Ela já era uma militante ativa do movimento de libertação em Angola e, por isso mesmo, seu nome constava da lista de perseguição da PIDE em Luanda. Além de Deolinda Rodrigues, também veio ao Brasil na mesma época o angolano Jacinto Fortunato, também militante da independência angolana e também alvo da polícia portuguesa. Fortunato foi estudar na Faculdade de Teologia, Rudge Ramos, Via São Bernardo, também em São Paulo.

---

<sup>247</sup> PAREDES, Margarida. *Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o papel da cultura na política*. Cadernos de Estudos Africanos, n° 20, Identidades, Percursos e Clivagens nos PALOP, 2010, p. 18.

Em entrevista ao documentário *Langidila - diário de exílio sem regresso*<sup>248</sup>, Jacinto Fortunato afirma que, quando ele e Deolinda eram estudantes no Brasil, eles trocavam cartas quase que diariamente. Ela chamava o conterrâneo nas cartas pelo nome de Kanhamena, como forma de dificultar a sua identificação, caso a correspondência fosse interceptada. Jacinto relembra a atividade política de Deolinda no Brasil.

Ela tinha contato mais estreito com o movimento de libertação de Angola. Fazia encontros com comunidades negras de São Paulo. Naquele tempo, atividade política não era permitida no Instituto Metodista. Portanto, a Deolinda fazia os contatos clandestinamente. Fazíamos encontros com algumas comunidades negras que existiam em São Paulo. Deolinda fazia conferências, explicava a situação que prevalecia naquela altura em Angola.<sup>249</sup>

Embora não tenhamos informações adicionais sobre o teor das conferências realizadas por Deolinda nas comunidades negras de São Paulo, nos parece provável afirmar que ela tentasse fazer uma associação direta entre a luta dos africanos pela liberdade e a luta dos brasileiros contra a discriminação racial e de afirmação da identidade negra. É importante mencionar que no período em que Deolinda Rodrigues esteve no Brasil, Portugal já havia se apropriado do conceito de luso-tropicalismo de Gilberto Freyre para tentar legitimar seus territórios em África. A ideia de projetar o Brasil como uma democracia racial<sup>250</sup> era combatida pelos movimentos negros brasileiros.

No período em que esteve no Brasil, Deolinda Rodrigues trocou correspondências também com Lúcio Lara<sup>251</sup>, um dos fundadores do MPLA. No acervo da Associação Tchiweka<sup>252</sup>, uma correspondência datada de 12 de janeiro de 1959, Deolinda afirma aceitar o convite de Lara para aderir ao Movimento Anticolonialista (MAC)<sup>253</sup>, uma espécie de precursor do MPLA, mas com uma

---

<sup>248</sup> O documentário *Langidila - diário de exílio sem regresso* foi baseado no livro de mesmo título escrito pelo irmão de Deolinda Rodrigues, Roberto de Almeida. O enredo é baseado em um diário de Deolinda Rodrigues e inclui depoimentos de vários nacionalistas e amigos que conviveram e lutaram ao lado da angolana. O documentário, cuja produção durou quatro anos, esteve a cargo da Agência Total Comunicação e teve a chancela do MPLA. Tem duração de duas horas e meia e tem como realizadores José Rodrigues e Nguxi dos Santos. Pode ser visto no youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZt2OwQJE1U>>.

<sup>249</sup> Documentário *Langidila - diário de exílio*, produzido pela Agência Total Comunicação. Realizadores: José Rodrigues e Nguxi dos Santos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZt2OwQJE1U>>. Acesso em 02/05/2017.

<sup>250</sup> O sociólogo Gilberto Freyre é considerado um dos principais difusores da ideia de que no Brasil brancos e negros mantêm relações pacíficas e harmoniosas – embora nunca tenha adotado explicitamente o termo “democracia racial”, mas apenas usado uma expressão sinônima, “democracia étnica”, em 1944, segundo o professor de sociologia Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. De acordo com Guimarães, o termo “democracia racial” aparece com as pesquisas empreendidas por Roger Bastide no nordeste brasileiro, influenciado pela leitura de Gilberto Freyre. Segundo Guimarães, Bastide usa pela primeira vez o termo democracia racial ao refletir sobre a ordem social que era própria à ideia de democracia brasileira, ideologia que se baseia na ausência de distinções rígidas entre brancos e negros, divulgada como uma forma original de cultura miscigenada, livre e festiva. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

<sup>251</sup> Lúcio Lara foi um dos fundadores do MPLA.

<sup>252</sup> A Associação Tchiweka de Documentação foi criada em 2006 para preservar a memória e aprofundar o conhecimento sobre a luta pela independência e soberania nacional e de outros povos. A maior parte do acervo é composto por documentos guardados por Lúcio Lara. Tchiweka faz referência ao nome de guerra usado por Lara na militância contra o colonialismo. Site: <https://sites.google.com/site/tchiweka/>

<sup>253</sup> Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 12.01.1960) - Pag. 230. Associação Tchiweka de Documentação ATD. Luanda.

proposta de atuação mais ampla. O MAC havia sido criado, em 1957, por estudantes das diversas colônias portuguesas com o objetivo de denunciar o colonialismo português até então visto, sob a influência do luso-tropicalismo, como mais brando do que os outros modelos.<sup>254</sup>

Apenas um ano e meio após chegar ao Brasil, Deolinda se mudou para os EUA por causa do acordo de extradição assinado entre Brasil e Portugal (o nome de Deolinda Rodrigues constava da lista dos possíveis extraditados).<sup>255</sup> Ao comunicar a viagem a Lúcio Lara, em carta datada do dia 18 de junho de 1960, ela pergunta se poderia continuar ajudando dos EUA a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN), uma das organizações criadas a partir do desdobramento do MAC. Na correspondência, ela também afirma que o movimento nacionalista angolano continuaria tendo um contato no Brasil.

Desde já te asseguro que aqui (no Brasil) há um elemento nosso que continuaria em contacto convosco e então eu passaria a actuar lá. Não sei o que achas nem até onde isso poderá beneficiar a FRAIN e a nossa luta. Por favor, escreve logo, logo dando a tua opinião.<sup>256</sup>

Na carta, Deolinda Rodrigues provavelmente se refere a Jacinto Fortunato que permaneceu no Brasil. Em uma carta enviada dos EUA para o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, datada de 18 de fevereiro de 1961, ela indica nominalmente Jacinto Fortunato para contatos no Brasil e para o envio de “qualquer material para ser espalhado”<sup>257</sup>, fato que evidencia que a divulgação da luta pela independência em Angola continuaria sendo realizada no Brasil.

Em 1961, também vieram ao Brasil como bolsistas da Igreja Metodista e ativistas da causa angolana os angolanos Paulo dos Santos Matoso Neto e Francisco Raimundo de Sousa Santos. Ambos eram alunos da Faculdade de Teologia de São Paulo, mas pouco tempo após a chegada, abandonaram a universidade para se dedicar à militância contra o colonialismo português no Brasil. Essa

---

<sup>254</sup> Há versões de que o MAC teria sido criado em Lisboa e outras de que ele nascera em Paris. O MAC foi o embrião da luta associativa que iria ser estabelecida no cenário internacional envolvendo líderes da luta pela libertação das cinco colônias portuguesas em África. BITTENCOURT, 1996, p. 147 e 149.

<sup>255</sup> Nos EUA, Deolinda Rodrigues escreveu cartas mobilizando as mulheres para unirem-se em prol da independência de Angola e a partir desse movimento foi formada a Organização da Mulher Angolana (OMA). Em 1962, abandonou os estudos nos EUA para regressar a África e se juntar ao MPLA no Congo Léopoldville. Em 1965, participou do Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres na União Soviética e, ao retornar a República do Congo, ajuda no Centro de Instrução Revolucionária, fundado na cidade de Dolisie. Em outubro de 1966, ela viajou no Esquadrão KAMY para Angola levando armas e munições. Por sua atuação e de outras militantes, as mulheres conquistaram o direito de participar das lutas armadas, mas Deolinda não alcançou este objetivo, pois foi presa pela UPA e executada. Cf. BARROS, Liliane Batista. *As cartas da Langidila: memórias de guerra e escrita da história*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas. NÚMERO 06 – Junho de 2013.

<sup>256</sup> Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 18.06.1960) - Pag. 351. Associação Tchiweka de Documentação ATD. Luanda.

<sup>257</sup> Carta de Deolinda Rodrigues (Bloomington - EUA) para Amílcar Cabral PAIGC. Acusa recepção de documento do PAIGC e respectiva divulgação. Envia contacto no Brasil (Jacinto Fortunato). Pasta: 04608.052.020. Documentos Amílcar Cabral. Fundação Mário Soares. Acervo digital [www.casacomum.org](http://www.casacomum.org)

informação é sabida a partir de uma polêmica em que os dois angolanos se envolveram, pelas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o cônsul de Portugal em São Paulo.

Na edição do jornal de 31 de maio de 1961, o cônsul de Portugal em São Paulo, João Pereira Bastos, acusou os angolanos de terem sido expulsos da Faculdade de Teologia de São Paulo para se integrarem nas “chamadas manifestações de ‘nacionalismo’ dos naturais daquela província portuguesa”, apresentando-se como “representantes da juventude de Angola”.<sup>258</sup> O uso de aspas no termo *nacionalismo* e a denominação de Angola como *província portuguesa* explicitam a intenção do português descredenciar a militância pró-independência dos angolanos no Brasil.

Na resposta assinada por Paulo Matoso e Francisco Raimundo de Sousa Santos, publicada pelo periódico juntamente com a que foi encaminhada pelo Consulado de Portugal, é também bem elucidativa sobre as razões que motivavam os africanos que estavam no Brasil naquele período a lutar pela independência de seus territórios.

Sem dispormos de recursos e recebendo constantemente notícias de nossa terra, na qual nos comunicavam os massacres de nosso povo e de nossas famílias, achamos por bem fazer algo pelo nosso país, coisa essa que julgamos de grande importância.<sup>259</sup>

A nota também se presta a desfazer a imagem positiva de Portugal no Brasil e a denunciar a violência do Exército português contra a população angolana. A divulgação do entrevero entre os estudantes angolanos e o cônsul de Portugal em São Paulo, João Pereira Bastos, nos revela ainda que as atividades desenvolvidas pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas já incomodavam as autoridades portuguesas.

De fato, os angolanos Paulo Matoso e Francisco Raimundo de Sousa Santos participavam ativamente das atividades realizadas pelo MABLA. Matoso, que se apresentava como representante do MPLA<sup>260</sup>, realizou muitos comícios, palestras e concedeu entrevistas à imprensa sobre a guerra de libertação nacional em Angola.

---

<sup>258</sup> “Angola – resposta a acusações do cônsul português”. *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14.

<sup>259</sup> “Angola – resposta a acusações do cônsul português”. *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14. Paulo Matoso assinou a nota como representante “legal” da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN). *O Estado de S. Paulo*. 31/05/1961, p. 14. A União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), criada em 1961, tinha como objetivos a defesa dos interesses dos estudantes membros, a contribuição para o estudo, a divulgação dos valores das culturas e da “civilização negro-africanas”, o desenvolvimento do espírito de solidariedade e a adesão ao espírito da paz e da amizade entre os povos. A UGEAN era mais ligada ao MPLA. “... Há 50 anos. Organizações estudantis nos anos 60”. *Novo Jornal*, 23 de setembro de 2011, p. 1-5. Disponível em: <[http://macua.blogs.com/files/ha\\_50anos\\_ugean\\_nj192.pdf](http://macua.blogs.com/files/ha_50anos_ugean_nj192.pdf)>. Acesso em 02.03.2017.

<sup>260</sup> No livro *História do MPLA*, Paulo Matoso é citado como pertencente ao quadro do Departamento dos Assuntos Exteriores, ao lado de Jacinto Fortunato e João Gonçalves (José Manuel Gonçalves). Todos estavam no Brasil no início da década de 1960. Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA. *História do MPLA*. 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008, p. 183-184.

O trabalho realizado no Brasil pelos ativistas pró-independência de Angola rendeu um elogio de Deolinda Rodrigues, que já havia partido do Brasil rumo aos EUA. Em carta endereçada a Francisco Raimundo de Sousa Santos, ela elogia a atividade do MABLA. “É uma organização muito boa mesmo, devem insistir junto do governo aí para nos apoiar, também queremos que os nossos jovens que estão no Congo possam estudar no Brasil – precisamos de bolsas de estudos”.<sup>261</sup>

Em correspondência dirigida ao amigo Jarcinto Fortunato, a militante Deolinda agradeceu o envio de um exemplar do jornal *Portugal Democrático*, de junho de 1961. “(...) Parabéns pelo trabalho óptimo que estais a efectuar aí. Se a opinião pública brasileira estiver consciente da realidade de Angola e das outras colônias portuguesas, vai ser mais outra mortalha para os nossos carrascos”.<sup>262</sup> A partir das correspondências, podemos inferir que a militante do MPLA acompanhava com expectativa a evolução dos contatos feitos pelos compatriotas que estavam no Brasil.

- **Bolsistas do Itamaraty**

A implementação de uma política oficial de concessão de bolsas a estudantes africanos fez parte da Política Externa Independente (PEI) implementada pelo governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e continuada pelo seu sucessor, João Goulart (1961-1964). O governo brasileiro tentava ampliar a inserção do Brasil na geopolítica mundial se aproximando das nações africanas recém-independentes.

O primeiro grupo de estudantes africanos beneficiados pelo programa de bolsas do Itamaraty chegou ao Brasil na segunda metade de 1961. Ao todo, foram 15 estudantes de Gana, Senegal, Nigéria, Camarões, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Da Nigéria, vieram Abiodun Oni, Olumuyima Opaleye, Kehindé Onajin, Abiodun Fashina e Akin Akinpelu. Do Gana, estavam no grupo Samuel Eduku, Yan Offe-Boateng, Akuamea Ose, Afonse Frepomg e Francis Quaye. Claude Cross (francês que residia na África) veio do Senegal.<sup>263</sup>

No grupo, também estavam o camaronês Paul Etame Ewane (estudou na USP até conseguir o grau de mestre em Ciência Política), o cabo-verdiano Cristóvão Nascimento Morais (estudou medicina) e o guineense Fidelis Cabral D´Almada, militante do PAIGC (estudou Direito na USP). Os

---

<sup>261</sup> RODRIGUES, 2004, p. 109.

<sup>262</sup> RODRIGUES, 2004, p. 116.

<sup>263</sup> OLIVEIRA JUNIOR, G.B.. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010, p. 177.

três participaram das atividades do MABLA. Apenas uma mulher pertencia ao grupo de bolsistas: Collete Diato<sup>264</sup>, do Senegal.

Oficialmente, as bolsas eram destinadas a estudantes de países africanos já independentes, mas o governo do Senegal, comandado por Léopold Sédar Senghor<sup>265</sup>, com quem o governo de Jânio Quadros mantinha contatos, encontrou uma forma para que africanos das colônias portuguesas, como Cristóvão Morais e Fidelis Cabral, entrassem no Brasil com passaportes senegaleses. A estratégia contou com o apoio da Embaixada do Senegal no Brasil, na época localizada no Rio de Janeiro, comandada pelo sobrinho do presidente, Henri Senghor.<sup>266</sup>

José Maria Nunes Pereira, que havia chegado ao Brasil no final de 1961, conta que teve contato com os bolsistas africanos a pedido da União Nacional dos Estudantes (UNE), onde atuava como assessor já militando a favor da causa angolana. Foi por meio da influência de Pereira que a UNE, que já era antissalazarista, passou a apoiar a causa anticolonialista.<sup>267</sup> Por sua experiência na CEI e nos estudos de questões relacionadas à África, Pereira também se aproximou do grupo de diplomatas e políticos que estavam à frente da PEI de Jânio Quadros.

Eu venho com essa dupla função. Cuido dos estudantes para a UNE, que ia hospedá-los no Rio e depois cuido deles para o Itamaraty. Essa fase inaugura a minha função de *office-boy* do Itamaraty. Esses estudantes vêm para o Rio para depois descentralizarem. Vão para São Paulo e alguns ficaram no Rio.<sup>268</sup>

A contar pela declaração de Cândido Mendes ao historiador Jerry Dávila, o governo brasileiro conhecia as implicações políticas da permissão dada aos estudantes de colônias portuguesas para virem estudar no Brasil. Mendes, que era chefe da Assessoria Técnica Internacional de Jânio Quadros, ajudou a desenvolver o programa de intercâmbio acadêmico. Em retrospectiva, ele confirma ter percebido que os estudantes da África portuguesa eram, em sua maioria, ativistas pela independência. “O intercâmbio significava estar trazendo uma semente subversiva para o Brasil”.<sup>269</sup>

---

<sup>264</sup> Um dos entrevistados para essa pesquisa, o moçambicano Orlando Dourado, relata que Collete frequentou as reuniões do grupo coordenado por Fernando Mourão, mas não encontramos mais fontes sobre a passagem da senegalesa pelo Brasil.

<sup>265</sup> O presidente Léopold Senghor foi um importante aliado da luta empreendida pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Ele se empenhou em tentar convencer o governo brasileiro a desempenhar o papel de intermediário entre Portugal e os movimentos de libertação nacional das colônias portuguesas em África. O Senegal tinha um interesse direto de pôr fim ao domínio português porque o país fazia fronteira com a Guiné Portuguesa e, como consequência, recebia milhares de refugiados da guerra colonial e sofria continuamente incursões do Exército Português e bombardeiro de cidades próximas ao limite entre os dois territórios. DÁVILA, 2011, p. 146.

<sup>266</sup> DÁVILA, 2011, p. 148.

<sup>267</sup> DÁVILA, 2011, p. 148.

<sup>268</sup> Áudio da entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira. 15/12/2006. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Antes de iniciar seus cursos universitários, os estudantes africanos passaram três meses em Salvador fazendo cursos intensivos de língua portuguesa e de cultura brasileira no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<sup>269</sup> Entrevista de Cândido Mendes a Jerry Dávila. 24/09/2006. DÁVILA, 2011, p. 148.

- **Novos representantes do MPLA chegam ao Brasil em 1962**

Em 1962, chegaram ao Brasil os angolanos José Lima de Azevedo e Fernando da Costa Andrade para melhor organizar a presença do MPLA no país. Segundo alguns depoimentos, como o do próprio Fernando da Costa Andrade, em seu livro de memórias, Paulo Matoso tinha se mostrado não confiável porque estava usando em proveito próprio recursos arrecadados como doações para o MPLA.<sup>270</sup> As denúncias contra Matoso não foram alardeadas na tentativa de se evitar que a rede de apoio às independências africanas perdesse credibilidade diante de seus colaboradores. Segundo Fernando Mourão, Matoso continuou fazendo parte do movimento e participando de ações, mas não tinha mais acesso às verbas arrecadadas para o MPLA.<sup>271</sup>

Quando chegou ao Brasil no início de março, José Lima de Azevedo vinha de Gana, onde havia se exilado após sair de Portugal. Na cidade do Porto, o angolano estudou Economia. Pouco conhecemos de sua trajetória política em Angola e em Portugal por não termos encontrado nesta pesquisa documentos a respeito. Conhecemos a atuação do angolano no Brasil, principalmente, a partir de matérias que saíram na imprensa local no período em que ele esteve no país, 1962-1964, e nos documentos identificados nos arquivos do DEOPS e da PIDE, quando da sua prisão, em 1964.

Nos primeiros dias após a sua chegada em São Paulo, Lima de Azevedo foi visitar a Redação do *Portugal Democrático*, o que rendeu uma matéria na edição de abril de 1962. Em entrevista ao jornal, o angolano afirmou que vinha ao Brasil para estudar as possibilidades da vinda de outros compatriotas, sobretudo estudantes, que desejavam realizar cursos em escolas do país e, ainda, para apreciar as condições existentes para a criação no Rio de Janeiro de um *bureau* do MPLA.<sup>272</sup>

No Rio de Janeiro, Lima de Azevedo chegou a morar inicialmente no apartamento de José Maria Nunes Pereira e participou da criação do *bureau* não oficial do MPLA. Embora tenha se fixado no Rio, Lima de Azevedo também circulava por outras cidades, como São Paulo e Santos, realizando atividades da militância do MPLA. Segundo Pereira, o grupo do Rio do movimento em apoio às independências africanas tinha forte atuação entre intelectuais, partidos, sindicatos e movimentos sociais de esquerda.

O Lima era muito ativo. Tínhamos uma grande atividade no meio intelectual. Cândido Mendes, Eduardo Portela, José Honório Rodrigues, Jorge Amado e Maria Yeda Linhares, a minha mestra. Essa é a atuação junto aos intelectuais que nessa época estavam concentrados no Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos. Outra coisa importante que tocou muito os portugueses foi a atuação do Lima de Azevedo nos sindicatos.<sup>273</sup>

<sup>270</sup> COSTA ANDRADE, Fernando da. *Adobes de memória – Chegadas*. Vol. 2, Luanda: Caxinde, 2002, p. 168.

<sup>271</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>272</sup> “Líder do MPLA no Brasil”. *Portugal Democrático*, Ano VI, Nº 59, São Paulo, abril de 1962, p. 04.

<sup>273</sup> Áudio da entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A partir da declaração de José Maria Nunes Pereira, podemos inferir que os intelectuais do IBEEA serviram como ligação entre o movimento em apoio às independências africanas e o governo de Jânio Quadros. Embora o IBEEA estivesse localizado em Brasília, capital oficial do país, era no Rio de Janeiro onde se concentrava o poder político brasileiro à época. A presença de órgãos federais, a efervescência dos movimentos sociais e o grande número de portugueses transformavam a cidade no grande centro da polêmica, na década de 1960, em torno do debate sobre o apoio do Brasil ao colonialismo português.

O segundo representante do MPLA que chegou em 1962 foi o poeta e escritor angolano Fernando da Costa Andrade. Ele nasceu em Lépi (Huambo), em 12 de abril de 1936. Filho de pai português e mãe mestiça, ele foi para Portugal, em 1957, para estudar arquitetura. Em Lisboa, encontrou um clima de intenso ativismo político e cultural e manteve relações de amizade e de colaboração com outros nacionalistas em torno da defesa das independências africanas. Como associado da CEI de Lisboa, Costa Andrade participou ativamente de seu departamento editorial, ao qual também estava integrado o brasileiro Fernando Mourão. A seção da CEI lançou a *Coleção Autores Ultramarinos*, com textos de escritores inéditos ou postos sob censura.

No Brasil, Fernando da Costa Andrade se instalou em São Paulo. Em seu livro de memórias, Costa Andrade relatou que estabeleceu relações pessoais com os ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas que já atuavam na cidade. Segundo ele, Miguel Urbano Rodrigues e Victor Cunha Rego, portugueses ligados ao jornal *Portugal Democrático*, se tornaram seus grandes amigos. O angolano acrescenta que Fernando Mourão, seu contemporâneo da CEI, também integrava a rede de apoio ao MPLA que ele encontrou no Brasil.<sup>274</sup>

A chegada a S. Paulo significa de fato o começo de uma vida nova. Inicialmente, a luta pela legalização da minha presença no Brasil, a procura de trabalho, o estabelecimento de contactos para actividade política, em nome do MPLA. Neste âmbito é justo referir os nomes do Victor Cunha Rego, do João Manuel Tito de Moraes e do Miguel Urbano Tavares Rodrigues. O primeiro proprietário da Editora Felman – Rego, em sociedade com a esposa, e o segundo, seu colaborador, ambos na área ligada ao partido comunista deram-me a ajuda inicial para o arranque da actividade. O Miguel, jornalista do (O) *Estado de S. Paulo*, militante do Partido Comunista, tinha sido um dos homens que acompanharam Henrique Galvão no assalto e tomada do Santa Maria. Ele tinha estado em Conakry onde entrevistou Amílcar Cabral, Mario de Andrade e Sekou Touré. A aventura do Santa Maria foi durante muito tempo considerada mola propulsora do 4 de fevereiro, por causa da intenção anunciada de trazê-lo para Luanda.<sup>275</sup>

A partir da declaração de Costa Andrade, temos dimensão da diversidade da rede de apoio aos angolanos que funcionava no Brasil no início da década de 1960 e que editoras brasileiras também

---

<sup>274</sup> Na CEI, Fernando da Costa Andrade participou da publicação de poesias e contos de escritores angolanos e moçambicanos pela Secção Editorial da Casa.

<sup>275</sup> COSTA ANDRADE, Fernando da. *Adobes de memória – Chegadas*. Vol. 2, Luanda: Caxinde, 2002, p. 167.

incentivavam e publicavam livros de autores críticos ao regime censurados em Portugal. Em entrevista ao jornal *Última Hora*, na edição do dia 14 de fevereiro de 1964, intitulada “Poeta angolano afirma: revolução não demora”, Costa Andrade, afirmou que os estudantes angolanos que lutavam pelas independências africanas vinham ao Brasil motivados pela crença de que aqui encontrariam apoios.

Os estudantes angolanos vêm ao Brasil pois acreditam encontrar solidariedade atuante das próprias autoridades que, repetidamente, afirmam-se anticolonialistas e democráticas e, também, por ter sido esta terra uma colônia de Portugal e, mais facilmente, compreender nossos problemas, porém, se não for possível, se nossos esforços aqui não forem coroados de êxito, não teremos outro meio senão abandonar o Brasil. Faremos isso com pesar, pois sentimos a humana cooperação do povo e da maior parte da imprensa brasileira.<sup>276</sup>

No discurso de Fernando da Costa Andrade, percebemos como os nacionalistas angolanos sabiam usar habilmente em benefício da causa africana o discurso anticolonialista propagado à época pelo governo brasileiro de João Goulart em sua política externa. Como postura de coerência do Brasil, os movimentos independentistas reivindicavam o imediato apoio ao direito à liberdade e à autodeterminação das colônias portuguesas em África.

- **Identificação com o Brasil**

O Brasil também foi refúgio para jovens africanos que se identificaram com a cultura e o jeito de ser dos brasileiros, mas não tinham a pretensão imediata de se engajar aqui em uma militância anticolonial. A permanência e o engajamento político ocorriam por dois motivos: a conjuntura política favorável, a partir das ações da PEI, como a concessão de bolsas de estudos para africanos; e o contato com os ativistas do movimento brasileiro pró-independências africanas já em atividade.

As trajetórias de dois africanos, o angolano José Manuel Gonçalves e o moçambicano Orlando Dourado, são exemplos dessa conjuntura. Gonçalves afirma que a literatura e a imprensa brasileira atraíam o interesse de muitos jovens angolanos que, assim como ele, sonhavam com um país independente. Militante do movimento estudantil em Luanda, no final da década de 1950, Gonçalves diz que os estudantes secundários tinham acesso a muitos livros, jornais e revistas brasileiros na Sociedade Cultural de Angola (SCA)<sup>277</sup>, criada em 1942 por um conjunto de colonos brancos, de orientação política republicana e democrática.

---

<sup>276</sup> “Poeta angolano afirma: - revolução não demora”. *Última Hora*. 14/06/1964, p. 05. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital.

<sup>277</sup> Segundo Fernando Tavares Pimenta, a Sociedade Cultural de Angola, assim como a CEI e a Associação dos Naturais de Angola, foi um importante espaço de construção de uma identidade nacional angolana. A SCA era composta por uma maioria de colonos progressistas “angolanizados” e de brancos nascidos na colônia, bem como por alguns mestiços, filhos de colonos. Nas atividades da SCA participaram vários jovens intelectuais angolanos brancos: Luandino Vieira, Antonio Cardoso, Adolfo Maria e portugueses progressistas com uma forte ligação à colônia. Cf. PIMENTA, Fernando Tavares. *Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola*. Estudos do Século XX, nº8, Universidade de

(A Sociedade Cultural de Angola) Era de escritores e de curiosos que iam lá e atraía muito garoto do ensino secundário e eu era um deles. E um dia me lembro que... na altura havia uns jornais de São Paulo que havia muita influência em Angola. Nesse tempo, havia muita relação com a esquerda do Brasil, com duas esquerdas: que era com o Partido Comunista e com os católicos de esquerda. Eu tinha contato com essa segunda área. Mas tinha o pessoal do Partido Comunista. Eu, por exemplo, me lembro de ter visto a história de Luís Carlos Prestes escrita por Jorge Amado. E eles criaram o Partido Comunista clandestino (de Angola) que o estatuto era copiado do Brasil, alterava somente alguma coisa. (...) <sup>278</sup>

A partir da declaração de Gonçalves, podemos inferir que havia uma eficiente rede de contatos e de circulação de livros, revistas e jornais entre movimentos de esquerda do Brasil e nacionalistas de Angola. Na segunda metade da década de 1950, no entanto, a PIDE se instalou em Luanda e intensificou a vigilância sobre grupos de angolanos responsáveis pela distribuição de panfletos contra Portugal, efetuando assim a prisão de muitos opositores.

Quando ainda era estudante, José Manuel Gonçalves relata que fazia parte de um pequeno grupo de jovens, batizado de Movimento Democrático Estudantil, que atuava na distribuição de panfletos com mensagens contra o colonialismo português a pedido de nacionalistas “mais velhos”. <sup>279</sup> Segundo o angolano, por certo tempo, os estudantes conseguiram despistar as suspeitas dos agentes da PIDE por serem muito novos.

Éramos seis ou sete jovens bancos e mestiços, de pouca idade, o mais velho tinha 17 anos. Quando os opositores foram presos, nós continuamos atuando fazendo e distribuindo panfletos. Para disfarçar, nós, que estudávamos no Liceu <sup>280</sup>, usávamos a máquina de escrever de lá e fazíamos a impressão no mimeógrafo da Mocidade Portuguesa <sup>281</sup>, à qual pertencíamos. Nunca a PIDE pensou que éramos nós, brancos e mestiços, que distribuíamos esses panfletos. Pensavam que eram negros da Escola Industrial, do Colégio das Beiras <sup>282</sup>, do Colégio Dom João II (antigo palácio da dona Ana Joaquina). Então, estávamos completamente fora da órbita deles. Eles (agentes da PIDE) foram vítimas do próprio racismo deles. <sup>283</sup>

---

Coimbra, 2008, p. 293-304. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/36585>. Acesso em 25/01/2017.

<sup>278</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>279</sup> A ancestralidade é um valor civilizatório presente em diversas culturas africanas. O "mais velho" é o sábio, respeitado e responsável, entre outras coisas, pela transmissão de conhecimento para as gerações futuras. Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 145.

<sup>280</sup> O Liceu Nacional Salvador Correia foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário oficial de Angola. Foi criado em 1919. Em 1943, era considerado como a mais imponente construção nesse nível de ensino em todo o império português, metrópole incluída, ainda que o número de matriculados fosse apenas da ordem das centenas, na maioria brancos. Agostinho Neto e Viriato da Cruz foram alunos da instituição em 1943. Consta que foi nesse período em que os dois despertaram o interesse pela poesia.

<sup>281</sup> A Organização Nacional Mocidade Portuguesa foi criada pelo Estado Novo português em 1936 e era destinada a jovens de 7 a 14 anos. A Mocidade Portuguesa adotava aspectos da norma militar, tais como uso de uniforme e desfiles. Tinha como objetivo estimular o "desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares". Em fevereiro de 1939, o modelo da Mocidade Portuguesa foi implantado nas colónias abrangendo os filhos de colonos e a juventude "indígena assimilada".

<sup>282</sup> Mário de Andrade concluiu em 1948 os estudos secundários no Colégio da Beira, em Angola.

<sup>283</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

O discurso de José Manuel Gonçalves enfatiza o fato de que o governo português pensou, durante algum tempo, que o movimento nacionalista africano era obra somente de negros. Apesar de burlar a vigilância da PIDE, Gonçalves decidiu sair de Luanda, em 1961, por orientação de nacionalistas mais experientes. Ele pediu asilo na Embaixada do Brasil em Portugal e conseguiu autorização para vir ao país.<sup>284</sup> Segundo o angolano, inicialmente, os planos não eram ficar muito tempo no Brasil, “uns seis meses, no máximo”.<sup>285</sup> Gonçalves diz que escolheu o país como refúgio, a princípio, por razões não políticas.

Eu pensei: olha: eu tenho tanta relação com esses caras aqui<sup>286</sup>, tô me identificando tanto com esses papéis que me mandam de lá, que já agora vou pra lá. E pois se vê aquela admiração pelo Brasil, no meu caso, futebol, havia intercâmbios de rádio que havia naquela altura, a gente acompanhava muito. Isso é tudo individual. Porque mais tarde aparecem muitos outros que fazem a mesma coisa que eu. Só que isso não era muito organizado.<sup>287</sup>

Em sua declaração, o angolano enfatiza a espontaneidade de sua decisão de vir ao Brasil. Mas sua fala também revela como foram importantes os contatos que fez com setores da esquerda do Brasil para que ele pudesse se fixar no país. No Rio de Janeiro, Gonçalves procurou a UNE, que já havia manifestado apoio à causa das independências africanas, com planos de conseguir orientações de como iniciar um curso universitário no Brasil. “Eu queria fazer o vestibular, mas tinha o problema da equivalência dos papéis”.<sup>288</sup>

Orientado pela UNE, seguiu para São Paulo e procurou a Redação do jornal *Portugal Democrático*, cujo trabalho de oposição ao fascismo português já conhecia desde Luanda. “Os caras do *Portugal Democrático*, muito naturalmente, disseram: você tem que contatar o pessoal da União Estadual dos Estudantes. Pode ser que eles lhe deem apoio”.<sup>289</sup> Foi a partir dessas conexões que Gonçalves retomou no Brasil sua militância pela independência de Angola e iniciou sua aproximação do MPLA. Segundo ele, a criação do MABLA ocorreu, em junho de 1961, a partir da articulação desse grupo.

(...) a atividade desenvolvida ao longo de quase dois anos (de atividade do MABLA), manteve esse traço: grupo de amigos dedicados a informar o Brasil sobre o que se passava em Angola, fazendo propostas de apoio ao processo de libertação, então em andamento pela via insurrecional. Núcleo inicialmente reduzido, aumentava e diminuía consoante as reuniões e as tarefas, mantendo-se o grupo inicial sempre constante, composto por estudantes recém chegados à Universidade, ou preparando-se para isso, nossas idades oscilavam entre 18 e 21

---

<sup>284</sup> José Manuel Gonçalves diz que quando esteve em Portugal, antes de seguir para o Brasil, não teve contatos com estudantes associados à CEI. Segundo ele, por conta da idade, 17 anos, seus contatos políticos eram com estudantes mais novos que os associados à CEI.

<sup>285</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>286</sup> Ainda em Angola, José Manuel Gonçalves manteve contatos com movimentos católicos de esquerda brasileiros, como a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Essas ligações seriam fortalecidas após a mudança dele para o Brasil. Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>287</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>288</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>289</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

anos. Entre eles, basta aqui lembrar os nomes de Sylvio Band – que presidia o MABLA – Hermínia Tavares e João Ziccard. Dos mais velhos, lembro dois portugueses: o jornalista Miguel Urbano Rodrigues e o engenheiro Myre Dore, antigo residente em Angola, do qual eu ouvira falar nos meios clandestinos de Luanda.<sup>290</sup>

Gonçalves se refere ao grupo pró-independências africanas ligado ao *Portugal Democrático*. O angolano afirma que sua inserção no movimento foi fundamental para a escolha em permanecer no Brasil e retomar aqui sua militância contra o colonialismo português. Ele destaca que se beneficiou da política externa de Jânio Quadros, que facilitou o trâmite burocrático para a vinda de africanos para o país. “Eu tenho certeza que se eu tivesse chegado dois anos antes, eu teria tido muitas dificuldades em obter documentos, em ficar no Brasil, em transformar visto de turista em visto permanente”.<sup>291</sup> Importante destacar que o angolano se beneficiou das ações políticas e diplomáticas da Política Externa Independente (PEI) de aproximação do Brasil do continente africano.

O moçambicano Orlando Dourado, ex-militante do MABLA, também afirma que escolheu o Brasil como refúgio por se identificar com a cultura brasileira. Dourado chegou ao país em 1962 vindo de Portugal, onde se formara em piano pelo Conservatório Nacional de Lisboa. Músico da Orquestra da Casa Pia de Beja, ele veio juntamente com outros 19 jovens para se apresentar em shows em organizações sociais das colônias portuguesas espalhadas pelo país.

A função minha dentro de uma orquestra de 20 elementos jovens portugueses brancos era comprovar ao mundo que Portugal já tinha elementos negros capazes de tocar piano e de fazer música. Então, foi assim que a PIDE autorizou a minha vinda aqui para o Brasil.<sup>292</sup>

A declaração de Orlando Dourado evidencia uma crítica contundente ao Estado Novo português que propagandeava estar imbuído de uma “missão civilizatória” em seus territórios africanos. Orlando Dourado, que pertencia a uma família de assimilados de Lourenço Marques (atual Maputo), afirma que começou a construir uma consciência nacionalista nas reuniões no Centro Associativo dos Negros de Lourenço Marques, onde seus participantes discutiam formas de resistência ao colonialismo português. “Dali nasceu a consciência de independência nacional. Porque ali se formou um núcleo dos estudantes de Moçambique”.<sup>293</sup>

Segundo o pesquisador José Luís de Oliveira Cabaço, os movimentos associativos em Moçambique, influenciados por experiências nos territórios vizinhos de Tanganika e Zanzibar, deram forma, assim como ocorreu em Angola, às primeiras formas de contestação ao poder colonial no Pós-

---

<sup>290</sup> GONÇALVES, Jonuel. *Nos muitos caminhos cruzados entre Brasil e Angola*. Seminário internacional acolhendo as línguas africanas (SIALA). Línguas e culturas afrobrasileiras e as novas tecnológicas. Salvador. 22 a 26 de setembro de 2014, p. 06.

<sup>291</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>292</sup> Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio – RJ.

<sup>293</sup> Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio - RJ

Segunda Guerra. Compostas por uma pequena elite “letrada”, as associações foram o embrião do projeto nacionalista que viria a ganhar relevo no processo emancipacionista angolano.

Pugnava-se por um espaço de liberdade, pelo acesso a novos conhecimentos, pela dignidade do "homem de cor", pela defesa de seus bens. Defendia-se o respeito pelos valores locais, a participação na administração da colônia, uma autonomia que garantisse uma agenda local e não subordinada aos imperativos da metrópole, a promoção social e econômica dos africanos, a possibilidade de possuir e usufruir as próprias riquezas do território. Denunciava-se o racismo, a marginalização, a prepotência, a exploração, a injustiça de que eram vítimas os naturais do território. Com raríssimas exceções (e muitas vezes mais como argumento de pressão do que como conteúdo programático) se falou em independência”.<sup>294</sup>

Cabaço explica que as ideias emancipatórias começaram a surgir a partir das influências de missões protestantes e de outros movimentos religiosos não católicos que estimularam nos jovens moçambicanos a capacidade de análise política da sociedade em que estavam inseridos. Esses jovens foram influenciados pela literatura africana, com seu poder de denúncia das inquietudes e humilhações sofridas pelo povo colonizado. Também foi importante na formação da consciência nacional a experiência dos poucos jovens que, no prosseguimento dos estudos, foram para fora de Moçambique, principalmente para Portugal, e lá tiveram contato com estudantes de outras colônias e forjaram uma consciência nacionalista.<sup>295</sup> Lá, eles conheceram as realidades de exploração de outros povos e compartilharam ideias de resistência e de liberdade.

Foi essa experiência que Orlando Dourado vivenciou em Lisboa, para onde se mudou em 1960 para estudar música com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian. Dourado relata que no exterior reencontrou outros moçambicanos, como Joaquim Alberto Chissano, que, em 1962 participaria, em Dar-Es-Salaam (Tanzânia) da criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).<sup>296</sup> Após a intensificação da perseguição da PIDE aos estudantes nacionalistas que estavam em Lisboa, que resultou na “Fuga dos 100”<sup>297</sup>, entre os quais estavam Joaquim Chissano, Orlando Dourado afirma que decidiu aproveitar a oportunidade da apresentação da Orquestra Casa Pia de Beja e ficar de vez no Brasil.

O Brasil sempre foi um sonho para qualquer africano. A identificação de valores é tal que nós nascemos e crescemos pensando em vir para o Brasil, como vocês pensam em termos dos Estados Unidos. Ah, primeiro mundo. Assim, nós víamos. Com diferença que nós tínhamos valores de identificação. Comida, bebida, dança... Nossos carnavais eram brasileiros dos anos (19)40, (19)50 eram de rua, mascarados, música brasileira de todo tipo, enfeites na rua, mesma coisa. Em nossa educação, imperava a formação portuguesa.

<sup>294</sup> CABAÇO, 2007, p. 389.

<sup>295</sup> CABAÇO, 2007, p. 390 e 391.

<sup>296</sup> Documento possui uma declaração do Comitê da FRELIMO da cidade de Maputo, no qual está afirmado certificado que Orlando Silvestre Dourado é quadro do Partido FRELIMO e "veterano da Luta de Libertação Nacional". Datada de 11 de abril de 2005, a declaração foi assinada por António Hama Thai, primeiro secretário da Comissão Política da FRELIMO.

<sup>297</sup> Após o início da luta armada, estudantes da CEI temiam a possibilidade de ser enviados para lutar nas colônias portuguesas em África ao lado do Exército Português. A "Fuga dos 100" denominou o episódio em que mais de cem estudantes fugiram de Portugal para se engajar na luta de libertação nacional.

Estudava-se a história de Portugal. Era tudo português. Enquanto o Brasil surgia na parte social e esportiva. Pelé, Garricha. Era um sonho.<sup>298</sup>

No Brasil, Orlando Dourado afirma que também procurou a UNE que o encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores, onde foi recebido pelo oficial de gabinete do San Tiago Dantas, o diplomata Rubens Ricupero.<sup>299</sup> Além de ter a permanência legalizada no país, Dourado relata que recebeu uma bolsa para estudar jornalismo na Universidade de Brasília (UnB).

Orlando Dourado afirma que em 1963 retomou os contatos com Alberto Chissano por meio de cartas. Segundo o moçambicano, o dirigente da FRELIMO o orientou para que tentasse criar na UnB um movimento estudantil que articulasse apoios para a Frente<sup>300</sup> no Brasil. De acordo com Dourado, ele apresentou a ideia à Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) que a aceitou. “Naquele tempo, todo o movimento de esquerda do Brasil era simpático ao anticolonialismo”.<sup>301</sup> Dourado diz que o movimento criado na UnB, do qual não se lembra o nome, não conseguiu alcançar grandes proporções.

Era um movimento estudantil. A FRELIMO estava em guerra em Moçambique. E nós, através do movimento de estudantes, queríamos apoios de toda a natureza. Esse movimento não conseguiu atingir, digamos, uma proporção muito elevada. Era só conscientização através de palestras, de divulgação da existência da guerra anticolonial. Nós tínhamos um jornal do campus (da UnB). Não era necessariamente um movimento político na sua essência, mas muito mais estudantil anticolonial.<sup>302</sup>

Em sua atividade no Brasil, Orlando Dourado destacou que conheceu no Brasil os grupos anticoloniais de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira a partir do contato com outros africanos já residentes no país. Ele afirma que ambos, como “mais velhos”, foram muito importantes na conscientização e na orientação dos jovens africanos que, assim como ele, chegavam ao Brasil e queriam, de alguma forma, colaborar com a luta de libertação de suas colônias.

<sup>298</sup> Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio - RJ

<sup>299</sup> Segundo Fernando Mourão, Rubens Ricupero pertencia ao grupo de diplomatas que defendia uma aproximação entre o Brasil e a África e era favorável às independências africanas. Mourão afirma que Ricupero era um dos principais interlocutores do seu grupo de ativistas pró-independência de Angola dentro do Itamaraty. Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>300</sup> No livro escrito pelo diplomata Ovídio de Andrade Melo, *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*, há uma referência à criação de um escritório da FRELIMO no Rio de Janeiro em 1963. Melo relata que ele foi enviado pelo Itamaraty a Angola e Moçambique, em janeiro de 1974, para propor aos movimentos nacionalistas a criação de representações brasileiras ainda no período de transição para as independências. Segundo o diplomata, o vice-presidente da FRELIMO, Marcelino dos Santos, ao recusar a representação brasileira em Lourenço Marques (atual Maputo), afirmou que a polícia brasileira fechou, em 1964, um escritório da FRELIMO no Rio de Janeiro, prendeu e sequestrou seus funcionários e ainda os ameaçou de expulsão para Portugal, o que só não aconteceu graças à interferência de Léopold Senghor, presidente do Senegal, que intercedeu junto ao governo brasileiro a favor dos moçambicanos. MELO, Ovídio de A. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 112. Apesar da referência, repetida em outras obras como no livro *Hotel Trópico*, de Jerry Dávila, não encontrei evidências acerca do escritório da FRELIMO no Brasil nas bases de dados dos arquivos brasileiros e portugueses consultados para esse trabalho.

<sup>301</sup> Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio – RJ.

<sup>302</sup> Sobre a existência de tal movimento estudantil do qual fala Orlando Dourado, não obtivemos mais fontes. Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio - RJ

A casa do Zé Maria é até hoje um lugar sagrado. Tinha uma vasta biblioteca. Em 1962, foi a primeira casa para onde eu fui. A mulher dele era angolana. O Zé foi tudo para nós africanos. Lá, se discutia as independências. Foi sempre dentro de valores culturais. (...) Quando eu ia a São Paulo, sempre recorria ao Centro de Estudos Africanos (CEA-USP). O Mourão sempre procurou manter os africanos unidos. E nós tínhamos sempre para onde ir, a quem procurar. Cada um tinha o seu movimento de libertação. Tínhamos reuniões e o Mourão era praticamente o fundador do grupo e quem nos orientava. Havia uma preocupação nossa de nos formar também.<sup>303</sup>

Em sua declaração, Dourado enfatiza que Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira assumiram uma posição de referências para os estudantes africanos que chegavam ao Brasil. A existência de um movimento brasileiro em apoio às independências africanas já atuante foi fundamental para esses estudantes se engajarem na militância. A abertura à época da política externa brasileira para ações voltadas para a África e a sensibilização da sociedade civil organizada para a causa africana foram também fatores que transformaram o país em um aliado em potencial para os movimentos nacionalistas africanos.

### **2.3 Os desafios, as estratégias e as alianças no contexto da militância a favor das independências africanas**

Embora a África despertasse grande interesse no Brasil, no início da década de 1960, os grupos anticoloniais brasileiros enfrentaram dificuldades para levar à frente o plano de conquistar o apoio da sociedade brasileira. O primeiro desafio a ser enfrentado foi reduzir o desconhecimento sobre a realidade contemporânea da África, principalmente, das colônias portuguesas. Nesse sentido, os ativistas dos grupos pró-independências africanas tiveram que fazer de sua militância um instrumento de luta com um viés pedagógico.

No trabalho de conscientização e de sensibilização sobre o problema do colonialismo português, os grupos de ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas apresentaram maneiras distintas de agir. Fernando Mourão reivindica para o seu grupo, dentro do qual, segundo ele, funcionava uma célula secreta do MPLA no Brasil, uma posição mais ponderada. Segundo ele, o objetivo do seu coletivo era buscar o apoio de diferentes setores da sociedade brasileira, de posições ideológicas de esquerda e de direita.

Eu sempre percebi que o Brasil era e é muito conservador. Eu nunca acreditei muito na força da esquerda. Então, para mim, o que me interessava era o apoio do Estado brasileiro, nem era do governo, era mesmo do Estado brasileiro à causa da libertação. (...) É importante sindicato, esquerda, mas não só. Porque pra nós, a independência não era um problema de esquerda ou de direita. Era um problema nacionalista.<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio – RJ.

<sup>304</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

Em retrospectiva, Mourão afirma que sua estratégia era romper as resistências de setores que não viam com bons olhos a influência comunista na esquerda, mas estavam dispostos a apoiar a luta de libertação nacional em África. “Porque a maneira de nos destruir era dizer que éramos comunistas e pró-soviéticos. Eu sempre disse que o que me interessa era o Estado”.<sup>305</sup>

Os grupos anticoloniais ligados ao jornal *Portugal Democrático*, em São Paulo, e ao sociólogo José Maria Nunes Pereira, no Rio de Janeiro, focaram a atuação nos movimentos estudantis, sindicatos, políticos e intelectuais de esquerda. É importante evidenciar que as ações dos coletivos que atuavam sob a sigla do MABLA eram resultado, quase sempre, do voluntarismo e da boa vontade de seus colaboradores. Embora os seus ativistas mantivessem contatos, não havia um planejamento estratégico coordenado entre eles.

O que pudemos perceber no desenvolvimento desta pesquisa foi que os nomes que estavam mais à frente desses grupos do movimento em apoio às independências africanas imprimiam a linha de atuação. A empatia e o ciclo de relações pessoais desses ativistas mais atuantes definiam as alianças que seriam estabelecidas pelos coletivos do MABLA. Ao que nos pareceu, as formas distintas de atuação não eram graves ao ponto de provocar rupturas, mas causavam tensões internas no movimento.

Os grupos anticoloniais de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira<sup>306</sup>, que mantinham uma relação de amizade desde os tempos da CEI, eram mais próximos. Apesar da ligação afetiva entre eles, as realidades distintas de São Paulo e do Rio de Janeiro imprimiram diferenças nos modos de agir de seus coletivos. Já o grupo ligado à oposição portuguesa de São Paulo atuou de forma mais independente com relação aos outros dois. O suporte dado pelo *Portugal Democrático* deu mais autonomia e amplitude a essas ações.

Os protestos mais performáticos realizados em São Paulo pelo grupo ligado ao *Portugal Democrático* não contavam com a participação de Fernando Mourão. “Quando eram atos extremistas, eu não entrava nessas maluquices. Fecharia alguns canais (de diálogo)”<sup>307</sup>. Mourão afirma que se dedicava mais a contatos de bastidores com representantes de diversos setores da sociedade. “Sempre que o nosso grupo fazia um *meeting*, nós convidávamos deputados e políticos da extrema esquerda à extrema direita. E eles apareciam”.<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP

<sup>306</sup> Na carreira acadêmica, os dois também se encontraram. Fernando Mourão foi orientador de José Maria Nunes Pereira, no mestrado e no doutorado em Sociologia pela USP.

<sup>307</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>308</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

- **Desconhecimento da realidade africana e o *lobby* português**

No Brasil, o poderoso *lobby* das colônias portuguesas e sua influência com importantes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro foram os principais obstáculos à atuação do movimento brasileiro em apoio às independências africanas, pois ajudavam a disseminar uma visão distorcida da realidade vivida em Portugal durante o Estado Novo.

Segundo o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues, embora à época a maioria dos brasileiros soubesse que Portugal vivia sob o comando de um governo ditador, não circulavam no Brasil informações sobre as ações de resistência ao Estado Novo e tampouco sobre a repressão policial aos críticos ao regime. “Da trágica realidade existente nas colônias, citadas como províncias ultramarinas, não se falava praticamente”.<sup>309</sup>

Wayne A. Selcher, em seu livro *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy*, observa que, ao contrário dos angolanos, que tinham familiaridade com o Brasil, principalmente, por conta do contato com a literatura produzida aqui, os brasileiros desconheciam a realidade da África Portuguesa.

A circulação de livros e revistas brasileiros comparativamente mais livre em Angola deu aos africanos falantes da língua portuguesa a oportunidade de se tornarem mais familiarizados com o Brasil. Mas, curiosamente, seja por falta de interesse ou por uma conspiração de silêncio em torno dos anticolonialistas atribuída a grupos pró-portugueses, nenhuma literatura similar de ou sobre a África portuguesa encontrou leitores no Brasil comprometidos ou eles adeririam à linha portuguesa.<sup>310</sup>

Para reduzir esse desconhecimento e ir de encontro às notícias favoráveis ao regime fascista português “plantadas” nos jornais brasileiros simpatizantes de Portugal, os ativistas pró-independência africana também procuraram a ajuda da imprensa. Selcher afirma que os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora* do Rio de Janeiro foram exceções ao realizar no Brasil campanhas de divulgação da luta de libertação nas colônias portuguesas e mobilizar a opinião pública a apoiar os movimentos nacionalistas a encontrar o apoio que esperavam no país.<sup>311</sup>

No *Estadão*, os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e Fernando Mourão, ativistas contrários ao colonialismo, usufruíam de certa liberdade para escrever textos criticando Portugal e seu sistema colonial por causa da posição antissalazarista de Júlio de Mesquita Filho, diretor do periódico. O

---

<sup>309</sup> RODRIGUES, Miguel Urbano. *Portugal Democrático - um jornal revolucionário*. In LEMOS, Fernando; LEITE Rui Moreira (Orgs.). *A Missão Portuguesa - Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC, 2003, p. 183.

<sup>310</sup> Brazilian books and magazines circulate comparatively freely in Angola gave the Portuguese-speaking Africans an opportunity to become acquainted with Brazil. But curiously, either because of lack of interest or the conspiracy of silence with the anticolonialists attributed to pro-Portuguese groups, no similar literature from or about Portuguese Africa found a readership in Brazil noncommittal wire releases or they adhered to the portuguese line. (Tradução minha) SELCHER, Weyne A. *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy (1956-1972)*. Florida: An University of Florida Book, 1974, p. 163.

<sup>311</sup> SELCHER, 1974, p. 163.

periódico se transformou em um importante aliado na campanha desenvolvida pelo movimento brasileiro pró-independência africana até 1964, quando, inicialmente, *O Estado de S. Paulo* apoiou o governo militar.

O jornal *Última Hora*, dirigido por Samuel Weiner, também deu espaço a matérias criticando o colonialismo português e publicou comunicados e entrevistas dos principais líderes dos movimentos nacionalistas. Na edição de 17 de novembro de 1961, o jornal chegou a publicar uma entrevista exclusiva com Mário de Andrade, líder do MPLA.

Na entrevista, Mário de Andrade enfatizou que a responsabilidade pelo colonialismo português em África não poderia ser colocada apenas na conta de Portugal. Segundo Andrade, a exploração do povo angolano também era resultado da ação de “monopólios internacionais muito poderosos”.

O Ocidente está no banco dos réus perante a consciência africana porque Portugal está sendo ajudado nesta guerra pelas grandes potências da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental.<sup>312</sup>

O líder do MPLA se insurgia em suas declarações ao jornal brasileiro contra as manobras do governo português de conseguir o apoio político e militar da OTAN (NATO, sigla em inglês), da qual era mesmo-fundador, para combater os movimentos nacionalistas africanos em suas colônias.<sup>313</sup> Ao *Última Hora*, Mário de Andrade disse que o MPLA desenvolvia três planos sucessivos para provocar a queda de Salazar: guerrilhas em Angola; criação de uma frente unidade de todos os partidos nacionalistas angolanos; e a mobilização da opinião internacional contra Portugal.

O essencial de nossa política exterior consiste atualmente em fazer um apelo a todos os anticolonialistas do mundo para que exerçam pressões sobre os aliados de Portugal (...) para que eles boicotem Portugal sobre os planos econômicos e diplomáticos.<sup>314</sup>

O apelo do nacionalista angolano fazia parte da estratégia de dar visibilidade à luta de libertação nacional fora da África e conseguir o apoio da comunidade internacional aos movimentos nacionalistas africanos. Mário Andrade expressou em sua entrevista ao jornal brasileiro a clara percepção que o sistema colonial português estava subordinado à lógica sistêmica das correntes mais poderosas do capital oligopolista internacional.<sup>315</sup> Portanto, no espaço de disputa entre africanos e

---

<sup>312</sup> “Líder da luta anticolonialista em entrevista exclusiva ao UH: Angola, foco de guerra que ameaça a paz e a segurança internacional”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1961, p. 06. A entrevista foi reproduzida no *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 55, São Paulo, dezembro de 1961, p. 04.

<sup>313</sup> SANTOS, Pedro Manuel. *Portugal e a NATO: a política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968)*. Revista Relações Internacionais do Instituto Português de Relações Internacionais, edição de março de 2009, Universidade Nova de Lisboa, p. 45-60.

<sup>314</sup> Líder da luta anticolonialista em entrevista exclusiva ao UH: Angola, foco de guerra que ameaça a paz e a segurança internacional. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1961, p. 06. Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

<sup>315</sup> SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economia, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 76.

portugueses, eram refletidos ideologias e interesses de outros países europeus, dos EUA e da URSS.<sup>316</sup>

Além dos dois veículos referenciados, o jornal *Portugal Democrático*, fundado em 1956, foi o principal veículo da oposição portuguesa antifascista no Brasil. A partir de 1961, após o início da guerra de libertação nacional em Angola, o periódico intensificou as denúncias dos crimes de guerra praticados pelo Exército Português e manifestou, de modo mais claro, o seu apoio às independências africanas. Segundo Miguel Urbano Rodrigues, a atitude contribuiu para reforçar o prestígio do jornal nos meios progressistas brasileiros.<sup>317</sup>

O grupo ligado ao *Portugal Democrático* também estabeleceu contato direto com dirigentes de movimentos nacionalistas africanos. Os dirigentes Amílcar Cabral e Mário de Andrade chegaram a escrever textos enviados para serem publicados exclusivamente pelo jornal. Essa iniciativa evidencia que as lideranças nacionalistas africanas realmente estavam interessadas em denunciar no Brasil os desmandos de Portugal em seus territórios. A estratégia dava força ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

Entre o fim de 1960 e início de 1961, o *Portugal Democrático* publicou cinco artigos de Amílcar Cabral que assinou sob o pseudônimo Abel Djassi.<sup>318</sup> Os quatro primeiros fizeram parte de uma série intitulada “As realidades nas colônias portuguesas na África”. Nos textos, Cabral denunciou o racismo, a marginalização, a exploração e a injustiça de que eram vítimas os africanos.<sup>319</sup>

Cabral também tentou desmontar o discurso de Portugal de que seu projeto para as colônias era fazer delas exemplos de sociedades multiculturais e multirraciais a exemplo do Brasil. Ele denunciou que os africanos, mesmo a mínima parcela que conseguia o estatuto de assimilado, sofriam com a segregação racial, não tinham direito à saúde, à habitação, à educação, e eram submetidos a práticas abusivas como a do trabalho forçado. “Os africanos não gozam de qualquer direito político. As bases da antiga estrutura política africana foram destruídas pelo colonialismo português”.<sup>320</sup>

Na edição de abril de 1961, no texto “Uma aberração: o colonialismo Salazarista”, Amílcar Cabral exaltou a capacidade dos povos africanos de se revoltarem contra a exploração colonial. Após

<sup>316</sup> Vivia-se uma época em que americanos e russos competiam para projetar sua influência entre os movimentos nacionalistas africanos. Segundo Lincoln Secco, na África dita portuguesa, a “evolução” ideológica dos grupos armados na direção de algum tipo de “comunismo nacional” era uma tendência muito forte. “Mesmo, os programas que fundamentaram os partidos guerrilheiros preferiam a velha ideia de nação ao socialismo, que se reduzia a uma mera referência no imbróglio ideológico desses tempos”. SECCO, 2004, p. 77.

<sup>317</sup> RODRIGUES, 2003, p. 184.

<sup>318</sup> RODRIGUES, 2003, p. 185.

<sup>319</sup> “As realidades nas colônias portuguesas na África I, II, III, IV e V”. *Portugal Democrático*, edições Nº 44 (dezembro de 1960); Nº 45 (janeiro de 1961), Nº 46 (fevereiro), Nº 47 (março de 1961). Uma aberração: o colonialismo Salazarista. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 48, São Paulo, abril de 1961, p. 04.

<sup>320</sup> “As realidades nas colônias portuguesas na África - V - da vida social”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 46, São Paulo, março de 1961, p. 04.

os avanços nos processos de independência dos territórios administrados pela França e pela Grã-Bretanha, Portugal era o último obstáculo a ser enfrentado. Para superar esse desafio, o dirigente do PAIGC conclamava a união de todos os africanos espalhados pelo mundo para a defesa da liberdade.

Apesar dos esforços dispendidos pelos colonialistas portugueses para esconderem a sua "obra", o colonialismo português foi denunciado perante a consciência mundial. Africanos patriotas residentes na Europa e na América desenvolveram uma acção notável para demonstrar ao mundo o que é o colonialismo português.<sup>321</sup>

Em outubro de 1961, foi a vez do então presidente do MPLA, Mário de Andrade, denunciar nas páginas do *Portugal Democrático* a violência praticada pelo Estado Novo português nas colônias. Em comunicado direto de Conakry, o angolano alardeava o "genocídio organizado" praticado pelo governo de Salazar contra o povo angolano que, segundo ele, já teria feito mais de 50.000 vítimas civis.

Todos esses atentados aos direitos do homem em Angola, às legítimas aspirações do povo angolano à autodeterminação e à independência justificam hoje que apelemos para a solidariedade internacional, para a consciência universal e, em primeiro lugar, para a solidariedade africana.<sup>322</sup>

O apoio dado pelos ativistas pró-independência africana ligados ao jornal *Portugal Democrático* à divulgação da luta de libertação nacional nas colônias portuguesas foi reconhecido pelo núcleo dirigente do MPLA. Em setembro de 1961, o jornal publicou um comunicado em nome do então presidente do MPLA, Mário de Andrade, em que ele agradecia a realização da Semana de Angola em São Paulo, promovida pelo MABLA. No evento, foram realizadas atividades de divulgação da cultura e da história da África e da luta de libertação promovida pelo MPLA.

Na luta difícil que nos foi imposta pelo colonialismo português, entre as forças que vêm ajudando decisivamente o movimento de emancipação nacional do povo angolano, quero dirigir uma saudação especial ao Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola. E, pois, com júbilo que como presidente do MPLA, cumpro o dever de saudar o MABLA. E, em nome do povo angolano, fazer testemunho do seu indefectível reconhecimento. Ao povo brasileiro, a que estamos indissolivelmente ligados por laços históricos tão estreitos, endereço uma saudação amiga pela sua solidariedade ativa que contribuiu para o êxito da "Semana de Angola".<sup>323</sup>

O texto de Mário de Andrade reforçava o argumento comumente usado pelos movimentos nacionalistas de que o povo africano e o povo brasileiro estão ligados por um sentimento de irmandade fincado em suas ligações históricas e culturais.

O avanço da guerra nas colônias portuguesas, principalmente em Angola, intensificou o interesse dos meios de comunicação brasileiros sobre o tema e abriu espaço para os ativistas pró-independência africana. O angolano José Manuel Gonçalves relata que foi convidado para escrever

<sup>321</sup> "Uma aberração: o colonialismo Salazarista". *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 47, São Paulo, abril de 1961, p. 04.

<sup>322</sup> "Angola e a África". *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 02.

<sup>323</sup> "Angola Agradece ao Brasil". *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 52, São Paulo, setembro de 1961, p. 07.

artigos sobre a situação em Angola após um encontro casual em 1962 com um jornalista da revista semanal carioca *Política & Negócios*, publicação direcionada ao empresariado brasileiro.

Como estava definido uma nova política exterior do Brasil que inseria a África, interessava a eles (responsáveis pela revista) alguém que pudesse escrever alguma coisa nem que fosse muito primário. Então, me deram uma coluna. Essa revista semanal tinha muita ligação com uma área de poder.<sup>324</sup>

A partir do convite, Gonçalves passou a enviar textos para a revista sob o pseudônimo de Diki Panguila, nome que ele usava em sua atividade política em Luanda. Em um dos artigos, publicado na edição de 18 de outubro de 1962 da revista, intitulado “A África vista por um africano”, uma foto sua foi publicada por engano. “Aí queimaram o meu nome de guerra”<sup>325</sup>. No mesmo texto, Gonçalves traçou um panorama das independências já conquistadas na África pela força do povo africano e afirmou que todo o continente africano contava com o apoio do Brasil na luta pela liberdade das colônias portuguesas.

Os países de língua portuguesa prestam especial atenção ao Brasil, dadas as afinidades existentes. Mas não é demais repetir que todo o apoio deve ser despido de qualquer sentimento paternalista ou neo-colonialista. De igual pra igual tudo se pode debater e a África tem consciência do significado da reciprocidade.<sup>326</sup>

No texto, o angolano destacava que os movimentos nacionalistas africanos almejavam o apoio brasileiro, mas estavam atentos e rejeitariam qualquer tentativa de neocolonialismo. Em retrospectiva, José Gonçalves revela que os artigos publicados na revista brasileira deixaram a PIDE em alerta, pois os portugueses acharam que o MABLA tinha relações próximas ao meio empresarial brasileiro.<sup>327</sup>

Esses artigos tiveram muita repercussão. A PIDE, logo de cara, considerou que era continuação do trabalho do MABLA. Mas, na verdade, ações que eram feitas como iniciativas individuais acabavam por se reverter como se fossem do MABLA por conta das ligações afetivas que nós tínhamos. Se você me perguntasse naquela altura: “Isso é do MABLA?”. Eu diria: “É”. No fundo, seria até como estratégia política. “Vamos juntar o que cada um faz individualmente, não vamos impor nada, isso aqui não é quartel, vamos fazendo, é obrigação de todos tentar nos seus círculos e divulgar a responsabilidade do Brasil”. Era isso que fazíamos.<sup>328</sup>

A declaração de Gonçalves é muito elucidativa para compreender a estratégia usada pelos grupos do MABLA para aumentar sua rede de contatos. Seus ativistas tinham liberdade para agir

<sup>324</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>325</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

<sup>326</sup> “A África vista por um africano”. *Política & Negócios*, 18 de outubro de 1962, p. 28.

<sup>327</sup> Documentos encontrados no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, comprovam que o governo de Portugal realmente se empenhou em descobrir a identidade do autor dos artigos. De outubro de 1962 a abril de 1963, foram trocados vários ofícios e telegramas entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro sobre o tema. Em ofício da Embaixada de Portugal ao MNE, de 7 de dezembro de 1962, o autor descreve o que já havia sido apurado sobre o autor das matérias. “Trata-se de um português de 18 anos de idade, cor branca, com o nome de José, nascido em Angola, filho de um conhecido e conceituado comerciante de Luanda, cujo nome não foi ainda possível obter. Usa barba e declara publicamente não ser português, mas sim angolano”. Angola – Revista PN – Artigo, PROC. 4,12/62, MNE.

<sup>328</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

aproveitando-se de suas relações interpessoais. A flexibilidade do movimento brasileiro em apoio às independências africanas em acolher colaboradores de diversas tendências ideológicas também ampliava seu raio de ação.

No trabalho de divulgação de suas ideias, os ativistas pró-independência africana ligados ao *Portugal Democrático* também buscaram espaço na televisão. Miguel Urbano Rodrigues relata, em seu livro de memórias, que foi entrevistado, no início dos anos de 1960, pelo jornalista Silveira Sampaio<sup>329</sup> sobre a campanha antissalazarista e anticolonialista. A participação lhe rendeu outro convite para uma mesa redonda promovida por um dos principais canais de São Paulo. A proposta era colocar de um lado adversários de Portugal e de outro, seus defensores.<sup>330</sup>

Do lado dos anticolonialistas, além de Miguel Urbano Rodrigues, participaram o professor de Ciências Políticas da USP, Lourival Gomes Machado; o angolano Paulo Matoso; e o português Myre Dores. Do outro lado, estavam um professor da Universidade Católica; um cidadão de Goa; e o português Rodrigo Leal Rodrigues, “que então comandava nos jornais da colônia lusitana uma campanha de calúnias contra a oposição antifascista”.<sup>331</sup> Rodrigues recorda que o debate entre os dois grupos foi bastante acalorado.

Na atividade “militante/pedagógica” dos grupos do MABLA, os ativistas pró-independência africana também realizaram palestras e conferências, principalmente, sobre as guerras de libertação em Angola e Moçambique, principais colônias de Portugal. Miguel Urbano Rodrigues afirma que havia, à época, na sociedade brasileira uma boa aceitação das ideias emancipacionistas africanas. “Falei em cidades do interior de São Paulo. Em Curitiba, no Paraná, após uma conferência num centro acadêmico, fui convidado a usar a palavra na Assembleia Legislativa do Estado. A receptividade do plenário às minhas palavras surpreendeu-me”.<sup>332</sup>

O general Humberto Delgado, que estava exilado no Brasil desde 1959, chegou a participar de eventos realizados pelo grupo ligado aos opositores portugueses. Ao contrário de Henrique Galvão, Humberto Delgado abandonou sua antiga visão colonialista e passou a defender a autodeterminação dos povos africanos.

No trabalho de divulgação do problema colonial, um dos esforços dos ativistas do MABLA foi tentar desconstruir o discurso luso-tropicalista adotado por Portugal na defesa de suas colônias.

---

<sup>329</sup> O jornalista Silveira Sampaio (1914-1964) é considerado o precursor do estilo *talk show* na tv brasileira. Na trajetória na televisão, ele passou pela TV Rio, TV Record e TV Paulista. Sampaio tinha muito prestígio e credibilidade e tratava em seus programas de temas políticos da atualidade e fazia críticas, principalmente, ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Em 1961, ele lançou, na TV Paulista, o programa "S.S Show" em que fazia entrevistas diárias. Paralelo à televisão, Sampaio escrevia uma crônica diária no jornal *Folha de São Paulo*.

<sup>330</sup> RODRIGUES, 2004, p. 23.

<sup>331</sup> RODRIGUES, 2004, p. 23.

<sup>332</sup> RODRIGUES, 2004, p. 22.

Os ativistas pró-independências africanas denunciavam a falsidade da sociedade pluricontinental e multirracial propagandeada por Portugal em seus “territórios ultramarinos” e denunciavam o racismo, a marginalização, a exploração e a injustiça de que eram vítimas os africanos.

Nos atos em que participaram, os militantes angolanos do MABLA se confrontavam com situações em que ficava patente o desconhecimento dos brasileiros sobre a realidade vivida à época no continente africano. Miguel Urbano Rodrigues relata um episódio ocorrido com o angolano Paulo Matoso, antes de uma palestra dele na Politécnica da USP, que ilustra bem essa situação.

Antes de uma sessão na Politécnica, quando Sylvio Band se esforçava nos corredores para mobilizar assistentes, um estudante comentou: Não sei inglês, seria perder tempo escutar o que vai contar da guerra esse angolano<sup>333</sup> que está com o Miguel Urbano.<sup>334</sup>

José Maria Nunes Pereira confirma que mesmo no meio acadêmico e político, no início da década de 1960, ainda eram escassas as informações sobre o continente africano. “No movimento estudantil, no movimento político, as expressões de apoio à África se limitavam quase sempre à: ‘Viva Lumumba!’<sup>335</sup> ‘Abaixo o imperialismo’”. Diante dessa realidade, os ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas dedicavam boa parte do tempo da militância às atividades de divulgação da realidade nas colônias portuguesas em África e da guerra de libertação nacional.

Este locutor que vos fala vivia pendurado nas faculdades fazendo cartazes, murais, conferências e tal. Eu lembro que uma vez, no Sindicato dos Metalúrgicos, um certo senhor não gostou nada, porque tinha fotografias de guerrilhas. O senhor entrou e avisaram: “Tem um painel ali da luta de Angola”. Ele não olhou. Entrou em frente. Era Luiz Carlos Prestes. Para ele, nós éramos agentes provocadores; não era hora de falar de guerrilha naquele tempo. E o velho tinha razão. Nem tinha razão de ter razão, porque acabamos perdendo por fazer barulho, perdendo por não fazer resistência ... Enfim, era da época.<sup>336</sup>

No discurso de Pereira, está explícita uma autocrítica que consiste em avaliar que as ações do MABLA poderiam ter sido melhor planejadas para atingir seu objetivo. Por fazer muito barulho, os ativistas acabaram atraindo para si a vigilância da PIDE e das forças policiais brasileiras, situação que será abordada no capítulo III.

---

<sup>333</sup> O palestrante era Paulo Matoso.

<sup>334</sup> RODRIGUES, 2004, p. 22.

<sup>335</sup> Patrice Lumumba foi a personalidade mais destacada do movimento nacionalista no Congo Belga (atual República Democrática do Congo). Após a independência, em 1960, foi eleito primeiro-ministro do primeiro governo congolês. Apenas 12 semanas após seu início, inicia-se uma crise interna no governo, colocando em lados opostos Lumumba e o presidente Joseph Kasavubu. Lumumba lutava pela independência do Congo do ocidente e pela manutenção da integridade territorial do Congo. Kasavubu, com anuência da Bélgica e da ONU, destituiu arbitrariamente Lumumba do cargo de primeiro-ministro. Lumumba foi assassinado no dia 17 de janeiro de 1961. KOUASSI, Edmond Kwam. *A África e a Organização das Nações Unidas*. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. (Org.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1053-1071.

<sup>336</sup> Áudio da entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira. 15/12/2006. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para se contrapor ao discurso daqueles que defendiam que Portugal tinha um projeto de desenvolvimento para os “territórios ultramarinos”, os ativistas do MABLA acrescentavam em suas palestras dados estatísticos que comprovassem a situação de exploração dos povos africanos. A transcrição de parte dos discursos realizados durante uma conferência na Faculdade de Direito da USP, no dia 23 de agosto de 1961, sobre o tema "Colonialismo Português", consta da pasta de documentos referentes ao MABLA no Arquivo da PIDE.<sup>337</sup>

Os discursos dos conferencistas angolanos Paulo Matoso, Francisco Raimundo de Sousa Santos, José Manuel Gonçalves e português Myre Dores são bem ilustrativos sobre a retórica usada pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas para tentar desconstruir a imagem positiva que Portugal tinha no Brasil e conseguir apoios à causa africana.

Em suas falas, os conferencistas apresentaram ao público, formado majoritariamente por universitários, informações sobre a guerra de libertação e dados estatísticos sobre as colônias nas áreas de educação, saúde, agricultura, etc. O primeiro orador, Paulo Matoso, após apresentar dados alarmantes sobre a educação da população de Angola, mesmo entre a população assimilada, enfatizou que a luta que o MPLA contra Portugal não tinha cunho racista.

Não é uma luta de país contra país, não é uma luta de pretos contra brancos, mas sim uma luta em defesa dos direitos do homem contra a sua escravização, contra a miséria que Salazar impõe àquela colônia. Todas as notícias de lá procedentes não correspondem à realidade dos fatos. É matéria paga pelo governo português para enganar a opinião pública sobre os verdadeiros acontecimentos em Angola.<sup>338</sup>

O discurso tinha como objetivo deixar claro que os movimentos nacionalistas não pregavam o ódio contra o branco, acusação imputada a eles por Portugal. O angolano queria enfatizar em sua declaração que os povos africanos lutavam por direito inerente a todo ser humano que era a o direito à liberdade.

Em sua participação, Francisco Raimundo de Sousa Santos apresentou dados sobre a economia angolana, fontes de produção, pecuária, agricultura e ainda descreveu o nível de vida do trabalhador rural. Já José Manuel Gonçalves explicou aos presentes detalhes sobre a luta de libertação em Angola, as reações populares e fez um retrospecto sobre o nacionalismo africano. "Portugal não é o culpado, mas sim o ditador fascista que é Oliveira Salazar que, levado por interesses estranhos, não quer reconhecer os direitos angolanos".<sup>339</sup>

---

<sup>337</sup> Relatório do Consulado de Portugal em São Paulo encaminhando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 22 de setembro de 1961. MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054

<sup>338</sup> Relatório do Consulado de Portugal em São Paulo encaminhando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 22 de setembro de 1961. MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.

<sup>339</sup> Declaração de José Manuel Gonçalves, de acordo com o Relatório do Consulado de Portugal em São Paulo encaminhando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 22 de setembro de 1961. MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.

Os discursos de Sousa Santos e de José Manuel Gonçalves tinham como objetivo responsabilizar a figura do ditador Oliveira Salazar pela exploração do povo africano. Os movimentos nacionalistas reforçavam a ideia que o povo português era tão vítima de Salazar quanto os africanos. A estratégia visava ganhar não só a simpatia dos portugueses, como também dos brasileiros que admiravam Portugal e tinham afeição pelo seu povo. No encerramento da conferência na Faculdade de Direito da USP, o engenheiro Myre Dores conclamou o povo brasileiro a dar seu apoio à "causa de um povo que luta pela defesa de sua pátria".<sup>340</sup>

- **Ações performáticas para chamar a atenção da opinião pública**

Os grupos do movimento brasileiro em apoio às independências africanas, composto por ativistas ligados ao *Portugal Democrático* e por integrantes do grupo do Rio de Janeiro, adotaram ações mais performáticas para atrair a atenção da sociedade brasileira para a luta africana. José Lima de Azevedo realizou uma intensa atividade de mobilização, principalmente, em sindicatos. Embora radicado no Rio de Janeiro, o angolano circulou por outras cidades buscando apoios para o MPLA.

Além de distribuir manifestos, Lima de Azevedo planejou boicotes a produtos portugueses enviados ao Brasil. Após o golpe civil militar de 1964, Lima de Azevedo foi preso juntamente com outros nacionalistas africanos. O jornal *O GLOBO* transcreveu, em sua edição do dia 24 de setembro, documentos apreendidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RJ) na residência do angolano que seriam remetidos aos dirigentes do MPLA. Nos relatórios, Lima de Azevedo descrevia algumas atividades realizadas no Brasil como representante do MPLA.

De acordo com *O GLOBO*, em um relatório de 20 de setembro de 1962, que seria enviado a Graça da Silva Tavares, 1º secretário do MPLA, que estava à época em Leopoldville<sup>341</sup>, Lima de Azevedo afirma que organizou, com a ajuda de portuários brasileiros, o boicote do desembarque no Porto de Santos de feijão angolano que o governo português pretendia vender no Brasil. A matéria não revela a data do episódio. No documento, segundo o periódico, o angolano revelava seu próximo passo. "O plano é estender o boicote a todos os portos brasileiros. É audacioso, mas merece ser tentado. O que interessa é estabelecer o pânico".<sup>342</sup>

---

<sup>340</sup> Relatório do Consulado de Portugal em São Paulo encaminhando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 22 de setembro de 1961. MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.

<sup>341</sup> A mudança da direção do MPLA de Guiné-Conakry para Leopoldville, capital do Congo, ocorreu em 1961. Ao escolher um país independente que fizesse fronteira com a Angola, o MPLA tentava organizar sua resistência ao colonialismo português e conquistar mais militantes. No local, foi instalado o Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), que funcionaria como o principal elemento de apresentação do MPLA. Em 1963, por divergências com a UPA, o movimento se vê obrigado a abandonar o país e a se organizar no Congo-Brazzaville. BITTENCOURT, Marcelo. *"Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2002, p. 111-124.

<sup>342</sup> "Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil". *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

Ainda segundo a reportagem do *O GLOBO*, na mesma correspondência, Lima de Azevedo revelou ainda que, em São Paulo, tentou, sem sucesso, a partir do contato com o sindicato dos empregados bancários, boicotar a transferência de fundos da colônia portuguesa para Portugal. “Este sindicato, por não ser federal, apresenta dificuldades técnicas, além de que o boicote a ser conseguido só no Rio pode ser tratado”.<sup>343</sup>

Em outro relatório também divulgado pelo *O GLOBO*, com data de 4 de abril de 1962, e destinado ao presidente do MPLA, Agostinho Neto, também em Leopoldville, Lima de Azevedo listou os contatos realizados no Brasil em menos de um mês de atividade no país (ele chegou no dia 8 de março). O jornal *O GLOBO* reproduziu a lista a seguir:

Oswaldo Pacheco da Silva, ex-deputado pelo Partido Comunista, presidente da Federação Nacional dos Estivadores e dirigentes do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores); Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e dirigente do CGT; Paulo Shilling, elemento de confiança do ex-deputado Leonel Brizola na organização dos "Grupos dos 11" e na chefia dos movimentos de invasões de terras no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Baixada Fluminense; Marcos Jamovich, conhecido agitador comunista internacional, que atuava nos meios estudantis; Temístocles Alves Cardoso, presidente da União dos Portuários do Brasil; universitário Luís Antônio Alves Soares, militante e comunista; José Manuel Gonçalves Rosa, conhecido como "Zé Angolano", foragido português; António Louro, ativista do Partido Comunista Português, que entrou no Brasil com a ajuda de Marcos Jamovich, depois de vários contatos que realizaram em Paris; José Maria Nunes Pereira, universitário filiado ao PC e que, apesar de ser brasileiro, natural do Maranhão, é casado com uma angolana e é o elemento encarregado dos contatos do MPLA com a imprensa; padre Alípio de Freitas, conhecido agitador, várias vezes, processado pela Justiça Militar; e João Rocha de Jesus, comunista da linha chinesa, responsável pela coordenação do movimento no norte do País, residente na rua Siqueira Campos, 354, em São Luís do Maranhão, ora foragido.<sup>344</sup>

*O GLOBO* afirmou que o angolano informou no mesmo documento que "todos os elementos contatados estavam dispostos a contribuir para a libertação de Angola, apesar da influência que os milionários portugueses exercem sobre os homens e o destino do Brasil".<sup>345</sup> A listagem de Lima de Azevedo dá dimensão da pluralidade de contatos que o MPLA estabeleceu no Brasil no meio político, sindical e universitário. A partir do detalhamento das informações, também concluímos que a cúpula do MPLA tinha conhecimento dos desdobramentos das ações de seus representantes no Brasil.

Uma série de protestos organizados pelo grupo de ativistas de São Paulo ligado ao jornal *Portugal Democrático*, entre outubro e novembro de 1961, teve grande repercussão na imprensa. O principal deles e que teve mais desdobramentos foi realizado contra a excursão pelo Brasil da “Seleção de Angola” de hóquei sobre patins. O evento fazia parte do “Festival Portugal, cantando chora os seus mortos em Angola”, promovido pelo Centro Português de Turismo e pela Associação

<sup>343</sup> “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

<sup>344</sup> “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

<sup>345</sup> “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

Portuguesa de Desportos de São Paulo, sob o pretexto de arrecadar fundos para as “vítimas da guerra colonial em Angola”.

Em matérias publicadas no *O Estado de S.Paulo* e no *Portugal Democrático*, o MABLA denunciou a “farsa montada pelas autoridades salazaristas” para confundir a população brasileira e “dar ao mundo a impressão falsíssima de que o povo brasileiro apoia a política colonialista lusa”. Também foi amplamente divulgado na imprensa que na “Seleção de Angola” só jogavam europeus, nenhum deles originário de Angola.<sup>346</sup>

Segundo os ativistas do MABLA ligados à oposição portuguesa, outra artimanha salazarista era difundir a ideia de que os donativos e recursos arrecadados durante o festival, que seria realizado no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, seriam distribuídos entre a população angolana vítima da guerra. “A ditadura salazarista está recebendo no Brasil milhões de cruzeiros que servirão para a compra de armas, isto é, para derramar mais sangue em Angola”.<sup>347</sup>

Na edição do *O Estado de S.Paulo* do dia 1º de novembro de 1961, foi publicado comunicado do MABLA pedindo a personalidades paulistas que integravam a Comissão de Honra do Festival que entregassem seus cargos. O texto foi assinado por Paulo Duarte, diretor da revista *Anhembí*<sup>348</sup>; Sergio Milliet, escritor e também colaborador da publicação; e Lourival Gomes Machado, jornalista e professor da USP. Em sua argumentação, os autores denunciavam que os recursos arrecadados durante o evento não seriam destinados às verdadeiras vítimas da guerra em Angola.

As vítimas da guerra de Angola a que se refere o citado anúncio (do evento) não são as famílias dos 100.000 angolanos abatidos como animais pelo Exército Colonial Português, nem sequer os 150.000 refugiados que, segundo informações insuspeitas da imprensa internacional, vivem neste momento horas dramáticas em campos especiais, no Congo.<sup>349</sup>

O movimento brasileiro em apoio às independências africanas aproveitou-se do momento político interno brasileiro, em que o governo de João Goulart (1961-1964) também sinalizava querer rever o apoio a Portugal, para conseguir barrar o festival português. Os ativistas do MABLA defendiam que a imagem do Brasil sofreria um desgaste internacional, principalmente entre as nações africanas, caso o evento fosse mantido.

O prestígio do Brasil em África será, sem dúvida, gravemente afetado pela hábil e competente campanha em que o salazarismo nos está envolvendo, sendo de prever que sejamos mesmo acusados na ONU pelas jovens Repúblicas da África, de apoiar e financiar, a política de

---

<sup>346</sup> “Entregue ao Governo manifesto contra a ‘seleção de Angola’”. *O Estado de S.Paulo*, 27 de outubro de 1961, p. 13.

<sup>347</sup> “Entregue ao Governo manifesto contra a ‘seleção de Angola’”. *O Estado de S.Paulo*, 27 de outubro de 1961, p. 13.

<sup>348</sup> A revista *Anhembí* foi criada em 1950 e dirigida, desde o início, por seu principal mentor, Paulo Duarte (1899-1984), jurista, arqueólogo, jornalista e escritor paulista, ligado a Júlio de Mesquita Filho e ao grupo do jornal *O Estado de S.Paulo*. Tendo circulado até 1962, a revista é parte do projeto intelectual e pessoal de seu editor, propondo-se a elevar o nível cultural das elites locais. Era uma publicação mensal que tratava de assuntos os mais variados, das ciências às artes, e contava com a colaboração de diversos professores da USP, estrangeiros e brasileiros.

<sup>349</sup> “Comunicado do MABLA”. *O Estado de S.Paulo*, 1º de novembro de 1961, p. 26.

genocídio de Lisboa já condenada pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral daquela organização.<sup>350</sup>

O MABLA articulou ainda que políticos, professores, jornalistas e escritores se posicionassem contra a festa colonialista. Em editorial da edição do dia 29 de outubro, *O Estado de S.Paulo* reforçou as críticas dos ativistas anticolonialistas com argumentos bem semelhantes aos usados no jornal *Portugal Democrático*.

O simples fato de estar prevista a vinda ao Brasil de um avião da Força Aérea Portuguesa para transportar para Lisboa os fundos recolhidos na festa, bem como os donativos da colônia lusa, é revelador das intenções publicitárias da iniciativa para cuja realização foi escolhida precisamente a noite que precederá da próxima farsa eleitoral montada em Portugal pelo sr. Salazar.<sup>351</sup>

Mas o grupo pró-independências africanas não se limitou a protestar pelos jornais. Em um dos jogos da “Seleção de Angola”, no dia 24 de outubro, ativistas do MABLA e da oposição portuguesa levaram ao Ginásio Ibirapuera uma grande bandeira do MPLA, feita às pressas, e volantes com os dizeres: “Abaixo o colonialismo”, “Independência para Angola” e “Abaixo a Ditadura de Salazar”. Uma situação imprevista perturbou o esquema esboçado para o protesto: a presença de mais de 20 agentes do DOPS e da Guarda Civil de São Paulo. Miguel Urbano Rodrigues, que participou do protesto, relembra o episódio.

Um dos inspetores (DOPS), conhecido pela alcunha de Careca, sentou-se na fila abaixo da minha e fitava-me provocador, como que a dizer: “agora não podes fazer nada!” Verificando que a Dora (Meari) e o Paulo Matoso hesitavam, ergui-me e bradei: “Liberdade para Angola, independência para Angola!” A bandeira foi desfraldada e o Ginásio transformou-se instantaneamente num campo de batalha.<sup>352</sup>

Sylvio Band, também presente no ato, lembra que a deputada Conceição da Costa Neves, defensora ferrenha de Portugal, estava no ginásio e tentou agredir Dora Miari e Virgínia Maestri, ativistas do MABLA. “Foi um carnaval. Chamamos atenção. Como eles quiseram partir para a repressão, então o caso ganhou repercussão nos jornais”.<sup>353</sup>

---

<sup>350</sup> “Comunicado do MABLA”. *O Estado de S.Paulo*, 1º de novembro de 1961, p. 26.

<sup>351</sup> “Um estranho festival”. *O Estado de S.Paulo*. 29 de outubro de 1961, p. 03.

<sup>352</sup> RODRIGUES, 2004, p. 25 e 26.

<sup>353</sup> Entrevista com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.



**FIGURA 1:** Foto publicada na capa do *Portugal Democrático* da manifestação no Ibirapuera no momento em que os militantes do MABLA desfraldaram a bandeira de Angola. Imagem sem crédito. A oposição e a independência das colônias. *Portugal Democrático*. Ano V, Nº 54, São Paulo, novembro de 1961, Capa.



**FIGURA 2:** Foto seqüência que mostra a confusão no ginásio Ibirapuera. Militantes do MABLA são quase agredidos por defensores de Portugal. Virgínia Maestri (de blusa escura à direita), do MABLA, é quase presa

por um policial. Imagem sem crédito. *Portugal Democrático*. Ano V, Nº 54, São Paulo, novembro de 1961, Capa.

Miguel Urbano Rodrigues relata que, após o tumulto, o delegado-chefe da operação policial, Alcides Cintra Bueno, liberou todos os jornalistas. O único detido na ocasião para prestar depoimento na polícia foi o angolano Paulo Matoso. Acompanhados do deputado socialista Cid Franco<sup>354</sup>, os ativistas foram à sede do DOPS em busca de Matoso. Rodrigues conta a cena que presenciaram, antes de Matoso ser liberado:

Passava da meia-noite. Fomos recebidos cortesmente. Numa sala, o Paulo estava a ser interrogado por um agente. A cena que presenciámos merece o qualificativo de inesquecível. Sentado frente a uma máquina de escrever, o esbirro repetia, incansável, a mesma pergunta:  
 - Nacionalidade?  
 O Paulo, calmo, com a sua voz nasalada, respondia:  
 - Angolano.  
 O energúmeno empunhava então uma pesada régua e dava-lhe pancadas na cabeça enquanto comentava:  
 - Essa nacionalidade não existe. Diga português, seu negro filho da puta!<sup>355</sup>

A violência do agente do DOPS contra o angolano Paulo Matoso expunha não só como a polícia brasileira estava sintonizada com o fascismo e o colonialismo de Salazar, mas, também - talvez até mesmo principalmente - o racismo brasileiro.

À época, a imprensa antissalazarista já havia publicado muitas matérias relatando indícios de que agentes da PIDE atuavam no Brasil.<sup>356</sup> Assim como fazia o sistema colonial, os policiais brasileiros negavam o reconhecimento do direito do povo angolano a ter uma nacionalidade e à autodeterminação.

O ato político no Ginásio Ibirapuera deu visibilidade ao grupo do movimento brasileiro em apoio às independências africanas ligado ao *Portugal Democrático*. Na edição de novembro de 1961, o periódico trouxe na capa fotos do protesto no Ginásio Ibirapuera e um editorial intitulado “Fascismo sobre patins”.

A lição que tiramos desses acontecimentos é esta: É preciso prosseguir, sejam quais forem as provocações e partam elas de onde partirem, cada vez mais intransigentemente e sempre dentro daquela inabalável serenidade que é apanágio de quem defende a causa justa na campanha para o desmascaramento do regime de Salazar, do qual o colonialismo é um dos aspectos. Campanha que só terminará no dia em que, derrubada a ditadura fascista, for restabelecida a Democracia em Portugal.<sup>357</sup>

---

<sup>354</sup> Cid Franco apoiou a campanha realizada pelo MABLA contra a realização do Festival. O parlamentar leu o manifesto do MABLA com críticas ao evento no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 01/11/1961, p. 07.

<sup>355</sup> RODRIGUES, 2004, p. 26.

<sup>356</sup> Um informante da PIDE infiltrado no grupo anticolonial que atuava no Rio de Janeiro redigia relatórios frequentes sobre a atividade dos ativistas.

<sup>357</sup> “Fascismo sobre patins”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 54, São Paulo, novembro de 1961, p. 02.

A ação no Ibirapuera também chamou a atenção do governo português para o grupo de ativistas anticoloniais ligado ao *Portugal Democrático*. Em 1962, em resposta a um ofício do Ministério do Ultramar, com data do dia 5 de fevereiro, a direção da PIDE enumerou as ações do MABLA, com sede em São Paulo, e criado “por elementos comunistas e pró-comunistas com vista a fomentar na opinião pública um clima desfavorável à política ultramarina”.

É ao MABLA que tem sido atribuída a responsabilidade pelas tentativas de distúrbio que, por vezes, se tem verificado em manifestações realizadas no Brasil contra as actuais Instituições Portuguesas, como as verificadas por ocasião da estadia naquele país da selecção de hoquey (*sic*) em patins de Angola. Encontra-se ainda ligada aos chamados emigrados políticos portugueses que vivem naquele país, encabeçados por Humberto Delgado, Henrique Galvão e João Sarmento Pimentel. Tem promovido reuniões e campanhas de imprensa contra Portugal e a favor dos países que na ONU têm atacado Portugal.<sup>358</sup>

A vinculação do MABLA aos principais opositores do regime de Salazar conferia importância ao movimento, contudo, sabemos que Henrique Galvão não compartilhava da mesma posição anticolonialista. Já Humberto Delgado e João Sarmento Pimentel colaboravam com os ativistas ligados ao *Portugal Democrático*, mas não integravam o núcleo do coletivo.

Após o protesto no jogo de hóquei, o MABLA se envolveria em outras ações ousadas. Sylvio Band relata outro episódio, em agosto de 1961, em que ele e os colegas Ricardo Zaratini e Wander Miranda de Carvalho foram a um programa de televisão, gravado no Teatro de Cultura Artística, em que o tema era o “regime salazarista e as províncias ultramarinas” e um dos convidados a falar era o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, ferrenho opositor da política externa de Jânio Quadros e simpatizante de Portugal.

Segundo Sylvio Band, a intenção dele e dos companheiros era tumultuar a participação de Carlos Lacerda no programa. Ele relata que os três chegaram a planejar capturar urubus que seriam soltos durante a fala do jornalista. Mas sem conseguir o “elemento surpresa”, eles pressionaram a produção do programa para que lhes autorizassem a fazer uma intervenção no debate logo após o discurso de Lacerda. Sem terem tido a solicitação atendidas, os ativistas tentaram invadir o palco.

O Zaratini pulou, eu pulei um pouco depois dele. Ele recebeu um pontapé de um segurança e caiu no chão. Eu cheguei a subir, mas quando vi os seguranças, eu pequei e me mandei pela coxia. O (Carlos) Lacerda rindo e dizendo: “Olha, estão querendo fazer arruaça. Os grandes democratas, os comunistas, os socialistas, os janistas, esse é o grupo que está querendo tomar o Brasil. Foi tudo gravado”.<sup>359</sup>

A descrição do episódio evidencia que muitas ações realizadas pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas não tinham um planejamento estratégico. O perfil estudantil de

---

<sup>358</sup> PIDE para Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. 09/02/1962. Ministério dos Negócios Estrangeiros. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0022/UI07536

<sup>359</sup> Entrevista com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015

muitos dos colaboradores do MABLA imprimia a essas atividades de militância um aspecto mais voluntarista e menos organizado coletivamente.

- **Debate público sobre o colonialismo**

As atividades de divulgação realizadas pelo MABLA e os atos performáticos de provocação realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro pelos grupos anticoloniais ganharam repercussão midiática e geravam a intensificação do debate público sobre a posição do Brasil diante do colonialismo português. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, a deputada Conceição da Costa Neves (PSD) e o deputado Cid Franco (PSB), defensores de lados opostos, eram os protagonistas de discussões acaloradas. Conceição era considerada uma amiga do governo de Oliveira Salazar. Já Cid Franco um apoiador da luta antissalazarista e anticolonialista.

As “acusações” de que os ativistas pró-independências africanas que atuavam no Brasil eram financiados e estavam a serviço da URSS eram recorrentes nos discursos de Conceição da Costa Neves. Em maio de 1961, a deputada acusou os angolanos Paulo Matoso e Francisco Raimundo de Sousa Santos de estarem sendo “explorados por agitadores profissionais comunistas” em São Paulo.

Os agitadores profissionais que vão para a Praça da Sé pregar a mazorca têm levado dois garotos pretinhos e os apresentam como representantes dos estudantes de Angola. (...) Informam que são eles refugiados da perseguição portuguesa em Angola. (...) Esses dois meninos não são refugiados. Esses dois meninos vieram para o Brasil como bolsistas, para fazer um curso de teologia num estabelecimento de ensino da religião metodista de São Paulo. Procederam tão mal que foram expulsos. (...) Depois desse incidente, o consulado vem repetidamente empregando os meninos que são postos fora das firmas para onde vão, por ineficientes, por negligentes e por serem incapazes. Eles têm percorrido firmas portuguesas fazendo aquilo que vulgarmente se chama de picaretagem. (...) Agora, os agitadores utilizam-se desses dois pretinhos que, talvez não tenham ideia ou noção justa do mal que estão causando a eles próprios e à nação portuguesa.<sup>360</sup>

O depoimento da deputada Conceição da Costa Neves expõe todo a carga de preconceito do pensamento colonial e de discriminação racial também presente na sociedade brasileira. Também reforça o argumento falacioso da ditadura salazarista de que os africanos não tinham ainda atingido o grau de amadurecimento político e intelectual para tomar para si o destino de seus territórios e de suas vidas.

O empenho com o qual desempenhava a defesa do Estado Novo rendeu à parlamentar algumas viagens a Lisboa, a convite do governo português. Uma das visitas, no início de 1961, durou três meses. Durante a permanência em terras lusas, Neves participou de um roteiro planejado e financiado pelos cofres fascistas. A excursão também ganhou ampla repercussão na imprensa salazarista.

---

<sup>360</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo. 18/05/1961, p. 16.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado Cid Franco (PSB) foi quem, muitas vezes, confrontou as acusações de Neves. Também se tornou na Casa o principal interlocutor do grupo do MABLA. Em maio de 1961, o parlamentar leu no plenário da Assembleia trechos do artigo de Miguel Urbano Rodrigues no *Estadão*, intitulado “O que Angola espera do Brasil”, publicado na edição do jornal de 30 de abril. Em sua publicação, Rodrigues defendia que o governo brasileiro assumisse a liderança da campanha mundial a favor da libertação da África Portuguesa.

Para os homens que estão morrendo em Angola a fim de criar um futuro às gerações vindouras (...), não basta que o Brasil tenha abandonado o colonialismo salazariano a sua sorte, voltando contra ele na ONU. O Brasil tem o dever de ir mais longe. Cabe-lhe assumir a liderança da campanha mundial desencadeada a favor da liberdade dos povos oprimidos pelo colonialismo português.<sup>361</sup>

Em seu discurso, Cid Franco apelava ao presidente Jânio Quadros que recebesse o jornalista português que, segundo o deputado, iria procurá-lo.<sup>362</sup> Poucos dias depois, o parlamentar leu em plenário um manifesto escrito por estudantes paulistas<sup>363</sup> que havia sido enviado ao presidente. No documento, os jovens denunciavam o recrudescimento da repressão de Portugal contra o povo angolano e cobravam do governo brasileiro uma tomada de posição a favor de Angola diante do agravamento da crise.

A situação é extremamente grave e não pode o Brasil furtar-se a assumir as responsabilidades que lhe cabem e corresponder cabalmente aos comovidos apelos das massas africanas oprimidas pelo colonialismo salazarista. Tais responsabilidades advêm-lhe não só dos laços étnico e linguísticos, como até do fato de não estar o povo de Portugal em condições de manifestar livremente o seu ponto de vista sobre o problema ultramarino.<sup>364</sup>

A luta de independência africana também ganhou apoio do movimento negro brasileiro. No processo de afirmação da identidade racial negra, usado como recurso de mobilização e de defesa de direitos no início do século XX, os livros de autores como Franz Fanon, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Amílcar Cabral tornaram-se referências.<sup>365</sup>

O veterano militante do movimento negro José Correia Leite, fundador da Associação Cultural do Negro (ACN), em 1954, em São Paulo, lembrou, em entrevista ao poeta e militante Luiz Silva, na década de 1980, de um protesto organizado pela ACN em 1958, contra a discriminação racial na África do Sul e nos Estados Unidos. Nesse evento, foi sugerida a criação de um comitê de solidariedade aos povos africanos.

<sup>361</sup> “O que Angola espera do Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 1961, p. 91.

<sup>362</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo. 06/05/1961, p. 10.

<sup>363</sup> Sylvio Band afirma que Cid Franco era seu amigo particular e muito próximo ao grupo do MABLA ligado ao jornal *Portugal Democrático*. Band recorda que foi ele mesmo quem entregou o manifesto ao parlamentar. Segundo Band, o documento foi redigido por ele, com contribuições do jornalista português Miguel Urbano Rodrigues e do angolano Paulo Matoso. Entrevista por email. 17/11/2016.

<sup>364</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo. 13/05/1961, p. 06.

<sup>365</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007b.

Segundo Correia Leite, o protesto acabou resultando na criação de contatos entre a ACN e o MPLA. “Creio que essa proposta deve ter chegado à África portuguesa, pois nós passamos a receber publicações do MPLA, não endereçadas à Associação, mas ao Comitê de Solidariedade aos Povos Africanos.”<sup>366</sup> Correia Leite explica o significado simbólico da “descoberta” da África para os negros brasileiros, no início dos anos de 1960.

(...) 1960 foi considerado o ano africano. Foi quando ocorreu o maior número de independências dos países da África Negra. Toda a atenção estava voltada para esses acontecimentos. Inclusive na África portuguesa estava começando o movimento de libertação de Angola e Guiné Bissau. (...) Aquela movimentação deixou os negros daqui entusiasmados. A África era bem desconhecida. Parecia que estava sendo descoberta naquele momento.<sup>367</sup>

Os atos realizados pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas se intensificaram ao longo de 1962 e 1963. A rede de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos ganhou cada vez mais adeptos. A mensagem de apoio à África repercutiu, principalmente, nos movimentos sociais e partidos de esquerda e sensibilizou parte da imprensa brasileira. Essa campanha serviu como estímulo para reforçar a pressão sobre o governo brasileiro.

## 2.4 Pressão sobre o governo brasileiro

No jogo de convencimento direcionado ao governo brasileiro, os grupos anticoloniais mesclaram o discurso de que o Brasil tinha responsabilidades com a África, por conta de suas raízes históricas e culturais, com o argumento de que a aproximação com o continente oferecia vantagens políticas e econômicas. A partir da imprensa, os ativistas angolanos cobraram do Estado brasileiro uma posição sem vacilos contra o colonialismo português.

A edição de junho de 1961 do *Portugal Democrático* trouxe uma saraivada de manifestos pressionando o presidente Jânio Quadros a romper definitivamente com Portugal. Como vimos anteriormente, o governo janista já vinha dando sinais de fraqueza em conseguir levar adiante a sua promessa de rever o posicionamento com relação ao colonialismo.

Em carta endereçada ao presidente Jânio Quadros, em maio de 1961, estudantes universitários paulistas ligados ao MABLA afirmaram que as ações até então implementadas direcionadas à África eram insuficientes, visto que o governo não tinha tido até então o discernimento de rever de fato seu posicionamento em relação ao colonialismo português.

V. Exa. tem nomeado alguns embaixadores para o Continente Negro e na Serra Leoa vai estabelecer a sede uma missão itinerante. Todos esses esforços se perderão se o Brasil

---

<sup>366</sup> LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva (Org.). *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 175.

<sup>367</sup> LEITE; CUTI (Org.), 1992, p. 177.

continuar agindo como até aqui, de maneira hesitosa (*sic*) e sinuosa em face dos problemas suscitados pela guerra de Angola.<sup>368</sup>

Segundo os estudantes, o Brasil não poderia fugir da responsabilidade de se posicionar veementemente a favor das massas africanas oprimidas pelo colonialismo salazarista. Na carta, os signatários exploravam retoricamente o interesse político e econômico do Brasil com relação à África para tentar convencer o governo a apoiar as independências africanas.

Acresce, e V. Exa. não o ignora, que a independência das nações africanas de língua portuguesa abrirá ao Brasil, se ele souber, entretanto, conquistar a amizade e a gratidão desses povos, a possibilidade de se projetar em África e ali desempenhar um imenso papel, com as mais benéficas repercussões para o seu prestígio no mundo.<sup>369</sup>

Na mesma edição do *Portugal Democrático*, outros dois manifestos exigiam que o Estado brasileiro assumisse uma postura firme contra o governo fascista de Salazar. Um dos documentos, endereçado à Presidência, dirigentes de entidades culturais, políticas e reivindicatórias, representantes de organizações operárias e estudantis exigiam que o Brasil condenasse claramente e “sem subterfúgios” nos organismos internacionais de que participa a política colonialista de Portugal. Também pressionavam para que Jânio Quadros intercedesse pessoalmente junto ao governo português solicitando a libertação de Angola.<sup>370</sup>

No segundo manifesto, influenciados pelo discurso muito em voga na época de uma vocação *natural* do Brasil para a África, intelectuais, artistas e professores universitários pediam a Jânio Quadros que assumisse a liderança do movimento mundial em favor da independência de Angola.

É a nossa pátria que cabe esta missão histórica, que está destinada a desempenhar este papel, por uma imediata e indelével tomada de posição, que poderá iniciar-se pela denúncia do inconcebível Tratado de Amizade e Consulta, que tanto desserve os interesses do Brasil.<sup>371</sup>

Na edição de julho de 1961, o MABLA continuou apontando para o governo do presidente Jânio Quadros todo o seu arsenal de críticas. Em nota, os ativistas manifestaram apoio à aprovação da Resolução nº 163 de 9 de junho de 1961 (S/4835) pelo Conselho de Segurança da ONU. A medida condenava Portugal pela situação de agravamento do conflito armado em Angola e criava uma subcomissão para averiguar a violência contra a população.

O MABLA, de acordo com seus objetivos, exige do espírito democrático de Sua Excelência, sr. Presidente da República, a integral solidariedade às referidas medidas, através de seus representantes naquela organização, uma vez que elas correspondem ao sentimento unânime do povo brasileiro.<sup>372</sup>

<sup>368</sup> “A opinião pública brasileira e o problema de Angola”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

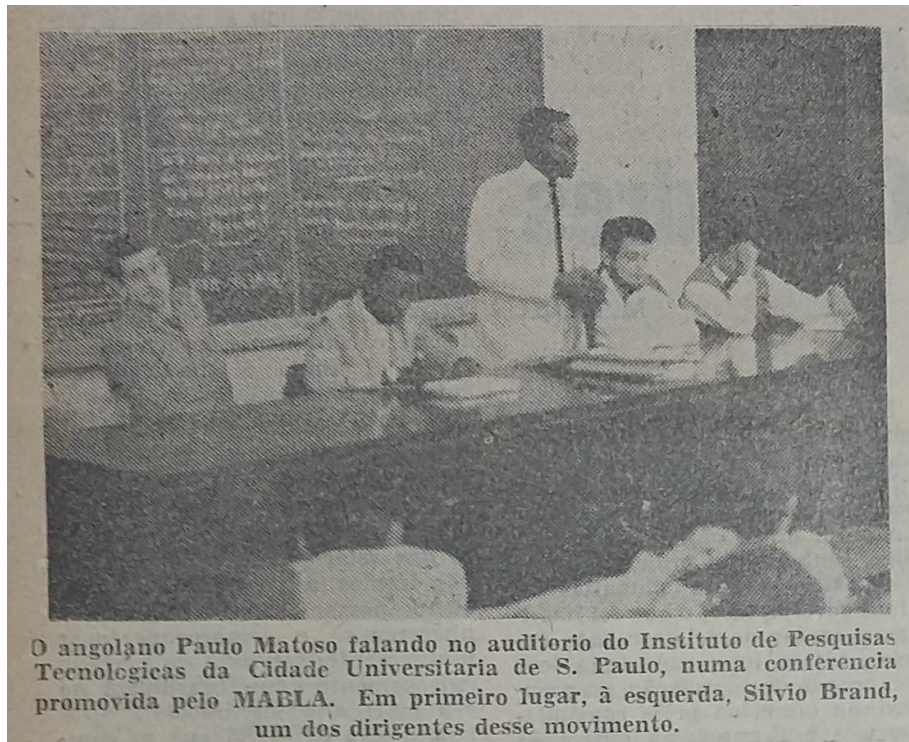
<sup>369</sup> “A opinião pública brasileira e o problema de Angola”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

<sup>370</sup> “Ato público pela independência de Angola”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

<sup>371</sup> “Apelo dos intelectuais”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

<sup>372</sup> “Pronunciamento do MABLA”. *Portugal Democrático*, Ano V, julho de 1961, p. 03.

Também era interesse do MABLA fazer o governo acreditar que a campanha brasileira em favor das independências africanas estava ganhando cada vez mais colaboradores e se espalhando por outros estados do país. De acordo com a matéria “MABLA - um movimento vitorioso”, além das inúmeras reuniões em centros acadêmicos e em praça pública, o movimento já havia realizado atividades no Centro Acadêmico Hugo Simas da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.<sup>373</sup>



**FIGURA 3:** Foto da conferência realizada pelo MABLA no auditório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da cidade universitária da USP. Sylvio Band é o primeiro à esquerda. No centro, em pé, o angolano Paulo Matoso. Os demais integrantes da mesa não são identificados pelo jornal. *Portugal Democrático*. A foto ilustra o comunicado do MABLA dirigido ao presidente Jânio Quadros, de maio de 1961, em que o movimento pede que o governo apoie a luta de libertação nacional em Angola. Foto sem crédito. *Portugal Democrático*. Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas (Unicamp).

Como reflexo do trabalho de divulgação e de construção de uma rede de solidariedade aos angolanos desenvolvido pelo MABLA, na mesma matéria, o jornal publicou um manifesto enviado ao presidente assinado por dirigentes e militantes sindicais de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Brasília e de outras cidades. Os signatários pediram a atenção do chefe do Executivo para o drama que vivia o povo angolano, notadamente os seus trabalhadores.

Fatos que, clandestinamente, foram levados ao conhecimento da Conferência Africana da Organização Internacional do Tratado (...) e de outras organizações internacionais (...) vieram demonstrar à opinião pública mundial as condições miseráveis de existência do povo angolano: falta dos comezinhos princípios de respeito à dignidade humana, toda a uma série

<sup>373</sup> “MABLA um movimento vitorioso”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 50, julho de 1961, p. 08.

odiosa de discriminação entre a população nativa e os opressores lusos, falta de liberdade sindical, salários baixíssimos e a existência, ainda em nossos dias, do trabalho forçado oficial. Tais condições humilhantes de existência (...) levaram sem dúvida o bravo povo de Angola a lutar contra os seus dominadores.<sup>374</sup>

A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, não interrompeu a estratégia dos ativistas pró-independência africana de continuar pressionando o governo brasileiro. Pouco tempo depois da posse do novo governo, o MABLA enviou telegramas para o presidente João Goulart; para o primeiro-ministro Tancredo Neves; e para o ministro das Relações Exteriores San Thiago Dantas. Nas correspondências, logo após as oficialidades de parabenizar pelas respectivas posses, o MABLA já adotou o discurso a favor das independências africanas, reforçando a expectativa de que o novo governo fizesse o que o anterior não conseguira: rompesse definitivamente com Portugal.

No telegrama a João Goulart, o novo presidente foi chamado de estadista que “sempre manifestou sua repulsa ao colonialismo”. Ao primeiro-ministro Tancredo Neves, o MABLA “manifestou sua esperança de que a posição do Brasil em relação ao angustioso problema de Angola seja diferente da que vínhamos adotando, de modo a que passe a refletir o sentimento nacional”.<sup>375</sup>

Ao novo chanceler, San Thiago Dantas, o MABLA afirmou estar certo de que “a lamentável política de apoio a Salazar, adotada pelo governo anterior, será “substituída por outra mais realista e humana, que leve em conta a solidariedade do povo brasileiro ao povo irmão de Angola”.<sup>376</sup> Os telegramas foram assinados por Luís Roberto Sallinas, Paulo dos Santos Matoso Neto, Francisco Sousa e Santos, José Manoel Gonçalves e Dora Miari. Os telegramas mereceram resposta de João Goulart em agradecimento, texto que foi publicado no jornal *Portugal Democrático*.<sup>377</sup>

Durante as comemorações do 2º Aniversário da Revolução Angolana, em 1962, em São Paulo, o angolano Fernando da Costa Andrade defendeu a necessidade de cooperação brasileira na luta angolana. “O Brasil precisa descobrir Angola, se não sentimentalmente, pelo menos economicamente”, acentuando que “uma tomada de posição contra Angola significa tomada de posição contra toda a África”.<sup>378</sup> Em seu discurso, o poeta angolano enfatizava o argumento de que o Brasil perderia a oportunidade de se aproximar dos países africanos caso não se decidisse a favor das independências das colônias.

---

<sup>374</sup> “MABLA um movimento vitorioso”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 50, julho de 1961, p. 08.

<sup>375</sup> “Jango agradece ao MABLA”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 07.

<sup>376</sup> “MABLA saúda Goulart, Tancredo e San Thiago”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 08.

<sup>377</sup> “Jango agradece ao MABLA”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 07.

<sup>378</sup> A transcrição do discurso de Fernando da Costa Andrade consta de um ofício enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para a PIDE. Ofício. 28 de fevereiro de 1963. MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.

Além da atividade de esclarecimento da população brasileira sobre a realidade da luta de libertação nacional, os grupos anticoloniais brasileiros também se empenharam em abrir o diálogo com instâncias governamentais. Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira foram os ativistas pró-independência africana que tiveram maior proximidade com o Itamaraty. A vivência de militância política e a trajetória acadêmica na institucionalização dos estudos africanos no Brasil<sup>379</sup> proporcionaram a ambos uma legitimidade para estabelecer contatos com diplomatas brasileiros favoráveis a uma política externa brasileira com ações voltadas para a África.

O Itamaraty via que até determinada altura, o Brasil não aparecia em nenhum manual de relações internacionais<sup>380</sup>. Então, temos que fazer alguma coisa: uma atuação brasileira, mas virada para o Terceiro Mundo. Tínhamos que ir para um campo novo.<sup>381</sup>

A percepção dos interesses da política externa brasileira permitiu que Fernando Mourão buscasse nas instâncias governamentais o apoio às independências africanas. “Quem foi um dos maiores caudilhos do apoio à independência em África? Afonso Arinos, que foi primeiro deputado, depois senador da UDN. E passamos a ter o apoio de grupos expressivos da UDN e até da própria direita brasileira”.<sup>382</sup>

José Maria Nunes Pereira também iniciou diálogos com o governo a partir de sua rede de contatos no meio intelectual, principalmente, por sua relação com Cândido Mendes, então chefe da Assessoria Técnica Internacional de Jânio Quadros e idealizador do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), criado em 1961. A participação de Pereira na recepção dos primeiros estudantes africanos que chegaram ao Brasil como bolsistas, citada anteriormente, inaugura a sua fase de contatos com o IBEAA e com o Itamaraty.

Além do trabalho político e intelectual realizado por Mourão e Pereira junto ao MRE, integrantes dos grupos anticoloniais brasileiros também buscaram, a partir de contatos com instâncias governamentais, conseguir suporte financeiro e outros produtos, como medicamentos e material de higiene, para repassar ao MPLA e à população angolana.

Em suas memórias, o angolano Fernando da Costa Andrade relata que, em março de 1964, encaminhou uma carta à primeira-dama, Tereza Goulart, presidente da Liga Brasileira de Assistência, solicitando material sanitário, bolsas de estudo e "outros meios necessários ao desenvolvimento da nossa luta de libertação". Também requisitou meio de transporte para que as doações chegassem a

---

<sup>379</sup> Fernando Mourão foi um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, cujo primeiro esboço nasceu em 1962. José Maria Nunes Pereira e Cândido Mendes formatariam, em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes. O CEAA foi uma espécie de herdeiro do IBEAA. A criação dos centros especializados em estudos africanos será mais detalhada no Capítulo III desta dissertação.

<sup>380</sup> A aproximação política e acadêmica de Fernando Mourão da África fez dele um dos pioneiros na formatação da disciplina de Relações Internacionais no Brasil.

<sup>381</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>382</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

Ponta-Negra, na República do Congo.<sup>383</sup> Um navio teria sido arranjado para levar os alimentos e os medicamentos para o MPLA, mas o golpe civil-militar de 1964 no Brasil interrompeu o envio da ajuda.

O jornal *Portugal Democrático* também foi um meio usado pelos militantes anticoloniais para pedirem donativos para refugiados da guerra em Angola. Em edição de janeiro de 1962, o periódico publicou um comunicado do MABLA, em nome do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR)<sup>384</sup>, criado em 1961, em Leopoldville. No texto, a entidade apelava para a solidariedade brasileira para enviar medicamentos e outras doações ao povo angolano vítima do poder opressor de Portugal e pelo apoio do Brasil à luta de libertação nacional.

A voz da inteligência democrata brasileira erguer-se-á - estamos certos - para desmistificar as consciências testemunhando da justeza de nossa luta, e colocar ativamente o povo brasileiro do lado dos nacionalistas angolanos. (...) Povo brasileiro! Democratas brasileiros. O CVAAR conta com a vossa solidariedade ativa.<sup>385</sup>

O CVAAR orientava no comunicado que as doações deveriam ser entregues na sede da revista *Anhemi*, na rua Marconi, nº 53, São Paulo, dirigida por Paulo Duarte. No Brasil, o CVAAR serviu de inspiração para a criação do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA).<sup>386</sup> Em entrevista a Francisco dos Santos, Fernando Mourão revelou que o CBARA atraía alguns colaboradores que tinham reservas em apoiar o MABLA por considerar o movimento muito à esquerda e radical e/ou por discordarem do intento dos grupos anticoloniais de pressionar o Estado brasileiro a romper com Portugal.<sup>387</sup>

O CBARA tinha como presidente Paulo Duarte, secretário Noêmio Weniger, e tesoureiro Luiz Carlos Mesquita. Na comissão de honra do Comitê, constam nomes importantes da elite intelectual de São Paulo. Entre os professores estão Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Lourival Gomes Machado, Samuel Pessoa, Anibal Silveira, Ruy Andrada Coelho, Antonio Cândido de Mello e Souza, Luiz Henrique Jacy Monteiro, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Mário Schemberg, Octávio Ianni, Oliveiros S. Ferreira, Eladio Antunha, Luiz Lisanti Filho, Duglas Teixeira Monteiro, Álvaro Marchi, Luiz Hildebrando e Horta Barbosa. Os jornalistas Júlio de

<sup>383</sup> COSTA ANDRADE, 2002, p. 170.

<sup>384</sup> Em seu estatuto, o CVAAR era definido como uma “organização filantrópica e apolítica, fundada por africanos originários de Angola”. No entanto, atuou como principal articulador do MPLA em Leopoldville, antes de o movimento poder agir legalmente. Documento entregue ao historiador José Francisco dos Santos por Fernando Mourão e, gentilmente, cedido à autora deste trabalho.

<sup>385</sup> Apelo em favor dos refugiados de Angola. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 56, São Paulo, janeiro de 1962, p. 04.

<sup>386</sup> Documento cedido ao historiador José Francisco dos Santos por Fernando Mourão revela que o CBARA tinha a sua sede na rua Apa, 190, São Paulo. SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”*: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. São Paulo: PUC, 2010, p. 91. Matéria do jornal *Portugal Democrático*, de outubro de 1962, noticiou a criação “recentemente” do CBARA como braço do CVVAR no Brasil. Solidariedade do Brasil a refugiados angolanos. *Portugal Democrático*, Ano VII, Nº 65, outubro de 1962, p. 07.

<sup>387</sup> Entrevista de Fernando Mourão a José Francisco dos Santos. 01/03/2010. Caucaia do Alto. SANTOS, 2010, p. 90.

Mesquita Neto, Ruy Mesquita, Cláudio Abramo e Paulo Hecker Filho, os médicos Luiz de Aguiar Magano e Isaías Melshon e o almirante Alfredo de Moraes Filho também integram a Comissão.<sup>388</sup>

A campanha de arrecadação de doações para o MPLA excedeu as expectativas dos ativistas. A primeira-dama da cidade de São Paulo, Maria Prestes Maia, doou, a partir de contatos com grandes laboratórios, mais de cem quilos de produtos farmacêuticos – antibióticos e analgésicos. No entanto, Rodrigues recorda que o MABLA não conseguiu meios para enviar o material para Angola. “Os donativos da campanha acabaram doados a instituições brasileiras. D. Maria nunca foi informada do nosso fracasso”.<sup>389</sup>

O episódio expõe as limitações estruturais que o MABLA enfrentava para levar à frente suas ações de solidariedade. Para superar essas fragilidades, uma alternativa foi buscar a ajuda governamental. Um dos principais pedidos apresentados ao Estado brasileiro foi a concessão de bolsas de estudos para jovens africanos, a pretexto de qualificação dos profissionais que seriam importantes para o desenvolvimento das colônias após as independências.

Em 1964, o guineense Fidelis Cabral retornou ao Brasil, país onde havia concluído o curso em Direito pela USP, como delegado para a América Latina do PAIGC. Sua missão era divulgar a luta de liberação na Guiné entre a sociedade brasileira e conseguir apoio do Brasil, tanto do governo quanto da sociedade civil, para a concessão de bolsas e donativos para a população vitimada pelo conflito. Fidelis recebeu suporte e apoio para suas atividades do PSB, da UNE, do *Portugal Democrático* e do embaixador do Senegal no Rio, Henri Senghor. Ele realizou atividades no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte.<sup>390</sup>

Em comício realizado, no dia 4 de fevereiro de 1964, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) do Rio de Janeiro, Cabral expôs detalhes sobre a ação política desenvolvida pelo PAIGC e conclamou as entidades presentes a ajudar o povo africano. O comício realizado por Fidelis Cabral na ABI rendeu um amplo e detalhado relatório redigido por Carlos Eduardo Machado, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, e enviado ao MNE. O discurso proferido pelo guineense e o debate realizado ao final da fala foram gravados e transcritos.

---

<sup>388</sup> Documento entregue ao historiador José Francisco dos Santos por Fernando Mourão e, gentilmente, cedido à autora deste trabalho.

<sup>389</sup> RODRIGUES, 2004, p. 74.

<sup>390</sup> Todos os passos de Fidelis Cabral no Brasil, principalmente, os contatos realizados foram detalhadamente relatados em ampla documentação enviada pela Embaixada de Portugal no Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Segundo relatórios, Cabral concedeu entrevistas à imprensa escrita, à TV Excelsior, manteve contatos com o PSB e a UNE e ainda foi homenageado no Gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Fidelis Cabral - Comício na Associação Brasileira de Imprensa. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Segundo o relatório enviado ao MNE, o comício foi patrocinado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e contou com o apoio de várias entidades, entre elas a UNE. Entre os presentes, estavam o angolano José Lima de Azevedo, como representante do MPLA, professores, intelectuais, sindicalistas e estudantes africanos do Senegal, Cabo Verde, Nigéria, Angola e Serra Leoa. Em sua fala, Fidelis Cabral explicou que tipo de ajuda o Brasil poderia oferecer ao PAIGC.

Nós temos necessidade de defender as nossas vidas e os nossos bens. Porém, não dispomos de meios materiais suficientes, a empresa é gigantesca. Falta-nos armas, víveres, medicamentos, roupas, sapatos, etc. Devemos resolver urgentemente o problema da assistência aos nossos combatentes e às nossas populações. No que concerne à preparação de quadros partimos de zero. Por isso, dedicamos um trabalho especial e urgente na preparação dos nossos jovens para que amanhã possam assumir com dignidade as suas responsabilidades dentro de um país livre e independente. Mas para isso necessitamos de bolsas de estudo e de outras facilidades para o integral cumprimento dessa tarefa.<sup>391</sup>

O pedido de bolsas de estudos era uma demanda recorrente apresentada pelos movimentos nacionalistas africanos a organizações e a grupos de países estrangeiros que ofereciam ajuda. A intenção era formar quadros capacitados para gerir a nova nação após a independência. Em resposta ao apelo feito ao Brasil por Fidelis Cabral, Abdias Nascimento, fundador do Teatro Experimental, propôs que fossem formuladas propostas concretas de ajuda ao movimento nacionalista da Guiné.

Foi aprovada então a proposta de que o Sindicato dos Professores do Estado da Guanabara solicitaria oficialmente ao Itamaraty a concessão de bolsas de estudo para estudantes oriundos da Guiné. Na ocasião, Fidelis Cabral expôs que uma das dificuldades era que o MRE não tinha um programa específico de bolsas para as colônias portuguesas, somente contemplando nações já independentes.

Nós das colônias portuguesas não temos uma parte das bolsas que o Itamaraty dedica aos países africanos. Mas sim os países independentes, aliás, embora precisam, mas precisam menos que nós. Incompreensivelmente, eles é que têm essa vantagem. Não estou de modo nenhum fazendo uma crítica. Não. Estou simplesmente lamentando que o Itamaraty não passe por cima das relações de afectividade que ligam Brasil e Portugal e nos conceda também, já que as nossas relações de afectividade também existem, etnicamente, na constituição do Brasil.<sup>392</sup>

Em seu discurso, Fidelis Cabral toma o cuidado de não se colocar frontalmente contra as relações entre Brasil e Portugal, mas não deixa de reivindicar tratamento também especial para os países africanos. Apesar da diplomacia de Cabral, as posições eram exponencialmente contraditórias.

---

<sup>391</sup> O comício realizado por Fidelis Cabral na ABI - Rio de Janeiro rendeu um amplo e detalhado relatório redigido por Carlos Eduardo Machado do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. O discurso do guineense e o debate realizado ao final foram gravados e transcritos. Informação secreta. Análise do comício realizado na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro por Fidelis Cabral. 12/03/1964. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos para o MNE. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>392</sup> Informação secreta. Análise do comício realizado na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro por Fidelis Cabral. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos para o MNE. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em março, em nova conferência, promovida na sede do Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, Fidelis Cabral insistiu no pedido de bolsas de estudos ao governo brasileiro, especificando nas áreas de mecânica e enfermagem. Segundo reportagem do jornal *Última Hora*, Fidelis Cabral afirmou que a economia da Guiné já começava a crescer nos territórios ocupados pelo PAIGC e que, portanto, era cada vez mais urgente a qualificação da mão de obra local. "Com os êxitos já alcançados, os combatentes pretendem desmentir as teorias difundidas pelos colonialistas, que alegam que 'os pretos não estão preparados para a independência'".<sup>393</sup>

Em matéria do jornal paulista *A Nação*, de 7 de janeiro de 1964, enviada como anexo de um relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Ultramar, Paulo Matoso também defendeu que o governo brasileiro intensificasse imediatamente sua política exterior e concedesse bolsas de estudos aos jovens africanos.<sup>394</sup> Identificado no texto como ex-presidente do MABLA<sup>395</sup> e conselheiro da Casa da Cultura Afro-Brasileira, Matoso invocou os laços históricos e culturais entre o Brasil e Angola para reforçar o apelo.

A libertação do povo de Angola já é fato consumado. O Brasil não pode deixar de nos ajudar. Temos tantas afinidades históricas e este país não pode ficar à margem da realidade. Irmão ajuda irmão. Brasil e Angola são irmãos muito mais do que o ministro ditador Salazar pode pensar.<sup>396</sup>

A exaltação das raízes históricas, culturais e afetivas entre Brasil e África foi uma tônica dos discursos adotados pelos ativistas. A luta contra o regime ditatorial e opressor de Portugal e em defesa de um povo considerado irmão estimulou as adesões ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas, principalmente, entre a juventude estudantil.

Diante do que foi exposto, neste capítulo quisemos evidenciar a dimensão da multiplicidade das conexões estabelecidas pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Os grupos de militantes do MABLA procuraram encontrar apoios em diversos setores da sociedade. O

<sup>393</sup> "Líder africano em Niterói: 'Breve expulsaremos todo o colonialismo português'". *Última Hora*, 4 de março de 1964, p. 02. Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

<sup>394</sup> "Estudante angolano diz que Brasil deve ajudar mais os povos africanos". *A Nação*. 7 de janeiro de 1964. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Ultramar. 05/02/1964. PT/MNE/IDI/DAB/MU/GNP, UI 1502. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>395</sup> Entrevistados nesta pesquisa afirmaram que Paulo Matoso foi afastado do movimento brasileiro em apoio às independências africanas pelos próprios companheiros, sem alarde, após indícios de desvio de recursos de doações ao MPLA para proveito próprio. Fernando da Costa Andrade conta em suas memórias que após a prisão dele e de outros angolanos, em 1964, Paulo Matoso foi libertado pelo DOPS afirmando que não tinha mais nada a ver com Angola. "Até estava casado com uma brasileira e tinha filhos brasileiros. Nós sim éramos perigosos revolucionários". COSTA ANDRADE, 2002, p. 174.

<sup>396</sup> "Estudante angolano diz que Brasil deve ajudar mais os povos africanos". *A Nação*. 7 de janeiro de 1964. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Ultramar. 05/02/1964. PT/MNE/IDI/DAB/MU/GNP, UI 1502. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

discurso da aproximação histórica e cultural entre o Brasil e a África foi *atualizado* para despertar a solidariedade da sociedade brasileira à luta dos povos africanos.

Em seu trabalho de convencimento, a rede composta por brasileiros, africanos e portugueses usou várias estratégias de divulgação da luta de libertação nacional dos povos africanos e suscitar ações de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos. Matérias na imprensa, ações performáticas e palestras em universidades tinham o viés militante-pedagógico com o objetivo de reduzir o desconhecimento da população brasileira sobre a realidade contemporânea do continente africano.

A vinda de africanos ao Brasil ligados aos movimentos nacionalistas africanos também conferiu ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas mais legitimidade para falar sobre a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas em África. A partir desses contatos, o MABLA mobilizou as ideias e as tradições de resistências em circulação no Atlântico Sul desde o evento das diásporas africanas e as usou em benefício de sua atividade em defesa da independência e da autodeterminação das colônias portuguesas em África.

## CAPÍTULO III

### Reconfiguração do ativismo em defesa da África após o golpe civil-militar de 1964

A efervescência dos movimentos sociais nos primeiros anos da década de 1960 no Brasil, a liberdade de reuniões, de realização de atos de protestos, de insurgir contra o próprio governo contrastava com o regime ditatorial do governo de António Oliveira Salazar em Portugal. Apesar de enfrentarem a oposição de setores políticos e da imprensa favoráveis a Portugal, foi nesse contexto que o movimento brasileiro em apoio às independências africanas ganhou maior projeção e maior número de apoiadores. Mal sabiam os militantes que em breve essa liberdade cessaria com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

Os governos militares que se intercalaram no poder de 1964 até 1985 reagiram com violência contra qualquer manifestação de protesto, que era taxada como subversiva e uma ameaça ao Estado brasileiro. Nesse contexto, a militância dos ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas, embora tivesse mais a ver com Portugal do que com o Brasil, também atraiu a atenção das forças de repressão cada vez mais atuantes após a instauração da ditadura. Após a queda de João Goulart (1961-1964) e a instauração da ditadura militar, os defensores no Brasil da velha aliança luso-brasileira ganharam novo ânimo.

A atuação no Brasil dos grupos de ativistas pró-independência africana do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) também já estava na mira da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Desde o final dos anos de 1950, parte da imprensa brasileira denunciava que agentes da PIDE estavam atuando ilegalmente em território brasileiro. Após o Golpe de 1964, militantes do MABLA, principalmente angolanos, foram presos no Rio de Janeiro e em São Paulo por policiais brasileiros. Os detidos denunciaram a presença de um agente da política portuguesa nos seus interrogatórios.<sup>397</sup> A ameaça de deportação para Portugal foi um fantasma que rondou as prisões, mas não se confirmou.

Após serem soltos, os angolanos colaboradores do MABLA decidiram deixar o Brasil temendo novas perseguições. Diante do novo contexto político, os ativistas tiveram que reformular suas ações. Após uma breve sobrevida, o MABLA, nos moldes como atuou desde 1961, quando foi criado, desapareceu. A sigla não organizou mais atos de divulgação e não aparecia mais na imprensa simpatizante do movimento. A modesta organização do movimento em grupos se esfacelou em um

---

<sup>397</sup> Não encontramos nas fontes acessadas o nome do agente da PIDE presente nos interrogatórios.

contexto de intenso monitoramento da polícia. Muitos colaboradores do MABLA também estavam, naquele período, dedicados exclusivamente a encontrar formas de lutar contra a ditadura e de derrubar o governo militar.

A proposta deste capítulo é evidenciar que, apesar de todo um contexto político de dificuldades para se continuar defendendo no Brasil as independências africanas, remanescentes do MABLA encontraram caminhos para dar continuidade à militância. Isso não quer dizer, no entanto, que o ativismo anticolonial não tenha tomado outras feições. Esse capítulo se debruça sobre o que consideramos duas frentes de atuação que, mesmo com características bem distintas de um movimento da sociedade civil como foi o MABLA, mantiveram algumas diretrizes defendidas pela rede anticolonial: o jornal *Portugal Democrático* e os centros de estudos africanos ligados a universidades brasileiras.

Após o golpe civil-militar de 1964, a censura aos meios de comunicação brasileiros gradativamente se intensificou. Qualquer matéria que fosse considerada crítica ao novo governo, colocava seu redator e o próprio veículo em que trabalhasse na mira do DOPS. Apesar desse contexto de repressão, o *Portugal Democrático*, mantido pela oposição portuguesa exilada em São Paulo, continuou circulando, mas sua linha editorial passou por ajustes para não correr o risco de bater de frente com os militares que comandavam o país.

Os textos que pressionavam o governo brasileiro a romper com Portugal e seu sistema colonial sumiram das páginas do *Portugal Democrático*. Mas as matérias com críticas ao Salazarismo e contrárias ao colonialismo português em África continuaram tendo espaço e destaque no jornal. A presença de ex-colaboradores do MABLA na Redação do periódico, como o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, assegurava que a defesa das independências e da autodeterminação das colônias continuasse sendo uma bandeira defendida em suas páginas.

Após o fim do MABLA, ex-ativistas também se envolveram no fortalecimento de centros de estudos africanos vinculados a universidades brasileiras. O professor da USP, Fernando Augusto Albuquerque Mourão, participou ativamente da formação do Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, em 1968. José Maria Nunes Pereira foi um dos fundadores, em 1973, do Centro de Estudos Afro-asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM), uma espécie de continuação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA)<sup>398</sup>.

---

<sup>398</sup> O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) foi criado na gestão de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) pelo Decreto Nº 50.465, de 14 de abril de 1961. O órgão era subordinado diretamente à Presidência da República e tinha como objetivos: estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais, políticos econômicos relativos ao mundo afro-asiático; facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia; promover o estudo comparado do processo de desenvolvimento do Brasil e dos países africanos e asiáticos; e promover o intercâmbio

Os centros se transformaram em polos de pesquisa com núcleos de acolhimento, orientação e viabilização de formação de profissionais especialistas em África no nível de pós-graduação; em fomentadores de projetos de mobilidade acadêmica entre Brasil e África; e ainda em dinamizadores de debates sobre a cultura afro-brasileira. Nesta pesquisa, compreendemos os centros de estudos africanos como uma alternativa ao fechamento político ao continente africano, do ponto de vista das relações diplomáticas e acadêmico, imposto pelo governo militar.

No desafio de se compreender os centros de estudos africanos como uma extensão da militância de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira em defesa da África, é importante pensar no papel desses sujeitos históricos como intelectuais. Nessa perspectiva, recorremos a Carlos Altamirano, no texto de introdução do livro *Historia de los intelectuales en América Latina: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo*, que nos leva a pensar como os intelectuais, em sua atividade, se articulam com diversas outras instâncias políticas (embora se diferenciem destas mesmas) para promover o debate público de suas questões, e também criam cenários próprios de atuação.

O fato é, porém, que os intelectuais não são atores políticos, mas às vezes, suas atividades envolvem - e se faz em relação com - determinadas configurações da vida em sociedade, como o Estado, o poder religioso e o sistema de ensino, as divisões de classe, as fraturas étnicas e a pluralidade das visões de mundo. Eles estão muitas vezes envolvidos e divididos em torno do debate cívico. Mas eles também produzem cenários próprios, de menor escala, espaços criados por grupos e redes de congêneres (sociedades de ideias, movimentos literários, revistas). Eles se reúnem ali naquelas microsociedades para dissertar, debater, demonstrar, mas também para denunciar e competir pelo controle do centro das atenções.<sup>399</sup>

Nesse trabalho, interpretamos os centros de estudos africanos como espaços privilegiados de debate e de produção de conhecimento intelectual sobre a África e de militância política. À frente dessas instâncias, Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira participaram de missões a países africanos para estabelecer parcerias acadêmicas entre estes e o Brasil.

Para tentar contemplar a análise de todas as questões, este capítulo está estruturado em quatro partes: (1) A PIDE no Brasil e o monitoramento das atividades do MABLA (1961-1964); (2) *Portugal Democrático*: a luta contra o colonialismo português em tempos de ditadura no Brasil; (3) Os centros

---

universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos. Logo após o golpe civil-militar, o IBEEA passou temporariamente para a esfera do Ministério das Relações Exteriores mas, pouco depois, foi desativado.

<sup>399</sup> El hecho es, sin embargo, que los intelectuales no son actores políticos sino en ocasiones. Por cierto, su actividad supone - y se halla en relación con - determinadas configuraciones de la vida en sociedad, como el Estado, el poder religioso y el sistema educativo, las divisiones de clase, las fracturas étnicas y la pluralidad de visiones del mundo. Se los encuentra muchas veces enrolados y divididos en el debate cívico. Pero ellos producen también escenarios propios, de menor escala, espacios creados por grupos y redes de congêneres (sociedades de ideas, movimientos literarios, revistas). Se reúnen allí, en esas microsociedades, para disertar, debatir, demostrar, aunque también para denunciar y rivalizar por controlar el centro de la atención. (Tradução minha) ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 22.

de estudos africanos: iniciativas de aproximação com o continente africano; e (4) O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil.

### 3.1 A PIDE no Brasil e o monitoramento das atividades do MABLA (1961-1964)

A atuação de um movimento no Brasil em apoio às independências africanas não passou despercebido do governo de Portugal. A presença de agentes da Polícia Política Portuguesa (PIDE) em território brasileiro foi uma denúncia feita frequentemente pelos adversários de Portugal no Brasil. A PIDE, criada em 1945, atuou como uma máquina repressora do governo fascista português para combater os “crimes políticos”, considerados contrários “a segurança externa e interna do Estado”.<sup>400</sup> A partir de 1961, a PIDE passou a investigar e a reprimir também os movimentos nacionalistas africanos.<sup>401</sup>

Durante o período em que atuou, a PIDE manteve também, no campo internacional, estreitas ligações com as polícias de outros países da Europa, das Américas e da Ásia. As relações eram acobertadas por meio de justificativas de ações de combate a crimes comuns, mas de fato, tinham o objetivo de perseguir e espionar pessoas suspeitas de desenvolverem qualquer atividade que contrariasse o governo de Portugal dentro e fora do país. Mesmo exilados portugueses que viviam no estrangeiro e africanos que tentavam escapar da vigilância da PIDE nas colônias também eram alvo dessa vigilância.<sup>402</sup>

No Brasil, há fortes evidências de colaboração entre as polícia brasileira e portuguesa na década de 1960. Prova disso é que em 1960 foi firmado um acordo entre a PIDE e o Departamento Federal de Segurança Pública do Rio de Janeiro (DOPS/RJ) para troca de informações. O documento, identificado pela historiadora Irene Flunser Pimentel, está no arquivo da PIDE na Torre do Tombo, em Lisboa.<sup>403</sup>

Nessa pesquisa, também identificamos no mesmo arquivo um documento interno da PIDE, datado de 11 de outubro de 1960, em que é relatada a visita a Portugal do inspetor Alberto J. Soares, da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública do Brasil, a convite do embaixador de Portugal. No relatório, o policial brasileiro é descrito como um "indivíduo

---

<sup>400</sup> PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates, 2007, p. 11.

<sup>401</sup> O Decreto-Lei nº 43.582, de 4 de abril, previa a criação de subdelegações e postos de fronteira e de vigilância em Angola e em Moçambique. A nova norma unificou “os princípios que deviam reger o emprego da PIDE” nas províncias ultramarinas e reuniu “num quadro único” os funcionários do “Ultramár” e da Metrópole. PIMENTEL, 2007, p. 39 e 40.

<sup>402</sup> COELHO, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Lisboa: Inova, 1974, p. 44 *apud* PIMENTEL, 2007, p. 105.

<sup>403</sup> PIDE/DGS, pr. 6341 CI (2), pasta 4, fl. 1 *apud* PIMENTEL, 2007, p. 126.

que tem naquele país fornecido uma preciosa colaboração à Embaixada de Portugal, especialmente em todos os incidentes levantados pelo ex-general Delgado desde a sua chegada ali".<sup>404</sup>

Para o professor Fernando Mourão, que militou em um dos grupos do MABLA em São Paulo, os casos de colaboração com a PIDE eram resultado de iniciativas individuais de policiais corruptos do Brasil. Ele defende que o governo brasileiro não tinha conhecimento dessas ações, por isso, teve tanta dificuldade de coibir. "Porque eram atividades paralelas da polícia portuguesa com policiais brasileiros".<sup>405</sup>

Se de fato o governo brasileiro ficou alheio durante muito tempo à ação da PIDE no Brasil, isso não ocorreu por falta de aviso. Em janeiro de 1961, a imprensa antissalazarista paulista já denunciava a presença de agentes da PIDE no Brasil. Matérias publicadas no jornal *O Estado de S.Paulo*, em 1961, revelaram que policiais portugueses entraram no Brasil, no dia 26 de janeiro, portando armas na bagagem, que não foi vistoriada pela alfândega do aeroporto do Rio de Janeiro.

Segundo o periódico, os agentes tinham a missão de embarcar no navio português Vera Cruz, atracado no Rio de Janeiro, para fazer a escolta da embarcação até o Porto de Santos. O navio era do mesmo modelo do Santa Maria, que havia sido sequestrado pelo capitão português Henrique Galvão em janeiro de 1961. De acordo com *O Estadão*, os policiais portugueses também tiveram autorização para fazer a "inspeção" no cais e nos armazéns do Porto de Santos, cuja área foi isolada pela polícia brasileira a pedido do Consulado de Portugal no Brasil para impedir manifestações antissalazaristas.

A lógica manda-nos que tiremos uma conclusão de tudo o que se verificou: a PIDE tem uma rede armada no Brasil, a PIDE possui um esquema de emergência em solo brasileiro: de outra forma não poderemos explicar a rapidez e a eficiência com que os seus agentes operaram.<sup>406</sup>

O jornal afirmou que agentes portugueses estavam sob o comando do inspetor "Salgado" (não é dito o primeiro nome), que teria sido o agente da PIDE responsável pela morte do professor Bento de Jesus Caraça<sup>407</sup>, intelectual conhecido em toda a Europa em razão de suas obras matemáticas. O jornal também acusou "Salgado" de ter sido o chefe do grupo de salazaristas, infiltrado na plateia no

---

<sup>404</sup> Informação. 11/10/1961. Polícia Brasileira. PIDE/DGD, SC, C1 (2), 565, u.i. 7023. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>405</sup> Entrevista de Fernando Mourão a Jerry Dávila. 16/08/2006. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950-1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 151.

<sup>406</sup> A PIDE no Brasil. "Coluna Nota e Informações". *O Estado de S.Paulo*, 29 de janeiro de 1961, p. 03.

<sup>407</sup> Bento de Jesus Caraca (1901-1948), matemático, economista, estatístico e educador, foi membro do Partido Comunista Português (PCP) e se tornou uma das personalidades mais famosas na resistência contra o Estado Novo de Salazar. Foi preso pela PIDE várias vezes. Morreu em Lisboa, em 25 de junho de 1948, com 47 anos, vítima de reumatismo articular agudo. Cf. MEDEIROS, Cleide Farias de; MEDEIROS, Alexandre José Gonçalves de. *O pensamento dialético de Bento de Jesus Caraça e sua concepção da educação matemática*. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, 2003, p. 261-276.

Teatro do Capitólio, em Lisboa, em 1960, que insultou a companhia de teatro Maria Della Costa durante a apresentação da peça “A Alma Boa de Se-Tsuan”, de Bertold Brecht.<sup>408</sup>

A simples presença de um homem com este cadastro, acusado publicamente pela revista inglesa *"New Statesman"*<sup>409</sup> de torturador de presos, em solo nacional, constitui um insulto gravíssimo para um país que tanto sofreu para se libertar de métodos idênticos e que considera firmemente ligado aos princípios da Democracia.<sup>410</sup>

As acusações feitas pelo *Estadão* não tiveram resposta do governo brasileiro. Na edição do dia 31 de janeiro, em nova matéria, o jornal afirmou que a polícia portuguesa não tinha motivos para esconder as ações ilegais no território brasileiro porque contava com a conivência do Brasil. Segundo a reportagem, fora de suas divisas, os agentes da PIDE costumavam agir com cautela com receio de serem descobertos e presos por violação das regras do Direito Internacional. "Entre nós, porém, o que ocorreu foi diferente. (...) os homens da PIDE vieram como agentes policiais para efetuar policiamento em pleno solo brasileiro".<sup>411</sup>

O jornal *Portugal Democrático* reforçou as críticas ao governo brasileiro com relação ao episódio dos agentes da PIDE no Porto de Santos. Na edição de fevereiro de 1961, o jornal acusou o Estado brasileiro de ser subserviente às vontades da ditadura salazarista. “A audácia do senhor Salazar, convencido de que o Brasil é uma chácara de sua propriedade, leva-o a despachar para terras brasileiras a fina-flor da canalha da PIDE, para levar a cabo as suas ordens”. O periódico ainda denunciou que 11 agentes da PIDE haviam entrado no país com passaportes diplomáticos que registravam falsas ocupações, tais como datilógrafo (1), bancário (1), contínuo (1), comerciário (1), diplomata (1), e "sem profissão" (6).<sup>412</sup>

José Maria Nunes Pereira, que militou no grupo pró-independências africanas do MABLA ativo no Rio de Janeiro, afirma que a PIDE se instalou secretamente, na década de 1960, na cidade “sem grandes autorizações do governo central”, mas em comum acordo com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Segundo Pereira, a intenção de Lacerda era retribuir o apoio recebido da comunidade portuguesa salazarista na disputa pelo governo e os aportes políticos e financeiros

<sup>408</sup> A apresentação da peça “A Alma Boa de Se-Tsuan”, de Bertold Brecht, pela Companhia de Teatro brasileira Maria Della Costa, no Teatro do Capitólio, em Lisboa, no dia 17 de março de 1960, foi tumultuada por manifestantes que defendiam o Estado Novo de Salazar. O espetáculo foi interrompido várias vezes por gritos, apitos, garrafas de mau cheiro, estalinhos e ovos jogados no palco. Diante do temor de que algo pior acontecesse na temporada em Portugal, a Embaixada Brasileira no país recomendou ao grupo que abandonasse Lisboa. Em entrevista à pesquisadora Miriele Abreu, Maria Della Costa, afirmou que a saída da companhia de Portugal foi induzida pelo governo do país e que a PIDE, embora não tivesse coagido os atores, inspirava ameaça sobre o grupo. Cf. ABREU, Miriele. *Maria Della Costa em Portugal: desafio à censura*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestrado em Cultura e Comunicação. 2012, p. 83 e 84.

<sup>409</sup> *New Statesman*, revista semanal de política e de literatura, foi fundada em 12 abril 1913 por Sidney e Beatrice Webb. Tinha uma posição ideológica de cunho centro-esquerda.

<sup>410</sup> “A PIDE no Brasil”. Coluna Nota e Informações. *O Estado de S.Paulo*, 29 de janeiro de 1961, p. 03.

<sup>411</sup> “Ainda a PIDE”. Coluna Nota e Informações. *O Estado de S.Paulo*, 31 de janeiro de 1961, p. 03.

<sup>412</sup> “Policiais da PIDE no Rio”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 45, São Paulo, fevereiro de 1961, p. 03.

prometidos para a sua pretensa candidatura a presidente do Brasil na eleição que deveria ocorrer em 1964 (o governo militar não convocou o pleito).

As chegadas ao Brasil, em 1959, do general português Humberto Delgado, e do capitão Henrique Galvão, em 1961, aguçaram o interesse da PIDE em montar uma rede de informantes local. Segundo Pereira, a PIDE tinha até aberto escritório em Copacabana, na rua Santa Clara, nº 36.<sup>413</sup> Informantes da PIDE haviam se infiltrado no meio do grupo de ativistas do MABLA.<sup>414</sup>

Na consulta ao arquivo da PIDE na Torre do Tombo, identificamos inúmeros relatórios redigidos, no período de 1962 a 1965, por um mesmo delator que assinava com o nome de Pedro da Silveira em que eram descritos em detalhes as atividades realizadas pelos ativistas anticoloniais no Brasil. O espião, que residia no Rio de Janeiro e também viajava a São Paulo, enviava esses documentos para a Embaixada de Portugal no Rio, que reencaminhava para o MNE e para a PIDE em Portugal.

Os informantes da PIDE usavam nomes falsos para assinar seus relatórios<sup>415</sup>, mas encontramos indícios que nos leva a crer que Pedro da Silveira era português Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão, mais conhecido como Duarte Gusmão. Gusmão era professor de História e de Filosofia em Portugal e chegou ao Brasil em 2 de Julho de 1960, depois de haver solicitado asilo, no dia 30 de junho, na Embaixada Brasileira em Lisboa. Em Portugal, ele já havia sido preso, diversas vezes, pela PIDE por oposição ao governo salazarista.<sup>416</sup>

José Manuel Gonçalves recorda que Duarte Gusmão se aproximou do grupo de ativistas pró-independência africana que atuava no Brasil, inicialmente sem levantar desconfianças, exatamente

<sup>413</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006 ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 130.

<sup>414</sup> O “trabalho” realizado pelos chamados espiões fazia parte de um dos dois grandes setores da PIDE: Informação e Investigação. Estavam incluídos na área de Informação os serviços de escutas telefônicas, interceptação postal, elaboração de ficheiros e vigilância direta. A Investigação era o segundo setor da polícia política, o qual se ocupava dos interrogatórios e da instrução dos processos. PIMENTEL, 2007, p. 312

<sup>415</sup> A confirmação da correspondência entre os pseudônimos usados pelos informantes e a sua identificação real foi dificultada após a destruição, no dia 25 de abril de 1974, do ficheiro que tinha essas informações pela Direção Geral de Segurança (DGS). *Diário Popular*, 19 de novembro de 1976 *apud* PIMENTEL, 2007, p. 314.

<sup>416</sup> Em entrevista ao jornal *Última Hora*, por ocasião de sua chegada ao Brasil, Duarte Gusmão declarou que foi preso sete vezes em Portugal (1932, 1934, 1936, 1938, 1939, 1956 e 1959). Segundo Gusmão, por conta de torturas sofridas pela PIDE em 1939, ele foi acometido com “duas cavernas no pulmão esquerdo”, alusão ao desenvolvimento do quadro de tuberculose. Em 1959, novamente detido, seu quadro de saúde piorou. Sem tratamento, ele afirma ter feito greve de fome durante três dias e meio, quando foi solto para tratar-se em um hospital. Na última prisão, em fevereiro de 1959, novamente torturado (obrigado a ficar em pé ao longo de vários dias, na prática que ficou conhecida como “estátua”), ele novamente adoeceu e foi finalmente posto em liberdade. “Duarte de Gusmão não voltará a Portugal: ‘seria suicídio’”. *Última Hora*, 13 de julho de 1960, p. 03. Arquivo digital da Biblioteca Nacional. Duarte Gusmão morreu no dia 26 de março de 1965, aos 53 anos, vítima de tuberculose, dentro de um táxi que o levava do Serviço Nacional de Tuberculose para casa. Segundo o jornal *O GLOBO*, em busca na casa de Gusmão, o DOPS encontrou documentos que comprovavam que ele pertencia à oposição portuguesa, “com muitas ligações com a Embaixada de Cuba e da União Soviética e pertencia ao Movimento de Libertação de Angola”. “Morte natural levou a polícia a apreender material subversivo”. *O GLOBO*, 27 de março de 1965, p. 15.

por conta de seu perfil de opositor ao regime português. Gonçalves confirma que o português se tornou colaborador da PIDE, muito provavelmente, por conta de problemas financeiros. “Gusmão estava psicologicamente maduro para a interceptação do inimigo. Ele ficou muito doente e não conseguia emprego no Brasil. Aí, de repente, o nível de vida dele subiu muito, mas ele não tinha emprego”.<sup>417</sup>

O professor José Maria Nunes Pereira também concorda que Duarte Gusmão era o homem da PIDE que se infiltrou no grupo de ativistas anticoloniais que atuava no Rio de Janeiro. Ele relata que a repentina mudança de Duarte Gusmão, que começou a dispor de dinheiro mesmo não tendo trabalho, levantou suspeitas à época no grupo de nacionalistas africanos. “Eu me lembro bem do agente da PIDE, todos nós sabíamos que o velho Gusmão era da PIDE. Mas achávamos que o Gusmão não podia fazer grande mal. Eu então, que era desse tipo, sempre tive que engolir papel porque sempre fui descuidado com segurança”.<sup>418</sup>

Além das suspeitas de José Manuel Gonçalves e de José Maria Nunes Pereira, pesa sobre Duarte Gusmão o depoimento de Camilo Mortágua, antigo apoiador do capitão português Henrique Galvão, Camilo Mortágua, à pesquisadora Heloisa Paulo. Mortágua relata que, em consulta aos arquivos da PIDE, encontrou um relatório de um informante que atuava no Brasil sobre uma reunião na qual só estiveram presentes ele, Humberto Delgado, Henrique Galvão e o professor português Duarte Gusmão.<sup>419</sup>

Em nossas pesquisas no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em Lisboa, também encontramos indícios de que Duarte Gusmão e Pedro da Silveira eram realmente a mesma pessoa. Na pasta de documentos da PIDE que reúne os relatórios escritos por Pedro da Silveira, intitulada “Relatórios da pessoa mencionada no despacho nº 18”, consta um ofício de Duarte Gusmão encaminhado ao ministro da Justiça do Brasil em que o português solicita a suspensão de sua condição de exilado político no país e a concessão de um passaporte para estrangeiro extensivo à América, Europa e África. No documento, com data de 8 de janeiro de 1964, Gusmão afirma à autoridade

---

<sup>417</sup> Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro. Em uma das correspondências do informante Pedro da Silveira, de 26 de fevereiro de 1964, endereçada ao embaixador português (Adriano de Carvalho), ele forneceu seu endereço no Rio: Hotel Globo, Rua Riachuelo, 134, apto 219. Relatório Geral. 26 de janeiro de 1964. Ofício. Embaixada de Portugal para o MNE. 2 de março de 1964. PROC. 7/64. nº 429, MNE.

<sup>418</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 136.

<sup>419</sup> PAULO, Heloisa. *A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: a presença do regime no exílio. II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX.* 5, 6 y 7 de noviembre de 2014, p. 08. Disponível em <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.3967/ev.3967.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3967/ev.3967.pdf)>. Acesso em 23/01/2017.

brasileira ter um convite para lecionar uma cadeira de História e Filosofia em uma universidade estrangeira e, por isso, não teria planos de retornar ao Brasil.<sup>420</sup>

Um outro fato que confirma a ligação entre Duarte Gusmão e Pedro da Silveira é que o pedido encaminhado pelo professor ao Ministério da Justiça do Brasil é anexado a um relatório do informante Pedro da Silveira, relativo à primeira semana de janeiro de 1964, e ambos são encaminhados pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Mas o indício mais forte é o ofício que acompanha os documentos e descreve o teor deles.<sup>421</sup>

O texto do ofício afirma que "a pessoa mencionada no despacho nº 18" é a autora do ofício ao Ministério da Justiça, assinado por Duarte Gusmão, e do relatório de espionagem, feito por Pedro da Silveira. Segundo o mesmo documento, é intenção da mesma pessoa "seguir para o Senegal, naturalizando-se cidadão daquele país, exercendo função de professor num estabelecimento de ensino. Insinuou que não deixaria de colaborar com as autoridades portuguesas na mesma base em que o vem fazendo".<sup>422</sup>

Para esse trabalho, são importantes os relatos que Silveira/Gusmão fez das atividades dos grupos de ativistas pró-independência africana do Rio de Janeiro no tempo em que esteve na ativa. Nos documentos da PIDE identificados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no MNE, identificamos relatórios do informante no período de 1961 a 1964. Os textos eram, comumente, enviados à Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, que os remetia à Direção Geral da PIDE em Portugal e/ou a outros órgãos do governo português.

Nos textos, Silveira/Gusmão descrevia o passo a passo dos principais opositores do governo português no Brasil, enfatizando, principalmente, os contatos que eles mantinham. Periodicamente, ele também atualizava a relação dos africanos que estavam em território brasileiro desenvolvendo atividades "subversivas".

Um dos seus principais alvos era o angolano José Lima de Azevedo, representante do MPLA no Brasil. Em um dos relatórios, redigido em 12 de junho de 1962, Silveira/Gusmão relatou que Lima de Azevedo, recém-chegado ao Brasil, havia se encontrado com o ex-embaixador do Brasil em

---

<sup>420</sup> Ofício de Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão ao ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro. 08/01/1964. Brasil: Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no despacho nº 18. (PIDE) (1962-1966). Armário Ferro-Prat. 1, nº 4, processo nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>421</sup> Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. 15/02/1964. Brasil: Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no despacho nº 18. (PIDE) (1962-1966). Armário Ferro-Prat. 1, nº 4, processo nº 310. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>422</sup> Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. 15/02/1964. Brasil: Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no despacho nº 18. (PIDE) (1962-1966). Armário Ferro-Prat. 1, nº 4, processo nº 310. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Portugal, Álvaro Lins, para ser “aconselhado juridicamente sobre como instalar o *bureau* do MPLA no Brasil”.<sup>423</sup>

No mesmo documento, Silveira/Gusmão afirmou que o angolano José Lima de Azevedo também tinha como missão preparar a cobertura para a visita ao Brasil do presidente do MPLA, Mário de Andrade, o que não chegou a ocorrer. “Já referi que ele teve para o efeito vários contactos com personalidades diversas, em especial Jorge e James Amado, Eduardo Portela, coronel Bayard (professor do ISEB<sup>424</sup>), Paulo de Castro, Padre Alípio de Freitas<sup>425</sup>, etc”. Ele informou ainda que foram lançadas as bases para a constituição no Rio de Janeiro de uma delegação do MABLA, “que funcionará na sede da UNE, provisoriamente”.<sup>426</sup>

Em relatório redigido em março de 1963, o delator Silveira/Gusmão enumera os contatos de Lima de Azevedo na imprensa brasileira. Segundo o espião, o angolano tinha amigos nos jornais *Última Hora*; *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB; *O Semanário*; e *A Liga*, impresso das Ligas Camponesas. Nesse último veículo, de acordo com o informante, Lima de Azevedo contava com o apoio do Padre Alípio de Freitas, a quem foi apresentado por José Maria Nunes Pereira.<sup>427</sup>

A partir do contato mais pessoal com Lima de Azevedo, Silveira/Gusmão afirmou ter descoberto que o MPLA tinha planos de instalar outras bases na América Latina e que o angolano viajava frequentemente à Venezuela. Em documento do dia 21 de março de 1963, encaminhado à Embaixada de Portugal no Rio, Silveira detalhou o propósito das viagens:

O MPLA está interessado em fazer propaganda e agitação "anti-colonialista" e anti-portuguesa em todos os países que existam colônias portuguesas. No Brasil, já há nutrida representação do MPLA: Lima de Azevedo, José Manuel Gonçalves, Paulo Matoso Neto, Fernando Costa Andrade, etc. Agora vai ser a vez da Venezuela, onde o Lima dispõe já de uma base para actuar: o português Luis Mota de Oliveira, que participou do (sequestro)

<sup>423</sup> Relatório Geral. 12 de junho de 1962. Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.

<sup>424</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Era destinado ao estudo, ensino e à divulgação das ciências sociais. O instituto funcionou como núcleo irradiador de ideias e tinha como objetivo principal a discussão em torno do desenvolvimentismo, tema importante durante o governo de Juscelino Kubitschek.

<sup>425</sup> Alípio de Freitas nasceu em Bragança, em 17 de fevereiro de 1929. Ordenou-se padre em 1952 e veio ao Brasil em 1957 instalando-se no Maranhão. Em 1962, foi ao Congresso Mundial da Paz, em Moscou, integrando a convite uma comissão do PCB. No mesmo ano, desligou-se da Igreja Católica acusando-a de não estar ao lado do povo. Foi um dos fundadores das Ligas Camponesas. Mudou-se para Pernambuco, onde participou ativamente da campanha de Miguel Arraes para governador em 1962. Após o golpe civil-militar de 1964, exilou-se no México e depois seguiu para Cuba. Ao retornar ao país, em 1966, para organizar a luta armada contra o regime, foi preso. Saiu da prisão em 1979 e apátrida. Perdeu as nacionalidades portuguesa e brasileira.

<sup>426</sup> Relatório. 12 de junho de 1962. Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.

<sup>427</sup> Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. MNE. Em entrevista em 2007, José Maria Nunes Pereira afirmou que o padre Alípio de Freitas veio ao Brasil a convite de seu pai para ser pároco de imigrantes portugueses em São Luís do Maranhão. Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 127.

"Santa Maria" e que regressou, posteriormente, no ano passado, à Venezuela. Íntimo amigo do Lima de Azevedo, tem mantido correspondência desde então.<sup>428</sup>

Para conseguir informações, além de participar das atividades do movimento antifascista e anticolonialista no Brasil, o espião Silveira/Gusmão tentou estabelecer com suas fontes uma relação mais íntima. De acordo com o manual para os "colaboradores" da PIDE, publicado em 1962, essa estratégia de atuação foi batizada de "método de colheita de informação por cultivo". "Requeria uma certa preparação começando por se estudar e criar amizade com o elemento escolhido para informador".<sup>429</sup>

Pedro da Silveira/Duarte Gusmão, por intermédio da relação pessoal com o cabo-verdiano Cristóvão (Christophe) do Nascimento Morais, conseguiu ser apresentado, em 1964, ao embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor, sobrinho do presidente Léopold Senghor e um importante aliado dos ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Em relatório de 26 de fevereiro, Silveira/Gusmão afirmou que Morais pediu, em seu nome, a Henri Senghor a concessão de um visto de entrada no Senegal, onde este poderia fazer contatos com o PAIGC. "(...) ser-me iam dadas cartas de recomendação do Fidelis Cabral, do (Cristóvão) Morais para os dirigentes nacionalistas do PAIGC para eu contactar com eles".<sup>430</sup>

Para não colocar seu disfarce em risco, caso recusasse a oferta de Henri Senghor, Silveira/Gusmão orientou o governo português que, quando consultado oficialmente pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) do Brasil sobre o visto, informasse que ele não tinha autorização para seguir para qualquer outro país que não fosse Portugal. "Ora, como é óbvio, é indispensável que sejam tomadas a meu respeito as mesmas disposições que foram tomadas a respeito do Paulo de Castro, do engenheiro Manuel Dores, etc, etc."<sup>431</sup>

É impressionante a desenvoltura com que Pedro da Silveira/Duarte Gusmão exercia a função de informante da PIDE. Em alguns relatórios, ele vai além da sua função de delator e orienta as autoridades portuguesas sobre como proceder para anular a atividade antissalazarista e

---

<sup>428</sup> Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>429</sup> PIDE/DGS, pr. 12641 CI (2), ETP, "Curso elementar", "O recrutamento dos agentes de informação" e "Métodos a utilizar na 'colheita de informações'". PIMENTEL, 2007, p. 314

<sup>430</sup> Relatório Geral. 26 de janeiro de 1964. Ofício. Embaixada de Portugal para o MNE. 2 de março de 1964. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>431</sup> A Embaixada de Portugal no Rio havia negado a esses opositores a permissão de sair do Brasil para outro país que não fosse Portugal. Relatório Geral. 26 de janeiro de 1964. Ofício. Embaixada de Portugal para o MNE. 2 de março de 1964. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Não conseguimos saber pelas fontes consultadas para essa pesquisa se o visto a Silveira/Gusmão foi realmente negado.

anticolonialista no Brasil. Em relatório redigido no dia 7 de abril de 1964, Silveira aproveitou o momento político após o golpe civil-militar para sugerir à Embaixada de Portugal no Rio que acionasse o DOPS para prender os opositores de Portugal em território brasileiro.

No documento, Silveira/Gusmão traçou um relato detalhado das atividades “subversivas” dos integrantes do movimento de nacionalistas africanos que atuavam no Rio de Janeiro, destacando o papel de José Maria Nunes Pereira como articulador. Segundo o informante, foi a partir de contatos realizados por Pereira que foi criada na cidade uma rede de atividade antiportuguesa, formada ainda por José Manuel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Padre Cristiano Alípio de Freitas, António Louro, Fidelis Cabral e Cristóvão Morais. No documento, o delator ainda revelou que o grupo costumava se reunir no apartamento do brasileiro e informou o endereço do imóvel e também da residência de Cristóvão Morais.<sup>432</sup>

As autoridades policiais brasileiras da Guanabara e Estado do Rio devem estar interessadas nas suas atividades subversivas. Como estrangeiros, são passíveis de expulsão em consequência delas. Seria bastante conveniente fazer desaparecer da atividade antiportuguesa aqui no Rio os elementos acima referidos. Bastaria uma informação transmitida às autoridades brasileiras da Guanabara. Esta é a sugestão.<sup>433</sup>

É difícil dizer se o relatório do delator ajudou no planejamento das prisões de ativistas do MABLA que se seguiram logo após o golpe de 1º de abril. Mas de fato, todos aqueles que estavam na lista de Silveira/Gusmão foram detidos pelo DOPS/RJ. Um dos primeiros foi o próprio José Maria Nunes Pereira, preso pela primeira vez no dia 8 de abril em seu apartamento, juntamente com o angolano José Manuel Gonçalves e o português António Louro. No mesmo dia, foram presos o guineense Fidelis Cabral e o cabo-verdiano Christophe Morais.<sup>434</sup> O angolano Lima de Azevedo foi detido, pela primeira vez, no dia 4 de abril na casa do padre Alípio de Freitas.

Em São Paulo, ainda no dia 1º de abril de 1964, o poeta angolano e estudante de arquitetura Fernando da Costa Andrade também foi detido. Dois dias depois após ser solto, ele novamente foi parar na cadeia. No dia 1º de agosto de 1964, foi a vez do angolano Paulo dos Santos Matoso Neto ser preso e, segundo relatos de Costa Andrade, Matoso foi levado ao Rio de Janeiro.<sup>435</sup> Na cidade, para investigação a ação dos ativistas pró-independência africana, foi aberto um inquérito policial militar que ficou conhecido como o “IPM dos angolanos”. Embora sem pedido de prisão preventiva

---

<sup>432</sup> Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>433</sup> Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

<sup>434</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 139 e 140.

<sup>435</sup> COSTA ANDRADE, Fernando da. *Adobes de memória – Chegadas*. Vol. 2, Luanda: Caxinde, 2002, p. 174 e 175.

decretada, os militantes do movimento brasileiro em apoio às independências africanas foram detidos sob a acusação de “atividade subversiva”.

Fernando Mourão conta que não chegou a ser preso em São Paulo, mas foi intimado, várias vezes, para prestar depoimento no IPM dos angolanos. Mourão cogita ter escapado à detenção porque em um dos relatórios redigido pelo angolano José Lima de Azevedo à cúpula do MPLA, que foi apreendido pelo DEOPS, ele era descrito como “liberal”, o que o teria salvo da acusação de ser subversivo.<sup>436</sup> O moçambicano Orlando Dourado também não foi preso. Ele relata que quando foi instaurado o Golpe de 1964, estava em São Paulo e, diante do clima de repressão na UnB, ficou com medo de retornar a Brasília e decidiu pedir transferência para a Escola de Sociologia Maria Antônia, da USP.<sup>437</sup>

As prisões dos nacionalistas africanos no Rio de Janeiro escancararam publicamente o esquema de colaboração entre o DOPS/RJ; o Centro e de Informação da Marinha (CENIMAR); e a PIDE. A primeira denúncia à imprensa de que a PIDE estava envolvida na prisão dos ativistas do MABLA foi feita pela esposa de José Maria Nunes Pereira, a angolana Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira. Na edição do dia 28 de julho de 1964 do jornal *Última Hora*, Filomena da Cruz afirma que um agente da PIDE, de nome Passos, estava acompanhando as investigações, as diligências e até mesmo as prisões dos indivíduos acusados de participação no movimento de libertação de Angola.

Grávida de sete meses e com um filho de 10 meses, a Sra. Filomena Conceição encontra-se desesperada, em atraso com o aluguel de seu apartamento e sem recursos para se manter.  
- Além de todos estes dissabores - disse ela - ainda tenho minha casa frequentemente invadida por policiais da DOPS, autoridades da Marinha e um senhor português que os acompanha e se identifica como Passos.<sup>438</sup>

Em entrevista, José Maria Nunes Pereira relata o episódio em que a angolana Filomena da Cruz teve acesso a informação da presença de um agente da PIDE acompanhando o “Caso dos Angolanos”<sup>439</sup>. Segundo Pereira, um dia após a sua prisão, sua esposa recebeu em casa o comandante da Marinha João Maria Perestrello Feijó, acompanhado de outros militares, e de um senhor com quem Feijó se comunicava apenas em inglês. Segundo relato de Pereira, durante a busca por livros e

---

<sup>436</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP. Não localizamos nesta pesquisa o relatório de José Lima de Azevedo ao qual Fernando Mourão se refere.

<sup>437</sup> Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio – RJ.

<sup>438</sup> “Advogados denunciam ação da PIDE no país”. *Última Hora*. 28 de julho 1964, p. 05. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>439</sup> Assim ficou conhecido na imprensa o episódio da prisão dos militantes do movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

documentos na sua biblioteca<sup>440</sup>, Feijó encontrou um papel que ligava Filomena da Cruz à Organização da Mulher Angolana (OMA).<sup>441</sup>

Feijó teria então devolvido o documento à Filomena da Cruz e recomendando que a angolana o guardasse novamente. O senhor estrangeiro até então desconhecido teria reagido com contrariedade ao ato do militar. De acordo com Pereira, o comandante Feijó, ofendido pela reação do português, repentinamente o apresentou à Filomena identificando-o como agente da PIDE. “O comandante (...) disse: ‘Dona Filomena, eu quero apresentar à senhora o agente Passos<sup>442</sup> da PIDE’. E dona Filomena: ‘Muito prazer’”.<sup>443</sup>

---

<sup>440</sup> Foram apreendidos livros e documentos que faziam parte da biblioteca usada pelos ativistas do grupo ligado a Pereira, a maioria era de obras sobre a África. Também foram levados os originais de um livro sobre o colonialismo português escrito por António Louro que seria editado na França e no Brasil. Todo o material cultural para a divulgação do Festival de Arte Negra de Dacar, deixado pelo poeta Aimé Césaire, que havia estado no Brasil, foi também apreendido e desapareceu. “Quem são esses jovens tão perseguidos no Brasil de hoje: Seu crime é sonhar com a liberdade”, *Última Hora*, 23 de junho de 1965, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>441</sup> A Organização das Mulheres Angolanas (OMA) foi criada em 1961 com o objetivo de organizar as mulheres para a luta de libertação nacional. Uma das principais bandeiras da OMA era a defesa da atuação das mulheres na luta para a emancipação do povo angolano do jugo colonial português sempre agregada à luta pela emancipação da mulher: “A nossa Organização propõe-se lutar ao lado dos nossos irmãos pela liquidação em Angola do domínio colonial português e pelo estabelecimento duma sociedade em que a Mulher Angolana esteja em posição de igualdade na vida da nação”. LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Vol. II – 1961-1962*. Luanda, Angola: 2006.

<sup>442</sup> Segundo a historiadora Irene Flunser Pimentel, o agente da PIDE enviado ao Brasil foi Cunha Passo. PIMENTEL, 2007, p. 128.

<sup>443</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 136.



**FIGURA 4:** Fotos da angolana Filomena Ramos da Cruz, grávida e com um filho nos braços, e de José Maria Nunes Pereira estampam a matéria do jornal *Última Hora*, publicada na edição de 28 de julho 1964. Filomena e advogados de Pereira denunciaram ao periódico que um agente da PIDE de nome Passos estava acompanhando as investigações, as diligências e até mesmo as prisões dos indivíduos acusados de participação no movimento brasileiro de libertação de Angola. Foto sem crédito. *Última Hora*. 28 de julho 1964, p. 05. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

A iniciativa de Filomena da Cruz de denunciar o caso à imprensa brasileira, mesmo diante do clima de repressão no Brasil, evidencia a participação ativa da angolana no grupo de ativistas pró-independência que atuava no Rio de Janeiro. Além de dar suporte ao grupo de ativistas que se reunia no apartamento dela e do marido, José Maria Nunes Pereira, há indícios da participação da angolana reforçando a rede de contatos entre o movimento anticolonial brasileiro e nacionalistas africanos. No acervo da Fundação Mário Soares, estão guardadas correspondências trocadas entre Filomena da Cruz e o líder do PAIGC, Amílcar Cabral.

Em 1963, em carta endereçada ao dirigente do PAIGC, a pedido de José Lima de Azevedo, Filomena da Cruz orientava Amílcar Cabral que enviasse informações sobre o partido e sua atividade de resistência ao colonialismo em Guiné Bissau e Cabo Verde para que fossem divulgadas na imprensa e para políticos brasileiros.

Que nos enviem muitas fotos de líderes, militantes, guerrilheiros e seus comandantes, com as respectivas notas biográficas. Estas despertam muita atenção no público em geral e nos meios políticos. Há políticos brasileiros que estão do nosso lado e que, inclusive, têm

debatido o problema das colônias nos bastidores e em nosso sentido, mas também eles carecem de elementos.<sup>444</sup>

A partir do texto redigido por Filomena da Cruz, infere-se que os militantes brasileiros tentavam ampliar a divulgação da luta de libertação nacional em outras colônias. À época, o caso de Angola recebia mais destaque na mídia brasileira. Em resposta à carta de Filomena da Cruz, Amílcar Cabral agradeceu as orientações da “amiga” e informou quais os tipos de ajuda que o PAIGC considerava mais importantes.

E mexerem-se, fazerem o que puderem que nós os ajudaremos em tudo aquilo em que a nossa palavra ou a nossa acção sejam necessárias. Pensamos que talvez seja mais fácil mobilizar as pessoas à roda de coisas simples mas concretas. Por exemplo, em torno da necessidade de ajudar os feridos dos combates, de assistir aos órfãos dos militantes do nosso Partido, de difundir o carácter e a actividade do nosso Partido, de dar a conhecer a sua história, a situação actual do nosso povo e a sua vida, organizar uma luta contra a repressão colonialista, etc.<sup>445</sup>

A troca de correspondência entre Filomena Ramos da Cruz e Amílcar Cabral nos sugere que a angolana teve papel importante nas conexões mantidas pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas. A participação feminina na rede de solidariedade criada no Brasil em apoio à luta do povo angolano merece maior número de trabalhos de pesquisa. Infelizmente, não nos foi possível aprofundar essa análise por conta do tempo e do espaço disponível.

A denúncia de Filomena Ramos da Cruz à imprensa sobre a presença de agentes da PIDE acompanhando as forças policiais brasileiras no “Caso dos Angolanos” também ganhou repercussão no jornal *Correio da Manhã*. Em um artigo, o jornalista Hermano Alves responsabilizou o então ministro da Justiça, Milton Campos, sobre a participação de agentes da PIDE em todas as etapas de investigação.

A presença de exilados políticos que distribuem propaganda e que exercem atividades diversas contra governos adversários é, em qualquer cidade, um sinal de maturidade do país que os acolhe. Ao tempo do sr. João Goulart, cubanos anticastristas e portugueses anti-salazaristas, paraguaios anti-Stroessner e africanos anticolonialistas agiram à vontade, dentro dos limites impostos pelo direito de asilo. Foi preciso que se fizesse uma “revolução” em nome da democracia para que as nossas autoridades pedissem a ajuda da polícia secreta de Salazar. E depois disso, ainda querem ‘explicar ao mundo a revolução brasileira...’<sup>446</sup>

A ironia do jornalista escancarava a principal crítica à atitude do governo brasileiro no caso da prisão dos angolanos: o Brasil estava servindo aos interesses do governo de Portugal. A análise dos interrogatórios dos militantes pela política brasileira deixava claro esse propósito. No Arquivo Público do Rio de Janeiro, um processo em nome de José Maria Nunes Pereira guarda o Termo de Inquirição do brasileiro quando este esteve preso no CENIMAR.

<sup>444</sup> Correspondência enviada por Filomena Ramos da Cruz a Amílcar Cabral. Data: 1963. Pasta: 04613.069.106. Fundação Mário Soares. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Acervo digital [www.casacomum.org.br](http://www.casacomum.org.br).

<sup>445</sup> Correspondência de Amílcar Cabral a Filomena Ramos da Cruz. Data: 28 de Junho de 1963. Pasta: 04622.145.044. Fundação Mário Soares. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Acervo digital [www.casacomum.org.br](http://www.casacomum.org.br).

<sup>446</sup> “A PIDE no Brasil”. Autoria de Hermano Alves. *Correio da Manhã*, 22 de julho de 1964, p. 06.

O testemunho foi prestado ao capitão de corveta Henri Fabiano de Azevedo Soares, no dia 22 de julho de 1964. De acordo com o documento, ao ser questionado pelo militar sobre sua atuação política, Pereira teria respondido que atuava “pela aproximação do Brasil com a África, pela libertação das colônias portuguesas, contra o racismo e pela existência legal da UNE”.<sup>447</sup>

Segundo o Termo de Inquirição, Pereira teria citado o nome de Fernando Mourão como o contato do Centro Positivista de São Paulo para enviar à África medicamentos angariados pela entidade na cidade. Ao ser questionado que tipo de credencial lhe fora concedido pelo MPLA para atuar no Brasil, a testemunha teria dito que era um documento destinado a apressar a concessão de bolsas junto ao Itamaraty.<sup>448</sup> Mesmo sem conseguirmos confirmar a autenticidade dessas declarações, em caso do relato do interrogatório ter tido esse mesmo conteúdo, é relevante pontuar a óbvia intenção do militar brasileiro em obter do preso detalhes sobre sua trajetória no movimento brasileiro pró-independência africana, incluindo seus contatos dentro e fora do Brasil.

O tratamento dispensado ao angolano José Lima de Azevedo na prisão foi o caso mais cruel entre todos os ativistas presos. Após 1º de abril de 1964, Lima de Azevedo foi preso três vezes no Brasil. Após a primeira prisão, o poeta Fernando da Costa Andrade chegou a aconselhar o amigo a deixar o Brasil. Em suas memórias, o angolano recorda que recebeu a advertência quando foi solto pela segunda vez após a intervenção do diretor do *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, junto ao comandante do Exército de São Paulo, Amaury Krueel. Costa Andrade seguiu a orientação e partiu com a mulher para a Itália.<sup>449</sup>

Já Lima de Azevedo, descrente de uma nova detenção, permaneceu no Brasil e foi preso novamente. Durante a sua segunda prisão, no dia 24 de julho de 1964, Lima de Azevedo foi torturado nas dependências do CENIMAR, no 5º andar do Ministério da Marinha. No livro *Torturas e Torturados*, o jornalista Márcio Moreira Alves, que trabalhava à época no jornal *Correio da Manhã*, transcreve o teor de uma carta enviada por Lima de Azevedo à Redação detalhando a tortura sofrida. Na correspondência, o angolano acusou pelo crime o tenente Perestrello Feijó, responsável pelas investigações em torno do caso dos patriotas angolanos no Brasil. Feijó foi o mesmo militar que esteve na residência do brasileiro José Maria Nunes Pereira e da angolana Filomena da Cruz.

O referido oficial declarou-me que seria torturado a menos que prestasse as informações desejadas. Tal fato aconteceu após as primeiras torturas sofridas. Fui desnudado e algemado a uma cadeira pelo agente do DOPS, Solimar, que ameaçou lançar-me na baía. Em seguida, o agente Sérgio Alex tentou estrangular-me, aplicando-me, logo após, socos no fígado,

---

<sup>447</sup> Prontuário nº 1180. Termo de Inquirição de José Maria Nunes Pereira. 22/07/1964. Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>448</sup> Prontuário nº 1180. Termo de Inquirição de José Maria Nunes Pereira. 22/07/1964. Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>449</sup> Segundo Fernando da Costa Andrade, Júlio de Mesquita Filho intercedeu em seu nome atendendo ao pedido de Fernando Mourão e de Miguel Urbano Rodrigues, que temiam que ele e Lima de Azevedo fossem entregues pelo Brasil à PIDE. Segundo o poeta angolano, um agente da PIDE conhecido como “torturador dos presos políticos angolanos em Luanda e Lisboa” estava no Brasil quando da prisão dos angolanos. COSTA ANDRADE, 2002, p. 175-176.

estômago e peito. Dois outros agentes encarregaram-se de colocar sabão em meus olhos, obrigando-me em seguida a olhar de frente uma forte luz. Também sofri a tortura chamada de telefone.<sup>450</sup>

Na edição de 12 de setembro de 1964, o jornal *Correio da Manhã* publicou em sua capa uma carta de Lima de Azevedo. No documento, o angolano se mostrava bastante preocupado por não ter advogado e, segundo ele, pela tentativa da própria polícia brasileira de esconder o seu paradeiro e, até mesmo, negar que ele continuasse preso. O próprio secretário de Segurança da Guanabara, Gustavo Borges, disse em declaração ao periódico que Lima de Azevedo já havia sido solto no dia 12 de agosto.

Continuo preso e na situação de sequestrado. Peço-lhe que leve isso em consideração e me mande um advogado (...). Continuo na DOPS e quando alguém me procura aqui informam que não me encontro aqui preso. Ando doente em consequência das torturas do dia 24 de julho. Sinto-me mal da vista e não sou tratado. Receio pela minha vista. As cartilagens da garganta doem-me de vez em quando.<sup>451</sup>

A denúncia feita por Lima de Azevedo teve grande repercussão dentro e fora do Brasil. Dois dias depois após a reportagem de capa do *Correio da Manhã*, Lima de Azevedo foi levado para prestar depoimento na Divisão de Polícia Política e Social (DPPS) do Rio de Janeiro na presença do próprio governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e do secretário de Segurança da Guanabara, Gustavo Borges.

No depoimento, o angolano confirmou ter sido torturado e apontou o nome dos responsáveis. A afirmação de Lima de Azevedo, de acordo com o *Correio da Manhã*, causou mal-estar entre as autoridades presentes. “Estava confirmada a derrota do governador. Seus agentes espancadores tinham sido, mais uma vez, oficialmente desmascarados. E, temendo um fracasso maior, as autoridades não permitiram, em nenhum momento, que o asilado se avistasse com os jornalistas”.<sup>452</sup>

Em matéria publicada no dia seguinte ao interrogatório, 15 de setembro de 1964, o periódico estampou a manchete “Confirma-se tortura na GB” e as declarações que teriam sido ditas por Lima de Azevedo em seu depoimento. “Êste não só confirmou as sevícias de que vem sendo vítima por parte da Polícia, como ainda apontou o agente da DOPS, de nome Solimar, como o elemento que ameaçou matá-lo por afogamento quando de sua passagem pelo Centro de Informações da Marinha”.<sup>453</sup>

---

<sup>450</sup> DOPS. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1964. (a) José Lima de Azevedo *apud* ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966, p. 158.

<sup>451</sup> “Violência policial na Guanabara”. *Correio da Manhã*. 12 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>452</sup> “Confirma-se a tortura na GB”. *Correio da Manhã*. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>453</sup> “Confirma-se a tortura na GB”. *Correio da Manhã*. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.



**FIGURA 5:** José Lima de Azevedo (de bigode no canto à esquerda) presta depoimento na Divisão de Polícia Política e Social (DPPS) do Rio de Janeiro na presença do governador da Guanabara, Carlos Lacerda (lendo jornal na segunda imagem). Na ocasião, o angolano confirmou ter sido torturado nas dependências do CENIMAR no dia 24 de julho de 1964. Foto sem crédito. “Confirma-se a tortura na GB”. *Correio da Manhã*. 15 de setembro de 1964, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

Após várias tentativas, a defesa de José Lima de Azevedo conseguiu um alvará de soltura para o angolano no dia 17 de novembro de 1964. No entanto, o delegado responsável pelo caso não cumpriu a decisão judicial e manteve o angolano preso. Em nova carta enviada à Redação do jornal *Correio da Manhã*, publicada na edição do dia 8 de dezembro, Lima de Azevedo especulava que a confirmação de tortura diante do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, seria o motivo de sua perseguição pela polícia brasileira. “Grave erro tático devo ter cometido e esta talvez seja a causa de se terem desencadeado sobre mim todas as iras”.<sup>454</sup>

O nacionalista angolano afirmou ao periódico brasileiro que também vivia sob a ameaça de ser entregue à polícia fascista de Salazar. “Sabem que isso é ilegal e desumano, mas parecem determinados a fazê-lo”. Sem poupar críticas ao Brasil, Lima de Azevedo disse que outros estrangeiros, entre eles vários africanos, estavam sendo perseguidos pelo DOPS. “O Brasil está fazendo o triste papel de capitão do mato para os colonizadores da África”.<sup>455</sup>

As denúncias feitas por Lima de Azevedo motivaram uma resposta do jornal *O GLOBO*, defensor à época no Brasil do Estado Novo português. O periódico publicou matéria, na edição de 24 de setembro de 1964, acusando o angolano de ser “agitador internacional filiado à linha chinesa do Partido Comunista”. O brasileiro José Maria Nunes Pereira, também citado na reportagem, foi apresentado como “responsável pela campanha de desmoralização que está sendo movida contra os oficiais do CENIMAR”.<sup>456</sup>

A prisão do chamado “grupo angolano” pelas forças policiais brasileiras sob a acusação de subversão, mesmo sem qualquer indício de que os ativistas tivessem cometido tal crime, se transformou em um episódio vexatório para o Brasil. O fato de a maioria dos nacionalistas africanos terem entrado no país de forma legal, alguns com bolsos do Itamaraty ou asilados políticos, teve repercussão não só dentro do Brasil, como fora. As denúncias de que agentes da PIDE haviam participado das detenções e que os interrogatórios dos presos abordavam as atividades anticoloniais deles no território brasileiro eram fortes indícios de que o governo militar no Brasil estava disposto a retomar com vigor a aliança luso-brasileira.

Um ano após as prisões, na edição de 23 de junho de 1965, o jornal *Última Hora* publicou uma extensa reportagem de capa intitulada “Quem são esses jovens tão perseguidos no Brasil de hoje: Seu crime é sonhar com a liberdade”. A matéria, assinada por Domingos Meireles, contou a trajetória

---

<sup>454</sup> “Angolano denuncia tortura na prisão”. *Correio da Manhã*. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>455</sup> “Angolano denuncia tortura na prisão”. *Correio da Manhã*. 8 de dezembro de 1964, p. 11. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>456</sup> “Angolano preso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”. *O GLOBO*, 24/09/1964, p. 20.

dos angolanos e de outros ativistas presos injustamente no Brasil apenas pelo fato de lutarem pela independência e autodeterminação de Angola e das outras colônias portuguesas em África.

O jornalista denunciou os atos de arbitrariedade da política brasileira no Caso dos Angolanos como a tortura de José Lima e Azevedo, ainda à época mantido preso, aguardando a conclusão do processo de expulsão do país. “Esses jovens procuraram, no Brasil, um abrigo que lhes era generosamente oferecido. Mas, apesar dos convites oficiais e das bolsas, acabaram recebendo, em vez de abrigo, maus tratos, sevícias, prisão e condenações”.<sup>457</sup>

---

<sup>457</sup> “Quem são esses jovens tão perseguidos no Brasil de hoje: Seu crime é sonhar com a liberdade”. *Última Hora*, 23 de junho de 1965, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

# QUEM SÃO ESSES JOVENS TÃO PERSEGUIDIDOS NO BRASIL DE HOJE

## OS ANGOLANOS

O S angolanos conhecem os caminhos de resistência que se saguam ao golpe militar de 31 de maio de 1964. Bem sabem que tiveram direito a um IPM — que se tornou conhecido como "a IPM dos angolanos".

Quem são os angolanos? São, entre outros, estudantes, associações nos chamados territórios ultramarinos de Portugal. Mas a IPM vem com os nomes contestados, incluem também brasileiros, mas jovens. São jovens angolanos, mas, aqui, em breve que lhes vem o reconhecimento. Mas, apesar dos caminhos abertos e das liberdades reconhecidas, os seus direitos nem sempre foram respeitados e continuam a ser.

Temos de reconhecer que aquilo que a IPM concedeu qualifica como "a liberdade brasileira" nos assuntos e assuntos deste episódio. Tanta coisa que a "liberdade" dos angolanos foi a IPM, mas não a liberdade de movimento, mas a liberdade de pensamento.

O mais conhecido é Vasco Graça, o estudante de Economia, que, depois de ter sido preso, foi libertado e foi a Angolanos de João Alberto Mendes Campos, durante alguns dias, na prisão de seu embargão (no caso de Graça), para onde foi libertado em liberdade de movimento. Em seu tempo de liberdade, Graça escreveu, escreveu em parte do seu julgamento.

# Seu Crime é Sonhar Com a Liberdade



JOÃO ALBERTO MENDES CAMPOS (à esquerda) e VASCO GRAÇA (à direita).

Reportagem de DOMINGOS MEIRELES Fotos da EQUIPE de UH



### O REU E O GOVERNADOR



CONTENCIOSO de 14 de novembro de 1964. São apresentados ao julgamento do governador Vasco Graça e do estudante Vasco Graça. O juiz é o desembargador João Alberto Mendes Campos.

### De Prisão em Prisão



Stanislaw na prisão.

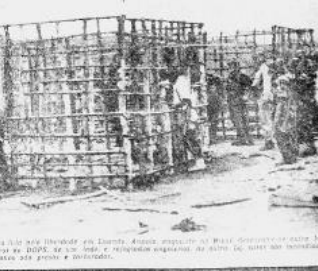
**De Cabo Verde**  
No dia 1 de maio de 1964, a prisão de António de Almeida e a prisão de Vasco Graça, Cláudio José Mendes, conhecido como "o menino de ouro", foram libertados. Mas, a liberdade não foi completa, pois os dois foram libertados apenas em liberdade de pensamento, mas não de movimento. Graça foi libertado em liberdade de movimento, mas não de pensamento. Graça foi libertado em liberdade de pensamento, mas não de movimento.

**Resistência invadida**  
A resistência dos angolanos no Brasil foi invadida por um grupo de brasileiros que se chamam "os angolanos". Este grupo de brasileiros foi formado por um grupo de brasileiros que se chamam "os angolanos". Este grupo de brasileiros foi formado por um grupo de brasileiros que se chamam "os angolanos".

**O Angolano**  
A primeira vítima foi o angolano de nome António de Almeida. Este foi preso em 31 de maio de 1964. António de Almeida foi preso em 31 de maio de 1964. António de Almeida foi preso em 31 de maio de 1964.

**Angolano Têm IPM**  
No dia 15 de maio de 1964, os angolanos tiveram o IPM. Este IPM foi concedido aos angolanos em 15 de maio de 1964.

### NO "FRONT" DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA



### STANISLAW NA PÁGINA 3: OS SINDICALIZADOS SINDICAM O SINDICATO

FIGURA 6: Reprodução da Capa do jornal Última Hora, de 23 de junho de 1965 com fotos de alguns ativistas do MABLA presos. A reportagem do jornalista Domingos Meireles denunciou a arbitrariedade da prisão dos ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Fotos sem crédito. Última Hora, 23 de junho de 1965, p. 01 (Capa). Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

As críticas ao episódio da prisão no Brasil dos ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas partiram, principalmente, de autoridades africanas. O governo do Senegal realizou uma campanha internacional cobrando do governo brasileiro a soltura dos nacionalistas. O embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor, promoveu uma intensa pressão sobre as autoridades

brasileiras para a libertação dos nacionalistas. O presidente Léopold Senghor enviou uma carta ao embaixador brasileiro em Dacar, Francisco Chermont Lisboa, também pedindo que os africanos fossem imediatamente soltos e mencionando nominalmente o guineense Fidelis Cabral, do PAIGC.<sup>458</sup> Em resposta, Fidelis Cabral foi libertado dois dias após a detenção, ainda em abril de 1964, e exilou-se no Senegal.

Além da pressão da imprensa local e da ação diplomática direta do governo do Senegal, foi articulada uma campanha internacional a favor da libertação dos nacionalistas africanos presos no Brasil. Logo após as prisões, foi publicado um artigo no *Le Monde* denunciando o caso. Segundo Jerry Dávila, embora a fonte da reportagem tenha sido identificada como o escritório do MPLA em Paris, a escolha de um jornal francês para publicação do texto e o seu tom eram compatíveis com a campanha do governo senegalês. O artigo interpretava o caso como prova da renovação do apoio brasileiro ao colonialismo português.<sup>459</sup>

Como parte da pressão internacional sobre o governo brasileiro, o presidente do MPLA, Agostinho Neto, também pediu a intervenção da ONU com o intuito de conseguir a libertação de cinco estudantes africanos, “dois deles membros do MPLA, que teriam sido presos pelo Governo Brasileiro e que estariam em perigo de ser extraditados para Portugal”. De acordo com documento da Embaixada de Portugal enviado ao MRE, em que são requisitadas mais informações sobre as prisões, o Comitê de Descolonização da ONU (Comitê dos 24) publicou no dia 2 de junho de 1964 um apelo pela liberação dos ativistas africanos.<sup>460</sup>

Até mesmo Holden Roberto, dirigente da UPA, enviou, no dia 7 de maio de 1964, um telegrama em nome do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) ao governo brasileiro protestando contra as prisões dos angolanos Fernando da Costa Andrade e José Lima de Azevedo, ambos ligados ao MPLA, movimento ao qual a UPA muitas vezes se contrapôs. No documento, Holden Roberto se insurgia contra a ameaça de que os angolanos seriam transferidos para Portugal, “amarrados pelos pés e mãos, para serem encarcerados”.<sup>461</sup>

A publicação do artigo no *Le Monde* e a repercussão internacional levaram o embaixador brasileiro Francisco Chermont Lisboa a levar o caso das prisões ao Itamaraty. Como consequência da repercussão negativa do episódio, o chanceler Vasco Tristão Leitão da Cunha (1964-1966), que era

---

<sup>458</sup> Embaixada brasileira em Dacar para o MRE. Informação sobre o senhor Fidelis Cabral, representante do PAIGC no Brasil, telegrama 10, 2 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

<sup>459</sup> DÁVILA, 2011, p. 152.

<sup>460</sup> Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores. 4 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

<sup>461</sup> Documento reproduzindo teletipo de Leopoldville. Governo Revolucionário de Angola no exílio para o MRE. 7 de maio de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

publicamente um defensor da aliança do Brasil com Portugal, entrou em contato com o DOPS-RJ e com o DEOPS-SP solicitando que os nacionalistas africanos que ainda estivessem presos fossem libertados e enviados para o Senegal.<sup>462</sup>

Após a libertação, a maioria dos angolanos deixou o país por conta própria. José Manuel Gonçalves, com o apoio do governo de Senegal e com passaporte do referido país, conseguiu visto para Dacar e deixou o Brasil ainda em 1964, após passar quatro meses detido. Ele passou pela Bolívia e pelo Chile e, depois, seguiu para a fronteira do Congo como militante do MPLA.

No caso de José Lima de Azevedo, o governo brasileiro agiu de forma diferente. Ele foi o ativista angolano que ficou mais tempo preso, quase um ano. O governo brasileiro não atendeu ao pedido de extradição do angolano feito por Portugal, mas decidiu expulsá-lo do Brasil. Em decreto do dia 24 de março de 1965, o presidente Castelo Branco (1964-1967) e o então ministro da Justiça, Milton Campos, oficializaram a decisão de expulsão de José Lima de Azevedo. Em maio de 1965, ele também foi para Dacar.<sup>463</sup>

No “IPM dos angolanos”, Lima de Azevedo foi acusado de “interferir flagrantemente em assuntos da economia interna e no comércio do Brasil com países amigos, com atos que, sem sombra de dúvida, podem ser considerados subversivos”.<sup>464</sup> O documento citou como exemplos da “atividade subversiva” do angolano o boicote do desembarque no Porto de Santos de feijão angolano que o governo português pretendia vender no Brasil e a tentativa de impedir a remessa de fundos da colônia portuguesa residente no Brasil para Portugal.

Concluimos nesta parte da dissertação que as atividades do MABLA despertaram a preocupação de Portugal que mobilizou espões da PIDE para monitorar os passos dos ativistas anticoloniais no Brasil. Após o golpe civil-militar de 1964, agentes da PIDE contaram com a ajuda das forças policiais brasileiras para perseguir integrantes do MABLA e até participaram das prisões de nacionalistas angolanos que na época estavam no país.

O clima de insegurança e de perseguição causou a saída da maioria dos africanos que faziam parte do movimento anticolonial brasileiro. Como consequência e diante do clima de insegurança, o MABLA foi perdendo força em sua atuação coletiva. Muitos colaboradores passaram a se dedicar exclusivamente às ações de combate ao regime militar instaurado. A situação exigiu uma

---

<sup>462</sup> DÁVILA, 2011, p. 152.

<sup>463</sup> “Angolano sairá da prisão para Dacar”. *Correio da Manhã*. 9 de maio de 1965, p. 03. Arquivo Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>464</sup> Relatório do Sr. Milton Campos. Processo de expulsão do angolano José Lima de Azevedo, p. 02. Documento gentilmente cedido pelo historiador José Francisco dos Santos.

reconfiguração da militância dos ativistas que lutavam pela independência africana e ficaram no país, basicamente brasileiros e portugueses antissalazaristas.

### **3.2 Portugal Democrático: a luta contra o colonialismo português em tempos de ditadura no Brasil**

Celebrai hoje o bom êxito de uma Civilização forjada não na sujeição mas na independência em face de uma metrópole que rechaçastes a tutela sem lhe negar a cultura; deveis desejar, para nós mesmos, os mesmos bons êxitos exemplares.<sup>465</sup>

O discurso do primeiro presidente africano a visitar o Brasil após a deflagração do golpe civil-militar, em 1º de abril de 1964, não deixava dúvidas de que o apoio brasileiro às independências das colônias ainda era desejado. A fala do presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, no banquete oferecido a ele pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, usava o Brasil, ex-colônia portuguesa que se tornara independente, como exemplo para tentar convencer o governo militar brasileiro a apoiar a luta dos povos africanos pela independência e autodeterminação.

Nos seis dias em que esteve visitando oficialmente o Brasil, Léopold Senghor passou por cinco cidades: Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e São Paulo. No Brasil, o presidente senegalês tinha uma estratégia. Após o Golpe de 1º de abril, o Estado brasileiro dava demonstrações de que retomaria com vigor a aliança com Portugal. Segundo Jerry Dávila, Léopold Senghor pretendia desequilibrar a disputa em favor dos africanos, ou pelo menos, manter a posição do Brasil ambígua com relação ao colonialismo.<sup>466</sup>

Nos discursos proferidos pelo presidente senegalês nas solenidades oficiais das quais participou, ele evitava falar abertamente sobre o colonialismo e hostilizar Portugal, mas exaltava a importância do exemplo da independência do Brasil para o continente africano. Em visita ao Congresso Nacional, no dia 23 de setembro, Senghor elogiou Cláudio Manoel da Costa e Joaquim José da Silva Xavier e a Inconfidência Mineira de 1789 e afirmou que o caminho da liberdade e do desenvolvimento seguido pelo Brasil inspirava os africanos.

Disse eu que vós abristes o caminho, que destes um exemplo. "Adeus, senhor do Brasil" - separastes-vos da vossa antiga metrópole sem derramamento de sangue, quase sem disputa, proclamaste a República nas mesmas condições: "Adeus, D. Pedro!" Nem de outra maneira podíeis, sem trair a delicadeza, proceder com D. Pedro II, esse "Imperador humanista" que legou à vossa grande República a paixão do saber e o amor das artes.<sup>467</sup>

<sup>465</sup> "Léopold Senghor pede no Brasil a independência das colônias portuguesas". *Portugal Democrático*, Ano VIII, São Paulo, Nº 87, outubro de 1964, p. 08.

<sup>466</sup> DÁVILA, 2011, p. 159.

<sup>467</sup> "Senghor diz que é exemplo a constituição do Brasil". *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1964, p. 12.

A partir do discurso de Léopold Senghor, podemos inferir a intenção dele de exaltar que os africanos, assim como os brasileiros, reconheciam as contribuições de Portugal para a sua cultura. De olho em reduzir as resistências do governo militar em romper a aliança com Portugal, o presidente senegalês defendeu que fosse formada uma “comunidade afro-luso-brasileira” de nações independentes, da qual o Brasil seria o líder.<sup>468</sup> Em reuniões com o presidente brasileiro Castelo Branco e com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, Senghor também propôs que o Brasil atuasse como intermediador entre Portugal e os movimentos nacionalistas africanos.<sup>469</sup>

A presença de Léopold Senghor no Brasil<sup>470</sup> representou um importante momento para os ativistas que defendiam a independência de Angola ligados ao jornal *Portugal Democrático*. Uma delegação de democratas portugueses, representando o Centro Republicano Português, a Unidade Democrática Portuguesa e o jornal *Portugal Democrático*, se reuniu em São Paulo, no dia 25 de setembro, com o presidente senegalês para manifestar apoio às declarações de Senghor a favor das independências africanas. O encontro ganhou ampla divulgação do jornal *Portugal Democrático*, na edição de outubro de 1964.

Os escritores Joaquim Barradas de Carvalho Silva e Vítor Ramos Silva e o jornalista Miguel Urbano Rodrigues Silva representaram o *Portugal Democrático* na audiência com Senghor (**Figura 7**). No encontro, os portugueses enfatizaram a oposição do povo português à guerra colonial e “pediram-lhe que contribuísse em África para que se fizesse sempre a diferenciação entre os colonialistas-fascistas portugueses e o povo de Portugal que é, ele próprio, em certa medida, um povo colonizado”. O líder africano respondeu ao grupo que se considerava “amigo do povo português” e que “jamais o confundiu com seus opressores”.<sup>471</sup>

Ainda no encontro, Léopold Senghor insistiu na importância de uma ação diplomática do Brasil mais intensa em relação ao colonialismo português, “pois nenhum outro país lhe parece mais qualificado para levar o governo de Salazar a compreender a impossibilidade de evitar a

<sup>468</sup> DÁVILA, 2011, p. 160.

<sup>469</sup> DÁVILA, 2011, p. 157.

<sup>470</sup> A visita do presidente senegalês havia sido inicialmente programada para ocorrer em 1962, na gestão de João Goulart (1962-1964), mas a crise interna do país acabou levando o governo brasileiro a adiar o convite. Por insistência do governo do Senegal, a visita foi reagendada. Troca de correspondência entre o MRE e a Embaixada do Brasil em Dacar mostra que o governo militar chegou a cogitar, a menos de 15 dias da viagem de Senghor ao Brasil, em 1964, o cancelamento do convite feito ao presidente senegalês para remarcar a visita para o final do mesmo ano. No entanto, o embaixador brasileiro em Dacar, Chermont Lisboa, ponderou à época ao governo militar brasileiro que a medida poderia ser interpretada como uma desconsideração do Brasil com o presidente senegalês, que tinha uma reputação muito positiva internacionalmente, o que poderia provocar ainda uma reação negativa de outros estadistas, principalmente africanos. O diplomata também alertou que a decisão poderia prejudicar diplomaticamente as relações entre Brasil e Senegal. Telegrama do embaixador brasileiro Frederico de Chermont à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dacar. 1º de fevereiro de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

<sup>471</sup> “Léopold Senghor pede no Brasil a independência das colônias portuguesas”. *Portugal Democrático*, Ano VIII, São Paulo, Nº 87, outubro de 1964, p. 08.

independência das nações africanas por ele subjugadas”.<sup>472</sup> A Coluna “Notas e Comentários”, do *Portugal Democrático*, também repercutiu a visita de Léopold Senghor e o seu projeto político de convencer o Brasil a mediar o processo de negociação entre Portugal e os movimentos nacionalistas africanos.

(Senghor) Não escondeu, antes pelo contrário, que antevê para o Brasil um grande papel junto das nações africanas de língua portuguesa. Simplesmente, não é esse o papel que Salazar desejaria vê-lo desempenhar. Para Senghor, **a nação brasileira pode contribuir decisivamente para apressar o acesso à autodeterminação e independência das colônias portuguesas**; para Salazar ela estaria naturalmente indicada para retardá-lo. (grifos nossos)<sup>473</sup>

O *Portugal Democrático* também comemorou o que considerou ter sido um resultado positivo da viagem de Senghor ao Brasil: a declaração conjunta assinada por ele e pelo presidente brasileiro Castelo Branco afirmando os princípios da autodeterminação dos povos e “da solução pacífica das controvérsias pelo diálogo construtivo”. “É o reconhecimento tácito do direito à independência dos povos das colônias portuguesas e a condenação implícita da guerra colonial. Essa é a derrota que o fascismo português não poderá esconder”.<sup>474</sup>

---

<sup>472</sup> “Léopold Senghor pede no Brasil a independência das colônias portuguesas”. *Portugal Democrático*, Ano VIII, São Paulo, Nº 87, outubro de 1964, p. 08.

<sup>473</sup> “Senghor no Brasil”. Coluna Notas e Comentários. *Portugal Democrático*, Ano VIII, São Paulo, Nº 87, outubro de 1964, p. 03.

<sup>474</sup> Trecho da nota “Senghor no Brasil”. Coluna Notas e Comentários. *Portugal Democrático*, Ano VIII, São Paulo, Nº 87, outubro de 1964, p. 03. Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O GLOBO* e *Correio da Manhã* também trouxeram a notícia do comunicado conjunto assinado por Léopold Senghor e Castelo Branco. “Brasil e Senegal pela autodeterminação dos povos e uma civilização universal”. *O GLOBO*, 25 de setembro de 1964, p. 16. “Revelada nota Brasil-Senegal”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de setembro de 1964, p. 01. “Senghor e Castelo fazem comunicado”. *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1964, p. 11.



**FIGURA 7:** Na fotografia publicada na edição de outubro de 1964, Senghor está ao lado de parte da delegação de democratas portuguesas com quem se reuniu em São Paulo, quando em visita ao Brasil. Joaquim Barradas de Carvalho, Vítor Ramos e Miguel Urbano Rodrigues representaram o jornal *Portugal Democrático*. Foto sem crédito. *Portugal Democrático*, Ano VIII, São Paulo, Nº 87, outubro de 1964, p. 08. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas (Unicamp).

A ampla cobertura dada pelo jornal *Portugal Democrático* à visita do presidente senegalês deu mais visibilidade à campanha contra o colonialismo português que o periódico encampava desde 1961 e que o fez parceiro do MABLA. Ao contrário de outros veículos de imprensa brasileiros, o jornal feito pela oposição portuguesa não foi alvo da repressão do governo militar brasileiro.<sup>475</sup> Pesquisadores apresentam explicações diferentes, mas não excludentes entre si, para essa continuidade.

A historiadora Heloisa Paulo afirma que, de acordo com entrevista realizada com Alexandre Pereira, um dos responsáveis pelo periódico, a polícia brasileira mantinha uma certa “distância” dos exilados portugueses, desde que estes não interferissem na política local. Segundo Pereira, era uma espécie de barganha, feita no intuito de manter a propaganda dos dissidentes antissalazaristas restrita ao círculo do exílio.<sup>476</sup>

Já o pesquisador Douglas Mansur da Silva cita um outro motivo para o jornal ter continuado em atividade durante o governo militar: a conivência dos núcleos mais nacionalistas do governo

<sup>475</sup> O jornal *O Estado de S. Paulo* apoiou o golpe civil-militar. Miguel Urbano Rodrigues deixou de ser editorialista do jornal e passou a assinar exclusivamente o Suplemento Literário. Fernando Mourão foi demitido um ano depois do Golpe.

<sup>476</sup> Entrevista de Alexandre Pereira a Heloisa Paulo. 03/07/2004 *apud* PAULO, 2014, p. 07.

militar que mantinham um certo sentimento “anticolonialista”. Segundo Mansur, essa ideia se expressava pela manifestação contrária a Portugal - o mesmo colonizador que explorou o Brasil - e aproximava a causa de independência dessas colônias em África à afirmação da autonomia e do nacionalismo brasileiro.<sup>477</sup>

Em seu livro de memórias, o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues defende que o governo militar brasileiro tentava evitar desgastes à imagem do Brasil, ao permitir que um jornal feito pela oposição portuguesa exilada no país continuasse rodando.

Para a ditadura brasileira, cuja imagem era muito má em consequência do terror policial, qualquer medida repressiva contra um jornal que desfraldava a bandeira da independência das colônias portuguesas seria interpretada, fora do país, como demonstração de apoio a uma política colonialista condenada pelas Nações Unidas.<sup>478</sup>

Urbano Rodrigues se refere em sua fala ao crescente isolamento que Portugal vinha sofrendo na ONU por conta de seu sistema colonial. Apesar de continuar circulando durante a ditadura brasileira, a linha editorial do jornal *Portugal Democrático* passou por adequações. O jornal continuava a estampar em suas páginas matérias contra Portugal e a defender o fim do colonialismo, mas sumiram os textos com referências diretas à política brasileira, incluindo os que cobravam que o governo revisse sua aliança com Portugal e se manifestasse a favor das independências africanas.

Quando o governo militar se instaurou no Brasil, no dia 1º de abril de 1964, a edição do referido mês do *Portugal Democrático* já estava sendo preparada. A manchete da primeira página do jornal, “Estudantes contra Salazar”, referia-se a uma grande manifestação de estudantes portugueses contra o fascismo de Salazar pelas ruas de Lisboa, por ocasião do Dia do Estudante em Portugal.<sup>479</sup> Apesar da precaução do jornal *Portugal Democrático* de não se referir à política brasileira, Urbano Rodrigues afirma que as matérias que divulgavam atos de resistência dos portugueses contra a ditadura de Salazar bem serviam para estimular a combatividade dos brasileiros, principalmente estudantes e intelectuais, contra o regime ditatorial recém instaurado.<sup>480</sup>

A campanha pelo fim do colonialismo português em África continuou tendo espaço no jornal. No editorial “Povo Português e Povos Coloniais: Aliados Naturais”, de junho/julho de 1964, o *Portugal Democrático* reafirmou que os portugueses antifascistas apoiavam a luta dos movimentos

---

<sup>477</sup> Entrevista de Alexandre Pereira a Douglas Mansur da Silva. SILVA, 2000, p. 132.

<sup>478</sup> RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - II - Revolução e Contra-revolução na América Latina*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 106.

<sup>479</sup> “Estudantes contra Salazar!” *Portugal Democrático*, Ano VIII, Nº 82, São Paulo, abril de 1964, p. 01.

<sup>480</sup> RODRIGUES, 2004, p. 139.

nacionalistas africanos pelo direito às independências e à autodeterminação das colônias portuguesas.<sup>481</sup>

Embora o jornal evitasse falar diretamente sobre os problemas internos brasileiros, o assunto da política externa entre Brasil e Portugal era uma exceção. O jornal se posicionava contrário às estratégias usadas pelo governo de Salazar para continuar mantendo o Brasil em sua zona de influência. À época, Oliveira Salazar oferecia ao governo brasileiro facilidades portuárias nas cidades de Luanda, em Angola, e de Lourenço Marques (atual Maputo), em Moçambique, condição que consolidaria o Brasil como polo de exportação de produtos industrializados. Esta medida integrava-se ao antigo projeto de criação de uma Comunidade Luso-Brasileira que, até então, teve mais efeito retórico do que prático.

Na nota “Portugal, Brasil, África”, publicada na coluna Notas e Comentários, na edição de setembro de 1964, o *Portugal Democrático* afirmava que o governo português tinha a pretensão de se aproveitar do prestígio brasileiro para manter o controle sobre os seus territórios em África.

Ora, o Brasil tem, na verdade, um grande papel a desempenhar em África, para o qual o credenciam não só o seu potencial econômico, mas também as suas características culturais e étnicas e a sua posição geográfica. Acreditamos, porém, que só poderá fazê-lo se se mantiver fiel aos imperativos morais que nortearam o seu desenvolvimento histórico, a sua tradição de defensor da independência e da emancipação dos povos. **Entrando em África pela mão de Salazar, aceitando esse presente de grego, estaria o Brasil inutilizando o seu maior trunfo**, o único que lhe permitirá competir em condições favoráveis com países economicamente mais fortes e já tradicionalmente instalados no continente africano, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. (grifos nossos)<sup>482</sup>

No discurso propagado pelo *Portugal Democrático*, o Brasil possuía vantagens sobre outras nações por conta dos laços históricos e culturais que uniam brasileiros e africanos e pelo exemplo de ser uma ex-colônia de Portugal que se tornou independente e tomou o rumo do crescimento. Mas o jornal alertava ao governo brasileiro de que a manutenção da aliança com Portugal inviabilizaria essa aproximação entre o Brasil e a África.

Uma ação do *Portugal Democrático* contra o colonialismo português que ganhou repercussão internacional foi o envio anual de um memorial à Assembleia Geral da ONU. O instrumento era referendado por “portugueses democratas da América”, que reunia seis países do continente americano - Argentina, Brasil, Uruguai, Venezuela, Canadá e Estados Unidos. O memorial se transformou em um instrumento político de pressão e de condenação do colonialismo português e de defesa da independência e da autodeterminação dos territórios administrados em África por Portugal.

<sup>481</sup> “Povo português e povos coloniais: aliados naturais”. *Portugal Democrático*, Ano VIII, Nº 84, São Paulo, junho/julho de 1964, p. 01.

<sup>482</sup> “Portugal, Brasil, África”. Coluna “Notas e Comentários”. *Portugal Democrático*, Ano IX, Nº 86, São Paulo, setembro de 1964, p. 03.

O primeiro memorial, datado de 25 de novembro de 1963, foi enviado à XIX Assembleia Geral da ONU<sup>483</sup>. O documento foi subscrito, entre outras lideranças, pelo general Humberto Delgado e pelo professor Ruy Luiz Gomes, ambos ex-candidatos à Presidência de Portugal. Traduzido para o inglês, o francês e o espanhol, o memorial foi enviado para centenas de órgãos de comunicação por todo o mundo, incluindo para o *The New York Times* e o *The Washington Post*.<sup>484</sup>

Como resposta ao memorial, Miguel Urbano Rodrigues revela que o governo português tentou, sem sucesso, desmentir as denúncias feitas no documento, inclusive fazendo uso de contatos com intelectuais brasileiros simpatizantes de Portugal. “O esforço do fascismo para desmentir o óbvio contribuiu para ampliar a solidariedade com a luta dos povos africanos que se batiam pela independência”.<sup>485</sup>

Segundo o jornalista português, a luta dos democratas portugueses continuou a contagiar os brasileiros, mesmo em um ambiente de ditadura. “A *intelligentsia* brasileira e a juventude universitária encontraram no combate ao colonialismo português um terreno propício – um dos poucos – em que naqueles tempos sombrios lhes era propício expressar legalmente o seu amor pela liberdade”.<sup>486</sup>

No esforço político de continuar atuando a favor da redemocratização de Portugal e pelo fim do colonialismo, o grupo do *Portugal Democrático* ainda recebia o apoio de estudantes paulistas. A antiga aliança, que era a base do grupo do MABLA, embora mais restrita por conta da repressão da ditadura aos movimentos estudantis, se fez presente durante um ato em São Paulo em homenagem ao general Humberto Delgado, morto no dia 13 de fevereiro de 1965 em Los Almerines, perto de Badajoz, Espanha.

A denúncia de que Humberto Delgado foi assassinado pela PIDE foi feita com exclusividade pelo *Portugal Democrático* na sua edição de maio de 1965 e ganhou repercussão mundial.<sup>487</sup> Um mês depois, o ato público em memória de Delgado, presidido pelo professor da USP, Florestan Fernandes, contou com a presença de jornalistas, intelectuais e políticos brasileiros. A edição de junho de 1965 do jornal trouxe uma ampla cobertura da homenagem. Sylvio Band, ex-integrante do MABLA e

---

<sup>483</sup> Em sua edição de dezembro de 1963, o jornal *Portugal Democrático* trouxe na capa a íntegra do documento.

<sup>484</sup> RODRIGUES, 2004, p. 124.

<sup>485</sup> RODRIGUES, 2004, p. 124.

<sup>486</sup> RODRIGUES, 2004, p. 124.

<sup>487</sup> "Delgado assassinado pela PIDE". *Portugal Democrático*, Ano IX, Nº 94, maio de 1965, p. 01 e 07. "Ainda a morte do general". *Portugal Democrático*, Ano IX, Nº 95, junho de 1965, p. 01, 02, 04 e 05.

colaborador do *Portugal Democrático*<sup>488</sup>, falou em nome dos estudantes universitários brasileiros. Em seu discurso, Band exaltou Humberto Delgado como uma figura que uniu brasileiros e portugueses em defesa da liberdade.

Nós, jovens brasileiros, queremos nesta solenidade fazer uma conclamação e, mais do que isso, marcar um encontro numa praça de Lisboa para continuarmos esta homenagem, descerrar uma bandeira e inaugurar ali uma a estátua do general Humberto Delgado.<sup>489</sup>

Após a denúncia do assassinato, o jornal *Portugal Democrático* criou uma campanha exigindo dos governos português e espanhol o esclarecimento das circunstâncias da morte do general Humberto Delgado e de sua secretária Arajari Campos. As matérias claramente acusavam a PIDE pelo crime e acusava o governo português de ser o mandante, com a colaboração do ditador espanhol, Francisco Franco.<sup>490</sup>

Até a sua última edição, a de número 205, publicada em abril de 1975, o núcleo de democratas portugueses usou o jornal *Portugal Democrático* como principal veículo para a divulgação de suas ações e para a articulação de apoios locais e internacionais à luta antifascista e anticolonialista. Após a queda do Estado Novo, no 25 de abril de 1974, a maioria dos exilados portugueses decidiu voltar a Portugal e acompanhar de perto as mudanças que seriam implementadas pelo novo governo português.

Em conclusão, podemos afirmar que após a deflagração do Golpe de 1964 no Brasil, o *Portugal Democrático* teve um papel fundamental ao se manter ativo defendendo as independências africanas. Ex-militantes do movimento brasileiro em apoio às independências continuavam colaborando com as atividades realizadas pelo núcleo de democratas portugueses exilados no Brasil. Desta forma, consideramos que o jornal, após o fim do MABLA, manteve-se como um espaço de resistência e de continuidade da militância anticolonial que havia sido a principal atividade exercida pelo movimento.

### 3.3 Os centros de estudos africanos: iniciativas de aproximação com o continente africano

Como já demonstramos nesta dissertação, a militância política dos grupos de ativistas do MABLA nunca foi descolada de uma atividade pedagógica. Ao longo de sua trajetória, os três grupos de ativistas atuaram, de diferentes formas, para reduzir o profundo desconhecimento da sociedade

---

<sup>488</sup> Após o golpe de 1964, Sylvio Band chegou a figurar como diretor-proprietário do *Portugal Democrático*. A legislação brasileira proibia que estrangeiros constassem legalmente como donos de veículos de comunicação nacionais. Segundo Band, para continuar a linha editorial antifascista e anticolonialista do jornal, houve uma espécie de “acordo tácito” com os governos militares.

<sup>489</sup> “Ato Público de Homenagem a Delgado”. *Portugal Democrático*, Ano IX, Nº 95, junho de 1965 p. 04.

<sup>490</sup> “Delgado assassinado pela PIDE”. *Portugal Democrático*, Ano IX, Nº 94, maio de 1965, p. 01 e 07. “Ainda a morte do general”. *Portugal Democrático*, Ano IX, Nº 95, junho de 1965, p. 01, 02, 04. 05

brasileira sobre o continente africano. Uma das importantes frentes de ação foi a criação dos centros de estudos africanos vinculados às universidades brasileiras.

Segundo a historiadora Mariana Schlickmann, os centros assumiram grande importância porque foi a partir desses espaços, surgidos a partir do início da década de 1960, que as pesquisas sobre África se institucionalizaram no Brasil e puderam ser aprofundadas, contribuindo para a propagação de conhecimento brasileiro sobre o continente.<sup>491</sup>

Esses núcleos de pesquisa tiveram (e têm) papel estratégico no estabelecimento de relações de intercâmbio com países africanos. A partir da assinatura de convênios e, também, por meio do apoio do MRE, esses centros viabilizaram a vinda ao Brasil de estudantes africanos em todos os níveis de formação universitária e professores visitantes. Não foram raros os casos de professores que vieram ao Brasil por intermédio dos centros de estudos africanos e resolveram se fixar no país.

Os primeiros centros de estudos africanos brasileiros surgiram no Brasil, não coincidentemente, ainda na década de 1960, quando as independências de diversos países africanos colocaram o continente africano em pauta na política e na academia. No Brasil, os governos de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de João Goulart (1961-1964), nas políticas externas adotadas, adotaram ações de aproximação com o continente africano. Foram criadas embaixadas e estabelecidas relações comerciais e diplomáticas com nações recém independentes. Como vimos no Capítulo I desta dissertação, nas duas gestões, houve iniciativas de distanciamento de Portugal e de sua política colonial.

Além do contexto político brasileiro, um outro fator que contribuiu para a criação dos centros de estudos africanos no Brasil foi o envolvimento prévio de seus fundadores com os países africanos, principalmente com Angola e Nigéria. O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi o primeiro núcleo de pesquisa criado, ainda em 1959, pelo filósofo português Agostinho da Silva<sup>492</sup> que, em 1944, havia se exilado no Brasil, país que via como continuidade de um Portugal idealizado e que teria a missão de criar uma nova civilização baseada em uma comunidade luso-brasileira.<sup>493</sup>

Os brasileiros José Maria Nunes Pereira e Fernando Mourão tiveram trajetórias semelhantes de aproximação política, desde os tempos em que ambos foram associados à Casa dos Estudantes do

---

<sup>491</sup> SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

<sup>492</sup> Em Portugal, Agostinho da Silva havia participado dos debates da Renascença Portuguesa e contribuído para a revista *Seara Nova*. Esses dois movimentos assentavam-se na busca de um novo lugar para Portugal no mundo, alimentados pela oposição às teses decadentistas de finais do século anterior, sobretudo aquelas produzidas nos debates da “Geração de 1870”.

<sup>493</sup> OLIVEIRA JUNIOR, 2010, p. 07.

Império (CEI), dos países africanos de língua portuguesa, principalmente de Angola e de Moçambique<sup>494</sup>. Os dois participaram ativamente da fundação dos dois outros centros, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), ligado à Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM), onde trabalhava Pereira; e o Centro de Estudos e Cultura Africana junto à FFLCH/USP, posteriormente denominado Centro de Estudos Africanos (CEA), ligado a Mourão. Mourão foi ainda orientador de Pereira no mestrado e no doutorado em Sociologia pela USP.

O CEAO da UFBA não será analisado por essa dissertação. A escolha de limitar essa pesquisa ao CEA da USP e ao CEAA da Cândido Mendes se justifica pela participação de ex-militantes do MABLA na fundação e no fortalecimento das referidas unidades acadêmicas. É importante notabilizar que a trajetória política/militante de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira imprimiu aos respectivos centros de estudos africanos uma importância não só acadêmica como política do ponto de vista das relações internacionais Brasil e África. Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira tinham contatos no Ministério das Relações Exteriores e acabaram cooperando com o Itamaraty, em diversas situações, quando o assunto era África.

- **José Maria Nunes Pereira e o CEAA**

José Maria Nunes Pereira, que havia colaborado com o IBEEA com o professor Cândido Mendes, relata em entrevista aos historiadores Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, que foi contratado, ainda em 1972, um ano antes da criação do CEAA, pelo então ministro da Fazenda Delfim Neto (1967-1974) para fazer estudos sobre o continente africano para o governo federal. Na época, Pereira trabalhava para Antônio Houaiss fazendo verbetes sobre o continente para a Enciclopédia Mirador Internacional

O ministro Delfim Neto estava precisando de um trabalho sobre África e me disse: "Qual das três Áfricas é a que vale mais a pena? A África do Norte, a África negra, ou aquela África branca, África do Sul, Angola, Moçambique e tal?" Ele queria apostar nessa África do apartheid e do colonialismo português. Não porque fosse a favor do colonialismo. Para ele era o mais rentável. E o Itamaraty estava, mesmo timidamente, defendendo a África do Norte e a negra.<sup>495</sup>

A declaração de Pereira explicita que seu nome já havia ganhado notoriedade dentro do governo como especialista em assuntos africanos. Quando o CEAA foi criado, em 1973, José Maria Nunes Pereira foi empossado seu diretor-assistente. Segundo ele, a meta do CEAA em sua primeira

---

<sup>494</sup> Essa trajetória foi descrita no Capítulo II.

<sup>495</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 137.

fase era colaborar com o Itamaraty no desenvolvimento de relações culturais com África e Ásia. Contudo, a dinamicidade inicial foi sufocada pelas novas diretrizes da ditadura civil-militar.<sup>496</sup>

Em 1974, José Maria Nunes Pereira foi convidado a colaborar com o Itamaraty. Após a queda do Estado Novo português, em 25 de abril de 1974, o governo brasileiro tinha pretensões de mediar a transferência de poder de Portugal para os movimentos nacionalistas africanos. Em Moçambique, no entanto, o porta-voz da FRELIMO, Sérgio Vieira, deixou claro em entrevista à imprensa que achava a iniciativa tardia e que a negociação já estava sendo realizada entre o movimento nacionalista e o Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal. Vieira, provavelmente, não estava disposto a esquecer os anos de aliança entre o Brasil e Portugal.<sup>497</sup>

De acordo com relato de Pereira, a recusa de Sérgio Vieira despertou a preocupação no Itamaraty que receava perder a oportunidade de finalmente ter acesso aos territórios africanos sem a interferência de Portugal. Segundo José Maria Nunes Pereira, em conversa entre o governo e Cândido Mendes, surgiu a ideia de enviá-lo como representante do CEEA em missão a Portugal e aos territórios africanos para ajudar o governo brasileiro a contatar os dirigentes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas. Nessa época, esses territórios estavam sendo administrados por governos de transição sob a égide portuguesa. “Encarreguei-me de todos os contatos para cumprir a missão que alguém, com humor, apelidou de ‘à procura do tempo perdido’”.<sup>498</sup>

Segundo Pereira, o foco inicial da viagem era estabelecer um programa imediato de cooperação com o governo de Guiné Bissau, cuja independência havia sido reconhecida pelo Brasil em julho de 1974. Após passar por Lisboa e Dacar, Pereira visitou os campos de refugiados e quartéis do PAIGC em Bissau e se reuniu com o presidente Luis Cabral e seu ministro da Educação, Mário Cabral.

No encontro, ficou patente que o histórico de omissão do Brasil com relação ao colonialismo português seria difícil de ser esquecido. Em entrevista a Jerry Dávila, Pereira relata que um dos militantes do PAIGC foi contundente ao alardear o impacto negativo do uso da teoria do luso-

---

<sup>496</sup> SHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, p. 38.

<sup>497</sup> PEREIRA, José Maria Nunes Pereira. *Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEEA)*. In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

<sup>498</sup> PEREIRA, 2008, p. 290.

tropicalismo para a luta de libertação nacional. “O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre matou mais do que a G3 (rifles usado pelo Exército Português)”.<sup>499</sup>

Durante o encontro com a cúpula do PAIGC, segundo relato de José Maria Nunes Pereira, ele anunciou que o educador Paulo Freire, a partir de contatos anteriores, gostaria de cooperar com a Guiné Bissau com o seu método de educação de adultos, bem como outros professores brasileiros contatados por ele em Lisboa e em Paris.<sup>500</sup> Um ano depois, projetos de cooperação haviam sido elaborados, inclusive de uma faculdade de ciências que seria, temporariamente, um campus avançado da Cândido Mendes. Mas apesar dos esforços do CEAA, não houve continuidade das ações em Guiné Bissau por parte do governo brasileiro. José Maria Nunes Pereira avalia o erro do governo brasileiro:

Na minha avaliação, a cooperação desse porte com Bissau poderia mostrar a determinação brasileira na cooperação com os países africanos de língua portuguesa. Um amigo guineense comentou posteriormente: “A vitrine guineense não é mais necessária agora, já que o ‘armazém’ angolano foi aberto para o Brasil”.<sup>501</sup>

Em sua fala, José Maria Nunes Pereira expõe uma crítica ao Brasil por ter privilegiado as relações com Angola na África, maior e mais importante colônia portuguesa. As outras colônias, com exceção de Moçambique, não receberam a mesma atenção do Brasil.

Assim como o IBEEA<sup>502</sup>, do qual era uma espécie de herdeiro intelectual por obra de Cândido Mendes, o CEAA manteve, ao longo de sua trajetória, projetos de colaboração com países africanos, principalmente, por meio de convênios que viabilizaram a vinda ao Brasil de estudantes estrangeiros. Mas os primeiros anos do CEAA foram dedicados à oferta de cursos e à promoção de debates introdutórios sobre o continente africano, por vezes, de quase simples divulgação.<sup>503</sup>

<sup>499</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Jerry Dávila. 23/06/2009. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 228.

<sup>500</sup> Após o golpe civil-militar, Paulo Freire foi preso duas vezes pela ditadura antes de seguir como exilado político para a Bolívia. Em 1975, Paulo Freire, já em Genebra, e a equipe do Instituto de Ação Cultural (IDAC), criado pelo educador juntamente com outros intelectuais exilados, receberam o convite de Mário Cabral, Ministro da Educação da Guiné-Bissau, para colaborarem no desenvolvimento do programa nacional de alfabetização daquele país. Sua experiência no país recém-independente nos anos de 1975 e 1976 é contada pelo próprio Freire no livro: FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau - registros de uma experiência em processo*. 1977. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. Entre 1975 e 1980, Freire trabalhou também em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, ajudando os governos e seus povos a construir suas nações recém-libertadas do jugo português, através de um trabalho de educação popular.

<sup>501</sup> Referência ao estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Angola após o governo brasileiro ter reconhecido a independência da nova nação africana, no dia 11 de novembro de 1975. PEREIRA, 2008, p. 290.

<sup>502</sup> O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEEA) foi um projeto formulado por Cândido Mendes quando exercia a função de Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961). O órgão era subordinado diretamente à Presidência da República. O IBEEA tinha como objetivos: estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais, políticos econômicos relativos ao mundo afro-asiático; facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia; promover o estudo comparado do processo de desenvolvimento do Brasil e dos países africanos e asiáticos; e promover o intercâmbio universitário entre o Brasil e os países africanos e asiáticos. Em 1964, o IBEEA passou temporariamente para a esfera do Ministério das Relações Exteriores e, pouco depois, foi desativado.

<sup>503</sup> PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso*. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones*

Em um período em que encontrar bibliografias sobre o tema era extremamente difícil, principalmente em português, o CEAA começou a discutir e a produzir textos com um tipo de conhecimento básico sobre colonialismo, *apartheid*, descolonização, lutas de libertação, com ênfase na África Austral e focado nas colônias portuguesas. “Além de uma indispensável introdução à História da África anterior ao século XVI”.<sup>504</sup>

O trabalho desenvolvido por José Maria Nunes Pereira no CEAA era, na realidade, a continuidade de sua atividade como militante pró-independências africanas. A partir da intensificação gradual da repressão pelo governo militar, da qual já havia sido vítima, a dinâmica da vida acadêmica representou um espaço mais seguro de expressão de ideias divergentes do *status quo*. A amizade do governo militar brasileiro com Portugal não tornava segura a divulgação de ideias anticolonialistas.

Segundo Pereira, a amizade de Cândido Mendes com o general Golbery do Couto e Silva<sup>505</sup>, iniciada em 1961 quando Mendes ocupava o cargo de chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, também era um certo aval para as atividades do CEAA. Mas Pereira lembra que o próprio Cândido Mendes desconhecia o papel que o centro desempenhava em acolher aqueles que estavam interessados em discutir e defender a independência das colônias. Ele relata um episódio, ocorrido em 1973, bem ilustrativo sobre essa atividade do CEAA, quando o próprio Cândido Mendes se surpreendeu ao presenciar parte de uma aula em um dos cursos de extensão oferecido pelo centro.

Uma vez Candido foi a Ipanema (onde o CEAA funcionava) e abriu a porta errada. Quando abriu, estava um grupo de 50 alunos assistindo ao Zé Maria falando desesperadamente da libertação da África. E Candido ficou surpreso. Agora vale uma nota: estamos em 1973, naquele regurgitamento da linha dura, em que nem a PUC conseguia ter uma aula de história contemporânea com o teor que tinham nossas conferências sobre desenvolvimento africano, modelo de desenvolvimento japonês, história da África, onde guerrilha era o filme do dia - tudo por causa da impunidade que tínhamos dada a posição histórica e conjuntural de Candido.<sup>506</sup>

O período ao qual José Maria Nunes Pereira se refere também é marcado pela intensa atividade do movimento negro brasileiro. O início da década de 1970 foi um momento de intensa busca por informações necessárias à formatação de identidades político-culturais negras e de oposição do chamado “mito da democracia racial”<sup>507</sup>, fundamentos a partir dos quais se articularam as primeiras

---

*del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008, p. 288.

<sup>504</sup> PEREIRA, 2008, p. 288.

<sup>505</sup> No governo de Ernesto Geisel, o general Geisel Golbery notabilizou-se como responsável pela chamada política de distensão, que marcou o início do processo de abertura política.

<sup>506</sup> Entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. 15/12/2006. ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 139.

<sup>507</sup> A apresentação do Brasil como um país racialmente democrático foi uma ideia que embasou posições ideologicamente contrárias no debate sobre o colonialismo português. Serviu a Portugal e a seus defensores para apresentar o Brasil como exemplo da capacidade lusitana de criar nações pluricontinentais e multirraciais. Também impulsionou uma geração de

organizações do movimento negro.<sup>508</sup> Também formavam-se as primeiras redes de relacionamento de âmbito nacional. O CEAA se transformou em um espaço de acolhimento de seus militantes.

O movimento negro brasileiro recebia muitas influências internacionais que ajudaram a conduzir o debate sobre a discriminação racial no Brasil. O Pan-africanismo, o movimento da Negritude, o movimento pelos direitos civis dos negros nos EUA e as lutas de libertação nacional dos povos africanos foram importantes referências até o final da década de 1970. Como afirma José Maria Nunes Pereira: “nesse ambiente político, ideologias como o pan-africanismo e a negritude, bem como o anti-imperialismo terceiro-mundista, eram pertinentes para os africanos e para nós”.<sup>509</sup>

Segundo Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira, a herança africana do Brasil pretendia ser resgatada pelo movimento negro como instrumento de combate ao racismo e valorização do “ser negro” no país. “Por isso, além da adoção de valores estéticos negros, heróis africanos ou de descendência africana tornaram-se símbolos importantes, e seus pensadores e filósofos lidos avidamente”.<sup>510</sup>

A biblioteca do CEAA, com um acervo rico sobre África, e as reuniões semanais aos sábados atraíam pesquisadores sobre o tema e militantes. Em depoimento dado a Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira, um dos fundadores da Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA), criada em 1974, Yedo Ferreira<sup>511</sup> destaca que foram esses encontros promovidos pelo CEAA que deram origem a muitas organizações do movimento negro, inclusive a SINBA.

Na primeira reunião, que foi num sábado, eu me lembro muito bem que havia oito pessoas. (...) Então: "O que nós vamos fazer aqui?" Ele (José Maria Nunes Pereira) apresentou a biblioteca para ler. Eu, como já havia me interessado pela conversa com as pessoas, conhecia pelo menos Patrice Lumumba... Com essa oportunidade, eu disse: "Tá, é interessante essa biblioteca, para poder ler". Porque aí eu fui saber de algumas coisas que eu não sabia, principalmente sobre África. Tinha ouvido falar sobre Fanon<sup>512</sup>, aquele pessoal todo. Então,

---

diplomatas, intelectuais e artistas que acreditavam que o país, diferente de outros, tinha uma *vocação natural* para África e legitimidade para servir de inspiração para as nações africanas. DÁVILA, 2011, p. 13.

<sup>508</sup> PEREIRA, Amilcar Araujo. *"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. 98. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>>. Acesso em 29/06/2016.

<sup>509</sup> PEREIRA, 2008, p. 288.

<sup>510</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. *Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 39, jan-jun de 2007c, p. 29.

<sup>511</sup> Além da SINBA, Yedo Ferreira participou da fundação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1975, no Rio de Janeiro, e do Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, em São Paulo. ALBERTI; PEREIRA, 2007c, p.51.

<sup>512</sup> O médico psiquiatra Frantz Fanon (1925-1961) é considerado um dos principais teóricos da luta pela independência da Argélia. O seu último livro, *Os condenados da terra*, é uma publicação “chave” dos anos de 1970, essencialmente ligado ao terceiro-mundismo. Nesta obra, Fanon faz um apelo aos países em via de descolonização para criar um “homem novo”, livre da influência do colonialismo. Para Fanon, a luta pela liberdade é, antes de tudo, a busca pela “descolonização do ser”. FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2013, p.53.

a gente passou a se reunir aos sábados regularmente. E daí, então, saiu a discussão para se formar uma instituição negra e tal. Veio a SINBA.<sup>513</sup>

O discurso do militante do movimento negro, Yedo Ferreira, reforça que o CEEA contribuiu para a formação política dos militantes do movimento negro brasileiro. O trabalho desenvolvido por José Maria Nunes Pereira se assemelhava ao que ele tinha feito com os estudantes africanos oriundos das colônias portuguesas associados à CEI.

Mesmo em tempos de ditadura no Brasil, José Maria Nunes Pereira continuava tendo contatos internacionais que o mantinha informado sobre a luta do MPLA em Angola. No arquivo do DOPS/RJ, identificamos uma correspondência remetida pelo Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC) de Lisboa ao CEEA, com data de postagem de 15 de maio de 1975, contendo manifestos em apoio ao MPLA na luta contra o imperialismo e o neocolonialismo.<sup>514</sup> O texto, com data de 13 de maio de 1975, foi escrito originalmente em francês e traduzido pelo DOPS. No texto, o MPLA conclamava os “camaradas” a continuar apoiando o povo angolano.

Estamos enviando alguns documentos sobre a situação atual. É preciso aproveitar para informar a opinião pública, para fazer compreender o que passa, o perigo de uma nova guerra do Vietnã, de um novo Congo. É preciso aproveitar para pedir a todo o mundo o apoio ativo a essa luta de libertação do povo angolano.  
É preciso nos organizar. Estamos prontos a vos apoiar nesses trabalhos do auxílio ao MPLA, a única força política capaz de conduzir o povo ao poder.  
Contamos com vocês.  
A Luta Continua!<sup>515</sup>

Destaque para a referência ser o MPLA a “única força política capaz de conduzir o povo ao poder”. Às vésperas da independência de Angola, o MPLA enfrentava uma grande e violenta oposição da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). O enfrentamento de militantes dos dois lados, principalmente no Norte de Angola, provocou muitas mortes. Essa denúncia também é objeto de outros documentos enviados na mesma correspondência ao CEEA.

- **Fernando Mourão e o CEA**

O interesse pela África também motivou Fernando Mourão a conciliar sua militância política em defesa das independências africanas e sua trajetória acadêmica. Mourão foi um dos principais responsáveis pela criação do CEA na USP. Embora tenha diversificado sua formação acadêmica

---

<sup>513</sup> Entrevista de Yedo Ferreira a Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira. 30/10/2003. ALBERTI, Verena; PEREIRA, 2007c, p. 32.

<sup>514</sup> Informação Nº 236/60/75/ARJ/SNI - teor confidencial. Data: 26/05/1975. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>515</sup> Informação Nº 236/60/75/ARJ/SNI - teor confidencial. 26/05/1975. Correspondência do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC) para o CEEA e José Maria Nunes Pereira. Arquivo Público do Rio de Janeiro.

dedicando-se a outros temas, como relações internacionais e na área do Direito, o interesse de Fernando Mourão por assuntos africanos sempre o acompanhou.

No Mestrado em Sociologia na USP, concluído em 1969, Mourão se dedicou, sob a orientação do professor Ruy Galvão de Andrada Coelho, ao estudo da obra do escritor angolano Fernando Monteiro Castro de Soromenho. A sua dissertação, "A sociedade angolana através da literatura", foi publicada, em 1988, pela Editora Ática.

A motivação para a criação do CEA teve semelhanças ao trabalho desenvolvido por Mourão na Casa dos Estudantes do Império (CEI) em Portugal, oportunidade em que ele compartilhou com jovens africanos a busca ávida por conhecimentos definidores das identidades africanas que fortaleceram a luta nacionalista. O total desconhecimento do continente africano e de seus países pela sociedade brasileira, mesmo dentro do ambiente acadêmico, foi determinante para a criação do CEA.

No sentido de conhecer o Continente Africano, sua cultura e, ao mesmo tempo, evitar uma continuação de repetição de informações ultrapassadas pelo tempo histórico, ou então de passar a repetir informações recentes produzidas em outros centros de cultura, sem vivência do problema, é que surgiu a ideia de criação do Centro que, entre seus fundadores, contou com a participação de alguns estudantes africanos que haviam chegado ao Brasil na década de 60.<sup>516</sup>

O CEA da USP foi criado por etapas. O projeto que deu origem ao Centro nasceu em 1962 a partir de um círculo de conferências sobre África, patrocinado pelo então Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais da USP. Em decorrência dessas conferências, um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, com a adesão de alguns bolsistas africanos no Brasil e de professores de outras áreas, resolveu dinamizar os estudos sobre África na Universidade de São Paulo.

Em 1963, foi criado o Centro de Estudos de Cultura Africana (CECA), que funcionou junto à antiga cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Em 1969, foi fundado oficialmente o CEA, transformado em órgão interdepartamental de apoio ao ensino e à pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Entre 1970 e 1972, foram realizadas alterações regimentais, tornando-o centro interdepartamental, cooperando intimamente com os demais órgãos da estrutura universitária da Universidade de São Paulo.

A primeira diretoria do CEA foi composta pelos professores Ruy Galvão de Andrada Coelho, como diretor; Fernando Augusto Albuquerque Mourão, secretário; e o professor Paul Etame Ewane, como tesoureiro. Importante para essa pesquisa mencionar que os três principais nomes da diretoria do CEA participaram e/ou colaboraram com as atividades do MABLA.

---

<sup>516</sup> MOURÃO, F.A.A. *Memorial*. São Paulo: USP, 1988, p. 02.

O camaronês Paul Etame Ewane, diplomado em Direito pela Universidade de Dakar, estudou Ciências Políticas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Ele integrou o primeiro grupo de estudantes africanos beneficiados pelo programa de bolsas do Itamaraty em 1961<sup>517</sup> e também participou das atividades do grupo de ativistas anticoloniais ligado a Mourão<sup>518</sup>. Retornou ao Camarões em 1969. O professor Ruy Galvão de Andrada Coelho foi um dos colaboradores do movimento brasileiro em apoio às independências africanas e integrou a comissão de honra do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA).<sup>519</sup>

Ao pensar nos estudos sobre África, Fernando Mourão defendia a necessidade de um (re)conhecimento do continente africano mediante estudos que evitassem uma visão totalizadora e redutora de uma realidade plural e sem cair no risco da essencialização desta mesma realidade. Nos idos da década de 1960, os estudos sobre temas africanos pautavam-se ainda em modelos europeus, especialmente na área da Antropologia, Sociologia, História e Arte.

O CEA sempre teve muito claro a sua opção universalista e sempre evitou resvalar para pesquisas e ensino próprio de áreas particularistas, partindo do princípio de que o continente africano e seus países são uma realidade específica, uma parte da humanidade. Assim, deliberadamente, evitou-se sempre apresentar África como um continente desprotegido, prejudicado que foi pelas vicissitudes da História, mas como uma unidade, ou por país ou região, do mesmo modo a que procederíamos se estivéssemos estudando a Europa, a Ásia, ou qualquer outro continente. África merecia, e merece, ser tratada com dignidade e, em condições de igualdade com o resto do mundo, com as suas características, assimetrias, nas suas glórias e inglorias.<sup>520</sup>

A USP, devido aos esforços do CEA, foi uma das primeiras universidades do Brasil a oferecer disciplinas sobre África. A mobilidade acadêmica foi uma prática estimulada pelo Centro desde cedo. O escritor moçambicano Fernando Monteiro de Castro Soromenho foi um dos primeiros docentes africanos a vir ao Brasil para se engajar nas atividades do CEA ministrando disciplinas. Soromenho, que havia chegado ao Brasil em 1965, ministrou os cursos de Introdução à Sociologia da África Negra, em 1966, e de Sociologia da África Negra, em 1967. Soromenho morreu em 1968.

Em entrevista ao historiador José Francisco dos Santos, Fernando Mourão relatou que a vinda do moçambicano para o Brasil foi possível graças à intermediação do escritor Adolfo Casais Monteiro e do ex-capitão João Sarmiento Pimentel, ambos exilados no Brasil e ligados ao jornal *Portugal Democrático*, fato que comprova os diálogos entre os democratas portugueses com o CEA. Eles conseguiram uma permissão especial de visto, por meio de Luis Viana Filho (Chefe da Casa Civil do

<sup>517</sup> OLIVEIRA JUNIOR, G.B. *Agostinho da Silva e o CEA: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

<sup>518</sup> Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

<sup>519</sup> Apelo em favor dos refugiados de Angola. *Portugal Democrático*. Ano V, Nº 56, São Paulo, janeiro de 1962, p. 04.

<sup>520</sup> MOURÃO, F.A.A. *O Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e os Trinta Anos da Revista África*. *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 29-30: 9-12, 2008/2009/2010, p. 09.

Presidente Castello Branco), para Castro Soromenho e sua família se mudarem de Paris para o Brasil.<sup>521</sup>

A partir de 1972, o CEA começou a oferecer os cursos de Graduação e Pós-graduação sobre a África. Fernando Mourão, com o intuito de promover maior integração acadêmica, foi convidado a orientar pesquisas nas áreas da Antropologia Social e Ciência Política. Assim, passou a oferecer as seguintes disciplinas na pós-graduação: Sociologia da África Negra: transição rural-urbana; Sociologia da África Negra I: a formação da classe média urbana no contexto da sociedade colonial; Antropologia da África Negra; Poder e política da África Negra.

Nessa fase orientei várias dissertações de mestrado e teses de Doutorado de alunos brasileiros e africanos que, posteriormente, em sua maioria, passaram a lecionar em universidades brasileiras e africanas; alguns optaram pelo jornalismo, sendo dois atualmente diretores de grandes jornais; outros, pela carreira diplomática.<sup>522</sup>

O esforço individual de Fernando Mourão foi fundamental para tornar o CEA conhecido fora do país e trazer ao Brasil professores e alunos africanos. A partir de 1973, alguns conferencistas africanos foram convidados para fortalecer o processo de introdução dos cursos e pesquisas sobre África na USP, como o reitor da Universidade de Dacar, o professor Seydou Madani Sy, e o embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra. Os convites resultaram no início do intercâmbio internacional entre o CEA e as instituições universitárias africanas.

No mesmo ano, Fernando Mourão, então vice-presidente do CEA, visitou várias universidades africanas com o intuito de estabelecer relações de cooperação e intercâmbios entre a USP e essas instituições. Foi a partir desses contatos que os primeiros alunos africanos começaram a chegar à USP, a partir de 1974, para cursarem mestrado e doutorado. Nos anos de 1970, todos os bolsistas africanos na USP vieram por intermédio dos convênios que Mourão ajudou a implementar. Para isso, ele contou com o apoio institucional da Coordenadoria de Atividades Culturais da USP (CODAC) e do Itamaraty,

Kabengele Munanga, atualmente professor titular da USP vinculado ao CEA, pertenceu ao grupo dos primeiros pós-graduandos africanos da USP. Egresso da Universidade Nacional do ex-Zaire (atual República Democrática do Congo), Munanga concluiu em 1977 o doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social). Em número especial da revista *África*, publicado em 2012 em homenagem a Fernando Mourão, Kabengele Munanga evidenciou o empenho pessoal do professor Mourão para a concretização dos intercâmbios acadêmicos entre Brasil e África.

No plano externo, ele foi o único professor brasileiro que se viu perambulando pelas várias universidades africanas, proferindo conferências sobre a presença africana no Brasil e convencendo jovens africanos das universidades por ele visitadas de que era viável fazer

<sup>521</sup> Entrevista de Fernando Mourão a José Francisco dos Santos, 01/03/2010, Caucaia do Alto SP. SANTOS, 2010, p. 79.

<sup>522</sup> MOURÃO, 1988, p. 10.

estudos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) na Universidade de São Paulo. Muitos desses jovens, entre os quais me incluo, tinham ainda uma visão estereotipada do Brasil, na época conhecido fora de suas fronteiras quase que somente como o país do futebol e do “rei” Pelé e do Carnaval do Rio de Janeiro retratado no filme “Orfeu negro” de Cacá Diegues. Nossos sonhos eram fazer nossos estudos de Pós-Graduação nas antigas metrópoles colonizadoras ou nos países do chamado primeiro mundo. Mas graças aos contatos com o professor Fernando Mourão no território africano, topamos a aventura, apesar de nossas cabeças na época ainda “colonizadas”, de conhecer as universidades brasileiras. Assim se formaram dezenas de jovens africanos, mestres e doutores de vários países que voltaram para suas terras onde ocuparam postos de responsabilidade.<sup>523</sup>

A partir da declaração de Munanga, destaca-se que o trabalho desenvolvido por Mourão no CEA não foi uma via de mão única. Os intercâmbios acadêmicos entre Brasil e países africanos proporcionou conhecimentos recíprocos de histórias, culturas e realidades contemporâneas. Por sua atividade acadêmica, Mourão também participou dos grandes encontros científicos realizados nos países africanos de todas as línguas, “numa época em que era raro encontrar um intelectual brasileiro no continente”.<sup>524</sup>

Como reconhecimento de sua trajetória nos estudos africanos, Fernando Mourão, sob a indicação do professor Cheikh Anta Diop, foi convidado pela UNESCO para integrar como único representante do Brasil<sup>525</sup>, o Comitê Científico Internacional para a publicação da Coleção História Geral da África<sup>526</sup>.

Diante do exposto, concluímos que as trajetórias de José Maria Nunes Pereira e de Fernando Mourão nos seus respectivos centros de estudos africanos deram continuidade a um trabalho que ambos haviam iniciado nos tempos de militantes no movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Compreendemos que o jornal *Portugal Democrático* e os referidos centros de estudos africanos se transformaram em espaços de resistência e de colaboração com a África, mantendo vivo o sentimento de solidariedade dos brasileiros citados com os povos africanos.

---

<sup>523</sup> MUNANGA, Kabengele. *Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo, número especial: “Mélanges” em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, 2012, p. 28.

<sup>524</sup> MUNANGA, 2012, p. 29.

<sup>525</sup> MUNANGA, 2012, p.22. Informações sobre o lançamento da coleção: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/multimedia/pictures-of-general-history-of-africa-events/>>

<sup>526</sup> História Geral da África (HGA) é uma coleção da UNESCO publicada em 8 volumes em inglês, francês e árabe. Os textos foram escritos por cerca de 350 estudiosos e coordenados por 39 consultores. A coleção pretendeu se pautar nos quatro princípios: interdisciplinaridade; apresentar a história desde o ponto de vista africano; contemplar a pluralidade e a diversidade na África; evitar o meramente factual, compreendendo os sujeitos históricos em toda sua complexidade. LIMA, Monica. *A África tem uma história*. Afro-Ásia, 46 (2012), p. 279-288.

### 3.4 O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil foi recebido com grande expectativa pelo governo português. Portugal acreditava que o governo militar deixaria de lado as declarações anticolonialistas dos últimos presidentes civis e retomaria com energia a antiga aliança luso-brasileira. Um comunicado sigiloso redigido, no dia 14 de abril de 1964, pelo diplomata português Pedro Feytor Pinto, do gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar à Direção da PIDE, é bem ilustrativo sobre essa projeção.

Parece-me pois que poderemos esperar que o Brasil regresse a sua tradicional política de respeito e amizade por Portugal, e cremos ainda que essa orientação se manterá após as próximas eleições, dadas as considerações produzidas, quanto a esse aspecto, por todos os candidatos à Presidência da República.

Do que precede e tendo em atenção as limitações que logo de início se apontaram, parece-me que qualquer ação que se intente fazer deverá incidir sobre dois aspectos fundamentais: pressão política e diplomática, tirando o maior partido da feliz viragem que o Brasil acaba de sofrer, e paralelamente uma eficiente ação de contra-propaganda.<sup>527</sup>

As instruções dadas pelo diplomata surtiram o efeito desejado. Embora o Golpe de 1964 no Brasil não tenha representado uma inflexão total nas relações do país com a África, do ponto de vista político houve um realinhamento com as teses predominantes da Guerra Fria e o esvaziamento do discurso ideológico em favor da emancipação de todas as colônias. O Itamaraty passou a dar mais ênfase aos aspectos econômicos e comerciais da ligação do Brasil com a África. Em um curto espaço de tempo, em 1964 e 1965, duas missões especiais foram enviadas ao continente com o objetivo de prospectar possibilidades de negócio entre o Brasil e países africanos. A questão política não estava na pauta.

O resultado das sondagens dessas missões reforçava ainda mais as teses dos novos governantes: chegou-se à conclusão de que as áreas que ofereciam maiores facilidades para a colocação de produtos brasileiros no continente africano eram os territórios portugueses, a África do Sul e a Rodésia.<sup>528</sup>

No que se refere ao posicionamento com relação ao colonialismo português, em 1966, na gestão de Castelo Branco, o Brasil reconheceu a tese portuguesa de que os territórios administrados em África eram províncias ultramarinas, e, portanto, assunto interno de Portugal. O primeiro chanceler da ditadura brasileira, Vasco Leitão da Cunha, em retrospectiva, expõe o pensamento que tinha à época sobre a política anticolonialista tentada na gestão de Jânio Quadros. “(...) Acho que era exagerada. Era muito hostil aos que se consideravam nossos amigos. Não devíamos afligir o aflito”.<sup>529</sup>

<sup>527</sup> Informação secreta. Assunto: Acção dos estudantes portugueses que vivem no Brasil. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios políticos para Director da Polícia Internacional e Defesa do Estado. 14/04/1964, p. 2. PT/MNE/IDI/DAB/MU – GNP, UI 1502.

<sup>528</sup> PENNA FILHO, Pio. LESSA, Antônio C. *O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 39, p. 69.

<sup>529</sup> LEITÃO DA CUNHA, Vasco. *Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231.

Logo no início da gestão, Castelo Branco enviou o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, a Portugal e à França para explicar o significado da “Revolução de 1964” para as relações externas do Brasil. Em entrevista ao jornal português *Diário de Notícias*, Lacerda reafirmava o compromisso brasileiro com a aliança com Portugal. “Somos por Portugal. Por seus direitos, por sua dignidade, por sua presença no mundo que os portugueses ampliaram e, com sua contribuição, civilizaram”.<sup>530</sup> O discurso em apoio à “missão civilizatória” de Portugal em África se amparava nas ideias do lusotropicalismo.

No período pós-golpe, Portugal também sinalizou com a proposta de atender ao velho anseio brasileiro, que era ter acesso a seus territórios em África, principalmente do ponto de vista econômico. O projeto de criação de uma comunidade luso-afro-brasileira ganhou entusiastas na política e na imprensa brasileira simpatizante de Portugal.

O deputado federal Anísio Rocha (PSD), que acabava de regressar de uma visita patrocinada pelo governo lusitano a Portugal e a Angola, comemorou a retomada da aliança luso-brasileira. Em entrevista ao jornal *O GLOBO*, em setembro de 1964, o parlamentar apoiou o argumento usado pelo governo português de que a presença de Portugal nos territórios africanos era uma garantia contra a influência comunista.

O Brasil não pode ficar à margem das províncias portuguesas na África que estão sendo visadas pela ação sub-reptícia do comunismo internacional, sobretudo pela China Comunista, que deseja abrir uma porta para as Américas, para o nosso país. Ora, o que nos parece mais prático e mais racional é que nos antecipemos ao imperialismo comunista na África, tratando, desde já, de fazer uma ligação mais efetiva com Portugal, estabelecendo normas de ação comum que garantam em toda a plenitude a perenidade de nossa presença no continente africano”.<sup>531</sup>

O parlamentar se amparava na intensa propaganda anticomunista da época que alardeava que os países socialistas tinham interesse em expandir sua influência ideológica para as américas. O alinhamento brasileiro imediato aos EUA após o Golpe de 1964 evidenciou, pelo menos em um primeiro momento, a eficácia desse argumento. Do ponto de vista mais pragmático e voltado para a situação interna do país, Anísio Rocha era um dos defensores de que o Brasil deveria chegar à África por meio de Portugal.

Firmar de uma vez por todas a comunidade luso-brasileira. Dentro dessa orientação, deveríamos o quanto antes, incrementar os contatos diretos entre os dois povos em todas as possessões portuguesas, tornando os portos africanos acessíveis aos brasileiros para um intercâmbio mais ativo, não só de produtos industriais, como também de difusão cultural. De outro lado, deveriam ser concedidas aos portugueses maiores facilidades em nosso país. (...) Urge, portanto, a atualização e ampliação do Tratado de Comércio entre Brasil e Portugal,

<sup>530</sup> “Nós somos por Portugal”. *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1964 *apud* DÁVILA, 2011, p. 155.

<sup>531</sup> “Anísio Rocha lutar pela maior presença do Brasil no Portugal de Ultramar”. *O GLOBO*, 30 de setembro de 1964, p. 19.

visando ao estabelecimento de uma interação prática nas províncias africanas, que seriam consumidoras ativas de nossas produções transformadas.<sup>532</sup>

Mas a proposta de criação da comunidade luso-afro-brasileira ficou mesmo no plano das ideias. Mesmo ambicionando manter o apoio brasileiro, Portugal não demonstrou efetivamente a vontade de facilitar o acesso do Brasil a suas colônias. Acreditamos que o esforço financeiro dispendido pelo governo português na guerra contra os movimentos nacionalistas africanos também foi um obstáculo para o próprio país continuar mantendo sua influência nas colônias.

Apesar da reaproximação do Brasil de Portugal durante os primeiros anos do governo militar, dentro do Itamaraty continuou ativo o grupo de diplomatas que se insurgia contra a manutenção dessa aliança. Episódio relatado pelo ex-chanceler Vasco Leitão da Cunha evidencia que esses diplomatas se sentiam livres para se colocar contra Portugal, mesmo a contragosto do próprio chanceler. Segundo Leitão da Cunha, durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 16 de junho de 1964, a delegação brasileira, presidida pelo diplomata Otávio Dias Carneiro, se retirou do local da reunião quando o delegado português foi à tribuna discursar. O chanceler relata como repreendeu a atitude.

Chamei-o (Otávio Dias Carneiro) e disse: “Mas o que é que vocês tinham na cabeça quando resolveram desacatar o delegado de Portugal? Não sabem que temos boas relações com Portugal?” Ele respondeu: ‘Ah, mas o ministro (Araújo Castro) nos disse que fizéssemos e acontecêssemos.’<sup>533</sup>

Apesar de sofrer limitações à sua autonomia, principalmente no plano ideológico, o Itamaraty conseguiu marcar seu espaço no processo de formulação de política externa. O reconhecimento dos diplomatas como iguais pelos militares possibilitou o exercício decisivo de sua influência sobre o processo decisório na política externa brasileira. Mas a retomada efetiva da política africana só ocorreria efetivamente na década de 1970.

No governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), sob os auspícios chamado “milagre brasileiro”, a diplomacia do chanceler Gibson Barboza delineou uma política externa mais pragmática posta a serviço do desenvolvimento nacional. Nesse contexto, a África se transformou em objeto de desejo. Politicamente, o continente africano era uma fonte em potencial de apoio para as demandas comuns no diálogo Norte-Sul, nas Nações Unidas e em outros órgãos multilaterais. Economicamente, o Brasil tinha interesse em firmar contatos bilaterais e ir em busca de novos mercados para bens manufaturados brasileiros.

---

<sup>532</sup> “Anísio Rocha lutará pela maior presença do Brasil no Portugal de Ultramar”. *O GLOBO*, 30 de setembro de 1964, p. 19.

<sup>533</sup> LEITÃO DA CUNHA, 2003, p. 276. Na mesma entrevista, Leitão da Cunha afirma que não acreditou ter sido orientação do ministro Araújo Castro, mas do diplomata Jayme Rodrigues.

De olho na aproximação com o continente africano, Mário Gibson Barboza propôs ao presidente Médici um périplo africano em 1972: a visita a nove países da África negra (Camarões, Costa do Marfim, Nigéria, Senegal, Togo, Zaire, Gana, Daomé e Gabão). Gibson Barboza sabia que um dos principais obstáculos para as pretensões brasileiras na África era a omissão com relação ao colonialismo português. Em suas memórias, ele afirma que a viagem serviria como oportunidade para explicar aos dirigentes africanos o posicionamento brasileiro com relação ao tema.

Essa oportunidade nos permitirá expor nossos pontos de vista sobre os grandes temas internacionais e contribuiria para reduzir, senão anular, por melhor compreensão de nossas razões, o clima de desconfiança que se criou na África em relação ao Brasil, e que poderá tornar-se em frieza ou disfarçada hostilidade, em virtude das posições que tradicionalmente assumimos diante dos territórios portugueses.<sup>534</sup>

A partir do discurso de Gibson Barbosa, podemos inferir que o chanceler esperava convencer os dirigentes africanos das razões do Brasil de ter se mantido aliado de Portugal. Embora tenha elaborado estratégias para redefinir o relacionamento com Portugal em relação às independências das colônias portuguesas em África, a política externa de Gibson Barbosa não se dissociou das posições portuguesas nas Nações Unidas. O sentimento de apoio a Portugal permaneceu até o apagar das luzes.<sup>535</sup>

Já o diplomata Alberto da Costa e Silva afirma que a escolha para o périplo africano no ano em que o Brasil comemorava 150 de sua independência tinha um significado simbólico proposital direcionado aos povos africanos que também lutavam pela liberdade. Alberto da Costa e Silva trabalhou no planejamento da viagem de Gibson Barboza e preparou o esboço dos acordos comerciais, culturais e técnicos que seriam assinados durante a visita.

O Itamaraty fez o que pôde. Era maciçamente pelo engajamento brasileiro maior no problema colonial português, mas esbarrava na negativa dos políticos. Mas os políticos não deixavam. Havia uma pressão grande da comunidade portuguesa, mas havia sobretudo uma pressão grande dos brasileiros. Tanto que quando nós resolvemos, em 1972, no quinto centenário da independência do Brasil, fazer um périplo africano, nós tivemos que explicar isso porque as pessoas não são burras e perceberam que o Brasil ia fazer um périplo africano no quinto centenário de sua independência. E isso tinha um significado, mas muito pouca gente percebeu o significado. Os países africanos perceberam.<sup>536</sup>

Mas os defensores da aliança entre Brasil e Portugal também estavam alertas para o peso político da viagem da “embaixada voadora”. À medida que se aproximava a data marcada para o início do roteiro pela África, aumentava o número de matérias e de artigos na imprensa brasileira

---

<sup>534</sup> BARBOZA, 2007, p. 348.

<sup>535</sup> SILVA SANTOS, Vanicléia. *Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul*. Revista de Ciências Humanas, v. 14, n. 2, 2014, p. 282. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol14/artigo1dvol14-2.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

<sup>536</sup> Entrevista com Alberto da Costa e Silva. 06/05/2016. Rio de Janeiro.

criticando Gibson Barboza e sua missão. Portugal e seus apoiadores temiam que o giro diplomático resultasse em declarações hostis do Brasil a Portugal ou mesmo repercutisse nas votações da ONU.

Em suas memórias, Gibson Barboza revela que, quando os ataques ultrapassaram “o limite do razoável”, chamou a seu gabinete o embaixador de Portugal no Brasil, José Manuel Fragoso, para uma conversa franca. No encontro, o chanceler brasileiro chegou a dizer a Fragoso que achava que a campanha na imprensa era obra de uma “orquestração” da Embaixada e avisou-lhe que a viagem à África seria mantida. “Qualquer obstáculo que Portugal procure criar a essa visita, ainda que de forma indireta, através de grupos de pressão, será considerado uma intolerável interferência na política externa brasileira. Não o admitirei”.<sup>537</sup>

Na época, Gibson Barboza também teve que enfrentar uma “quebra de braço” com o então ministro da Fazenda Delfim Netto que intentava aceitar a oferta de Portugal de oferecer ao Brasil os portos de Angola e de Moçambique às exportações brasileiras com isenção de tarifas. O chanceler brasileiro sabia que essa era uma estratégia das autoridades portuguesas para tentar atrelar o Brasil ao moribundo modelo de colonialismo em África. O então presidente da Petrobras, general Ernesto Geisel, também foi cortejado por Portugal com a oferta de acesso aos campos de petróleo angolanos.

Ao abordar dois nomes do alto escalão do governo brasileiro (o ministro da Fazenda e o presidente da Petrobras) sobre acordos fora do âmbito do MRE, a intenção de Portugal era prejudicar o projeto de Gibson Barboza de colocar o Brasil em rota de aproximação dos países africanos, sem a interferência de Lisboa. O custo político para o Brasil seria ainda mais alto, visto que a imagem do Brasil na África já havia sofrido desgastes por conta de sua ligação histórica com Portugal. Mas a enérgica reação contrária do chanceler à tentativa de Delfim Netto de se intrometer na condução da política externa brasileira interrompeu qualquer negociação sobre as duas propostas.<sup>538</sup>

Superados os obstáculos, a viagem da comitiva brasileira à África, que ficou conhecida como a “embaixada voadora”, foi realizada entre outubro e novembro de 1972. A bordo de um avião da aeronáutica, foram transportadas 35 pessoas, entre as quais onze diplomatas, jornalistas, assessores, oficiais da aeronáutica e três integrantes de uma comissão que iria organizar a participação do Brasil no II Festival de Artes e Cultura Africanas (FESTAC), que seria realizado em Lagos em 1977.

A iniciativa foi um marco da gestão de Gibson Barbosa e a mais clara manifestação do esforço oficial para a adoção de uma política externa efetiva com relação à África. Para Saraiva, a viagem

---

<sup>537</sup> BARBOZA, 2007, p. 351.

<sup>538</sup> BARBOZA, 2007, p. 356-365.

simbolizou a reativação da diplomacia brasileira aos objetivos de recolocação do continente africano nos mercados brasileiros.<sup>539</sup>

Na sua exposição ao presidente Médici de sua missão em África, o chanceler elencou os objetivos da viagem: revigorar a presença brasileira na área; examinar os interesses comuns no Atlântico Sul e as possibilidades de uma política coerente de mar territorial; ampliar os mecanismos de consulta e colaboração sobre produtos primários; estimular a criação de correntes efetivas de comércio; e estabelecer novos modelos de cooperação cultural e de assistência técnica.<sup>540</sup>

A visita de um mês a África combinou momentos de entusiasmo de líderes africanos que comemoravam a iniciativa brasileira de negociar acordos comerciais com os países e situações em que autoridades locais demonstravam descrédito e desconfiança com relação à aproximação brasileira. Além da aludida ligação com Portugal e seu sistema colonial, a apresentação do Brasil como uma “democracia racial” não era mais aceita como realidade.<sup>541</sup> A própria composição da comitiva de Gibson denunciava a desigualdade racial no Brasil: dos 35 integrantes, apenas um, que não era diplomata, era negro.<sup>542</sup>

Na última etapa da viagem, no Senegal, escolhido pelas relações já mantidas entre os dois países, o presidente Léopold Senghor e o chanceler Gibson Barboza compartilharam uma ideia para resolver o problema do colonialismo português: o Brasil serviria como intermediador entre as colônias portuguesas e Lisboa. O diplomata Alberto da Costa e Silva relata que o Itamaraty deu início a uma série de negociações com os movimentos nacionalistas e com o governo português para levar à frente o plano.

Nós chegamos muito perto de fazer essa conferência, de promover esse encontro. Portugal já tinha praticamente consentido. Nós estávamos em contato permanente com Léopold Segar Senghor, Jomo Kenyatta (presidente do Quênia), (...), general (Yakubu) Gowon da Nigéria, quando os portugueses, que se reuniram conosco preparatoriamente várias vezes, disseram que não estavam dispostos a conversar sobre o assunto numa entrevista que o Marcelo Caetano, que então era primeiro ministro, deu ao jornal *O GLOBO*.<sup>543</sup>

Dois meses após a viagem, Gibson Barbosa conseguiu a promessa do ministro dos negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Patrício, que se reuniria com chefes de Estado africanos para discutir uma saída negociada sobre a questão colonial, mas vetou a presença no encontro de representantes

<sup>539</sup> SARAIVA, J.F.S. *África parceira do Brasil atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 42.

<sup>540</sup> BARBOZA, 2007, p. 348.

<sup>541</sup> Internamente, o questionamento à ideia de “democracia racial” era uma das principais linhas de atuação do movimento negro no Brasil, intensificado a partir da década de 1970.

<sup>542</sup> O único negro era o médico psiquiatra George Alakija, que integrava uma comissão de três pessoas, que iria organizar a participação do Brasil no Festival de Artes e Cultura Africanas (FESTAC), que seria realizado em Lagos. DÁVILA, 2011, p. 187.

<sup>543</sup> Entrevista com Alberto da Costa e Silva. 06/05/2016. Rio de Janeiro.

dos movimentos anticoloniais. Inúmeras outras conversas seguiram a este primeiro contato, sem, contudo, a realização da reunião. A declaração dada pelo primeiro-ministro Marcelo Caetano, à qual Costa e Silva se refere, foi a pá de cal nas pretensões brasileiras.

Na matéria intitulada, “Marcelo Caetano a *O GLOBO*: Intervenção do Brasil, não; Portugal quer é cooperação”, publicada no dia 28 de dezembro de 1973, o primeiro-ministro português, sem ardeios, descartava qualquer intenção do Brasil de servir como mediador da questão colonial.

Apreciaríamos muito que o Brasil nos ajudasse a explicar aos países africanos que nos combatem a nossa posição, o nosso desejo de fazer de Angola e de Moçambique zonas de paz racial, onde todas as raças tivessem lugar e convivessem fraternalmente sem hostilizar ninguém. E que essa seria a tarefa mais proveitosa para a Humanidade, para cuja condução precisaríamos de tranquilidade, colaboração e tempo.

Agora a ideia de o Brasil servir de intermediário em conversações com os terroristas é outra questão. Para os brasileiros compreenderem melhor as reações portuguesas eu atrevia-me a fazer uma comparação que espero que não levem a mal. Suponha que no auge do terrorismo em São Paulo e no Rio, se apurava que havia estrangeiros a apoiar os terroristas brasileiros, e Portugal se oferecia para mediano para negociar a paz com os atacantes das pessoas e dos bens dos cidadãos do país irmão?<sup>544</sup>

A comparação da ação da polícia brasileira contra os opositores da ditadura com a repressão de Portugal aos movimentos nacionalistas de Angola e de Moçambique foi considerada uma afronta ao governo brasileiro. A contundência da declaração de Marcelo Caetano não deixou margem para qualquer outra tentativa da diplomacia do Brasil em insistir na proposta de mediação.

Mas antes de transmitir o cargo para o seu sucessor, Antônio Azeredo da Silveira, o chanceler Gibson Barbosa submeteu ao presidente Médici um relatório, de 45 páginas, intitulado *Exposição de Motivos*<sup>545</sup> (na verdade redigido por Alberto da Costa e Silva), em que defendia claramente uma revisão da aliança do Brasil com Portugal. No texto, o chanceler argumentava que a aliança com Portugal trouxera inúmeros prejuízos para o Brasil, inclusive riscos no abastecimento de petróleo árabe ao Brasil, por conta da pressão dos países africanos.

Gibson Barboza antevia que a iminência do colapso do colonialismo português em África fazia urgente uma retomada de posição do Brasil a favor das independências africanas, sob pena de prejuízos políticos duradouros com relação à aproximação das novas nações.

Não podemos também admitir a hipótese de que os futuros governos independentes da Guiné (Bissau), de Angola e de Moçambique sejam adversários do Brasil ou conosco ressentidos, pois esses territórios, uma vez independentizados e liberados dos entraves mercantilistas impostos por Portugal – e que impedem, apesar de todas as boas palavras que nos são ditas pelos portugueses, qualquer presença brasileira de maior vulto em suas vidas – tenderão naturalmente a buscar no Brasil o apoio e a assistência técnica para seu desenvolvimento.<sup>546</sup>

<sup>544</sup> “Marcelo Caetano a *O GLOBO*: Intervenção do Brasil, não; Portugal quer é cooperação”. *O GLOBO*, 28 de dezembro de 1973, p. 15.

<sup>545</sup> *Exposição de motivos ao senhor Presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici G/DAO/DOI/DEU/022/900.2 (F42) (A)*, de 22 de janeiro de 1974. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

<sup>546</sup> *Exposição de motivos ao senhor Presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici G/DAO/DOI/DEU/022/900.2 (F42) (A)*, de 22 de janeiro de 1974. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

Como forma de prestação de contas para o próximo ministro das Relações Exteriores, Gibson Barbosa destacou que, em sua gestão, todos os esforços teriam sido feitos pelo Brasil para encontrar uma solução negociada com a participação de Portugal para o problema colonial. Segundo o chanceler, a proposta do Brasil era a criação de uma comunidade de nações que uniria o país, Portugal metropolitano e os territórios de Angola, Moçambique e Guiné (Bissau), tornados independentes, todos em pé de autêntica igualdade.

Gibson Barbosa aconselhou o novo chanceler, Antônio Azeredo da Silveira, que o Brasil desse um ultimato a Portugal: ou ele concedia a independência as suas colônias ou o Brasil faria “conhecer a nossa inequívoca não aceitação da política colonial portuguesa”. Somando-se ao posicionamento do ministro das Relações Exteriores, o Conselho de Segurança Nacional, do qual o MRE também fazia parte, assim como os outros ministérios, concordou com o redirecionamento da política do Brasil com Portugal e com os países africanos. “O fato mostra uma coincidência de preocupações sobre a nossa futura posição na matéria, com o objetivo de evitar prejuízos para a Segurança Nacional e a fim de assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento do Brasil”.<sup>547</sup>

O novo ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, assumiu no dia 15 de março de 1974, pouco mais de um mês antes do golpe de 25 de abril, que derrubaria o Estado Novo Português. Diante do “pragmatismo responsável” do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a diplomacia brasileira procurava desvencilhar-se de encargos ideológicos ou alinhamentos que inibissem o país de buscar as alianças e as relações convenientes que seus interesses unilaterais de natureza política ou econômica demandassem. Tal posição incluía o afastamento de Portugal e de seu projeto colonial.

Em seu discurso de posse, o ministro Silveira afirmou que “não será possível ao Brasil alhear-se ao que ocorre em outras áreas, ao que emerge como novas urgências na África, no Oriente Médio, na Ásia e na Europa”. Mesmo diante da iminência do fim do Estado Novo, o Itamaraty sabia que teria que trabalhar arduamente para resgatar a hipoteca dos anos de apoio ao colonialismo português.

O presidente Ernesto Geisel, durante seu pronunciamento inaugural na primeira reunião ministerial, no dia 19 de março, ressaltou a determinação de seu governo de conferir “relevo especial ao nosso relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar”, incluindo, pela primeira vez, expressamente, a África entre as prioridades da política externa brasileira.

A queda do regime do Estado Novo português, no dia 25 de abril de 1974, com a deposição de Marcelo Caetano, e a tomada do poder pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) precipitou os

---

<sup>547</sup> Exposição de motivos ao senhor Presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici G/DAO/DOI/DEU/022/900.2 (F42) (A), de 22 de janeiro de 1974. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

acontecimentos. O general António de Spínola foi escolhido como presidente provisório de Portugal, cargo em que ficou por apenas cinco meses<sup>548</sup>. As várias frentes dentro do MFA concordaram em estabelecer um cessar-fogo imediato nas áreas de combate africanas, acelerar a descolonização, extinguir a PIDE e criar um governo representativo.

A Revolução dos Cravos também atropelou os planos do governo brasileiro que planejava se redimir de anos de apoio ao colonialismo português com a proposta da comunidade luso-afro-brasileira. Para não perder a “janela” para a África, o Brasil se apressou em buscar o diálogo político com os líderes dos principais movimentos emancipacionistas de Angola e de Moçambique que permitisse o pronto estabelecimento de relações diplomáticas com as colônias portuguesas em via de tornarem-se independentes.

A estratégia de aproximação foi montada em duas etapas. Uma primeira tentativa de aproximação diplomática foi realizada em dezembro de 1974. O presidente Ernesto Geisel enviou uma missão especial do Itamaraty para dialogar com dirigentes dos movimentos nacionalistas de Angola (MPLA, UNITA e FLNA) e de Moçambique (apenas a FRELIMO). A comitiva brasileira era composta pelo diplomata Ítalo Zappa; o embaixador do Brasil no Quênia, Frank Mesquita, e o conselheiro e relator Sérgio Weguelin Vieira. A segunda etapa do plano ficaria a cargo do diplomata Ovídio de Melo que faria nova viagem a Angola e a Moçambique, em janeiro de 1975, para propor aos dirigentes africanos a criação de duas Representações Especiais do Brasil em Lourenço Marques (atual Maputo) e em Luanda.

Em suas memórias, Ovídio de Melo relata que foi convidado para participar do projeto de aproximação dos movimentos de libertação das colônias portuguesas por Ítalo Zappa, à época Chefe do Departamento da África e Oceania. Segundo Melo, Ítalo Zappa lhe explicou que a primeira fase da missão na África seria apenas para “quebrar o gelo de eventuais ressentimentos” que pudessem ter os nacionalistas africanos com a antiga política brasileira de apoio a Portugal.<sup>549</sup> De acordo com Ovídio de Melo, o resultado do primeiro encontro dos diplomatas brasileiros com o presidente da FRELIMO, Samora Machel, em dezembro de 1974, ilustra bem o quanto os brasileiros teriam trabalho para atingir tal fim em Moçambique.

Ovídio de Melo relata que na reunião com Samora Machel, os brasileiros ouviram do dirigente que os moçambicanos sempre esperaram que o Brasil se colocasse ao lado dos africanos na luta contra o colonialismo exatamente por ter sido no passado colônia de Portugal. Machel cobrou dos diplomatas

---

<sup>548</sup> Diante da radicalização da política interna de Portugal, cada vez mais à esquerda, Spínola foi obrigado a renunciar e se exilou no Brasil, onde tentou organizar uma força militar para invadir Portugal e salvá-lo do comunismo.

<sup>549</sup> MELO, Ovídio de A. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 97-98.

que o Brasil poderia ter usado sua influência com Portugal, caso quisesse ajudar o povo africano, mas "com suas relações especiais com Portugal, o Brasil alheou-se no que diz respeito às aspirações ao futuro de Moçambique. Ali, as condições eram extremamente difíceis e, no início, a FRELIMO só podia contar com ela mesmo". O moçambicano elencou alguns países que deram auxílio à luta pela independência, como a República Popular da China, União Soviética, Escandinávia e concluiu: "o dos senhores não estava entre eles".<sup>550</sup>

O encontro do próprio Ovídio de Melo com dirigentes da FRELIMO, em janeiro de 1975, não foi mais amistoso. Marcelino dos Santos, ministro das Relações Exteriores da FRELIMO, foi designado para receber o diplomata brasileiro. Segundo Melo, a resposta de Santos foi categórica:

A FRELIMO não poderia aceitar a proposta brasileira, concedendo ao Brasil um status especial na criação antecipada de relações diplomáticas com Moçambique, porque as mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal, não estavam acostumados a considerar o Brasil como um país amigo.<sup>551</sup>

Certamente, o dirigente da FRELIMO guardava em sua memória como a polícia brasileira havia prendido em 1964 os militantes angolanos que faziam parte do movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Marcelino dos Santos aconselhou o Brasil a esperar que a independência de Moçambique se concretizasse para formalizar a proposta de relações diplomáticas ao nível conveniente.

Na visão de Vanicléia S. Santos, o posicionamento do dirigente da FRELIMO deixava claro três posicionamentos: negar ao Brasil tratamento especial nas relações diplomáticas com Moçambique; afirmar a soberania do país; e por último, a FRELIMO, como única força no poder, não tinha a necessidade de fazer alianças imediatas com o Brasil e podia impor-lhe uma lição pelo seu histórico desinteresse em apoiar Moçambique em seus anos de luta.<sup>552</sup>

Importante também mencionar ainda neste trabalho que Moçambique se solidarizou com brasileiros militantes de esquerda perseguidos pela ditadura brasileira que mantinham contatos políticos, individualmente ou por meio de suas organizações, com a FRELIMO.<sup>553</sup> Muitos brasileiros

<sup>550</sup> Entrevista com Samora Machel (Dar-es-Salaam, I/XIII/1974), p. 3. Relatório: Contatos com representantes dos movimentos de emancipação de Angola e Moçambique. Missão do chefe do DAO. AMRE, 900 (B-46) (A), Relações Políticas. Caixa 273 *apud*. SILVA SANTOS, 2014, p. 283-284.

<sup>551</sup> Relato sobre o segundo encontro de Ovídio de Melo com Marcelino dos Santos. MELO, 2009, p.112.

<sup>552</sup> Em diálogo com AZEVEDO, D.L. *Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional*. Etnográfica. Vol.16 (3), p.461-486, 2012. MASSENA, A.P. *Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio*. Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe/ E.I.A.L., Vol. 20 n.1, 2009. Disponível em: <<http://www1.tau.ac.il/eial/images/v20n1/massena-v20n1.pdf>>. Acesso em 06/07/2016.

<sup>553</sup> Os brasileiros se exilaram em muitos países, principalmente da América Latina, até meados dos anos de 1970, com destaque para o Chile e o Uruguai. À medida que as ditaduras iam proliferando na América Latina, a Europa se tornou um destino mais comum, com destaque para a França. Após a Revolução dos Cravos, no dia 25 de abril de 1974, Portugal foi incorporado ao itinerário da extensa rede de militantes de esquerda. Os contatos mantidos com portugueses de esquerda, principalmente do PCP, estimularam o exílio em Portugal. Também houve fluxo de imigrantes políticos para

exilados foram acolhidos em Moçambique, entre 1975 e 1979, onde foram incorporados pela FRELIMO como “cooperantes da revolução”, com contratos de trabalho para atuar no Estado. A ligação da FRELIMO com a esquerda brasileira também motivou a recusa do movimento que os representantes do governo brasileiro participassem da cerimônia da independência de Moçambique, em 25 de junho de 1975. Os únicos convidados brasileiros foram Luís Carlos Prestes, nome ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista (PST).

Já em Angola, o diplomata Ovídio de Melo conseguiu avançar nas negociações com os três movimentos nacionalistas. MPLA, UNITA e FLNA sinalizaram positivamente a criação de uma Representação Especial em Angola. Diferentemente do caso de Moçambique, a disputa pelo poder em Angola entre os três movimentos intensificava a necessidade de alianças políticas. “(...) cada um dos movimentos estava em uma condição tão precária na competição pelo controle do país que nenhum deles se beneficiaria recusando um aliado externo potencial apenas para saldar velhas dívidas. Eles não podiam dizer não”.<sup>554</sup>

A permanência de Ovídio de Melo em Luanda, mesmo diante do clima de instabilidade política por conta do conflito militar entre o MPLA, a UNITA e o FLNA<sup>555</sup>, simbolizava o quanto Angola se tornou importante para o Brasil para iniciar uma aproximação efetiva da África. No dia 11 de novembro de 1975, o Brasil tornou-se a primeira nação do ocidente a reconhecer o governo do MPLA.

Da perspectiva da Guerra Fria, o reconhecimento pelo governo militar do Brasil, que internamente perseguia militantes de esquerda, da independência de um país cujo governo, comandado pelo MPLA, se afirmava com tendências marxistas, poderia parecer contraditório. No entanto, Angola tinha um peso bastante significativo para o Brasil.

O rápido reconhecimento da independência de Angola era a oportunidade de o Brasil tentar se redimir de tantos anos de apoio ao colonialismo. Se perdida, talvez o país não conseguisse tão cedo outra chance para se aproximar do continente africano e abrir portas diplomáticas e comerciais para outros países da região. O reconhecimento pelo Brasil do governo do MPLA em Angola e das outras

Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, sendo que eles foram melhor absorvidos nos dois últimos países, onde conseguiram se estabelecer em maior número como “cooperantes da revolução”. AZEVEDO, D.L. *Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional*. *Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* (on line), vol. 16 (outubro-setembro), 2012, p. 462-463. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/2085>>. Acesso em 20/11/2016.

<sup>554</sup> DÁVILA, 2011, p. 237.

<sup>555</sup> Quando o diplomata Ovídio de Melo se hospedou no Hotel Trópico em Luanda, o clima na cidade era de muita violência. Colonialistas insatisfeitos com a independência e que estavam deixando Angola destruíam ou sabotavam aquilo que não podiam levar e atacavam as instituições associadas aos movimentos nacionalistas. Angolanos também cometiam atos de vinganças contra os portugueses. À época, o governo de transição, com a participação dos três movimentos, se desintegrava. DÁVILA, 2011, p. 237.

colônias portuguesas em África na sequência materializava, de certa forma, o objetivo para o qual o movimento brasileiro em apoio às independências africanas havia sido criado.

Entendemos que o trabalho realizado pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas ajudou a reduzir o desconhecimento da opinião pública sobre a África e colaborou para criar um clima favorável ao que seria o início da construção de uma política africana brasileira que teve como marco, no recorte temporal desta pesquisa, O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil no dia 11 de novembro de 1975.

## Considerações Finais

Esta dissertação teve como ponto de partida a criação no Brasil de um movimento em apoio às independências africanas no início da década de 1960. A partir da trajetória de militantes, buscamos evidenciar como as ideias de resistência ao colonialismo chegaram ao Brasil e motivaram a criação de uma rede de apoio aos movimentos nacionalistas africanos, principalmente ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Na historiografia brasileira, a maior parte dos estudos que tratam a posição do Brasil frente ao colonialismo português, no período de 1961 a 1975, privilegiam uma abordagem sob o ponto de vista das relações internacionais. São poucos os trabalhos que evidenciam que o debate sobre o colonialismo extrapolou as instâncias governamentais e teve repercussão na sociedade civil brasileira.

Uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento desta pesquisa foi a carência de fontes produzidas pelos próprios grupos que militaram no movimento brasileiro em apoio às independências africanas. Segundo relatos de ex-ativistas, muitos documentos foram destruídos para não cair nas mãos de agentes da repressão, após o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, ou mesmo se perderam com o tempo.

O caminho alternativo para viabilizar essa pesquisa foi ampliar o número de fontes a fim de traçar a trajetória dos ativistas que atuaram no MABLA. Desta forma, o *corpus* documental desta pesquisa foi formado por 6 tipos de fontes identificadas em arquivos do Brasil e de Portugal. Foram elas: documentos da repressão produzidos pela polícia ditatorial do Brasil e pela PIDE; imprensa; documentos diplomáticos (correspondências, pareceres, requerimentos, e memorandos); fontes orais; autobiografias; e livros de memórias.

É importante reafirmar com clareza que uma dissertação, resultado de uma pesquisa de mestrado, não esgota todos os questionamentos do pesquisador e as possibilidades de seu objeto de estudo. Nossa pretensão foi contribuir com a nova historiografia especializada sobre as relações entre Brasil e países africanos no contexto de atuação dos movimentos africanos de libertação nacional no início da década de 1960.

Sob o *guarda-chuva* do Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), identificamos nesta pesquisa a atuação de três grupos: dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro. Os integrantes dos grupos, em sua grande maioria, eram compostos por brasileiros, africanos e portugueses antissalazaristas exilados no Brasil. Os coletivos compartilhavam a mesma causa e dialogavam, mas não se submetiam a uma divisão hierárquica, tampouco formavam uma rede homogênea. Os ativistas assumiram o discurso de não personalizar a luta contra o colonialismo em

defesa da unidade em torno de um só objetivo. Na prática, no entanto, havia nomes que se destacaram na organização de suas ações.

A atividade de um movimento voluntarista brasileiro em favor das independências africanas contou com a simpatia e o apoio dos movimentos nacionalistas africanos. O apoio do Brasil à independência das colônias portuguesas em África, além de um valor simbólico pelos laços históricos e culturais entre os dois lados do Atlântico, podia representar um peso político. Os movimentos nacionalistas desejavam que o Brasil usasse sua proximidade com Portugal para demovê-lo do seu projeto colonial em África; ou pressionasse o Estado Novo português na ONU, votando a favor das resoluções que condenavam o colonialismo e infringiam punições a Lisboa.

Essa visão estratégica deu importância ao movimento em apoio às independências criado no Brasil. Tanto que militantes ligados ao MPLA e ao PAIGC vieram ao Brasil, no início da década de 1960, e participaram das ações dos grupos de militantes do MABLA. A maioria dos africanos chegou ao Brasil como estudantes beneficiados por bolsas concedidas pelo Itamaraty ou por outras instituições, como a Igreja Metodista do Brasil.

O MABLA foi gestado e teve seu auge nos primeiros anos da década de 1960, quando os movimentos sociais gozavam ainda de certa liberdade de atuação e o governo brasileiro sinalizava para uma maior aproximação diplomática dos países africanos. Em um contexto de Guerra Fria, a Política Externa Independente (PEI), adotada pelo governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e continuada por João Goulart (1961-1964), instituiu importantes ações voltadas para a África, tais como a criação de embaixadas em nações africanas, a criação da Divisão da África no Itamaraty, e a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA).

Em seu trabalho de militância, os ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas enfrentaram alguns obstáculos. O principal deles a forte atuação do *lobby* português que tinha forte influência sobre a classe política e a imprensa carioca e paulista. Também era um tempo em que as ideias luso-tropicais do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre eram a base da propaganda ideológica de Portugal para defender a legitimidade de sua presença no território africano. O Estado Novo português usava o “exemplo brasileiro” para atestar sua pretensa capacidade de construir “nações pluricontinentais e multirraciais”.

Na campanha militante-pedagógica realizada pelos militantes do MABLA, a rede em apoio às independências africanas se esforçou em dar ao debate sobre o colonialismo uma dimensão mais pública, principalmente a partir de palestras, atos públicos, redação de manifestos e a divulgação de suas ideias na imprensa brasileira contrária à colonização portuguesa em África. Em São Paulo, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Portugal Democrático* foram importantes aliados. No Rio de Janeiro,

os jornais *Última Hora* e *Correio da Manhã* divulgaram reportagens referentes à luta dos povos africanos pela liberdade.

Em sua atividade, o movimento brasileiro em apoio às independências africanas recebeu a colaboração de indivíduos de diversas tendências ideológicas que compartilhavam a visão anticolonialista. O movimento brasileiro em apoio às independências africanas contou com colaboradores desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) à União Democrática Nacional (UDN) e conquistou o apoio de católicos, protestantes, maçons; positivistas; membros da comunidade judaica; militantes do movimento negro; estudantes, sindicatos; empresários, integrantes do governo, etc.

Com o objetivo de ampliar sua ação, os grupos de ativistas do MABLA se esforçaram para construir “pontes” entre diferentes segmentos da sociedade e do Estado brasileiros em busca da formatação de uma rede de solidariedade ao povo angolano subjugado pelo colonialismo português, principalmente aos angolanos, e de apoio aos movimentos nacionalistas em África.

O golpe civil-militar de 1964 desmobilizou os grupos que integravam o MABLA. Nas fontes consultadas para esta pesquisa, encontramos indícios da cooperação entre as forças de repressão no Brasil e a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) para prender ativistas pró-independências africanas, principalmente angolanos, que, posteriormente, deixaram o país. Também são reveladores os relatórios de informantes da PIDE infiltrados nos grupos anticoloniais brasileiros. Os documentos, identificados no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, deixam claro que o MABLA despertou a preocupação do Estado Novo português.

Apesar do duro golpe causado pela ditadura, essa dissertação tenta mostrar que ex-ativistas do MABLA encontraram caminhos para continuar militando em defesa do fim do colonialismo. O jornal *Portugal Democrático*, embora tenha passado por ajustes em sua linha editorial, continuou sendo o principal veículo de defesa das independências e da autodeterminação das colônias portuguesas. Ex-participantes do MABLA também se engajaram no fortalecimento dos centros de estudos africanos da USP e da Universidade Cândido Mendes. Esses espaços se transformaram em polos de produção de conhecimento sobre o continente africano e estimularam parcerias acadêmicas entre o Brasil e a África, muitas delas com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty).

Essa dissertação sustenta que o MABLA, em sua breve existência, contribuiu para sensibilizar setores muito diversos da sociedade brasileira a favor das independências africanas. Entendemos que o trabalho realizado pelos ativistas anticoloniais ajudou a reduzir o desconhecimento da opinião pública sobre a África e colaborou, em certa medida, para criar um clima favorável ao início da construção de uma política africana brasileira que teve como marco O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil no dia 11 de novembro de 1975.

## **DOCUMENTOS**

### **Documentos diplomáticos**

- ✓ Coletânea de Textos do Direito Ultramarino. Coimbra: Livraria Almedina, 1966, p. 57-76.
- ✓ Política Externa Portuguesa - Seleção dos textos das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira - Ministério dos Negócios Estrangeiros (1965 – 1967).
- ✓ Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006.
- ✓ Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano VI, n. 10. Brasília, DF: A Fundação, 2007.
- ✓ Documentos da Política Externa Independente - Volume 1. Álvaro da Costa Franco (org.). Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- ✓ Documentos da Política Externa Independente - Volume 2. Álvaro da Costa Franco (org.) Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2008.

### **Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)**

- ✓ Ofício nº 121. Posição brasileira na ONU no caso de Angola. Embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 13/02/1962. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.
- ✓ Telegrama do embaixador brasileiro Frederico de Chermont Lisboa à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Dacar, 1º de janeiro de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.
- ✓ Documento reproduzindo teletipo de Leopoldville. Governo Revolucionário de Angola no exílio para o MRE. 7 de maio de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.
- ✓ Embaixada brasileira em Dacar para o MRE. Informação sobre o senhor Fidelis Cabral, representante do PAIGC no Brasil, telegrama 10, 2 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.
- ✓ Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores. 4 de junho de 1964. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.
- ✓ Exposição de motivos ao senhor Presidente da República, General de Exército Emílio Garrastazu Médici G/DAO/DOI/DEU/022/900.2 (F42) (A), de 22 de janeiro de 1974. Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI.

### **Documento do MPLA**

*História do MPLA*. 1º Volume (1940-1966). Luanda, CDIH - Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

### **Documentos cedidos pelo historiador José Francisco dos Santos à autora desta dissertação**

- ✓ Processo de expulsão do angolano José Lima de Azevedo foi entregue ao historiador José Francisco dos Santos pelo professor José Maria Nunes Pereira e, gentilmente, cedido para a autora desta pesquisa
- ✓ Documento de criação do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA).

### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

- ✓ Prontuário nº 1180. Termo de Inquirição de José Maria Nunes Pereira. 22/07/1964. Arquivo Público do Rio de Janeiro.
- ✓ Informação Nº 236/60/75/ARJ/SNI - teor confidencial. 26/05/1975. Correspondência do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC) para o CEAA e José Maria Nunes Pereira. Arquivo Público do Rio de Janeiro.

### **Diário Oficial**

- ✓ Diário Oficial do Estado de São Paulo. 09/11/1961, p. 16
- ✓ Diário Oficial do Estado de São Paulo. 10/05/1961, p. 11.
- ✓ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 28/01/1961, p. 01.

### **Jornais e revista**

- ✓ *Portugal Democrático*, coleção completa catalogada – novembro de 1960 a abril de 1975
- ✓ *O Estado de São Paulo* (1961) – consultas
- ✓ *O GLOBO* (1961/1964/1965/1973) - consultas
- ✓ *Correio da Manhã* (1964/1965) – consultas
- ✓ *Última Hora* (1960/1961/1964) – consultas
- ✓ *Revista Política & Negócios* (1962) – consultas

### **Entrevistas**

- ✓ Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.
- ✓ Entrevista com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.
- ✓ Entrevista com José Manuel Gonçalves. 10/04/2015. Rio de Janeiro.

- ✓ Entrevista com Orlando Dourado. 11/04/2015. Cabo Frio – RJ
- ✓ Entrevista com Alberto da Costa e Silva. 06/05/2016. Rio de Janeiro.

### **Documentos audiovisuais**

- ✓ Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.
- ✓ Palestra de Fernando Mourão, intitulada “Como conhecer o continente africano: motivações acadêmicas, políticas e pessoais”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.
- ✓ Áudio da entrevista de José Maria Nunes Pereira a Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira. 15/12/2006. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- ✓ Documentário Langidila - diário de exílio, produzido pela Agência Total Comunicação. Realizadores: José Rodrigues e Nguxi dos Santos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZt2OwQJE1U>>. Acesso em 02/05/2017.
- ✓ Entrevista Fernando Mourão. TV USP. Acesso em: 01/05/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JET6RFB5jYY>>. Acesso em 02/04/2017.

### **Portugal**

#### **Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal)**

- ✓ Angola – Revista PN – Artigo, PROC. 4,12/62, MNE.
- ✓ Aerograma confidencial. Embaixada de Portugal Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. 01/02/1962. Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos.
- ✓ Telegrama confidencial nº 18. Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. 18/01/1962. fl. 2 . Questão de Angola na ONU - Comitê de Investigações. PT/MNE/IDI/DAB Assuntos ultramarinos.
- ✓ Informação secreta. Assunto: Acção dos estudantes portugueses que vivem no Brasil. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios políticos para Ministério dos Negócios Estrangeiros. 14/04/1964, p. 2. PT/MNE/IDI/DAB/MU – GNP, UI 1502
- ✓ PIDE para Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. 09/02/1962. Ministério dos Negócios Estrangeiros. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0022/UI07536

- ✓ Fidelis Cabral - Comício na Associação Brasileira de Imprensa. Ministério dos Negócios Estrangeiros. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0024/UI07366
- ✓ Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Ultramar. 05/02/1964. PT/MNE/IDI/DAB/MU/GNP, UI 1502.
- ✓ Estudante angolano diz que Brasil deve ajudar mais os povos africanos. Jornal *A Nação*. 7 de janeiro de 1964. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Ultramar. 05/02/1964. PT/MNE/IDI/DAB/MU/GNP, UI 1502.
- ✓ Relatório Geral. 2ª quinzena de março. Caso MPLA e Lima Azevedo. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. MNE.
- ✓ Relatório Geral. 26 de janeiro de 1964. Ofício. Embaixada de Portugal para o MNE. 2 de março de 1964. PROC. 7/64. nº 429, MNE.
- ✓ Relatório Geral. 26 de janeiro de 1964. Ofício. Embaixada de Portugal para o MNE. 2 de março de 1964. Brasil. Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. MNE.
- ✓ Relatório Geral. 1ª semana de abril de 1964. Caso Colônias. Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. 13 de abril de 1964. Relatórios da pessoa mencionada no Despacho nº 18 (PIDE). Brasil 1962-1966. Proc. nº 333,1. MNE.
- ✓ Ofício de Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão ao ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro. 08/01/1964. Brasil: Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no despacho nº 18. (PIDE) (1962-1966). Armário Ferro-Prat. 1, nº 4, processo nº 333,1. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ✓ Ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. 15/02/1964. Brasil: Oposição política ao Estado Novo Português. Relatórios da pessoa mencionada no despacho nº 18. (PIDE) (1962-1966). Armário Ferro-Prat. 1, nº 4, processo nº 310. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

#### **PIDE – Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

- ✓ MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054
- ✓ Relatório do Consulado de Portugal em São Paulo encaminhando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 22 de setembro de 1961. MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola, PIDE/DGS/SC/SR435/61/ui.3054.
- ✓ Relatório 12 de junho de 1962. Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para o MNE. PIDE/DGS/SC/SR435/61/u.i.3054.

- ✓ PIDE/DGS, pr. 6341 CI (2), pasta 4, fl. 1 *apud* PIMENTEL, 2007, p. 126.
- ✓ Informação. 11/10/1961. Polícia Brasileira. PIDE/DGD, SC, C1 (2), 565, u.i. 7023.
- ✓ Correspondência trocada entre Alcides Cintra Bueno Filho, Delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Política de São Paulo, e Sílvio da Costa Mortágua, inspetor da DGS. 2 de janeiro de 1973 e 30 de janeiro de 1973. PIDE/DGS/SC CI (2)/565/NT 7023.
- ✓ Informação secreta. Assunto: Acção dos estudantes portugueses que vivem no Brasil. Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios políticos para Ministério dos Negócios Estrangeiros. 14/04/1964, p. 2. PT/MNE/IDI/DAB/MU – GNP, UI 1502.

### **Associação Tchiweka de Documentação**

- ✓ Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 12.01.1960) - Pag. 230. Associação Tchiweka de Documentação ATD. Luanda.
- ✓ Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 18.06.1960) - Pag. 351. Associação Tchiweka de Documentação ATD. Luanda.

### **Fundação Mário Soares – Acervo digital [www.casacomum.org.br](http://www.casacomum.org.br).**

- ✓ Carta de Deolinda Rodrigues (Bloomington- EUA) para Amílcar Cabral PAIGC. Acusa recepção de documento do PAIGC e respectiva divulgação. Envia contacto no Brasil (Jacinto Fortunato). Pasta: 04608.052.020. Documentos Amílcar Cabral. Fundação Mário Soares.
- ✓ Resolução da II Conferência dos Povos Africanos (Túnis) sobre as colónias portuguesas. Representação de 5 delegados dos movimentos nacionais das colónias portuguesas: Abel Djassi (Amílcar Cabral), Hugo Menezes, Lúcio Lara e Viriato da Cruz (Movimento Anticolonialista e organizações a ele ligadas) e José Gilmore (União dos Povos de Angola - UPA). Resolução da II Conferência dos Povos Africanos sobre as colónias portuguesas. Segunda, 25 de Janeiro de 1960 - Sábado, 30 de Janeiro de 1960. Pasta: 07058.017.005. Fundação Mário Soares. DAC - Documentos Amílcar Cabral. Acervo digital [www.casacomum.org.br](http://www.casacomum.org.br).

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Miriele. *Maria Della Costa em Portugal: desafio à censura*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestrado em Cultura e Comunicação. 2012.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. *Entrevista com José Maria Nunes Pereira*. Estudos Históricos, nº 39, janeiro-junho de 2007a, p. 121-156 – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2563>>. Acesso em 02/04/2015.
- \_\_\_\_\_ (Orgs). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 39, jan-jun de 2007c.
- ALBERTO, Paulina L. *Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial (1961-1963)*. Revista Afro-Ásia, nº 22, 2011, p. 97-150, p. 100. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA\\_44\\_PLAlbero.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_PLAlbero.pdf)>. Acesso em: 01/12/2016.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Introducción general*. In: ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 9-27.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ANDRADE, Mário de. *A Geração de Cabral*. s/l, Instituto Amizade/PAIGC, 1973, p. 17-18 *apud* BITTENCOURT, 1999.
- ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AZEVEDO, D.L. *Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional*. Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (on line), vol. 16 (outubro-setembro), 2012, p. 462-463. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/2085>>. Acesso em 20/11/2016.
- BAILYN, Bernard. *Atlantic History: concept and contours*. Cambridge: London: Harvard University Press, 2005.
- BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BARROS, Liliane Batista. *As cartas da Langidila: memórias de guerra e escrita da história*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas. NÚMERO 06 – Junho de 2013.

BELO, José António Dias Mota. *Santa Maria – o pacote rebelde - Operação Dulcineia – “O acontecimento que viveu para ser esquecido”*. Dissertação submetida ao Programa de História, Defesa e Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Lisboa. 2009.

BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: Gallimard, Pléiade, 1971, p. 248 *apud* SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*, p. 37-58. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e ressentimento - indagações sobre uma questão sensível*. 2ª reimpr. 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o "EME" - um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

\_\_\_\_\_. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *"Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2002.

\_\_\_\_\_. *As relações Angola-Brasil: referências e contatos*. In: CHAVES, Rita; SECCO, Carmen; MACÊDO, Tânia (Orgs.). *Brasil-África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora UNESP. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2006. p.79-109.

BREDA DOS SANTOS, Norma. *História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área* (online). Franca, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100002&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 10/06/2016.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-191.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CABRAL, Amílcar, In: Davidson, Basil. *Révolution en Afrique. La Libération de la Guinée Portugaise*, Paris: Seuil, 1969, p.11-6; p.11 *apud* MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o

lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. In: Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 48-61.

\_\_\_\_\_. *Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CALONGA, Maurilio Dantielly. *O Jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?* Artigo publicação em Comunicação & Mercado/UNIGRAN - vol. 01, n. 02 – edição especial, Dourados: 2012. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf>>. Acesso em 11/08/2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*, p. 375-399. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CASTELO, Cláudia. *Prefácio*. In: FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. 2ª edição. São Paulo: É Realizações, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade, Actas, Lisboa: CEA, 2010.

\_\_\_\_\_. “Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago 2014.

\_\_\_\_\_. *Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica*, p. 25-31. In: *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*, Número Especial, Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015.

CATROGA, Fernando. *Portugal: as comemorações como nostalgia do Império*. In: \_\_\_\_\_. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005, p. 117-181.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: EdUnb, 2000.

CHANAIWA, David; KODJO, Edem. *Pan-africanismo e libertação*. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. (Org.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 897-924.

CLARENCE-SMITH, G. *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.

COELHO, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Lisboa: Inova, 1974.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: FUNAG, 2007.

COSTA ANDRADE, Fernando da. *Adobes de memória, Chegadas*. Vol. 2, Luanda: Caxinde, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Brasil, Portugal e África*. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Incertas relações: Brasil – Portugal no século XX*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

- DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Coletânea de textos sobre política externa - Francisco Clementino de San Tiago Dantas*. LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de (Orgs.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DECRAENE, Philipe. *O Pan-africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2010.
- ERVEDOSA, Carlos. Roteiro da literatura angolana. 2ª edição. Lisboa: Edições 70, 1979.
- FALOLA, Toyin; ROBERTS. Kevin D. *The Atlantic World (1940-2000)*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2013.
- FELE, Buanga (i.e., ANDRADE, Mário Pinto), “*Qu’est-ce que le ‘lusotropicalismo’?*”. Revista *Présence Africaine*, Paris, nº 4, outubro - novembro de 1955, p. 24-35 *apud* MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo*. In: Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 48-61.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral: um inventário das diferenças*. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994. p. 1-13.
- FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos Trópicos*. In: FREYRE, G. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, p.65-117.
- GENEROSO, Lúcia Maria de Abreu. *Representações da América Latina nas páginas do boletim Tricontinental*. Seminário América Latina - cultura, história e política. Uberlândia. 18 a 21 de maio de 2015.
- GONÇALVES, Jonuel. *Nos muitos caminhos cruzados entre Brasil e Angola*. Seminário internacional acolhendo as línguas africanas (SIALA). Línguas e culturas afrobrasileiras e as novas tecnológicas. Salvador. 22 a 26 de setembro de 2014.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. Visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HRBEK, Ivan. *A África setentrional e o chifre da África*. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, Christophe (Org.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.151-190.

- JAGUARIBE, Hélio. *Introdução Geral*. p. 30-45. In: GUILHON ALBUQUERQUE, J.A (Org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, V. I, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- KOUASSI, Edmond Kwam. *A África e a Organização das Nações Unidas*. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. (Org.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1053-1094.
- LARA, Lúcio. *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Vol. II – 1961-1962*. Luanda, Angola: 2006.
- LEITÃO DA CUNHA, Vasco. *Diplomacia em alto mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- LEITE, José Correia; CUTI, Luiz Silva (Org.). *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 167-182.
- LIMA, Monica. *A África tem uma história*. Afro-Ásia, 46 (2012), p. 279-288.
- LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes Históricas. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. Rio de Janeiro: Topoi. v. 5, n. 9, p. 33-53, 2004.
- MANZUR, Tânia Maria P. G. *A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio*. São Paulo: Lua Nova, 2014, p. 169-199.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudo sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MASSENA, A.P. *Entre Brasil e Moçambique: os caminhos percorridos no exílio*. Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe/ E.I.A.L., Vol. 20 n.1, 2009. Disponível em: <<http://www1.tau.ac.il/eial/images/v20n1/massena-v20n1.pdf>>. Acesso em 06/07/2016.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Angola 61 - Guerra Colonial: causas e consequências*. Alfragide: Texto Editores, 2011.
- MEDEIROS, Cleide Farias de; MEDEIROS, Alexandre José Gonçalves de. *O pensamento dialético de Bento de Jesus Caraça e sua concepção da educação matemática*. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, 2003, p. 261-276.
- MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo*. In: Revista USP, n. 45, março-abril-maio de 2000, p. 48-61.

- MELO, Ovídio de A. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o mundo ágio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960.
- MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil (1939-1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. 1ª ed. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012.
- MOURÃO, F.A.A. *Memorial*. São Paulo: USP, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O contexto histórico-cultural de criação literária em Agostinho Neto: memória dos anos cinquenta*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo: USP, p. 55-68, 1991-1992.
- \_\_\_\_\_. *O Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e os Trinta Anos da Revista África*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 29-30: 9-12, 2008/2009/2010.
- MUNANGA, Kabengele. *Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, São Paulo, número especial: “Mélanges” em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, 2012, p. 11-30.
- NKRUMAH, Nwame. *Revolutionary Path*. London: Panaf, 1980.
- NOGUEIRA, Franco. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1965 – 1967.
- NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire, Les lieux de mémoire*. La République. Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, H.A. e MOURÃO, F.A.A. *O processo de definição da Política Africana do Brasil*. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *A Política externa brasileira na visão dos seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Editoria Lumen Juris, 2005.
- OLIVEIRA JUNIOR, G.B. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.
- PAREDES, Margarida. *Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o papel da cultura na política*. Cadernos de Estudos Africanos, nº 20, Identidades, Percursos e Clivagens nos PALOP, 2010.
- PAULO, Heloisa. *A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: a presença do regime no exílio*. II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono

Sur en el siglo XX. 5, 6 y 7 de noviembre de 2014. Disponível em <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.3967/ev.3967.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3967/ev.3967.pdf)>. Acesso em 23/01/2017.

PENNA FILHO, Pio. *A pesquisa histórica no Itamaraty*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 42(2), 1999, p. 117-144.

\_\_\_\_\_; LESSA, Antônio C. *O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil*. In: Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 39, 2007p. 57-81.

\_\_\_\_\_. *A África Contemporânea: do colonialismo aos dias atuais*. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

PEREIRA, Amílcar Araujo. *"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>>. Acesso em 29/06/2016.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)*. In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

PINHEIRO, L. *Ação Omissão: a ambiguidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960*. Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) – Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. *Brasil, Portugal e Descolonização Africana*. Contexto Internacional, vol. 9, Ano 5, 1989, p. 91-111. Disponível em <<http://www.mundorama.net/1989/09/23/contexto-internacional-vol-9-ano-5-1989>>. Acesso em 19/05/2016.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola*. Estudos do Século XX, nº8, Universidade de Coimbra, 2008, p. 293-304. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/36585>. Acesso em 25/01/2017.

PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates, 2007. Reimpresso em fevereiro de 2016.

PINTO, João Alberto da Costa. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização (1961-1975)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do Colonialismo português (1951-1974)*. Revista UFG. Goiás, Ano XI, nº 6, Junho 2009.

\_\_\_\_\_. *Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 - 1974)*. 2009, vol.28, n.1, pp. 445-482. Revista História (São Paulo). Dossiê: Império Português. vol.28 no.1 Franca, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742009000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000100016)>. Acesso em 03.03.2016.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, 1992, p. 200-214. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em 01/07/2016.

PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

QUADROS, Jânio. *A nova política externa brasileira*. Brasília, volume I, 73-77, 1978 (Versão portuguesa do artigo escrito para a revista *Foreign Affairs*).

REIS, Raissa Brescia dos. *Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)*. Dissertação apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte (volume 02)*. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S.A., 1964.

\_\_\_\_\_, *Brazil and Africa*. Berkeley: University of California Press, 1965.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - I Tomo - Procurando um Caminho*. Porto: Campo das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Portugal Democrático - um jornal revolucionário*. In: LEMOS, Fernando; LEITE Rui Moreira (Org.). *A Missão Portuguesa - Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi - II - Revolução e Contra-revolução na América Latina*. Porto: Campo das Letras, 2004.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- SANTOS, Edmilson. *O MPLA no Brasil: A Campanha pela Independência de Angola no contexto político brasileiro (1960-1964)*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007
- SANTOS, J.F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975*. São Paulo: PUC, 2010.
- SANTOS, Pedro Manuel. *Portugal e a NATO: a política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968)*. Revista Relações Internacionais do Instituto Português de Relações Internacionais, edição de março de 2009, Universidade Nova de Lisboa, p. 45-60..
- SARAIVA, J.F.S. *África parceira do Brasil atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economia, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*, p. 37-58. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e ressentimento - indagações sobre uma questão sensível*. 2ª reimpr. 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- SELCHER, Weyne A. *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy (1956-1972)*. Florida: A University of Florida Book, 1974.
- SILVA, D. M. *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)*. Dissertação apresentada Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: 2000.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais portugueses exilados no Brasil - formação e transferência cultural, Século XX*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.
- SILVA, A. E. Duarte. *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*. Revista Análise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXX, 1995, p. 5-50. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf>>. Acesso em: 01/02/2016.
- SILVA SANTOS, Vanicléia. *Brasil e Moçambique nos anos 1974- 1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul*, Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 277-301, jul./dez. 2014.
- SILVEIRA, Anabela. *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos (1945 - 1965)*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras do Porto, 2012.

- SOUZA, I.I. *Autonomia e desenvolvimento: os discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU durante a Política Externa Independente (1961-1963)*. Mnemonise Revista, v. 6, p. 234-242, 2015.
- STEPHANOU, A.A. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, A. Adu. *A África ocidental. História Geral da África VIII – África desde 1935*. Capítulo 7. p. 191 a 260.
- TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TILLY, Charles. *From mobilizations to revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978.
- THOMPSON, Estevam C. *O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)*. Revista Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFMG Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/08p80.pdf>>. Acesso em: 07/08/2016.
- VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- VIZENTINI, P.G.F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.